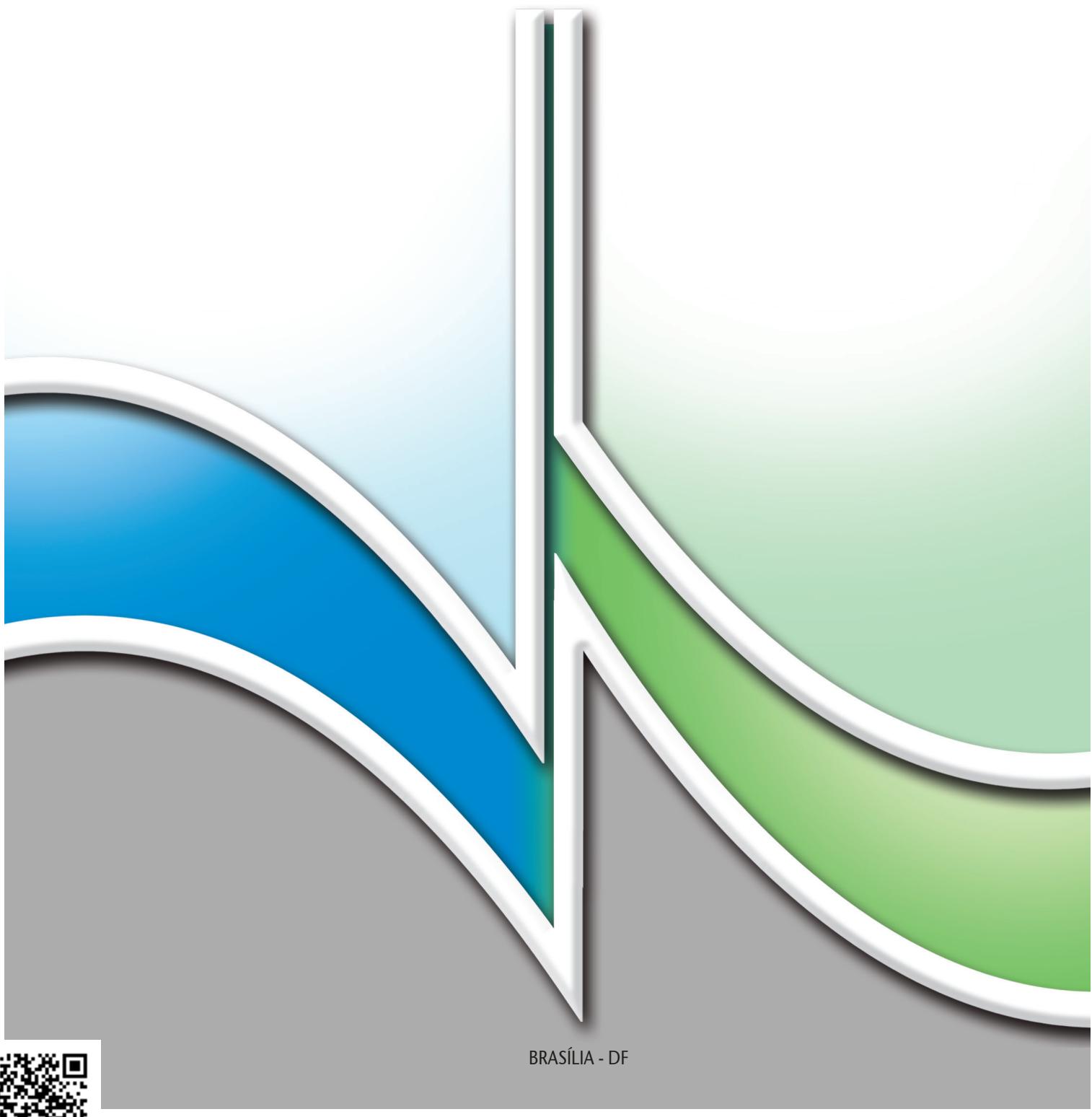




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVIII Nº 28, QUINTA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 2023



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º Secretário

Deputada Maria do Rosário (PT-RS)

2ª Secretária

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)

3º Secretário

Deputado Lucio Mosquini (MDB-RO)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)

4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP)

2º - Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS)

3º - Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)

4º - Deputado André Ferreira (PL-PE)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 11^a SESSÃO, SOLENE, EM 30 DE JUNHO DE 2023

1.1 – ABERTURA	10
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia Nacional do Quadrilheiro Junino, nos termos do Requerimento nº 10/2023-MESA, do Senador Izalci Lucas e do Deputado Defensor Stélio Dener.	10
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	10
1.2.2 – Discurso da Presidência (Senador Izalci Lucas)	10
1.2.3 – Oradores	
Deputado Defensor Stélio Dener	12
1.2.4 – Leitura de mensagem da Senadora Leila Barros	13
1.2.5 – Oradores (continuação)	
Deputado Prof. Paulo Fernando	13
1.2.6 – Interpretação da canção <i>Asa Branca</i>, por Thal Matos, Fernandinho Mangabeira e grupo Trio Forró de Feira	15
1.2.7 – Exibição de vídeo institucional	15
1.2.8 – Entrega de Certificados de Honra ao Mérito aos homenageados	15
1.2.9 – Oradores (continuação)	
Sra. Dra. Jane Klebia, Deputada Distrital	16
Sr. Hamilton Teixeira dos Santos, Presidente da Confederação Nacional das Quadrilhas Juninas	17
Sr. Francisco Jozivaldo Ferreira da Silva, Presidente da União Junina	18



Sr. Márcio Nunes Pinto, Presidente da Liga Independente de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno	19
Sra. Diana Ribeiro Nunes, Costureira e vice-presidente da Quadrilha Junina “Os Caboclos do Sertão”	19
Sr. Marcello Cândido dos Santos, Fotógrafo oficial do movimento junino do Distrito Federal	20
Sr. Anderson Pereira de Souza, Diretor do Centro Educacional 15 de Ceilândia	20
Sr. Wesley Fonseca, Administrador de Planaltina - Distrito Federal	21
Sr. Robson Vilela Eiras, Representante do Deputado Federal Defensor Stélio Dener	21
Sr. Luciano Lima, Presidente do Movimento Triscou Queimou	22
Sra. Lucineide Amorim da Silva, Professora e Coordenadora da Quadrilha Xodó do Cerrado	22
Sr. Isaías Pereira de Alcântara, Representante da Quadrilha Xique-Xique	22
1.2.10 – Exibição de vídeo institucional	23
1.2.11 – Apresentação da Quadrilha Junina Xodó do Cerrado	23
1.2.12 – Interpretação das canções <i>Frevo Mulher</i> e <i>Viva os Quadrilheiros do Brasil</i> por Thal Matos, Fernandinho Mangabeira e grupo Trio Forró de Feira	23
1.3 – ENCERRAMENTO	25
2 – ATA DA 12^a SESSÃO, SOLENE, EM 3 DE JULHO DE 2023	
2.1 – ABERTURA	27
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia Mundial do Refugiado, nos termos do Requerimento nº 11/2023-MESA, da Senadora Mara Gabrilli e do Deputado Túlio Gadêlha.	27
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	27
2.2.2 – Discurso da Presidência (Deputada Carol Dartora)	27
2.2.3 – Exibição de vídeo institucional	29
2.2.4 – Oradores	
Sr. Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Secretário de Assuntos Multilaterais Políticos do Ministério das Relações Exteriores	29
Sr. Augusto de Arruda Botelho, Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública	30
Senadora Mara Gabrilli	31
Sra. Razan Suliman, Refugiada da guerra na Síria	33
Sra. Luciene de Aguiar Dias, Coordenadora-Geral da Saúde do Trabalhador	34
Sr. Davide Torzilli, Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) no Brasil	35



Sra. Damelis Castillo, Coordenadora da rede de apoio a migrantes e refugiados Guaramo Solidário e ativista refugiada da Venezuela	36
Sr. Carlos Alberto Ricardo Júnior, Coordenador de Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	38
Sra. Prudence Kalambay, Atriz, modelo, empresária e ativista refugiada da República Democrática do Congo	40
Deputado Túlio Gadêlha	41
Sr. Agnaldo Júnior, Diretor Nacional do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) do Brasil	43
Deputado General Pazuello	44
Sra. Rosita Milesi, Diretora e fundadora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)	45
Sra. Thais Braga, Gerente Especial da Associação Voluntários para o Serviço Internacional (Avsi) ..	48
Deputado Prof. Paulo Fernando	49
Sr. James Derson, Presidente da Associação dos Haitianos do Rio Grande do Sul	50
2.3 – ENCERRAMENTO	51
3 – ATA DA 13^a SESSÃO, SOLENE, EM 5 DE JULHO DE 2023	
3.1 – ABERTURA	53
3.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Bicentenário da Independência da Bahia, nos termos do Requerimento nº 9/2023-MESA, do Senador Jaques Wagner e outros Congressistas.	53
3.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pela Orquestra Sinfônica da Força Aérea Brasileira	53
3.2.2 – Execução do Hino Oficial do Estado da Bahia e do Hino ao Senhor do Bonfim pela Orquestra Sinfônica da Força Aérea Brasileira e pela Ministra de Estado Margareth Menezes	53
3.2.3 – Exibição de vídeo institucional	54
3.2.4 – Execução da canção “Saudades da Bahia” pela Orquestra Sinfônica da Força Aérea Brasileira e pela Sra. Taís Nader	54
3.2.5 – Leitura de mensagem do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil e ex-Governador do Estado da Bahia, Sr. Rui Costa	54
3.2.6 – Oradores	
Sra. Margareth Menezes, Ministra de Estado da Cultura	55
Sr. Jerônimo Rodrigues, Governador do Estado da Bahia	56
Deputado Bacelar	58
Deputada Lídice da Mata	59
Deputada Alice Portugal	61
Deputada Rogéria Santos	62



Deputado Daniel Almeida	64
Deputado Joseildo Ramos	65
Deputado Márcio Marinho	65
Deputado Prof. Paulo Fernando	66
3.2.7 – Entrega de homenagem ao Governador do Estado da Bahia, Sr. Jerônimo Rodrigues	67
3.2.8 – Discurso do Presidente (Senador Jaques Wagner)	67
3.2.9 – Execução das canções <i>Lamento Sertanejo</i> e <i>Toda Menina Baiana</i> pela Orquestra Sinfônica da Força Aérea Brasileira e pela Sra. Tais Nader	69
3.2.10 – Execução da canção <i>Grito de Guerra</i> pela Orquestra Sinfônica da Força Aérea Brasileira	69
3.3 – ENCERRAMENTO	69
4 – ATA DA 14^a SESSÃO, SOLENE, EM 5 DE JULHO DE 2023	
4.1 – ABERTURA	71
4.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 129/2023, que acrescenta o art. 123 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar prazo de vigência adicional aos instrumentos de permissão lotérica.	71
4.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	71
4.2.2 – Leitura do Autógrafo da Emenda Constitucional (Senador Rogério Carvalho)	71
4.2.3 – Assinatura da Emenda Constitucional	71
4.2.4 – Promulgação da Emenda Constitucional	71
4.2.5 – Discurso do Presidente (Senador Rodrigo Pacheco)	71
4.2.6 – Oradores	
Senador Ciro Nogueira	73
Deputado Fausto Pinato	74
Deputado Weliton Prado	75
4.3 – ENCERRAMENTO	76

PARTE II

5 – MATERIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

5.1 – EXPEDIENTE

5.1.1 – Adoção de Medida Provisória



Adoção da Medida Provisória nº 1178/2023, que altera a Medida Provisória nº 1.175, de 5 de junho de 2023, para ampliar os recursos disponíveis para desconto patrocinado na aquisição de automóvel ou veículo comercial leve sustentável novo, e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

78

5.1.2 – Comunicações

Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (**Ofício nº 384/2023**).

83

Da Liderança do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, Avante, Solidariedade, Patriota na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (**Ofício s/nº/2023**).

84

5.1.3 – Término de Prazos

Término do prazo, em 29 de junho de 2023, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 1141/2022.

86

Término do prazo, em 3 de julho de 2023, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 1145/2022.

87

Término do prazo, em 3 de julho de 2023, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 1146/2022.

88

Término do prazo de vigência, em 28 de junho de 2023, da Medida Provisória nº 1163/2023.

89

PARTE III

6 – EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº 129/2023 (proveniente da Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2022), que acrescenta o art. 123 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar prazo de vigência adicional aos instrumentos de permissão lotérica.

91

7 – ATA DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Ata Circunstaciada da 2ª reunião, realizada em 5 de junho de 2023

94

8 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL.

9 – COMISSÕES MISTAS

146

10 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

160

11 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

226

12 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

227

13 – COMPOSIÇÃO DA MESA

231



14 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	232
15 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS	236



Ata da 11^a Sessão, Solene,
em 30 de junho de 2023

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência do Sr. Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 11 minutos e encerra-se às 16 horas e 51 minutos.)



ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Declaro aberta a Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a comemorar do Dia Nacional do Quadrilheiro Junino.

HOMENAGEM

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - A presente sessão foi convocada em atendimento ao Requerimento do Congresso Nacional nº 10, de 2023, de minha autoria e do Deputado Defensor Stélio Dener.

Convido para compor a Mesa o nosso querido colega Deputado Federal Prof. Paulo Fernando. (*Palmas.*)

Convido também para compor a Mesa a Sra. Deputada Distrital Doutora Jane, a amiga Jane Klebia. (*Palmas.*)

Convido também para compor a Mesa o Sr. Hamilton Teixeira dos Santos, Presidente da Confederação Nacional das Quadrilhas Juninas. (*Palmas.*)

Convido também para compor a Mesa o Sr. Francisco Jozivaldo Ferreira da Silva, Presidente da União Junina. (*Palmas.*)

Convido também para compor a Mesa o Sr. Márcio Nunes Pinto, Presidente da Liga Independente de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Quero saudar o nosso amigo Wagner Teixeira, o Wagunho, e cumprimentar a todos os presentes no plenário.

Boa tarde, “pessoá”! (*Manifestação nas galerias.*)

Esse boa-tarde está muito ruim, Wagunho.

Boa tarde, “pessoá”! (*Manifestação nas galerias.*) (*Palmas.*)

Quero cumprimentar o nosso amigo Deputado Federal Defensor Stélio Dener, que está participando virtualmente e também é autor do requerimento de realização desta sessão solene; o meu amigo Deputado do Distrito Federal Prof. Paulo Fernando; a Deputada Distrital Doutora Jane; o Presidente da Confederação Nacional das Quadrilhas Juninas, o Sr. Hamilton Teixeira dos Santos, conhecido como Tatu; o Presidente da União Junina, o Sr. Francisco Jozivaldo Ferreira da Silva; e o Presidente da Liga Independente de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno — LINQ-DFE, o Sr. Márcio Nunes Pinto.

Quero registrar a presença aqui de representantes da Quadrilha Junina Triscou Queimou, do Paranoá; da Quadrilha Junina Sanfona Lascada, da Ceilândia; da Quadrilha Junina Chapéu de Palha, do Gama; da Quadrilha Junina Xen Nhem Nhem, de Santa Maria; da Quadrilha Junina Arraiá Chapéu de Palha, de Samambaia; da Quadrilha Junina Éta Lasquêra, de Samambaia; da Quadrilha Junina Sabugo de Milho, de Taguatinga; da Quadrilha Junina Chinelo de Couro, de São Sebastião; da Quadrilha Junina Matingueiros do Sertão, de Samambaia; da Quadrilha Junina Eita Bagaceira, da Ceilândia; da Quadrilha Junina Elite do Cerrado, de Valparaíso; da Quadrilha Junina Num Só Piscar, de São Sebastião; da Quadrilha Junina Formiga da Roça, de São Sebastião; da Quadrilha Junina Filhos do Sol, do Paranoá; da Quadrilha Junina Ribuliço, da Ceilândia; da Quadrilha Junina Xodó do Cerrado — obrigado pela presença, professora; da Quadrilha Junina Oxente Vixe, de Valparaíso; da Quadrilha Junina Caipirada, de Planaltina de Goiás; da Quadrilha Junina Pinga em Mim, do Paranoá; da Quadrilha Junina Coisas da Roça, do Paranoá; da Quadrilha Junina Arroxa o Nó, do Paranoá; da Quadrilha Junina Xique-Xique, de Planaltina de Goiás;



da Quadrilha Junina Os Caboclos do Sertão, de Planaltina de Goiás; da Quadrilha Junina Rasga o Fole, de Valparaíso; da Quadrilha Junina Xodó Caipira, do Riacho Fundo II; da Quadrilha Junina Bambolear, da Ceilândia; da Quadrilha Junina Arraiá dos Matutos, de Planaltina de Goiás.

Quero cumprimentar todos os quadrilheiros, todos os convidados, os amantes das quadrilhas juninas.

Quero agradecer publicamente ao Presidente da FIBRA — Federação das Indústrias do Distrito Federal, Jamal Jorge Bittar, por ter patrocinado o ônibus para a viagem ao Pará dos representantes da Quadrilha Formiga da Roça.

Espero que vocês representem muito bem lá a nossa Capital.

Quero cumprimentar todos os servidores da Casa.

Um dia citei aqui o escritor paraibano-pernambucano Ariano Suassuna. Uma frase sua representa o que hoje comemoramos. Ariano disse: *“Toda arte é local. Mas, antes de ser local, ela é regional. Mas, se prestar, ela será universal”*.

Neste ano as festas juninas se tornaram patrimônio cultural do Brasil. A arte das quadrilhas juninas saiu do local das fazendas e dos rincões para as regiões e hoje é universal, vai permanecer geração após geração aqui e em outros cantos. Nossos grupos juninos já se apresentaram em vários países ao redor do mundo. Portanto, vamos celebrar sempre a festa do povo que rompeu as barreiras do tempo e as fronteiras do País. O nosso movimento junino é, sim, a representação de nossa arte universal.

Senhoras e senhores, hoje vou falar, principalmente, sobre a força dos quadrilheiros juninos em nossa cultura popular, em nossas festas juninas, em cada canto, em cada cidade deste País. São homens e mulheres que lutam e fazem da cultura de raiz um legado. Por isso não param, por isso seguem. Por isso temos a honra de celebrá-los aqui no Congresso Nacional. Hoje é dia de homenageá-los, de parabenizá-los pela luta em defesa da preservação de nossa cultura e de nossa arte.

Neste momento, como reconhecimento, quero exaltar esta celebração cultural que se apresenta com suas quadrilhas e que está na língua do povo por meio dos versos de cordel e também de suas músicas e de seus espetáculos por todo o Brasil. A segunda maior festa deste País está em cada cidade e até em cada rua de nossa Nação, com suas bandeirinhas e suas cores vibrantes.

Senhoras e senhores, hoje é dia de justas homenagens àqueles que fazem dessa festa o palco principal para externar nossos sentimentos brasileiros, os de um povo alegre, criativo, trabalhador e agregador, que nos representam como Nação e como cristãos. Celebramos São João, São Pedro e Santo Antônio neste mês de junho, o mês junino do País. Entretanto, o trabalho de nossos quadrilheiros dura quase o ano inteiro. Iniciam-se já no mês de janeiro os preparativos para o ápice da festa neste mês que hoje se finda. Além disso, durante o ano participam de festivais nacionais e regionais, por meio de suas federações. Hoje é, como disse, dia de celebrar seus principais protagonistas, aqueles que têm em seus corações e em suas vidas a responsabilidade de manter viva e acesa a nossa cultura universal.

Senhoras e senhores, desde que entrei nesta Casa de Leis tenho trabalhado incessantemente para apoiar esta que é uma das mais importantes manifestações culturais do nosso País. Tenho feito isso ao longo dos meus mandatos, na Câmara dos Deputados e agora no Senado Federal. Sei das dificuldades e tenho lutado para que isso conste como projeto cultural permanente, independentemente do Governo que está com o mandato, especialmente o Governo do Distrito Federal, para o qual destino as minhas emendas parlamentares. É certo que muitas dessas emendas podem se perder, caso o Parlamentar não lute diariamente por elas ou haja problemas com as instituições designadas que, a tempo, não estejam em conformidade com as exigências da lei vigente. Caso isso não aconteça, os recursos devem ser liberados. Portanto, eu faço as emendas e corro atrás, para que sejam executadas. Isso tem sido feito por mim e por minha Assessoria, independentemente do Governo eleito, tanto na esfera federal quanto na esfera distrital.



Aqui, senhoras e senhores, não estamos trabalhando por partido, não estamos trabalhando por direita ou esquerda, aqui trabalhamos pelo povo e pelo que for melhor para o nosso País. Nunca fui a favor do “quanto pior, melhor”. Nunca votei dessa maneira O que sempre fiz foi lutar pelo melhor para a nossa Capital e para o nosso País. É isso que faço e é isso que terá sempre o meu apoio incondicional. A luta por liberação de emendas vai sempre ter dificuldades, uma vez que exige posicionamento, e só o terá de mim se for, de fato, para o melhor. Felizmente, nos últimos anos, tive a compreensão dos Governos, tanto do local, o GDF, quanto do federal, e algumas emendas minhas foram executadas, inclusive as que dizem respeito às quadrilhas juninas que aqui estão. Não foi fácil, eu diria, mas, com muita luta, conseguimos. Tenho certeza de que vamos continuar lutando sempre pelo belo trabalho do movimento junino e pela preservação de nossa cultura popular.

Meus amigos e minhas amigas, ao vê-los aqui com todo esse entusiasmo, digo o que cantou o grande Lula, o nosso Luiz Gonzaga: “*Olha, isso aqui tá muito bom, isso aqui tá bom demais*”.

Agradeço a todos e a todas pela honrosa presença.

E vamos celebrar, porque a festa está apenas começando.

Viva o quadrilheiro junino! (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Federal Defensor Stélio Dener, também requerente da presente sessão do Congresso Nacional.

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para discursar. Sem revisão do orador.) - (*Falha na transmissão.*) Gostaria de agradecer ao Senador Izalci Lucas, que assinou juntamente comigo o requerimento referente a esta sessão solene tão importante para os quadrilheiros. Ele, que é um quadrilheiro de coração, demonstra isso pelo amor que tem por todas as festas juninas do Distrito Federal e pelo amor que tem pela cultura do nosso movimento junino.

Muito obrigado, Senador, por nos fazer importantes para as pessoas, para as famílias e para o Brasil.

Gostaria de cumprimentar também o Deputado Federal Prof. Paulo Fernando, meu amigo do nosso Partido Republicanos, a Deputada Distrital Jane, o Hamilton Tatu, meu amigo de coração, os nossos dois presidentes das duas federações do DF, o da Liga Independente e o da União, Francisco e Márcio. Muito obrigado pela presença de vocês.

Cumprimento todos os quadrilheiros e quadrilheiras que participam desta sessão solene e peço desculpas por não estar aí presente. Não consegui embarcar esta madrugada aqui em Roraima. Quanto aos voos daqui de Roraima para Brasília, há sempre muita dificuldade. Eu lhes peço desculpas por não estar aí para lhes dar um abraço e sentir essa emoção junto com vocês nesta sessão solene. Mas eu não poderia deixar de falar a todos hoje.

Quero cumprimentar todos os quadrilheiros e quadrilheiras e todas as quadrilhas juninas do Distrito Federal, que representam muito bem o Brasil, com sua característica, com sua força, com sua garra e com seu sincronismo. Vocês fazem da cultura junina no DF o maior segmento cultural que existe no Distrito Federal. Parabéns a todos! Nós nos orgulhamos muito de todos vocês.

Ontem, a Sabugo, que, em parte, está presente nesta sessão solene, se apresentou lá em Campina Grande, representou o DF. Fez uma excelente, uma linda apresentação. Eu assisti. Parabéns à Sabugo. Hoje, Si Bobiá a Gente Pimba também estará lá em Campina Grande para representar vocês.

Em Canaã dos Carajás, no Pará, vamos nos encontrar com a Formiga da Roça, que vai representar a Liga, que vai competir num campeonato nacional, da CONFEBRAQ, a Confederação Brasileira de Entidades de Quadrilhas Juninas. A Eita Junino, grupo folclórico, vai representar Roraima lá no Pará.

Vocês podem ver que estão aqui atrás de mim alguns troféus nacionais da Eita Junino. Isso quer dizer o quê? Isso quer dizer muita coisa em relação ao nosso movimento junino. Essa cultura popular,



essa cultura universal, essa cultura que atinge o nosso coração enche-nos de orgulho e de paixão. A Eita Junino representa cada uma das quadrilhas juninas brasileiras também dentro do seu movimento, dentro da sua característica.

Eu quero dizer a todos vocês, a todas as juninas do Brasil, a todos os quadrilheiros do País que hoje, além do Senador Izalci e de outros Parlamentares, temos um representante que fala também por nós de dentro do movimento junino. Nós estamos lutando para a instalação da frente parlamentar sobre o movimento junino. Com certeza, nos próximos dias, com as assinaturas que estão faltando, nós vamos fazer a instalação dessa frente e vamos ter muito mais força, com outros Parlamentares, para que possamos, cada vez mais, enaltecer e fazer com que o nosso movimento junino brasileiro cresça.

Quero que vocês, junto com o Senador Izalci, façam uma grande festa durante esta sessão. Vou ficar acompanhando tudo daqui, através do Youtube. Com certeza absoluta, se eu for convocado, estarei de volta para falar alguma coisa.

Parabéns a todos nós! Parabéns, Senador Izalci! Parabéns a todos os quadrilheiros e quadrilheiras do Brasil! Parabéns a todas as juninas brasileiras! Não vamos deixar de crescer. Somente assim vamos dar ao Brasil, sempre, nos meses de junho, julho, agosto, felicidade e também prosperidade, considerando a na nossa consciência e a nossa cultura.

Boa tarde a todos!

Anarriê, quadrilheiros! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Agradeço ao nosso Deputado Federal Defensor Stélio, que, juntamente conosco, apresentou o requerimento relativo a esta sessão solene do Congresso Nacional.

Quero registrar a presença da quadrilha junina Vira e Mexe, de Luziânia, Goiás. (Palmas.)

A Senadora Leila Barros nos enviou este documento, que vou ler para vocês.

Boa tarde a todos e a todas.

Impossibilitada de comparecer à sessão comemorativa do Dia Nacional do Quadrilheiro, em função de compromissos anteriormente assumidos, quero parabenizar o Senador Izalci Lucas e o Deputado Defensor Stélio Dener pela brilhante iniciativa em celebrar essa data tão importante para a cultura do Distrito Federal e do Brasil.

Em todos os anos do mandato a mim confiado pela população do Distrito Federal, tenho reforçado a parceria com os movimentos juninos da nossa Capital, por entender que as quadrilhas unem as pessoas, as famílias, num congraçamento sem igual, onde a amizade, o companheirismo e a cooperação são observados em todo o tempo, nas competições ocorridas nos quatro cantos da nossa terra.

Parabéns a todos e a todas que, a cada ano, reacendem a chama da alegria e da tradição que deve ser, cada vez mais, encorajada.

Recebam as manifestações de meu carinho e admiração.

Senadora Leila Barros.

Cumprimento e parabenizo as quadrilhas que tão bem nos representam ontem e hoje em Campina Grande. E Campina Grande que se cuide. Brasília está chegando lá. Sabugo de Milho e Si Bobiá a Gente Pimba são dois excelentes grupos de quadrilhas juninas que nos representam muito bem. No sábado, Formiga da Roça vai representar o Distrito Federal no Pará.

Boa Viagem! Que tragam o caneco para o Distrito Federal!

Passo a palavra ao nosso querido amigo Deputado Federal Prof. Paulo Fernando.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para discursar. Sem



revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhoras e senhores, pessoas que nos acompanham pela *TV Câmara*, inicialmente quero cumprimentar o meu diletíssimo amigo e ínclito Senador Izalci Lucas e o meu colega de partido Deputado Defensor Stélio Dener pela iniciativa desta sessão.

Ao cumprimentar o meu amigo Hamilton Tatu, cumprimento todos os brincantes, todos os dançarinos, costureiros, coreógrafos, todas as pessoas que participam desta grande família da quadrilha.

Estamos encerrando hoje o mês de junho, das tradicionais festas juninas, feitas em homenagem a São João, São Pedro e Santo Antônio. Em todo o Brasil, as festas juninas levam alegria à população, além de gerar riquezas com turismo e, principalmente, cultuar a tradição, a cultura popular e alavancar o sentimento religioso e a fortificação dos laços familiares.

A incomparável artista Inezita Barroso nos ensina que a quadrilha, também chamada de quadrilha junina, de quadrilha caipira ou de quadrilha matuta, é um estilo de dança folclórica coletiva popular em todo o Brasil.

Temos na festa de São João a tradicional fogueira, que tem um significado bíblico, católico. Santa Isabel, mãe de São João Batista, disse a Virgem Maria que, quando São João nascesse, acenderia uma fogueira para avisá-la. Segundo a tradição, Nossa Senhora viu de longe as chamas e foi visitar o menino João, primo de Jesus.

Mas, historicamente, a quadrilha teve origem na Inglaterra, no século XIII. Posteriormente, ela foi incorporada e foi adaptada à cultura francesa e se desenvolveu nos salões de dança a partir do século XVIII. Assim, a quadrilha se tornou popular entre os membros da nobreza europeia. Com a sua disseminação na Europa, a quadrilha chegou a Portugal.

A partir do século XIX, a dança se popularizou no Brasil, mediante a influência da Corte Portuguesa, sendo muito bem recebida pela nobreza do Rio, então sede da Corte.

Embora fosse uma dança dos meios aristocráticos, mais tarde a quadrilha conquistou o povo e adquiriu um significado novo e mais popular.

Vale a pena ressaltar que os indígenas brasileiros também celebravam a época da colheita do milho durante o mês de julho. Com a chegada dos missionários jesuítas portugueses, esse costume indígena uniu-se ao caráter religioso dos festejos católicos. O jesuíta escritor Fernão Cardim escreveu, em 1583, que a primeira festa eram as fogueiras de São João. Aldeias ardiam em fogo, e, no caso dos indígenas, para saltar as fogueiras, não os estorvava a roupa, ainda que algumas vezes chamuscasse o couro.

Este tempo em que celebramos o arraial, as bandeirinhas, o casamento na roça, o correio elegante, além das inúmeras iguarias oriundas do milho, como a broa, como a canjica, como o curau e como a pamonha, é tempo também de dançar a quadrilha, o xote, o baião, o reisado, o samba de coco e a ciranda.

Da quadrilha lembramos os personagens: os noivos, os pais do noivo e os da noiva, os padrinhos, as madrinhas, o padre, o sacristão, o delegado, o soldado, o juiz e o escrivão.

Quem não se lembra dos gritos do narrador: “*Olha a cobra! É mentira! Olha a chuva! Já passou! A ponte quebrou! Nova ponte! O passeio dos namorados!*”

Vou ler um texto do imortal escritor Luís da Câmara Cascudo. Antes, Sr. Presidente, digo que apresentei um projeto de lei que tem como objetivo declarar Câmara Cascudo como Patrono do Folclore Brasileiro. Ele é o autor do famoso *Dicionário do folclore brasileiro*, em que ele traz o relato de toda a tradição da cultura nordestina.

Cadê os meus conterrâneos do Piauí? Quem aqui é do Piauí levante a mão! (*Pausa.*)

São bastantes. Sejam bem-vindos!

Diz Luís da Câmara Cascudo:

Se São João soubesse



*Quando era o seu dia,
Descia do céu à terra,
Com prazer e alegria.
Minha mãe, quando é meu dia?
— Meu filho, já se passou!
— Numa festa tão bonita
Minha mãe não me acordou!
Acorda, João!
Acorda, João!
João está dormindo!
Não acorda, não!*

Sr. Presidente, nesta hora, quero celebrar todos aqueles que fazem parte desta grande família da quadrilha.

Nessa grande roda, nesse caracol de emoções, as famílias e a comunidade ficarão contagiadas pela alegria que preserva, com muito denodo, as tradições ligadas a esse importante sentimento religioso e popular, que nos une e nos irmana nessa travessia geral.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Convido todos a prestigiar a apresentação musical do cantor Thal Matos, do sanfoneiro Fernandinho Mangabeira e do grupo Trio Forró de Feira.

Vamos ouvir a música *Asa branca*.

(*Apresentação artística.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Parabéns!

Neste momento, eu convido todos a assistir, no painel, ao vídeo institucional em homenagem ao Dia Nacional do Quadrilheiro Junino.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Para vocês ficarem na expectativa, a exibição do vídeo já, já volta. (*Pausa.*)

Daqui a pouco, nós retornaremos à exibição do vídeo.

Enquanto eles preparam novamente o vídeo, eu tenho a alegria de fazer a entrega dos certificados de honra ao mérito aos homenageados: a nossa Deputada Distrital Dra. Jane Klebia; o Sr. Hamilton Teixeira dos Santos, Presidente da Confederação Nacional das Quadrilhas Juninas; e o Sr. Francisco Jozivaldo Ferreira da Silva, Presidente da União Junina.

Também faremos homenagem com o certificado ao Sr. Márcio Nunes Pinto, Presidente da Liga Independente de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno; à Sra. Diana Ribeiro Nunes, costureira e Vice-Presidente da Quadrilha Junina Os Caboclos do Sertão; ao Sr. Marcello Cândido dos Santos, fotógrafo oficial do movimento junino do Distrito Federal; ao Sr. Anderson Pereira de Souza, Diretor do Centro Educacional 15 de Ceilândia; ao Sr. Wesley Fonseca, Administrador de Planaltina do Distrito Federal; e ao Sr. Robson Vilela Eiras, o Fusca, que receberá o certificado em nome do Deputado Federal Defensor Stélio Dener.

(*Procede-se à condecoração.*)

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Quebrando o protocolo, também gostaria de entregar o certificado ao Senador Izalci



pela luta e defesa em prol da família quadrilheira em todo o Brasil.

(Procede-se à condecoração.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Concedo agora a palavra à nossa Deputada Distrital Dra. Jane Klebia.

A SRA. DRA. JANE KLEBIA - Boa tarde a todos. Vou ser bem breve.

Boa tarde, gente! (*Manifestação nas galerias.*)

Considero vocês o grupo mais animado de todos os coletivos. Em 42 anos de serviço público, nunca encontrei em comunidade nenhuma, em coletivo nenhum, tanta alegria quanto a de vocês, quando eu os vejo, de verdade, especialmente nesse circuito de que tenho participado.

Já que o Senador e o Deputado citaram Ariano Suassuna, eu vou citar aqui o Dominguinhas. Quando eu os vejo dançando, vem à minha cabeça aquela música que diz: “*Olha, isso aqui tá muito bom, isso aqui tá bom demais. Olha, quem tá fora quer entrar, mas quem tá dentro não sai*”. Vocês não saem, e um monte de gente fica querendo entrar. É uma sensação muito boa.

Então, para mim foi uma enorme, uma grata, uma absoluta surpresa conhecer o movimento junino como tive a oportunidade de conhecer este ano. Conhecia um pouquinho, ia a um evento ou outro, então vocês me encontraram. Não fui eu que os encontrei.

A felicidade foi muita de ter sido encontrada por vocês. Começou ali pelo Waguinho, que levou o Márcio lá ao meu gabinete, e me fizeram esse convite. Nem pensei duas vezes; falei: “*Quero estar com vocês*”. E vai ser uma parceria para muito tempo, de verdade. Eu aprendi quanta alegria vocês têm para dar.

Falar de quadrilha junina é falar de alegria, de interação, de ocupação de espaço público, de vínculo, de convivência. É um ambiente de muita alegria. Eu vejo vocês se apresentando e, quando termina, tem gente chorando, mas chorando de dor, chorando porque se machucou. Mas, na hora, é um sorriso muito largo, é muita alegria, e saímos dali muito felizes. Então, desejo a todos vocês muita sorte, que vocês espalhem essa boa cultura sempre que tiverem oportunidade. E não é uma coisa que acontece só no mês junino, vocês passam aí boa parte do ano juntos ensaiando, às vezes, para uma única apresentação. Isso é muito bacana!

Eu tenho abraçado sistematicamente as comunidades, os projetos de Brasília, mas esse foi um dos projetos que vai marcar a minha gestão, por ter tido a oportunidade de me abrir, ser recebida e acolhida por vocês. Uma boa parte é da comunidade, do meu território, da minha quebrada, como eu falo. Paranoá e Itapuã me abraçaram. E eu abracei vocês. Sou casada definitivamente com todos os projetos da cidade. E esse é um dos grandes projetos que eu quero abraçar. E não o deixo nunca mais.

Eu devia ter começado cumprimentando a Mesa, Senador. Eu fiz o inverso, falei com todo mundo e vou cumprimentá-lo por último.

Senador, muito obrigada por ter me convidado. Muito obrigada por me permitir fazer parte disso. Sei que o senhor é um entusiasta. Antes de eu chegar, o senhor já estava cuidando desse grupo folclórico muito bacana, que é cultura pura.

Então, parabéns ao senhor e aos demais membros da Mesa, aos representantes de liga que estão aqui. Eu sei do esforço de vocês para realmente manter esse grupo unido, buscar recursos e buscar condições. Que cada vez vocês tenham mais condições, uma vez que está sendo dada visibilidade a vocês. Cada vez que os colocamos na rede social, mais pessoas descobrem o movimento junino. Então, sintam-se por mim abraçados e levem o meu abraço aos outros.

Parabéns pelo dia de vocês! Que vocês continuem felizes, transmitindo alegria, como vocês fazem cada vez que nos encontramos!



Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Que bom que nós encontramos uma Deputada Distrital para cuidar de todos os grupos!

Parabéns, Dra. Jane!

Registro a presença da Quadrilha Junina Saca-Rolha, de São Sebastião. (*Palmas.*)

Convido agora também para fazer uso da palavra o nosso amigo Tatu, o Hamilton Teixeira dos Santos, que é o Presidente da Confederação Nacional das Quadrilhas Juninas.

O SR. HAMILTON TEIXEIRA DOS SANTOS - É a primeira vez com um papel, porque eu não uso isso aqui, não.

Mas vou começar mais ou menos assim:

Eita, compadre velho!

Isso é cagado e cuspido paisagem do interior.

*Três meninos morcegando caminhão, chapéu de couro, gibão,
poeira no pé do vento, cacarejo de galinha,
meninos querendo olhar a calça da lavadeira,
um chiado de porteira, um pula corda e um toca.*

Eita, compadre velho!

Isso é cagado e cuspido paisagem do interior.

Eu estou voltando ao tempo, a 2018.

Parabenizo mais uma vez o Senador Izalci Lucas, toda a Mesa, meu Presidente Jozivaldo, Márcio, da Liga, e todos os quadrilheiros que aqui estão.

Em 2018 eu dizia que o movimento junino estava na UTI. Vou dizer de novo. Como Presidente Nacional, o meu mandato vai até 2023. Então, ainda tenho 1 ano. E lá atrás, em 2018, eu dizia que sairia por aquela porta e tinha que voltar à minha realidade. Estava falando com o Márcio ali agora, dizendo: “*Márcio, há tanto rostos novos aqui*”. Eu vejo aqui um monte de rosto. Eu vejo o Isaías ali, que estava hoje lá na Globo. Parabéns, Isaías. Vejo o Waguinho, vejo o Alan, vejo o Luciano, vejo o Aurélio. Há um monte de gente aqui. Os meninos da Éta Lasqueira, minha noiva e sua galera. E aí há muitos outros aqui. Mas há muitos rostos novos, não é, Fernandinho? Há muita gente nova. E eu falei: “*Rapaz, então isso é sinal de que a coisa está dando certo*”.

Quando eu olhei daqui de cima aí para baixo, eu falei: “*Rapaz, eu vejo tantos cangaceiros, tantos vaqueiros e tantos sertanejos*”. Será que Brasília está retornando a fazer o que não devia ter deixado de fazer? Será? Eu acredito que está. Porque muitas vezes existe uma falsa ilusão.

E por que eu digo isso? Porque Brasília tem 11 títulos nacionais: Si Bobiá, a Gente Pimba tem um; Arroxa o Nô, que está ali na minha frente tem um; Aurélio, que não valoriza muitas vezes seu Arraiá Brasil tem um, com a Quadrilha Ribuliço; Mala Veia tem um e Pau Melado, da qual faço parte, tem sete. Então, Brasília tem onze títulos nacionais. E esses onze títulos nacionais decorrem de sua tradição, dos seus trejeitos, da sua cultura, da sua “arriuna”, da sua tipicidade, do casal de noivos que pontua a quadrilha, que desenha os desenhos coreográficos, da coreografia que é feita através dos desenhos coreográficos, mas sem nunca esquecer os cinco movimentos obrigatórios do movimento junino, da marcação, como eu que sou doido. Calma, vaipiar só mais um pouquinho, que eu vou entrar agora.

Tenho mais 1 minuto? Eu vou direto ao ponto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Pode usar o tempo à vontade.

O SR. HAMILTON TEIXEIRA DOS SANTOS - Para finalizar, eu queria dizer que Brasília está voltando a ser o que era. E ela vai voltar muito rapidamente. E eu queria dizer também que em



Brasília há uma particularidade, nós temos duas entidades. E eu queria dizer que essas duas entidades de Brasília precisam também ser respeitadas, tanto um lado como o outro, a exemplo do Rio de Janeiro. E eu queria mandar um alô para quem está no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro fomentou 15 festivais com 150 mil reais; fomentou 100 quadrilhas juninas com 50 mil reais. Em Roraima, meu amigo Stélio Dener, lá eles têm recursos da Prefeitura e recursos do Estado.

Vamos fazer agora dias 28, 29 e 30 aqui em Brasília, em Brazlândia, o campeonato brasileiro. Por incrível que pareça, ainda há Estado que não consegue mandar a sua representante. Quando, na verdade, graças a Deus, depois de 2018, quando eu falava aqui nesta Casa, e depois falei em 2018, parece que Deus abençoou, através do Armandinho do Acordeon, da banda Fulô de Mandacaru.

Quero mandar um alô a você, meu irmão, porque você é guerreiro, você protege e você defende os trios de pé de serra. Quem tem que prevalecer dentro dos Estados e das Prefeituras são de fato vocês. Você tem que fazer o seu São João, mas você tem que valorizar os seus trios de pé de serra, você tem que valorizar as bandas de forró, e, principalmente, as quadrilhas juninas.

Quero mandar aqui um alô ao Deputado Fernando Rodolfo, que, recentemente, parece-me que semana retrasada, aprovou aqui a Lei Luiz Gonzaga, que destina recursos às festas que vão ocorrer agora Brasil afora; verdadeiramente, 80% dos recursos serão fomento para quem faz o São João, que são as bandas de forró, os trios de pé de serra e, de fato, as quadrilhas juninas.

Obrigado a todos.

Obrigado, CONAQJ.

Obrigado, Senador Izalci. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Concedo a palavra ao Sr. Francisco Jozivaldo Ferreira da Silva, Presidente da União Junina.

O SR. FRANCISCO JOZIVALDO FERREIRA DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar a Mesa; todas as mulheres, em nome da Deputada que está presente hoje aqui; o nosso Senador.

Eu vou ser bem breve. Já falaram da nossa cultura. Já falaram da nossa história. Então, sobrou bem pouco, não é?

Primeiramente, eu quero agradecer ao Senador por me dar esta oportunidade e ao Deputado Stélio, que está nos defendendo, lutando e brigando pela melhoria do nosso movimento, porque aqui em Brasília, especificamente, não mudou muita coisa ainda, não! Eu até vi uma matéria recentemente sobre o investimento da Secretaria de Cultura: 2 milhões e 800 mil reais de fomento. Eu apostei com quem quiser que a maioria dos grupos aqui está toda endividada. Para onde é que foram esses 2 milhões de reais? Para a estrutura? Para o meu grupo não foi. Eu ainda estou pagando o meu traje, que comprei fiado.

Enfim, é muito importante que quem nós elegemos nos defenda, nos proteja e faça com que esses recursos que divulgam com tanta propriedade realmente cheguem até vocês, cheguem aos grupos de verdade. Eu acredito que, quando todos os grupos forem respeitados igualmente, nós teremos espetáculos melhores, teremos eventos melhores.

O nosso recurso deve vir diretamente para a ponta: para a costureira, para o fazedor de quadrilha, para o maquiador, para todos que constroem essa cadeia produtiva. Enquanto isso não chegar para nós de verdade, sempre vamos estar batendo palma, fazendo aquele circulozinho bonito dentro do nosso “arraia”. Isso é só um desabafo, porque estamos entrando em julho, e a União Junina está com projeto parado na Secretaria de Cultura para executar apenas 400 mil reais. Não conseguimos executar ainda. Estamos dentro da festa dos outros para realizar o nosso arraiá.

Convido a Deputada e o Senador para nos visitarem no nosso festejo. Não vai ter tanto brilho, tanto glamour, mas são quadrilheiros e quadrilhas que lutam todos os anos para defender a nossa cultura e o



nosso trabalho.

É só isso que eu tenho para falar.

Muito obrigado a todos.

Vamos curtir o nosso São João! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Concedo a palavra ao Sr. Márcio Nunes Pinto, Presidente da Liga Independente de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno.

O SR. MÁRCIO NUNES PINTO - Boa tarde a todos.

Estou mais uma vez nesta Casa e quero cumprimentar, desde já, o nosso Senador, uma pessoa que sempre apoiou esse movimento, desde quando era Deputado, e, agora, no Senado, continua nos apoiando.

Então, em nome do Senador Izalci, eu quero dar boas-vindas a esse movimento lindo, que é a quadrilha junina.

Cumprimento todas as mulheres também, na pessoa da nossa Deputada, que comprou essa ideia.

Está aumentando, Senador, a família que apoia esse movimento junino. Isso é importante

Em todos os anos, nós chegamos aqui e aproveitamos o momento de festividade para cobrar, para desabafar, mas vou fazer diferente neste ano. Eu quero, mais do que nunca, agradecer a todos os quadrilheiros — não só da Liga, pois não temos só a Liga no DF; temos também a União. Eu quero agradecer a cada um, porque nós somos o maior movimento cultural do DF. Só precisamos ser valorizados. O que nós fazemos nestes meses de junho e julho é inacreditável.

Eu quero agradecer profundamente a cada um que segurou a nossa mão; a mão do Jozivaldo, Presidente da União Junina; a mão do Márcio, Presidente da LINQDFE, e caminhou nessa jornada, porque não foi uma jornada fácil. Não está sendo fácil, mas está saindo.

Estamos encerrando, Senador. Neste fim de semana, haverá a nossa última etapa. E ainda dá tempo. Espero que a Formiga seja a campeã mesmo, mas ainda temos uma etapa a ser disputada. Aguardamos todos lá para comemorarmos o Dia do Quadrilheiro. Queremos comemorar com o Senador, com a Deputada, com o Deputado Maximo, com a Senadora Leila, que investem recursos no movimento junino pela LINQDFE. Queremos comemorar essa vitória que foi o Circuito de Quadrilhas Juninas. Que mais Deputados possam comprar essa ideia!

Para finalizar, eu quero fazer um agradecimento a cada um de vocês que gasta seu tempo e sua saúde, durante meses no frio, ensaiando para apresentar ao público, que, às vezes, nem conhece o que nós passamos realmente na nossa base, na nossa comunidade, na nossa quadra, a nossa realidade.

Aos meus queridos quadrilheiros da LINQDFE, muito obrigado por tudo, por segurarem a nossa mão. Estamos firmes! Envergamos, mas não quebramos!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Concedo a palavra à Sra. Diana Ribeiro Nunes e aproveito para lhe entregar o Certificado de Honra ao Mérito. (*Pausa.*)

A SRA. DIANA RIBEIRO NUNES - Boa tarde, pessoal.

Que honra estar aqui com esse público! Nós trazemos o público. Hoje nós somos o público. Nós temos que agradecer muito a uma guerreira por estarmos aqui: a nossa guerreira Edileuza, que vai atrás de cada um de nós. (*Palmas.*)

Quero agradecer à Jane por estarmos hoje aqui e por estar acontecendo o circuito.

Quero parabenizar o Márcio, um guerreiro. A nossa LINQDFE está firme e forte, está linda! Obrigada a você, à Gabi e a todos da sua equipe.

Senador, tenho certeza de que os quadrilheiros têm orgulho do senhor, por tudo que o senhor nos dá de coração. É uma verba com a qual nós contamos todos os anos. Mesmo com as dificuldades, com a demora, nós temos certeza de que esse recurso é nosso.



Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Concedo a palavra ao Marcello Candido dos Santos, fotógrafo oficial do movimento junino, e já o convido para receber o certificado. (*Palmas.*)

O SR. MARCELLO CANDIDO DOS SANTOS - Boa tarde a todos.

Eu anotei algumas palavras para dizer aqui.

Para quem não sabe, eu sou quadrilheiro desde 2007, se não me engano. Eu dancei por muitos anos e virei fotógrafo do movimento junino. De lá para cá, nós temos fortalecido o movimento junino do Distrito Federal.

Eu queria agradecer ao Senador pelo apoio e pelo fomento.

Eu queria agradecer ao Patrese Ricardo, pois, sem ele, a minha caminhada seria muito mais árdua.

Agradeço ao Márcio por abrir as portas da Liga e permitir que eu ingressasse na equipe.

Agradeço também ao Jozivaldo, que, sempre que possível, me chama para integrar a União.

Agradeço aos quadrilheiros, a vocês. Sem vocês, eu não estaria aqui e não seria reconhecido pelo que faço hoje.

Um abraço para os meus colegas de profissão!

Muito obrigado.

Nós nos vemos pelos “arraiás” da vida. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Concedo a palavra ao Sr. Anderson Pereira de Souza, Diretor do Centro Educacional 15 da Ceilândia. (*Palmas.*)

O SR. ANDERSON PEREIRA DE SOUZA - Boa tarde a todos.

Boa tarde à Mesa, que saúdo em nome do CED 15 de Ceilândia, em nome do movimento junino.

Ao contrário da maioria de vocês, eu não sou quadrilheiro raiz., não sei dançar, sou completamente desengonçado. Mas eu fico muito feliz quando vejo as apresentações. Eu fico feliz também quando vejo que existem pessoas fora do movimento junino que olham para o movimento, porque, na verdade, ele não é apenas um momento de festa. Muitas vezes, quem vê a apresentação da quadrilha se encanta, acha tudo muito bonito, mas vai para casa e espera o próximo ano para vê-la novamente. E nós sabemos que não é bem assim. O movimento junino é vivo o ano inteiro. O Senador disse que começa em janeiro. Eu me atrevo a dizer que quem começa em janeiro já começa atrasado, porque precisa ter tema, roupa, figurino. Então, na verdade, essa roda não para.

Eu vim aqui pedir — não sei qual será o alcance desse pedido — às escolas que contribuem para o movimento junino, abram suas portas para esse movimento. Lá no CED 15 de Ceilândia, uma das nossas principais missões é formar cidadãos capazes de exercer sua cidadania de forma ética, de forma solidária, de forma consciente, de forma crítica e de forma transformadora. A quadrilha faz isso. Ela tem o poder de fazer a diferença na vida de um aluno, na vida de uma escola. Nós temos vivenciado isso.

Eu lembro a primeira vez que vi uma apresentação de quadrilha. Eu já trabalhava na escola. Isso foi em 2003. Eu lembro exatamente a forma como aquele momento me encantou. Naquele dia, eu vi a Guerra de Canudos na apresentação da Quadrilha Ribulíço, comandada pelo Aurélio. Isso mudou a minha vida, mudou o meu olhar para as atividades dentro da escola, para os projetos. Eu era professor apenas em sala de aula. Hoje eu continuo professor. Estou na Direção temporariamente.

Eu peço aos colegas das escolas que abram esse espaço, não percam essa oportunidade de fazer com que a cultura e a educação se manifestem na sua escola através do apoio às quadrilhas juninas.

Muito obrigado a vocês.

Agradeço realmente ao movimento junino pelo impacto que tem tido no CED 15 de Ceilândia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Concedo a palavra ao nosso Administrador de



Planaltina, Wesley Fonseca, que representa aqui todos os Administradores do Distrito Federal. (*Palmas.*)

O SR. WESLEY FONSECA - Eu quero agradecer ao Senador Izalci e cumprimentar os membros da Mesa.

Realmente, é um prazer estar aqui representando os Administradores Regionais do Distrito Federal, os representantes das Administrações Regionais, em especial de Planaltina, nossa querida e amada cidade, que daqui a alguns dias vai completar 164 anos.

Senador, eu também gosto muito das quadrilhas juninas e as acompanho há muito tempo. Como professor de educação física nas escolas, eu acompanho e faço esse movimento junino maravilhoso, com as quadrilhas juninas nas escolas.

Hoje nós temos representantes aqui, como a Profa. Lu, que faz um excelente trabalho na escola pública.

Parabéns aos professores! (*Palmas.*)

A partir do momento em que o professor não deixa morrer a cultura da quadrilha junina na escola, isso representa muito para a comunidade, representa muito para as pessoas. E essa cultura cada vez mais se desenvolve, cresce e propaga essa energia, essa alegria maravilhosa, que é transmitir a atração junina, a quadrilha junina no Distrito Federal, no Brasil e no mundo.

Parabéns! Parabéns pela iniciativa! Parabéns a todos vocês!

Grande abraço!

Uma salva de palmas para todos os quadrilheiros e todas as pessoas que deixam este Distrito Federal mais bonito. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Quero chamar aqui também o Sr. Robson, conhecido como Fusca, para receber uma homenagem em nome do Deputado Federal Defensor Stélio Dener. (*Palmas.*)

O SR. ROBSON VILELA EIRAS - Vou começar assim: boa tarde a quem é de boa tarde!

Vamos lá!

Agradeço ao Senador Izalci Lucas por este evento maravilhoso. Desde a época da festa junina, em Taguatinga, no Arimatéia, quando eu era muito novo, ele sempre esteve conosco, com o movimento junino, com o seu carro de som. É louvável o senhor estar aqui hoje no Senado, representando esse grande movimento junino.

Quero também saudar algumas pessoas que foram extremamente importantes para o movimento junino, como a criação do Brasília Junino: o nosso antigo Deputado Distrital Wasny de Roure; o Deputado Distrital Sardinha; também o ex-Governador e Deputado Rodrigo Rollemberg, que ajudou muito o movimento junino no decorrer desse tempo.

Venho aqui representar o Deputado Defensor Stélio Dener, na qualidade de seu assessor.

Senador, com a LINQ-DFE e a União Junina, já tivemos reuniões no Ministério da Cultura — juntamente com o Hamilton Tatu —, onde a Ministra já se colocou à disposição para, no ano que vem, apresentar os projetos das duas instituições. Estivemos também no Ministério do Turismo, onde esses projetos vão ser recebidos. Mas projeto sem dinheiro, Senador, é aquele cheque sem fundo. Eu sei que o senhor vai colocar recursos, como vem fazendo.

Eu peço aos Deputados que estejam assistindo a esta solenidade que façam como o nosso Senador, o nosso Deputado Defensor Stélio Dener e os demais aqui, observem que isso é muito pequeno comparado à cadeia produtiva do DF. Vou dar um exemplo: são mais de 15 mil pessoas assistindo à etapa do circuito, são 15 mil pessoas gastando; paga-se 1 milhão e pouco numa etapa ou 500 mil reais, e o que volta aos cofres públicos é muito maior do que isso. Estou falando do Distrito Federal. Se pensarmos numa questão maior, em âmbito nacional, será algo muito maior do que isto que estou trazendo.



É agradecimento mesmo.

Contem sempre com o gabinete do Deputado Defensor Stélio Dener! Ele é de Roraima, mas está aqui para ajudar a fazer o melhor para o movimento junino do Distrito Federal e também do Brasil.

Obrigado.

Fiquem com Deus! Estamos juntos! O São João só começou, vamos até agosto.

Um abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Antes de exibir o vídeo institucional, concedo a palavra ao Luciano Lima, Presidente do Movimento Triscou Queimou. (*Palmas.*)

O SR. LUCIANO LIMA - Boa tarde a todos!

No ano passado, estive aqui. Eu vou falar um pouquinho da minha história. Fico muito feliz de começarmos o movimento junino, principalmente a nossa quadrilha junina, em que introduzimos as bandas. Aliás, temos em Brasília um grande compositor junino, o Thal Matos, de Aracaju.

Uma salva de palmas para eles! (*Palmas.*)

Nós temos um sanfoneiro espetacular, que é o Fernando Mangabeira. Quem não o conhece em Brasília? (*Palmas.*)

Eu fico feliz pelos grupos valorizarem os músicos. Sou músico também e, durante 10 anos, vejo grandes quadrilhas, como Arroxa o Nó, que montou banda, assim como Ribuliço e Sanfona Lascada. Está-se dando emprego ao músico do Distrito Federal.

Quadrilha junina é isto, cheia de evoluções, cheia de sonhos. Cada um aqui tem o sonho de realizar e fazer uma belíssima apresentação. O que nos dá combustível é o público, quando você finaliza a apresentação e sai de lá realizado. É isso, gente? É mentira? (*Pausa.*)

Vivam os quadrilheiros do Brasil!

Vivam os músicos do Brasil!

Senador, muito obrigado por ter apresentado as emendas parlamentares, durante esses 10 anos, emendas que nos deram um *up* em Brasília.

Agradeço a todos.

Boa tarde! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Luciano.

Convido para fazer uso da palavra a Profa. Lucineide Amorim. (*Palmas.*)

A SRA. PROFA. LUCINEIDE AMORIM - Boa tarde a todos! (*Manifestação nas galerias.*)

Quero cumprimentar a Mesa e agradecer especialmente ao Senador Izalci Lucas o apoio ao nosso projeto.

Para quem não conhece, Xodó do Cerrado é um projeto que desenvolvemos com estudantes da rede pública do Distrito Federal. Nós somos pioneiros, o primeiro grupo de quadrilha junina formado especificamente por estudantes da rede pública no DF e no Brasil. (*Palmas.*)

Então, falar de Xodó do Cerrado, para mim, é falar de um sonho realizado. São 10 anos de muita luta, mas de muita alegria. Eu digo que o Xodó do Cerrado não é apenas um resgate da cultura junina, que defendemos com tanto orgulho, dentro das escolas. Eu digo que o Xodó do Cerrado é um resgate de vidas.

Eu, como professora, há 25 anos, e, há 10 anos, à frente desse trabalho idealizado pelo CEF Nossa Senhora de Fátima, estou muito feliz hoje de representar o movimento junino dentro das escolas e começar esse projeto, esperando que ele se expanda por todos os outros Estados, pelo Brasil inteiro.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Convido também o representante da Quadrilha Xique-Xique, Isaías, para dar uma palavrinha.



O SR. ISAÍAS PEREIRA DE ALCÂNTARA - Eita, sô! Boa tarde a todos.

(Manifestação da plateia: *Boa tarde!*)

O SR. ISAÍAS PEREIRA DE ALCÂNTARA - Boa tarde, Senador. O senhor está “bão”?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Bom demais!

O SR. ISAÍAS PEREIRA DE ALCÂNTARA - Que festa bonita, hein, sô!

Obrigado, viu, Senador, por mais uma vez o senhor abrir a porta aqui para a gente, por fazer essa festança bonita. É um tanto de gente bonita aqui, sô!

Quero cumprimentar todos da Mesa, Jozivaldo, Tatu, meu Presidente Márcio Nunes, e cumprimentar todos vocês, desejar um feliz Dia Nacional do Quadrilheiro Junino a cada um de vocês e fazer um convite especial — viu, Senador? — para nos assistir hoje, em Sobradinho, na terceira e última etapa da LINQ-DFE do modo de acesso. Mas amanhã tem mais: a final do especial. E de coração, quero agradecer mesmo, Senador, pelo que o senhor sempre vem fazendo para o movimento junino do Distrito Federal e Entorno. Depois que o senhor chegou para cuidar de nós, o movimento se transformou em outro. Muitos grupos aqui, hoje, existem por causa do senhor.

O senhor me desculpe o jeito caipira, jeca de falar aqui, mas o senhor é uma pessoa que sempre vai estar no coração de todos nós quadrilheiros. Eu tenho certeza de que todo o quadrilheiro junino sabe quem é o Senador Izalci e tem um carinho muito especial pelo senhor. Que o senhor continue sempre sendo essa pessoa maravilhosa, essa pessoa carinhosa com o nosso movimento junino e que Deus sempre abençoe o senhor, seus projetos e sua família. O senhor sempre está dando esse apoio para todo o movimento junino.

Obrigado mesmo, de coração, Senador, em nome do movimento junino e em nome da Quadrilha Xique-Xique também, de Planaltina de Goiás. Valeu, Senador! Obrigado, sô! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.

Eu vou passar a palavra também ao Patrese. Não sei se ele está aí.

Saiu? (*Pausa.*)

Ele tinha uma notícia boa, não sei se era sobre a liberação da emenda hoje.

Vamos, então, assistir ao vídeo institucional.

(*Exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Neste momento, convido todos a prestigiarem a apresentação da Quadrilha Junina Xodó do Cerrado, de Planaltina. (*Pausa.*)

A SRA. PROFA. LUCINEIDE AMORIM - Vamos lá, gente! Falar de Xodó do Cerrado é falar de sonho! Inspiro-me em vários mestres marcadores. E vamos apenas mostrar um pedacinho do que fazemos com tanto carinho.

Então, só para aquecer, simbora, minha Junina!

(*Apresentação artística.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Maravilha! Muito lindo!

Convido agora todos os presentes a prestigiarem a apresentação musical do cantor Thal Matos, do sanfoneiro Fernandinho Mangabeira e do grupo Trio Forró de Feira, que executarão as músicas *Frevo mulher* e *Viva os quadrilheiros do Brasil*.

(*Apresentação artística.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado. Parabéns!

Quero agradecer ao cantor Thal Matos, ao Fernandinho Mangabeira e ao nosso Trio Forró de Feira.



Agradeço também aos nossos intérpretes de LIBRAS Roberto Luiz Dias e Lilian Alves.

Agradeço, por fim, à nossa assessora Edileuza Campos, que conversa sempre com todos os grupos.
(*Palmas.*)

Agradeço a todos os servidores da Casa, que, em uma sexta-feira à tarde, estão aqui nos ajudando, colaborando.

Quero dizer, mais uma vez, que foi uma honra presidir esta sessão, que fazemos já há algum tempo — Tatu ainda era criança quando começamos, não é, Tatu?

Quero agradecer realmente a esses guerreiros aqui! Agradeço ao Márcio, o nosso Presidente; ao Tatu; ao Jozivaldo; à nossa professora, que está ensinando essa cultura nas escolas; e também à Quadrilha Junina Xodó do Cerrado. (*Palmas.*)

Trata-se de um projeto pedagógico, cultural e social desenvolvido com os estudantes da rede pública de Planaltina desde 2013. Esse projeto tem como objetivo resgatar e preservar a cultura junina, além de colaborar com o desenvolvimento pessoal, social e pedagógico dos estudantes participantes do projeto.

Ao longo desses 10 anos de existência, a Quadrilha Junina Forró do Cerrado fez várias apresentações e participações, contribuindo para a disseminação da cultura junina e da cultura planaltinense. O grupo faz em média 35 apresentações por ano, em escolas, em igrejas, em locais públicos e comunitários. Ele conta com a parceria dos pais, dos professores, dos servidores, dos artesãos, dos artistas locais e da comunidade em geral.

Atualmente, o projeto é desenvolvido com 60 estudantes da rede pública de Planaltina, no Centro de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima, e é coordenado pela Profa. Lucineide Amorim. Os estudantes participam de oficinas de leitura, dança, teatro, expressão corporal, cultura brasileira, cultura junina, caracterização e figurino.

Parabéns!

Obrigado pela apresentação! (*Palmas.*)

Como foi anunciado aqui, eu espero que, de fato, o Governo, seja federal, seja local, realmente trate o movimento junino como uma política de Estado, e não como uma política de Governo, para que nós possamos ter, a cada ano, mais adesões, mais jovens, como nós vemos aqui, com muita alegria.

Como foi dito aqui, as primeiras apresentações foram ainda no Arimatéia, em 1997. Então, desde 1997, nós acompanhamos o movimento, e sei das lutas de vocês. Quantos guaranás... Já está fazendo aniversário também! Quantas escolas visitei! Muitas ainda precisam ter a porta aberta para o movimento junino. Quantos movimentos, quantos grupos ensaiaram fora das escolas, nos estacionamentos, muitas vezes sem banheiro e sem água! Muita gente, durante muito tempo — e eu não sei se estão vendendo ainda —, vendeu água, bilhete, feijoada ou rifa para conseguir chegar aonde vocês chegaram!

Eu fico feliz com isso.

O Deputado Prof. Paulo Fernando, que está aqui, ao nosso lado; a Senadora Leila, que se manifestou; a nossa Deputada Distrital Doutora Jane, que substitui em boa hora o nosso Deputado Reginaldo Sardinha, que também sempre participou do movimento junino, todos participaram conosco desta sessão. Eu tenho certeza de que a cada ano nós vamos conseguir mais pessoas.

Agradeço ao nosso Deputado de Roraima, que também foi coautor do requerimento de realização desta sessão solene tão bonita.

Viva o movimento junino!

Parabéns a cada um de vocês! (*Palmas.*)

Obrigado.

Quero agradecer, de uma forma muito especial também, à minha netinha Sofia. O Bernardo não veio porque estava na escola, mas a Sofia está aqui.



Ouviu, Sofia? Obrigado pela presença.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Cumprida a finalidade desta Sessão Solene do Congresso Nacional, agradeço a todos da Mesa e aos participantes, que nos honraram com a sua presença.

Declaro encerrada esta sessão solene.

Obrigado a todos pela presença.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 51 minutos.)



**Ata da 12^a Sessão, Solene,
em 3 de julho de 2023**

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência da Sra. Carol Dartora e dos Srs. Prof. Paulo Fernando e General Pazuello.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 15 minutos e encerra-se às 12 horas e 24 minutos.)



A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. Bloco/PT - PR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e todos!

Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a homenagear o Dia Mundial do Refugiado.

A presente sessão foi convocada em atendimento ao Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2023, de autoria do Deputado Túlio Gadêla e da Senadora Mara Gabrilli.

Compõem a mesa desta sessão solene, juntamente com esta Presidência, o Sr. Embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Secretário de Assuntos Multilaterais Políticos do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Augusto de Arruda Botelho, Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; a Sra. Luciene de Aguiar Dias, Coordenadora-Geral de Saúde do Trabalhador, representando a Ministra da Saúde; o Sr. Davide Torzilli, representante do Alto Comissariado da Agência da ONU para Refugiados (Acnur) no Brasil; a Sra. Damelis Castillo, Coordenadora da Rede de Apoio a migrantes e refugiados Guaramo Solidário e ativista refugiada da Venezuela.

Neste momento, eu convido a todos para, em posição de respeito, entoarmos o nosso Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. Bloco/PT - PR. Para discursar - Presidente.) – Por favor, convidados, podem se dirigir aqui para a mesa.

Antes do meu pronunciamento, eu gostaria de fazer um apelo a todos os oradores. Nesta sessão em que dedicamos nossa atenção à pessoa humana em estado de vulnerabilidade, não podemos nos esquecer de olhar para um grupo que nos é muito importante: os deficientes visuais. Com uma atitude simples, eles podem aproveitar melhor esta solenidade. As imagens não apenas podem ser captadas pelo sentido da visão, mas também comunicadas verbalmente. Assim, se cada um, ao tomar a palavra, fizer uma curta autodescrição, poderemos todos colaborar para incluir as pessoas que não enxergam e fortalecer a sua cidadania. Basta falar um pouco sobre a própria aparência física, do corpo, das roupas e de algum adereço que esteja usando. Então, a todos os oradores que se sintam à vontade para fazê-lo peço que, antes de discursarem, pratiquem esse gesto de empatia que começa por mim. Eu sou a Deputada Federal Carol Dartora. Sou uma mulher preta de cabelo crespo 4C curto, estou com uma camisa preta, com um pingente de prata e um búzio e presido esta sessão com muito orgulho nesta manhã.

Desta mesa, trago uma nominata: Presidente desta sessão a Sra. Deputada Carol, eu; requerente desta sessão, Sra. Senadora Mara Gabrilli; também requerente desta sessão, Deputado Federal Túlio Gadêla; representando o Ministério das Relações Exteriores, o Secretário de Assuntos Multilaterais Políticos, Sr. Embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozendey; representando o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Secretário Nacional de Justiça, Sr. Augusto de Arruda Botelho; representando a Ministra da Saúde, a Coordenadora-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador, Sra. Luciene de Aguiar Dias; representante da Agência da ONU para Refugiados, Sr. Davide Torzilli; refugiada da Venezuela e Coordenadora do Projeto Guaramo Solidário, Sra. Damelis Castillo.

É muito importante que a gente faça esta parada nesta semana, neste mês, para pensar o Dia do Refugiado, para pensar o Dia do Migrante, pensar o que isso significa.

Refugiado é alguém que foge de seu país em busca de segurança. É alguém que escapou de conflitos ou sofreu perseguições por causa de sua etnia, de sua religião, de suas afinidades sociais ou políticas. É alguém que foi obrigado a abandonar tudo – pátria, terra, casa, bens, amigos, família... –, em busca de um futuro seguro em um lugar estranho, um lugar que não é seu.

Em nosso país, segundo o Observatório das Migrações Internacionais, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, recebemos, ao longo da última década, cerca de 350 mil pedidos de refúgio. Apenas no



ano passado, foram mais de 50 mil pedidos. São pessoas vindas principalmente – mas não apenas – da Venezuela, de Cuba, de Angola. No total, abrigamos hoje em torno de 66 mil refugiados, ou seja, estamos falando de uma questão humanitária, urgente, de enorme significado, tanto quantitativo, como mostram os números, como qualitativos. Afinal, são pessoas – homens, mulheres e crianças – que foram forçadas a largar tudo e partir em direção do desconhecido, sem saber se o futuro será melhor ou pior.

O Dia Mundial do Refugiado, celebrado anualmente em 20 de junho, tem essa função, a função de relembrar a situação de desespero vivida por essas pessoas, de manter próxima de nossas mentes e de nossos corações essa triste realidade.

O Dia Mundial do Refugiado é também uma oportunidade para agradecer aos que não se dedicam à causa dos refugiados. E por que não? Uma oportunidade para inspirar os que ainda não despertaram para a magnitude e a gravidade do problema.

É importante dizer que migrar é algo humano. O ser humano migra desde sempre. E também lembrar que essa migração se torna, no contexto de hoje, mais difícil, quando a gente pensa discriminações raciais. Então, é importante, nesse dia, a gente fazer uma reflexão de como a migração negra é mais duramente penalizada, pensar a situação dos imigrantes haitianos que estão no nosso país... Acho que isso é uma reflexão urgente para ser feita.

Sendo assim, esta sessão solene não poderia deixar de reconhecer os esforços de algumas instituições, que realizam um trabalho fundamental em prol dessa causa. Então, agradecemos aqui à Acnur, a agência da ONU para refugiados, que atua em nosso país desde 1982; agradecemos ao Instituto Migrações e Direitos Humanos, entidade filantrópica que, desde 1999, presta atendimento jurídico e socioassistencial a refugiados e pessoas deslocadas – o Instituto Migrações e Direitos Humanos também articula a Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, que reúne cerca de 60 instituições da sociedade civil em todo o país –; agradecemos ao Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, que oferece a essas pessoas educação, apoio psicossocial, pastoral. Agradecemos também à Associação Voluntários para o Serviço Internacional, que, desde 2007, dá fundamental apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade ou emergência humanitária – um exemplo de sua atuação é o projeto “Acolhidos por meio do trabalho”, que apoia a contratação de refugiados venezuelanos e os integra ao mercado de trabalho brasileiro –; agradecemos também à Caritas Arquidiocesana de São Paulo, por seu incansável trabalho de acolhida e orientação aos refugiados e estendemos os nossos agradecimentos a todos que operam, muitas vezes anonimamente, em defesa dos refugiados.

Por fim, gostaríamos de colocar à disposição de todos a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados do Congresso Nacional. Nossa Comissão acompanha, monitora, fiscaliza no âmbito do Parlamento brasileiro todas as questões relacionadas aos movimentos migratórios internacionais e ao direito dos refugiados.

Eu gostaria de também fazer um agradecimento especial a pessoas que não estão aqui neste momento, mas que têm feito um trabalho fundamental: o Paulo Illes, Coordenador-Geral de Política Migratória do Ministério da Justiça, e a Profa. Tatiana Friedrich, Diretora do Departamento de Migrações do Ministério da Justiça.

Nossa luta é por um mundo mais justo e solidário, em que as pessoas não precisem buscar refúgio fora de seus países, mas, enquanto tal objetivo não for alcançado, continuaremos trabalhando para que os refugiados encontrem no Brasil não apenas a segurança que buscam, mas a prosperidade que almejam. Migrar é um direito humano, e que o nosso país se coloque para respeitar o direito de todas as pessoas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Neste momento, convido a todos para assistirem, no painel, ao vídeo preparado pela Agência da ONU para Refugiados no Brasil.



(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTE (Carol Dartora. Bloco/PT - PR) – Eu gostaria de citar também, neste momento, mais algumas autoridades presentes: a Encarregada de Negócios da Irlanda, Sra. Maeve McKiernan, e as senhoras e os senhores membros do Corpo Diplomático dos Estados Unidos e do Haiti.

Peço licença e convido o Deputado Prof. Paulo Fernando para continuar a Presidência desta sessão, para prosseguir na continuidade dos trabalhos.

Muito obrigada.

(A Sra. Carol Dartora deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Prof. Paulo Fernando.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Bom dia!

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Secretário de Assuntos Multilaterais Políticos, representando o Ministério das Relações Exteriores.

O SR. CARLOS MÁRCIO BICALHO COZENDEY (Para discursar. Sem revisão do orador.)
– Bom dia!

Sou Carlos Márcio Cozendey, Embaixador, pardo, calvo, de óculos, estou com um terno escuro, uma gravata azul-escura.

Deputado Paulo Fernando, Senadora Mara Gabrilli, Deputado Túlio Gadêlha, que convocaram a sessão, Secretário Augusto Botelho, Sra. Luciene Dias, Sr. Davide Torzilli, Sra. Damelis Castillo, senhoras e senhores, é com grande honra que eu represento o Ministro Mauro Vieira neste evento em homenagem ao Dia Mundial do Refugiado. Esse dia é uma ocasião para nós refletirmos e honrarmos a história de milhões de indivíduos que se veem forçados a abandonar seus lares e seus países em busca de segurança e de proteção internacional. Como vocês sabem, muitos caminham por centenas de quilômetros, cruzam fronteiras, enfrentam todo tipo de riscos e de dificuldades para reconstruírem as suas vidas.

O momento atual é particularmente desafiador, porque nós temos observado a multiplicação de crises e de conflitos armados antigos e novos com gravíssimas consequências humanitárias. Em decorrência, nunca na história, houve tantas pessoas em situação de deslocamento forçado – mais de 100 milhões, segundo a Agência da ONU para Refugiados.

A necessária solidariedade internacional, infelizmente, nem sempre cresce na mesma proporção. Nós temos notado, com muita preocupação, a proliferação de discursos e práticas xenofóbicas, o aumento de restrições à entrada de estrangeiros em diversos países e a construção de muros reais ou simbólicos, que nos distanciam do verdadeiro sentido da nossa existência e dos valores que nos unem.

O Brasil felizmente tem caminhado, com muito orgulho, na direção contrária a essa tendência. Logo nos primeiros dias do Governo Lula, anunciamos o retorno do país ao Pacto Global para Migração. Esse foi um sinal do compromisso renovado com a proteção dos direitos humanos de todos os migrantes, independentemente do seu *status* migratório, e com o necessário tratamento multilateral do tema das migrações, já que nenhum país sozinho pode lidar com esses desafios.

O Ministro Mauro Vieira se reuniu com diversas personalidades internacionais durante esse período e recebeu inúmeros elogios às iniciativas brasileiras de acolhida humanitária. Como vocês sabem, nós temos hoje programas de vistos humanitários que facilitam a entrada no Brasil de haitianos, de sírios, de afegãos, entre outras nacionalidades afetadas por problemas graves, e desenvolvemos programas de acolhida dessas pessoas que facilitem a sua integração no Brasil.

No campo internacional, o Brasil está engajado também nos preparativos do Fórum Global de Refugiados, que será realizado em dezembro próximo. Estamos empenhados em cumprir o nosso papel



como ponte entre os organizadores do evento e os mais diversos órgãos do Governo brasileiro, além de agências da ONU que atuam no Brasil.

Nós temos recebido um número grande de refugiados – não só de refugiados, mas também de imigrantes –, entretanto é importante lembrar que esse número ainda é pequeno, em comparação com o número de estrangeiros que vivem no Brasil, hoje, de cerca de 0,5%, apenas, da população brasileira. Então, embora o Brasil seja um país de imigração e todos nós, a começar por mim, sejamos descendentes em segunda, terceira, quarta geração de pessoas que vieram de fora para o Brasil e aqui foram acolhidos, hoje nós temos uma proporção pequena da população brasileira que nasceu no exterior.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS MÁRCIO BICALHO COZENDEY – Temos, portanto, muito espaço para receber novas pessoas que tenham a necessidade da nossa acolhida, e, como brasileiros, vamos mostrar a todos eles a nossa capacidade e o nosso grande coração.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Obrigado pelas palavras do senhor.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Augusto de Arruda Botelho, Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O SR. AUGUSTO DE ARRUDA BOTELHO (Para discursar. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes!

Inicialmente, eu vou me autodescrever: sou um homem branco de 1,90m, estou vestindo um terno azul escuro e tenho barba e cabelos grisalhos.

Um bom dia! Gostaria de iniciar cumprimentando todos os meus amigos e amigas que compõem esta mesa e ressaltar a importância desta sessão solene, principalmente no momento atual que o Brasil e o mundo atravessam. Então, cumprimento, pela iniciativa, a Senadora Mara Gabrilli e o Deputado Federal Túlio Gadêlha, na convocação desta sessão solene.

Gostaria de saudar também todas as autoridades que estão aqui presentes, principalmente os representantes da sociedade civil, parceiros de primeira hora nessa jornada, e também os organismos internacionais, especialmente o Acnur, que, desde os primeiros dias deste novo Governo, tem se mostrado também um enorme parceiro na construção e na solução dos obstáculos que a gente tem enfrentado.

Eu não tenho nenhuma vaidade ao assumir que o tema da migração e do refúgio é um tema novo para mim. A Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública é responsável pela política de migração e refúgio do nosso país, responsabilidade esta, então, que está dentro da minha secretaria.

Essa secretaria cuida de diversos outros temas bastante importantes, mas esse, especificamente, foi uma novidade para mim. Desde o primeiro momento em que assumi, no dia 2 de janeiro, o que fiz? Procurei estudar, ler e me inteirar, conversar, ouvir, e, hoje, com quase seis meses de Governo, eu posso garantir que esse tema se tornou prioritário para mim e para a minha secretaria, diante dos desafios, mas diante também do quanto o tema é apaixonante.

Eu, hoje, posso me considerar um ainda aprendiz, mas um aprendiz com muita vontade de aprender mais e resolver. E este final de semana é simbólico, por assim dizer – é importante que esta sessão solene aconteça nesta segunda-feira –, depois de um final de semana em que todos nós, que trabalhamos com essa pauta, fomos colocados à prova.

A situação dos afegãos no Brasil já é conhecida de todos nós, mas este final de semana ela foi especialmente desafiadora, quando nós nos deparamos com aproximadamente 150 afegãos no Aeroporto de



Guarulhos acometidos por escabiose, uma doença contagiosa, e, sob a liderança do Ministério da Justiça, sob a liderança da Secretaria Nacional de Justiça, tivemos que, durante este final de semana, fazer um plano emergencial de acolhimento desses 150 afegãos.

E por que é importante acontecer esta sessão na segunda-feira, ainda com esse tema quente? Porque este final de semana eu pude passar por tudo o que o tema de refúgio passa: eu pude observar o preconceito, eu pude observar a xenofobia, a burocracia, a situação de emergência que essas pessoas passaram e a resposta negativa que, muitas vezes, a sociedade desse ponto de vista dava.

(Soa a campainha.)

O SR. AUGUSTO DE ARRUDA BOTELHO – Por outro lado, e é este lado que eu quero ressaltar, pudemos observar também a solidariedade do povo brasileiro, o acolhimento, a participação da sociedade civil – essencial, principalmente num momento emergencial como este –, a compaixão. E foi uma das cenas mais emocionantes que, nesses 100 dias de Governo, eu pude perceber: quando os ônibus com 150 afegãos chegaram na cidade de Praia Grande e foram acolhidos por um sindicato – acolhidos por um sindicato, é bom dizer –, foram recebidos sob aplausos durante a madrugada. É essa imagem que eu gostaria de que fosse a imagem que ficasse guardada hoje nesta sessão solene do Dia do Refugiado, e são essas características que eu pretenderei imprimir na Secretaria Nacional de Justiça no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigado por suas palavras.

Concedo a palavra, por cinco minutos, para participação remota, à Sra. Senadora Mara Gabrilli, autora do requerimento para a realização desta sessão solene e Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco/PSD - SP. Para discursar. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas!

Bom dia, Deputado Prof. Paulo Fernando, Presidente desta sessão solene que o Congresso Nacional realiza para celebrar o Dia Mundial do Refugiado!

Também irei me autodescrever para as pessoas com deficiência visual: eu sou uma mulher branca com cabelos lisos claros um pouco abaixo dos ombros, estou usando um vestido de cor verde bem forte, sentada numa cadeira de rodas, e, atrás de mim, tem um quadro com uma paisagem e um arco-íris.

Bom dia de novo e o nosso muito obrigada por aceitarem o nosso convite para homenagear a força e a coragem das pessoas que são forçadas a deixar seus países de origem devido a conflitos, a desastres ou perseguições.

Muito obrigada pela presença de todos.

Eu quero agradecer também às embaixadas presentes, à Deputada Carol Dartora, que iniciou a Presidência desta sessão. E ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, especialmente agradeço por toda a sua dedicação e de sua equipe da Secretaria-Geral da Mesa, que possibilitaram a realização desta justa homenagem, inclusive para a minha participação à distância.

Eu só não estou aí com vocês fisicamente porque algumas demandas familiares me impediram de ir a Brasília. Infelizmente, eu não consegui ir hoje. Mas estejam certos de que o meu coração está aí para aplaudir, junto com a Presidente desta sessão, a Deputada Carol, com todas as novas Deputadas, os Deputados e todas as nossas convidadas e os nossos convidados presentes, hoje, aqui, todos os refugiados pelo mundo.

Antes da minha fala, eu gostaria de dizer que eu tenho uma convidada ilustre aqui comigo, mas



ainda é uma surpresa. Calma.

Esta sessão solene foi marcada para a abertura da retomada dos trabalhos da CMMIR (Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados), do Congresso Nacional.

Nesta legislatura, eu tive a honra de ser eleita Presidente da Comissão e reforço aqui o nosso compromisso em dar continuidade às ações e ao monitoramento das políticas para refugiados e migrantes do Brasil. O nosso maior objetivo será sempre acolher e promover a plena inclusão social de todos que buscam o refúgio e um lar em nosso país.

Como a gente já sabe, tivemos tantas pessoas forçadas a se deslocar pelo mundo. A cada relatório anual da Acnur, o Global Trends, esse número aumenta, e chegamos em 2023 a um novo recorde de 110 milhões de pessoas migrantes e refugiadas no mundo. Isso representa mais do que a metade da população brasileira.

Infelizmente, seguimos com algumas situações emergenciais que demandam mais atenção.

Ano passado, o Deputado Túlio Gadêlha e eu estivemos vistoriando a situação angustiante dos afegãos e afegãs no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Buscamos soluções para ampliar as vagas nos centros de acolhimento, aqui em São Paulo. Mas a situação ainda segue muito complexa, apesar dos esforços reconhecidos aqui da Prefeitura de Guarulhos, de São Paulo, mas exige muita cooperação e parceria com o Governo Federal.

Eu agradeço também a operação atualmente realizada pelo Ministério da Justiça na Praia Grande.

Do mesmo modo, seguimos acompanhando as novas ações da Operação Acolhida, em Roraima, para interiorização de pessoas venezuelanas ao redor do país.

Temos também refugiados ucranianos, que fogem das mazelas da invasão russa.

No ano passado, eu organizei, junto ao Itamaraty, uma missão especial de doações para a Ucrânia, com um olhar para as pessoas com deficiência daquele país. Conseguimos enviar não só medicamentos e insumos médicos como também muletas, cadeiras de rodas para a Ucrânia.

Eu espero que possamos seguir em plena cooperação com o Ministério de Relações Exteriores, por meio da agência ABC, nessas ações humanitárias.

Temos buscado sempre alinhar o nosso trabalho parlamentar com a sociedade civil e com os demais Poderes, especialmente o Executivo.

Por isso eu agradeço a presença do Embaixador Carlos Cozendey, do Itamaraty; do Secretário Nacional da Justiça, Augusto de Arruda Botelho; da Presidente do Conare, Sheila Carvalho, e do Carlos Alberto Ricardo Júnior, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que falarão um pouco sobre suas ações para atender as necessidades das pessoas refugiadas e combater a xenofobia, o racismo e quaisquer formas de discriminação. Eu gostaria também de agradecer a presença do Davide Torzilli, nosso mais alto representante do Acnur no Brasil, que nos solicitou a realização desta sessão solene e tem sido um grande aliado da CMMIR.

E não à toa, essa imagem que vocês veem projetada no Plenário do Senado é justamente da campanha de 2022, do Dia Mundial do Refugiado. Foi a primeira vez na história do Congresso Nacional que imagens de refugiados e refugiadas foram projetadas em suas edificações, em uma parceria do nosso gabinete com o Acnur. *Grazie mille*, Davide.

Não menos importante, eu quero agradecer muito a presença de representantes importantíssimos da sociedade civil brasileira que atuam na linha de frente para a garantia de direitos de refugiados e imigrantes no Brasil. Meu muito obrigada para vocês, obrigada ao Padre Agnaldo, Diretor Nacional do Serviço Jesuíta; à Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos; e à Thais Braga, da Associação Voluntários para o Serviço Internacional.

O trabalho de vocês junto aos poderes públicos é de suma importância e, como hoje é dia de



homenagearmos, sobretudo, as pessoas que escolheram o Brasil como um novo lar, eu não posso deixar de destacar aqui a minha felicidade de poder ouvir as experiências de duas mulheres refugiadas: a Prudence Kalambay e a Damelis Castillo. Muito obrigada pela presença de vocês.

A Prudence, que também participa de forma remota como eu, foi *miss* em seu país de origem, a República Democrática do Congo, mas precisou fugir por conta da perseguição política que sofreu. Será muito importante conhecer suas percepções do Brasil, Prudence, e também como é a vida dos seus cinco filhos e dois netos em nosso país.

A Damelis é venezuelana de Caracas e está à frente da rede Guaramo Solidário, que dá apoio a dezenas de mulheres refugiadas e migrantes no Brasil. E além de ajudar tanta gente, a Damelis refez sua vida em nosso país e hoje é mãe e avó de filhos e netos brasileiros.

E aqui ao meu lado, nesta sessão, que está me trazendo tanta alegria, está mais uma refugiada, a Razan Suliman. A Razan vai dividir a tela aqui comigo. Em 2014, a Razan fugiu da guerra da Síria e encontrou refúgio na cidade de São Paulo. E, como sabem, a guerra síria eclodiu em 2011, na esteira da Primavera Árabe, convertendo esse incrível país em palco de uma sangrenta guerra, que gerou mais de 12 milhões de sírios deslocados no mundo.

A Razan é uma mulher talentosa, uma empreendedora aqui no Brasil atualmente, mãe de três filhos brasileiros, que prosperou com o seu negócio como chefe de comidas árabes no bairro do Ipiranga, aqui em São Paulo. A Razan foi fotografada pela Acnur, e foi assim que eu a conheci. Quando eu perguntei mais sobre ela, a sua história de resiliência me impactou demais. E aqui estamos nós neste primeiro encontro.

Eu gostaria de pedir ao Presidente que a gente possa quebrar o protocolo e permitir uma breve saudação dessa mulher incrível que é um exemplo para todos nós brasileiros, para todos os refugiados e migrantes do mundo.

Razan, a palavra é com você.

A SRA. RAZAN SULIMAN (Para discursar. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada.

Olá, gente! Boa tarde! Tudo bem? Bom dia por aqui.

Meu nome é Razan Suliman. Sou uma refugiada da Síria aqui. Sou mãe de três crianças brasileiras e duas crianças que estão na Alemanha com o meu primeiro marido, primeiro casamento.

Agradeço a Dra. Mara. Agradeço a vocês pelo convite. Muito obrigada. Espero que o trabalho de vocês ajude nossos refugiados a crescerem mais e fazerem mais coisas. Muito obrigada.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Razan, obrigada. Razan arrasando, linda. Muito obrigada.

Na sua pessoa, eu agradeço mais uma vez a presença de nossos convidados e convidadas. Quero muito ouvi-los.

E, por fim, gostaria apenas de contar para vocês que, além desses desafios urgentes na pauta migratória, a CMMIR também seguirá discutindo questões fundamentais para oferecer proteção, assegurar direitos aos migrantes e refugiados aqui no Brasil. A gente já fez audiências públicas e continuaremos fazendo sobre inclusão de crianças migrantes nas escolas e o direito de matrícula a qualquer tempo do ano letivo, assim como o acesso aos níveis mais altos de educação e ao mercado de trabalho, a revalidação de diplomas, a institucionalização da Política Nacional de Migrações, o tráfico de pessoas, entre outros desafios.

Eu convido a todos a acompanharem essas discussões e a seguirmos trabalhando juntos em parcerias, sempre com muita empatia e inclusão. Contem conosco.

Muito, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Cumprimento a



Senadora Mara Gabrilli pelas palavras e pela iniciativa da realização desta sessão.

Registro a presença, nas galerias do Senado, de membros da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso – sejam bem-vindos –; e a presença também do Coordenador de Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Sr. Carlos Alberto Ricardo Júnior.

Dando prosseguimento à nossa sessão, concedo a palavra, por cinco minutos, à Sra. Luciene de Aguiar Dias, Coordenadora-Geral da Saúde do Trabalhador, representando o Ministério da Saúde.

A SRA. LUCIENE DE AGUIAR DIAS (Para discursar. Sem revisão da oradora.) – Obrigada. Bom dia.

Sou Luciene, uma mulher parda de cabelos cacheados, acobreados. Estou vestindo um *blazer* de cor laranja com a insígnia do Ministério da Saúde e o Zé Gotinha embaixo, lembrando a todos da importância da vacinação.

Quero saudar, então, o Sr. Deputado Federal Prof. Paulo, que está presidindo esta sessão, os requerentes, a Senadora Mara Gabrilli e também o Deputado Federal Túlio Gadêla.

Gostaríamos aqui, em nome da nossa Ministra de Estado da Saúde, Dra. Nísia Trindade, e da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Dra. Ethel Maciel, que não puderam estar presentes devido a outras agendas, de saudar e externalizar nosso agradecimento pelo convite para participar dessa importantíssima sessão solene em referência ao Dia Mundial do Refugiado, bem como de parabenizar a iniciativa.

Constitucionalmente, refugiados, independentemente de qualquer questão documental ou nacionalidade, possuem direito à saúde, possuem direito a terem sua saúde preservada, protegida e a terem acesso a cuidados de saúde.

O Ministério da Saúde possui a responsabilidade de efetivar esse direito aos mais de 65.840 refugiados conhecidos e reconhecidos pelo Comitê Nacional para Refugiados (Conare), pelos que solicitaram refúgio e demais migrantes internacionais que se encontram no Brasil.

O Sistema Único de Saúde é pautado, dentre seus princípios e diretrizes, pela universalidade, integralidade e a equidade. Em outras palavras, a saúde é para todos e todas, considerando as diferenças e potencialidades de cada grupo social.

Dessa forma, gostaríamos, com alegria, de compartilhar, nesta sessão, que, no dia 29 de junho de 2023, foi publicada em *Diário Oficial* a Portaria nº 763 do Ministério da Saúde, assinada pela Ministra Nísia Trindade, que institui o grupo de trabalho com a finalidade de elaborar proposta para o estabelecimento da Política Nacional de Saúde das Populações Migrantes, Refugiadas e Apátridas. Esse grupo de trabalho reunirá as secretarias desse ministério em reforço ímpar de organizar estratégias específicas de garantia do direito à saúde dessa população, incluindo, neste processo, a participação social de pessoas refugiadas e também entidades engajadas na temática.

Esse grupo de trabalho só foi possível a partir da visão do Ministério da Saúde de ampliar as políticas de equidade à saúde e por sua sensibilidade aos anseios sociais pelo aprofundamento da democracia no campo da saúde coletiva, representada por movimentos sociais de migração e pelos fóruns populares estabelecidos nos últimos anos em defesa da saúde de migrantes, refugiados e apátridas.

A atuação do Ministério da Saúde se estende ainda aos diferentes acordos e cooperações internacionais, fortalecimento da saúde nas fronteiras...

(Soa a campainha.)

A SRA. LUCIENE DE AGUIAR DIAS – ... cooperação no Mercosul, produção de conhecimento multilateral entre centros de pesquisas e universidades.



Então, para finalizar, o Brasil, marcado por históricos fluxos migratórios, caminha para tornar-se cada dia mais um país de acolhimento de todos os povos. E o SUS cada dia mais é um sistema de enfrentamento às desigualdades sociais e iniquidades em saúde.

Mais uma vez agradecemos o convite em nome da Ministra Nísia e da Secretária de Vigilância em Saúde, Ethel Maciel. E o Ministério da Saúde está à disposição para contribuições e sinergias nos diferentes tópicos que se apresentem.

Viva o SUS! Viva a democracia! Vivam as populações refugiadas e o avanço na efetivação de seu direito à saúde!

Obrigada e boa sessão para todos nós! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigado pelas palavras da senhora.

Registo a presença também da Diretora e Fundadora do Instituto Migrações e Direitos Humanos, a Sra. Irmã Rosita Milesi; e também do Diretor Nacional do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, o Sr. Padre Agnaldo Pereira de Oliveira Júnior.

Dando prosseguimento à sessão, concedo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Davide Torzilli, representante do Alto Comissariado da Agência da ONU para Refugiados no Brasil.

O SR. DAVIDE TORZILLI (Para discursar. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Bom dia a todos!

Vou me descrever: sou um homem branco, italiano – então, vão escutar um sotaque –, tenho cabelo e barba castanhos e visto um terno cinza. É uma honra e um prazer representar a Acnur (Agência da ONU para Refugiados) nesta sessão solene do Congresso Nacional para comemorar o Dia Mundial do Refugiado.

Antes de tudo, queria transmitir as calorosas saudações do Alto Comissário para Refugiados, o Sr. Filippo Grandi, e cumprimentar as autoridades presentes que acompanham esta sessão; cumprimentar a Deputada Carol Dartora, o Deputado Prof. Paulo Fernando e, em particular, cumprimentar o Deputado Túlio Gadêlha e a Senadora Mara Gabrilli, que solicitaram esta sessão, e agradecer-lhes. Quero também parabenizar a Senadora Mara por assumir a Presidência da CMMIR.

Também quero saudar os parceiros da sociedade civil com quem trabalhamos e saudar as pessoas refugiadas que acompanham esta sessão, em particular a Damelis, que trará um testemunho de sua vivência de resiliência e superação.

Quero também saudar todas as pessoas presentes e aquelas que acompanham remotamente esta sessão e agradecer ao Congresso Nacional, por meio do Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, pela organização do evento.

Este ano, o Dia Mundial dos Refugiados se concentra no poder da inclusão e nas soluções para as pessoas refugiadas. Esta data simbólica celebra a força e a coragem das pessoas refugiadas que foram forçadas a deixar seu país em razão de conflitos, violências e violações dos direitos humanos. A opção de permanecer em seus países, nesse caso, pode definir uma situação de vida ou morte. É por essa razão que pessoas refugiadas têm direito a uma proteção internacional específica definida no Direito Internacional dos Refugiados, proteção que deve ser refletida nas políticas públicas nacionais. Incluir e integrar as pessoas refugiadas é a maneira mais eficaz de apoiá-las no recomeço de suas vidas e permitir que contribuam para os países que as acolhem, com seus valores, suas culturas, conhecimentos e qualificações. Essa também é a melhor maneira de prepará-las para eventualmente voltar para casa e reconstruir seus países quando as condições permitirem que o façam de forma segura e voluntária.

O lema do Dia Mundial dos Refugiados é ainda mais relevante hoje, em um contexto mundial em que conflito, violência e violações de direitos humanos seguem deslocando forçadamente milhões de pessoas,



enquanto soluções para essas pessoas seguem limitadas.

Já foi referido, no relatório Tendências Globais, que a Acnur publicou, no mês passado, que até maio de 2023, mais de 110 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar – 110 milhões. Isso significa que uma em cada 74 pessoas no mundo se encontra deslocada. E o que se percebe em nível global se reflete no Brasil: hoje o Brasil acolhe quase 650 mil pessoas refugiadas, solicitantes da condição de refugiado, e outras pessoas com necessidade de proteção internacional.

Os desafios da integração são inúmeros...

(Soa a campainha.)

O SR. DAVIDE TORZILLI – ... para qualquer Estado. E o Estado brasileiro tem demonstrado claramente o compromisso de ampliar a proteção e as oportunidades de integração.

Quero lembrar boas práticas do Estado brasileiro na integração e proteção de refugiados: a política de visto humanitário para refugiados afetados por graves violações de direitos humanos; a Operação Acolhida, resposta emergencial estabelecida no norte do país para pessoas deslocadas pela situação na Venezuela; e, mais recentemente, o Plano de Ação para o Fortalecimento da Proteção e Integração Local da População Haitiana no Brasil. Também a política nacional sobre refugiados, migrantes e apátridas, que está sendo desenvolvida, representará, estamos certos, um marco determinante para responder a fluxo futuro de refugiados de forma mais previsível para evitar respostas emergenciais.

Como estamos vendo na resposta à chegada de refugiados afegãos, políticas públicas e coordenação em todos os níveis do Estado, com a participação da sociedade civil, da Acnur e de outros organismos internacionais são essenciais para solucionar situações complexas e garantir o respeito dos direitos daquelas pessoas que precisam de proteção internacional.

Por fim, apesar do ambiente protetivo existente no Brasil, ainda há um longo caminho a trilhar. Em nível global, centenas de milhares de pessoas seguem sendo obrigadas a deixar seus países. A nova rodada do Fórum Global sobre Refugiados, prevista para dezembro deste ano, oferece uma oportunidade para visibilizar as melhores práticas e debater com todos os atores da sociedade novas e ainda mais modernas soluções.

A parceria da Acnur com o Estado brasileiro existe pelo menos desde que a Acnur abriu seu primeiro escritório no Rio de Janeiro, em 1982. Durante os 41 anos de atuação no Brasil, a Acnur tem pactuado o seu trabalho no apoio e complementação dos esforços do Estado e seguiremos nesse propósito de avançar junto com o Congresso Nacional e outras esferas do Governo, da sociedade civil e das próprias pessoas refugiadas no fortalecimento do instituto do refúgio.

Agradeço ao Brasil pela solidariedade com a pessoa refugiada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Obrigado pelas palavras do senhor.

Registro a presença da Sra. Thais Braga, Gerente de Projetos da Associação Voluntários para o Serviço Internacional Brasil.

Concedo a palavra à Sra. Damelis Castillo, Coordenadora da Rede de Apoio a Migrantes e Refugiados Guaramo Solidário e ativista refugiada da Venezuela.

A senhora dispõe de cinco minutos.

A SRA. DAMELIS CASTILLO (Para discursar. Sem revisão da oradora.) – Bom dia, ilustríssimos senhores e senhoras da mesa; todos os nossos convidados, todo o pessoal da rede Guaramo Solidária que veio me acompanhar e dar força, porque todos somos um. A presença deles tira um pouco o meu temor e me dá força para estar aqui hoje.



Bertolt Brecht dizia que há muitas maneiras de matar uma pessoa: cravando um punhal, tirando o pão, não tratando sua doença, condenando-a à miséria, fazendo trabalhar até arrebentar, impelindo-a ao suicídio direta ou indiretamente, enviando para a guerra etc. Só a primeira é proibida pela maioria dos Estados.

Eu, como artista, ativadora cultural, agente cultural, quis pegar essa frase de Bertolt Brecht e dar a volta por cima. Prefiro falar que há muitas maneiras de salvar uma pessoa, por isso estamos aqui hoje. Estamos aqui reunidos todos e todas interessados em salvar pessoas, seres humanos, sem importar sua cor de pele, procedência, religião, cultura, língua, idade, ideologia ou gênero.

Obrigada, excelentíssimos senhores e senhoras, irmã Rosita, minha madrinha, minha mãe, minha protetora número um do IMDH, que acolheu com muito amor minha família e que me inspira com a rede Guaramo para seguir inspirando muitos refugiados, migrantes e apátridas aqui no Brasil.

O Brasil segue disposto a liderar processos inovadores e criar novas relações multilaterais que beneficiem o povo nascido ou não nesta terra. Quantos empresários e empresárias mostram com orgulho o seu sobrenome, sabedoria e legado de parentes migrantes ou refugiados no Brasil! Quantas pessoas neste mesmo Congresso – artistas, cientistas, esportistas – descendentes de imigrantes e refugiados! Por isso estamos aqui para contribuir e inspirar ações, gerar ações, novas ações, sempre melhores ações, aperfeiçoando progressivamente cada uma dessas grandes ações que todos vocês têm promovido até hoje.

Eu, como mulher de arte, achei interessante essa citação dura do Brecht, dramaturgo, ator, e decidi reverter essa mensagem, agradecendo pela importância de tudo que foi feito até hoje, indistintamente dos acertos ou desacertos, ou insuficiência de orçamentos em determinados momentos. Obrigada. Obrigada não somente em nome da minha família, mas de toda a minha grande família que não está aqui, mas está atenta a todos os pequenos passos e a todas as assinaturas que cada um de vocês imprimem em cada uma das novas políticas públicas em benefício dos migrantes e refugiados no Brasil.

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMELIS CASTILLO – Obrigada às instituições públicas brasileiras, organizações internacionais, igrejas diversas, empresários, personalidades e movimentos sociais, que têm somado importantíssimos apoios em diversos projetos e programas durante esses últimos anos, para salvar vidas que precisam ser acolhidas, evitando o punhal, a bala, a bomba nas costas, retirando o peso dos pés cansados e doloridos na *via crucis* terrestre e aérea, também protegendo em abrigos de transição, com alimento para o corpo e o espírito. Obrigada.

Com outras redes de apoio social compartilhamos diferentes tipos de apoio psicoemocional, informações básicas, assessoramentos, vinculamos em centros hospitalares especializados, sempre atendidos com o maior carinho pelo SUS...

Entendemos toda a situação pandêmica que vivemos, totalmente atípica no mundo...

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMELIS CASTILLO – ... mas temos fé que vamos seguir melhorando as políticas públicas também no SUS e essa saúde gratuita que todos almejamos, de grande eficiência.

Quando chegamos aqui, fizemos uma grande convocatória através dessa palavra originária, venezuelana, chamada *guaramo*. *Guaramo* é uma palavra que significa atitude, coragem, força de vontade, poder de resiliência. Quando retornei a esta terra novamente, em 2017, eu cheguei aqui só com essa palavra no meu coração, porque já não tinha aposentadoria, depois de 35 anos de trabalho. Então, o que é que eu tinha? *Guaramo*.

Esse *guaramo* é um legado de minhas avós, de minhas bisavós, e é esse mesmo legado que traz cada



um dos venezuelanos e venezuelanas que chegam aqui.

Então...

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMELIS CASTILLO – ... eu abracei meus irmãos e minhas irmãs com o que eu tinha nesse momento, que era resiliência. Lembrei a eles que essa palavra está neles e que eles podem superar qualquer tipo de dificuldade, com muita fé, e como são parte dessa política pública que vocês têm implementado até agora e que seguiremos implementando todos juntos.

Eu tinha preparado... Eu me emociono, porque para mim é muito difícil falar, em cinco minutos, tudo que eu sinto e tudo que eu tenho vivido. (*Palmas.*)

A rede Guaramo Solidário nasceu com o apoio dos meus amigos, familiares, ex-alunos e colegas que conheci aqui nos anos 80, porque sou egressa da UnB. Eu fui estudante e fui temporária residente aqui...

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMELIS CASTILLO – ... e nunca imaginei que voltaria em 2017 a recomeçar, não com uma bolsa de US\$1.040 que eu ganhava na época, na UnB, mas voltar com uma aposentadoria de US\$30 por mês.

Então, depois de todo um recorrido de 35 anos, voltar à mesma cidade que me formou, com uma aposentadoria de US\$30, só com muito *guaramo* mesmo para estar aqui hoje, com muito orgulho, dizendo que a gente está vencendo e que a gente vai seguir superando, com alegria, e meu maior orgulho e meu maior apoio são todas essas mulheres, meus irmãos *guaraus*, cada um desses homens que decidiram recomeçar suas vidas aqui e que estão seguindo em frente, com o apoio de cada um de vocês.

Eu nunca serei rica, com cifras no banco, mas posso ter certeza de que não existe pobreza no meu coração nem nas minhas mãos para seguir compartilhando tudo que Deus e vocês dão para a gente.

Obrigada. (*Palmas.*)

Anexo a essas palavras, que não consegui completar hoje, proposta de nossa rede Guaramo Solidário para seguir avançando na construção de políticas públicas e no programa do projeto Acolhida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Obrigado.

Dando continuidade, concedo a palavra por cinco minutos ao Sr. Carlos Alberto Ricardo Júnior, Coordenador de Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

O SR. CARLOS ALBERTO RICARDO JÚNIOR (Para discursar. Sem revisão do orador.)

– Bom dia a todas as pessoas, as aqui presentes e as que nos assistem remotamente.

Na pessoa do Deputado Paulo Fernando, eu cumprimento todas as pessoas aqui da mesa; e na pessoa de Damelis Castillo e de Prudence Kalambay, que nos assiste remotamente, eu cumprimento todas as pessoas migrantes, refugiadas e apátridas que estão aqui no nosso país.

Fazendo a minha autodescrição, eu sou um homem negro, de cabelos crespos; estou usando óculos, com um terno cinza e uma camisa na cor vinho.

Eu falo aqui da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e destaco essa coordenação, porque ela tem uma importância bem interessante, pois, pela primeira vez, o Governo Federal, na pasta de Direitos Humanos, criou uma estrutura de coordenação-geral para tratar desse tema. Então, isso é bastante importante, porque está mostrando esse olhar que a atual gestão está dando para esse público neste contexto que nós estamos vivenciando hoje. O tema está no Governo Federal em diversas outras pastas, mas trago



a importância de colocar isso na pasta de Direitos Humanos, no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, por causa do olhar da promoção e da defesa dos direitos dessas pessoas.

Aqui, no Brasil, imigrantes têm os mesmos direitos que qualquer outra pessoa brasileira. Isso é muito importante. E a gente sabe que o fato de ter o direito garantido em lei não necessariamente garante a efetivação desse direito na prática. Então, nós precisamos desse olhar dos direitos humanos, que é um olhar de forma integral para o ser humano, para poder garantir, de fato, a efetivação desses direitos. Então, destaco muito como uma das primeiras ações da pasta dos Direitos Humanos a criação dessa coordenação. Isso é muito importante.

E aí a gente tem desenvolvido uma série de ações, primeiro, em conjunto com todo o Governo Federal, com esse olhar interministerial, interfederativo, intersetorial, com esse olhar integral para o ser humano. A gente vem acompanhando a Operação Acolhida, levando esse olhar dos direitos humanos, e acompanhando os comitês estaduais e municipais que atuam com a população migrante e refugiada.

Nós fizemos, na semana do Dia do Refugiado, a Semana de Migrações e Refúgio. Aí nós fizemos ali o lançamento de dois importantes produtos. Um foi o aplicativo chamado Clique Cidadania, que é um aplicativo criado inicialmente para pessoas migrantes, refugiadas e apátridas, mas que futuramente vai abranger diversos outros públicos. E aí é muito importante. É bem interessante a gente ver a importância desse aplicativo, porque uma pessoa que chega ao país e ainda não sabe falar a língua do país não tem noção sobre como funciona a estrutura de serviços e como acessar os direitos que estão disponíveis aqui no nosso país. Com esse aplicativo, as pessoas que chegam vão ter na palma da mão todas as informações ali concentradas, com uma forma muito simples de pesquisar, de acessar as informações. Inclusive, com apenas um clique, dois cliques, ela consegue inclusive fazer denúncias, registrar violações de direitos, acessar o Disque 100, acessar o Ligue 180, para violência contra a mulher.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO RICARDO JÚNIOR – Bom, já vou preparar aqui para finalizar.

Então esse foi um produto bem importante que nós lançamos na Semana de Migrações e Refúgio, além do lançamento de um curso voltado para o atendimento, para a rede de atendimento às pessoas migrantes refugiadas, mas ele serve também para as pessoas que se beneficiam desses atendimentos, porque ali elas vão encontrar um rol de informações para possibilitar o acesso a direitos, o que é bastante importante.

Nós temos também, assim, dentro dos nossos principais eixos de atuação, o trabalho com a sociedade civil organizada. Está dentro das nossas principais atividades fortalecer a participação social, esse trabalho para que as pessoas migrantes consigam adentrar os espaços de elaboração de políticas públicas para que elas possam falar por elas mesmas. Então, é muito importante...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO RICARDO JÚNIOR – ... quando o Governo Federal e outras organizações promovem, conseguem levar as demandas dessa população, mas a gente precisa que elas também falem por si próprias. Então, é um dos eixos da nossa atuação esse trabalho de participação social, um trabalho de capacitação e formação política para essas pessoas, para que elas possam auxiliar o Governo Federal na construção das políticas públicas destinadas a essas pessoas.

Por fim, eu digo que o ministério está à disposição da Casa Legislativa, está à disposição da sociedade como um todo, à disposição das pessoas migrantes e refugiadas para a gente melhorar, cada vez mais, o acesso aos direitos para essa população.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Obrigado pelas suas palavras.

Concedo a palavra, por cinco minutos, em participação remota, à Sra. Prudence Kalambay, atriz, modelo, empresária e ativista refugiada da República Democrática do Congo.

A SRA. PRUDENCE KALAMBAY (*Por videoconferência.*) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – A senhora pode falar. Estamos ouvindo bem.

A SRA. PRUDENCE KALAMBAY (Para discursar. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos, a todas.

Eu sou Prudence Kalambay Libonza, sou da República Democrática do Congo, sou uma mulher negra com vestido africano branco, uma touca azul, com postiça africana assim e um colar dourado no pescoço. Atrás de mim a parede é toda branca.

Como acabei de ser apresentada, sou artista, modelo e ativista de direitos humanos. Eu agradeço o convite dos Senadores, a todo mundo presente e também a todo o público que está nos assistindo.

Eu gostaria de falar que devemos estar neste lugar, como na semana passada. São duas semanas em que eu tive oportunidade de estar na mesa. Recebi o convite do ministério. Fiquei muito feliz de poder trazer e levar mais reflexões, mas infelizmente essa vez está presente... Mas é o nosso lugar, está muito presente, para poder debater essa situação migratória.

Temos que falar sobre a realidade dos povos de migrantes refugiados. Precisamente como uma mulher africana, eu tenho esse poder, essa iniciativa de poder trazer o que nós passamos. A África é um continente com seus 54 países, com toda a sua diversidade.

Sobre a nossa contribuição da migração dos africanos no Brasil, infelizmente somos muito esquecidos. Quando se fala sobre a migração, os povos africanos não são muito falados. Passamos por muitas coisas que a gente acha muito, muito que se fazem pelo papel de discriminação por ser o povo africano negro. Em especial, nós, mulheres, negras, migrantes, refugiadas, africanas e haitianas, estamos aqui para nos somar ao povo brasileiro para tentar uma vida melhor, no entanto deparamos com uma série de dificuldades que a vida cotidiana no Brasil nos impõe, como o racismo estrutural, machismo, feminicídio, xenofobia e todas as formas de discriminação e opressão, situação que nós denunciamos ao longo desses anos. Como vocês viram, dois dos nossos irmãos foram brutalmente assassinados: Moïse e João Manuel.

Pedimos que tenhamos espaço nas organizações que falam da nossa pauta, porque nós somos protagonistas. Nossos filhos nasceram aqui no Brasil, e são muito importantes, porque eles são a história do continente como o do Brasil.

Muitos africanos podem contribuir para o fortalecimento do ensino através das suas capacidades intelectuais, culturais, e o grande desafio, às vezes, é não poder trabalhar no ensino público, porque migrante não pode prestar concurso e revalidar diploma é muito custoso. Por exemplo, em alguns momentos, quando vou fazer as atividades nas escolas públicas, as professoras fazem vaquinha para poder pagar o meu custo de trabalho, a minha passagem. Isso já demonstra uma fragilidade no Estado por não cumprir a lei e, ao mesmo tempo, não abrir o diálogo para que possamos trazer esse movimento na rede, que é de brasileiro e migrante do continente que vivem no Brasil.

Lutaremos por nós sempre, pela injustiça que acontece. Eu estou falando isso, porque eu sou uma prova viva: eu sou uma mãe solo, uma mulher que luta pelas suas atividades, uma mulher que viveu com situação que algumas pessoas aqui sabem, a minha voz é a voz de muitas mulheres também que são vozes caladas e que não puderam estar neste espaço.

Quando é falar sobre migrante, quando é falar sobre o direito, essa lei é cumprida por alguns



migrantes, e alguns migrantes, como, vou falar, o povo africano, não conseguem nem totalmente acessar e ter essa liberdade de poder viver com dignidade aqui, no Brasil. É claro que o Brasil é um país acolhedor, nos acolheu, mas, assim como a gente fala, em algum momento ele abre a porta e em algum momento fecha a janela para alguns.

Como mãe, eu gostaria muito de dizer que muitas imigrantes mulheres africanas sofrem com a situação de poder ter moradia fixa. A maioria dessas pessoas vivem em condição muito precária. O que eu vou dizer aqui: muitos vivem nas casas de ocupações, onde estão misturados com todos os povos e a condição não é tão legal.

O que é que nós pedimos? Que os órgãos públicos específicos que tratam de violência doméstica atendam e protejam todas as mulheres, sem discriminação por nacionalidade, porque muitas mulheres também passam por violência e elas não conseguem denunciar. Elas vivem e aceitam viver nessas condições porque não tem como elas sobreviverem sem o seu companheiro.

Queremos acesso a serviços públicos, como hospital e escola, sem discriminações. Em alguns momentos, passamos por discriminação, não por sermos, de fato, mulheres negras, mas por sermos africanas. Queremos matrículas, nas escolas, para as crianças filhas dos imigrantes refugiados, sem discriminação de cor e nacionalidade.

Os meus filhos nasceram aqui e, mesmo com nacionalidade e com certidão brasileira, em alguns momentos, já fui parada, muitas vezes, sendo perguntada se eles eram brasileiros, mesmo segurando o atestado brasileiro.

Eu, como uma mulher ativista, tenho essa iniciativa para incentivar esse fortalecimento, através das minhas atividades, mas, mesmo assim, não consigo gerar uma renda, para poder me ajudar e ajudar essas mulheres que estão precisando mesmo de sua independência financeira, porque precisamos lutar, todo dia, para ter uma casa para morar, como eu acabei de dizer, e acessar crédito para financiar uma casa.

A demanda é tão maior que eu peço que essa lei e direito sejam respeitados e praticados para todo mundo, sem discriminação. Eu insisto, porque eu sei como é que é. Eu vejo aqui como o Governo brasileiro se preocupou tanto com todo esse povo e deu um lugar e moradia para o povo afegão. Queremos também que esse direito seja para todos nós.

Eu vou deixar aqui, rapidamente, para encerrar a minha fala, que queremos o direito ao voto, porque nós vivemos aqui e pagamos os nossos impostos. Aqui é a nossa segunda casa. Queremos a participação dos imigrantes nas instituições; a criação de abrigo para os imigrantes; uma cota específica e o direito mais fácil para poderem ajudar a nós também com o Minha Casa, Minha Vida; flexibilidade na revalidação de diplomas. Queremos também, quem sabe um dia, o Presidente Lula ouvindo a gente, todos os imigrantes aqui presentes.

Eu agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Congratulações pela palavra da senhora – emocionante.

Concedo a palavra, em participação remota, ao Sr. Deputado Túlio Gadêlha, autor do requerimento desta sessão solene e Relator da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE. Para discursar. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todas e todos.

Saúdo aqui o Presidente desta sessão solene, o Sr. Deputado Federal Prof. Paulo Fernando, assim como saúdo também a Senadora Mara Gabrilli, requerente desta sessão solene, assim como eu, e todos os participantes aqui presentes na mesa.

Eu faço uma saudação especial à nossa última oradora, a Sra. Prudence Kalambay, pelo relato, pelo



depoimento comovente numa data tão importante como esta – apesar de nós não estarmos no dia 20 de junho, esta sessão relembra esse dia.

E também lembro que esse requerimento é fruto de uma solicitação do Sr. Davide Torzilli, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) no Brasil. Então, trata-se de uma forma de homenagear um marco tão significativo e garantir que ele seja devidamente registrado no âmbito do Parlamento brasileiro neste ano de 2023.

Dessa forma, faço minha autodescrição: sou um homem branco de cabelos curtos, óculos redondos, barba escura; uso uma camisa branca com terno cinza e uma gravata vermelha.

E aproveito, Presidente, para dizer que estive, ano passado, Presidente da CMMIR (Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados), e este ano, na semana passada, assumi a relatoria da Comissão novamente – já havia sido Relator desta Comissão em 2021.

Já visitei o Estado de Roraima, a cidade de Pacaraima, para acompanhar a situação dos imigrantes venezuelanos, os quais chegam ao nosso país com muita esperança de uma vida futura aqui, usufruindo da educação, da cultura, da saúde, da habitação no nosso país, mas que muitas vezes se frustram porque nós não temos a devida condição de recebê-los. E isso é muito triste, porque nós temos concedido vistos humanitários a milhares de imigrantes que chegam a nosso país, imigrantes e refugiados, muitas dessas pessoas em situação de vulnerabilidade, que chegam até do outro lado do oceano, veem ao Brasil em embarcações que chegam a colocar suas vidas em risco. Muitos fogem de guerras, da fome, de emergências climáticas, de perseguições étnicas, religiosas e de identidade, e, quando chegam aqui, não encontram o país que imaginavam. Isso se deve à falta de políticas públicas, e é por isso que nós temos nos debruçado, na Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados, para construir, junto com essas pessoas, dentro de cada município, dentro de cada estado da Federação e principalmente no âmbito nacional, legislações que possam dar garantia a essas pessoas de que este é um país bom para se viver, este é um país que acolhe, este é um país que cuida.

Infelizmente, nestes últimos anos, não tivemos no Brasil um recorte orçamentário significativo para cuidar dos nossos imigrantes e refugiados, e a lógica que nós vivemos é uma lógica de apagar incêndios, quando se acumulam centenas de pessoas num aeroporto, passam a ficar doentes e o poder público passa a olhar. Isso, há quatro anos, nestes últimos quatro anos, nem sequer acontecia. Essas pessoas ficavam doentes e algumas chegavam a óbito porque não tinham assistência alguma do Governo Federal.

Hoje a gente tem a sensibilidade de um Presidente, de um Ministro e de uma equipe que cuida e que quer construir uma pauta positiva para o imigrante, para o refugiado. Hoje nós temos esperança, mas enquanto nós não tivermos um orçamento para construir abrigos, casas de acolhimento, enquanto não tivermos profissionais contratados para que possamos ter essas pessoas sendo acolhidas pelo Estado brasileiro, nós não teremos política de acolhimento aos imigrantes e refugiados.

Por isso e por fim, Presidente, eu queria dizer que nós brasileiros ganharemos muito com todas essas pessoas que chegam para desfrutar da nossa cultura e compartilhar um pouco dos seus saberes, mas parece que nossos Parlamentares, aqueles que fazem as leis, ainda não compreendem isso. Por isso a fala da Sra. Prudence Kalambay foi tão precisa. Essas pessoas precisam ter direitos, inclusive, direito de escolha de seus representantes. Foi isso que coloquei no relatório que fiz em 2021, pois boa parte dos venezuelanos que chegavam à cidade de Pacaraima, no norte do país, sofriam xenofobia por parte da classe política porque, para a classe política local, eles não valiam nada. E isso é muito grave.

Nós precisamos ter leis mais sólidas, valorizar os migrantes e refugiados e construir um futuro melhor, fazendo jus à fama que o Brasil tem internacionalmente: um país que cuida, que acolhe, que recebe e que tem a alegria de sorrir junto com quem quer que seja.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Padre Agnaldo Júnior, Diretor Nacional do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados do Brasil. (*Pausa.*)

O SR. AGNALDO JÚNIOR (Para discursar. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos!

Também me apresento e me descrevo: sou um homem pardo, de 1,80m, visto um terno preto, calvo, de óculos, e uma camisa azul.

Queria iniciar saudando o Deputado Paulo Fernando, os demais membros da mesa e os que aqui nos acompanham – e também os virtualmente.

Queria dizer da gratidão desta sessão solene, de poder realmente marcar este Dia Mundial do Refugiado, um desafio global que nos convoca a todos nós irmãos numa resposta humanitária a essas pessoas.

Queria felicitar o Estado brasileiro, porque, realmente, a resposta que é dada aqui no Brasil diferencia em muito da dos países da região, onde, muitas vezes, têm políticas mais restritivas, onde as pessoas passam por um processo mais difícil de acessar direitos, de não serem violentadas.

Então, há que, realmente, celebrar a resposta humanitária brasileira, com o seu marco legal aberto, inclusivo, acolhedor.

Mas, como temos visto, não basta só o marco normativo, as leis de migração e do refúgio, ainda sentimos falta de uma política nacional realmente construída, que vá aos municípios, como vimos nesse fim de semana, já aqui mencionado, com a acolhida e a integração dos afegãos.

De certo modo, temos que celebrar: realmente, a resposta brasileira é bastante positiva, asseguradora de direitos.

Realmente, os países da região que temos também acompanhado lançam um olhar de aprender com a resposta que é dada aqui, pois sabemos que o fluxo de refugiados se move pela região, não está restrito a um único país.

Também queria aqui celebrar o lugar de fala em que estou, da sociedade civil organizada. Aqui, foi mencionado que ela é pioneira na resposta humanitária. Muitas vezes, é quem chega primeiro, é quem atende a emergência. Logo depois vão chegar a ação governamental, o sistema ONU e outras espécies de respostas, mas muitas vezes a sociedade civil é que está lá segurando o peso, acompanhando essas pessoas, fazendo-se irmão e porto seguro para muitos deles e delas. Então, felicito a sociedade civil organizada, somos muitas organizações no Brasil, graças a Deus, uma rede potente, viva, e realmente nos articulamos e acionamos quando há uma emergência em que uma organização pode responder e a outra está mais limitada.

Queria aqui dizer também da importância da nossa organização, do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados. Estamos já há 20 anos aqui no Brasil atuando e há 40 anos em nível mundial. Desses 20 anos, 16 anos de uma parceria com o Acnur e também com o Governo Federal na implantação e na execução do Programa de Reassentamento Solidário de refugiados aqui no Brasil. Foram 16 anos de uma excelente resposta regional, mas também extracontinental, de irmãos refugiados que estavam em países ainda inseguros ou superlotados e chegaram ao Brasil para uma resposta mais à altura dos seus direitos de refugiados aqui no Brasil.

Estamos já há seis anos na fronteira com a Roraima e tive a ocasião e também o prazer de coincidir com o Deputado Túlio Gadêlha, na Diocese de Roraima, ali para escutar as organizações da sociedade civil e, de modo especial, o papel da Igreja Católica também nessa resposta humanitária em nível mundial e aqui no Brasil também, bastante comprometida, como já foram mencionadas a Caritas São Paulo, a Caritas Rio, mas tantas organizações de norte a sul do Brasil que não medem esforços e fazem o que está à



sua altura para poder dar uma resposta minimamente humana e acolhedora a esses nossos irmãos e irmãs.

Eu queria trazer um aspecto: a gente fala do refugiado, do migrante forçado, mas como se fosse uma massa....

(Soa a campainha.)

O SR. AGNALDO JÚNIOR – ... e essas pessoas têm rosto, têm necessidades muito específicas.

Então, queria aqui trazer alguns perfis desses que chegam ao nosso país, uma boa parte de perfis qualificados que precisamos aproveitar, dar a oportunidade de poder realmente desenvolver este país. Então ver o refugiado como agente de transformação, de desenvolvimento. Eles não vêm sugar a sociedade de bem-estar que nós temos, mas vêm e contribuem muito a este país, de fato. Mas também queria dizer da feminização da migração: quantas mulheres – e aqui também já foi mencionado – que se colocam no fluxo migratório e também são vítimas de tantas violências, não é? Os menores não acompanhados que também cruzam nossas fronteiras e que requerem nossa especial proteção para eles. Os migrantes refugiados negros e negras, que têm também o seu perfil e sua necessidade concreta. A população LGBTQIA+, que também em muitos países é perseguida e encontra no Brasil um país seguro onde possa viver. Do mesmo modo, a questão indígena, que também está fortemente presente em nosso país. E depois tantos migrantes com necessidades especiais, que também requerem sua atenção e o exercício do seu direito respeitado realmente no nosso país.

E termino felicitando mais uma vez o nosso país, o nosso Estado brasileiro, por tantas organizações já construídas. E aqui ressalto a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, essa Comissão Mista também, mas todo o trabalho de escuta que foi feito em nível de Brasil para construir de verdade agora uma política nacional para o nosso país. E também o trabalho conjunto. Ante o desafio global, a resposta há que ser também global. Então aqui esse entrelaçamento entre a ação governamental, o sistema ONU, a academia, a iniciativa privada, organizações de migrantes e refugiados no Brasil, sociedade civil organizada, juntando, somando esforços para uma resposta à altura...

(Soa a campainha.)

O SR. AGNALDO JÚNIOR – ... do desafio que temos em nossas mãos.

E não esqueçamos: façamos do refugiado uma acolhida humanitária no nosso país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Agradeço as palavras do Padre Agnaldo Júnior.

Dando continuidade à sessão, concedo a palavra, por cinco minutos, ao meu colega, o Sr. Deputado General Pazuello, do PL, do Rio de Janeiro. (*Pausa.*)

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente da mesa, Deputado Federal Prof. Paulo Fernando; Sr. Embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozendey; Sr. Davide, meu companheiro da Acnur; nossa refugiada Damelis Castillo presente, senhoras e senhores autoridades que compõem a mesa, senhoras e senhores que estão conosco de forma presencial e de forma remota, eu não poderia perder a oportunidade de colocar algumas palavras aqui para dizer aos senhores da minha experiência vivida lá em Pacaraima, durante dois anos.

Nós fomos os primeiros a chegar lá, por parte do Governo Federal e do Exército Brasileiro, e já encontramos ali a Acnur, a agência da ONU. Estava lá o Pablo, que está sentado aqui à mesa, meu companheiro de muitas discussões e muitos momentos. E a primeira coisa que eu coloco aos senhores é: é real, não é narrativa, são mil pessoas por dia, todos os dias – foram mil pessoas por dia, todos os dias, nos anos de 2018 e 2019, onde lá estive. E hoje são mais de 500 pessoas por dia novamente. Não vou



colocar aqui nenhuma discussão ideológica ou política sobre Venezuela, sobre Brasil, sobre posições de governo, não vou tratar disso. Vou colocar aqui apenas a visão de como nós fizemos para atender aquelas pessoas que estavam chegando ali, qual era a realidade da vulnerabilidade daquelas pessoas. E não havia mais ninguém cuidando, as pessoas realmente estavam sozinhas. Elas chegavam e se amontoavam em praças, ruas, becos, rodoviária, casas abandonadas. E estamos falando que não havia comida, bebida, água, banheiros, esgoto, nada. E lá elas ficavam amontoadas por meses – por meses. E todos os dias chegavam mais mil pessoas. Então o quadro era realmente desastroso, da visão humanitária.

E foi graças a uma união de esforços, que chegou a ter 115 agências reunidas trabalhando... Chamo de agências todas as organizações não governamentais, organizações e instituições do Governo Federal, estadual, municipal, Forças Armadas, polícias militares, tudo que vocês podem imaginar. Todos os dias chegavam novas pessoas querendo ajudar, e nós recebíamos as pessoas e perguntávamos: “Como você quer ajudar? Como você pode nos ajudar?”. E aí ela se encaixava dentro do nosso modelo.

E ali vi pessoas fazendo comida, reunindo roupa, atendendo pessoas em casa. É real isso que eu estou colocando aos senhores – é real. A forma como as pessoas chegavam depois de estar três meses caminhando para chegar a Pacaraima... Elas não tinham mais nada. Não tinham sapato, não tinham roupa – era só uma roupa, não tinham mais nada –, completamente desnutridos, sem nenhum tipo de cuidado médico, sem documento. Documento nenhum, nada. As crianças também, sem documento nenhum. Ninguém sabia se aquelas crianças eram filhos...

(Soa a campainha.)

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ) – ... ou se estavam ali sendo conduzidas. Essa foi a realidade. Isso é a realidade de um fluxo de refugiados – migrantes e refugiados. Concordo que também tinha migrantes, mas a realidade de um fluxo de refugiados é de uma natureza catastrófica na visão humanitária.

Nós temos no mundo, hoje, Síria, Croácia, real, acontecendo... Desculpa, Ucrânia. Síria, Ucrânia, acontecendo. Mas, no Brasil, continua o fluxo vindo da Venezuela; temos afegãos chegando a Guarulhos; temos haitianos entrando por vários lugares no Brasil; e nós temos que estar atentos.

Relembro, desde já, aos senhores que, sim, o Brasil é um país acolhedor; sim, o Brasil é um país latino-americano e fica fácil de a gente receber e introduzir culturalmente essas pessoas no nosso país. França tem sido um exemplo da dificuldade de integrar culturalmente os refugiados que lá recebeu. A França hoje está em chamas. E é muito importante que a gente integre culturalmente as pessoas no nosso país com trabalho, com educação, com cultura, com dignidade de moradia.

A isso é preciso dar continuidade, porque isso começou em fevereiro de 2018, continua hoje acontecendo em Pacaraima, e nós não podemos virar as costas para isso daí.

Então, eu parabenizo realmente a todos os envolvidos nessa missão. Parabenizo o Acnur, a OIM, as demais agências da ONU que estão lá o tempo todo, mas parabenizo também as outras mais de 80 – hoje 85 – agências que continuam lá fazendo o seu trabalho.

Então, muito obrigado pela oportunidade de colocar essas ideias aqui. Nós estaremos presentes sempre para defender essas posições e para não deixar que a gente vire as costas para uma realidade que assola os nossos países vizinhos, para que isso nos impacte, como nos impacta hoje em Pacaraima.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Agradeço as palavras e o testemunho do Deputado General Pazuello.

Dando prosseguimento à sessão, concedo a palavra, por cinco minutos, à Sra. Irmã Rosita Milesi, Diretora e fundadora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH).



A SRA. ROSITA MILESI (Para discursar. Sem revisão da oradora.) – Uma saudação a todos e todas, ao Sr. Presidente.

E peço permissão para, nesta saudação, dirigir-me a todos os membros da mesa – todos e todas as pessoas da mesa –, a toda a plateia e, de modo especial, saudar as refugiadas, os refugiados, os indígenas que estão aqui, hoje, e que são a razão de ser do nosso trabalho, da nossa busca de atenção e desta celebração de hoje.

No ano de 2022, celebramos os 25 anos da edição da lei brasileira de refúgio, que trata da implementação do Estatuto dos Refugiados, a Lei 9.474. E também, na ocasião do ano passado, celebrávamos os cinco anos da Lei de Migração, também um outro pilar importante na causa da mobilidade humana em nosso país. Esses dois documentos são fundamentais, pois são pilares da conduta que devemos trabalhar sempre para implementar no Brasil.

Vou tocar em quatro pontos, se o tempo me permitir, muito rapidamente. O primeiro, eu desejo recordar, trazer presente, com saudação, uma instituição que, lá nos anos 70, em tempos difíceis, decidiu acolher os primeiros refugiados do nosso tempo, diríamos, porque anteriormente houve outros momentos. E me refiro aqui ao Arcebispo do Rio de Janeiro D. Eugênio Sales, que, em 1976, recebeu uma solicitação do vicariato do Chile, da igreja do Chile para receber refugiados chilenos que fugiam da ditadura, seriamente ameaçados de morte.

Era um tempo difícil no Brasil. Daria a impressão de que a resposta seria “não”, mas, ao contrário, corajosamente, D. Eugênio recebeu, decidiu receber esses refugiados e encarregou a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro de viabilizar a acolhida e a proteção, lembrando que, naquela época, não havia a lei de refugiados nem mesmo se aplicava a eles a Convenção de Genebra ainda, porque o Brasil ainda vivia sob a cláusula de reserva geográfica; portanto, uma atitude altamente corajosa a de receber refugiados em pleno regime militar também no Brasil e acolhê-los dando-lhes proteção.

E, logo após essa iniciativa do Rio de Janeiro, essa mesma atitude se estendeu a São Paulo, na pessoa de D. Paulo Evaristo Arns, que também abriu as portas da Cáritas para acolher os refugiados dos países que viviam tempos difíceis, como era o Uruguai, a Argentina, o Chile. Essas pessoas eram recebidas e colocadas a salvo, seja no Brasil, seja em outros países. Merecem uma saudação muito especial essas instituições, porque desde lá nos deixam um exemplo de como podemos e devemos agir frente a esses momentos tão delicados.

Mais tarde, quando se perguntou a D. Eugênio o que o motivou, naquela época tão difícil, a acolher aquelas pessoas, ele simplesmente respondeu: “Quando se trata de salvar a vida, agir é um dever, não há opção”. Este é um exemplo que nós temos.

Recordo também, no segundo ponto – porque disse que eu iria falar sobre quatro –, as sessões do dia 25 de junho e 10 de julho de 1997, nesta Casa, quando se discutiu e se aprovou a lei de refugiados. Eu gostaria de citar tantas pessoas que, naquela época, foram fundamentais e também as expressões que nos deixaram, o que diziam ao aprovar a lei de refugiados.

Para ser breve, vou citar só uma afirmação de um Senador. Ele dizia: “Votar esta matéria da lei de refugiados supera a triste lembrança dos momentos de intolerância para firmar a solidariedade. E que esta solidariedade e generosidade permaneçam no coração dos brasileiros e brasileiras e no espírito de quem vai aplicar esta lei”. Ele se referia, lógico, ao dia em que foi aprovada a lei de refugiados, exemplo que nós devemos e podemos levar conosco em nosso agir.

No terceiro ponto, eu queria dizer o seguinte: o IMDH, em 2022, ano passado, atendeu 11.018 pessoas – o nosso instituto atendeu esse total, no geral, durante o ano – e 36% dessas pessoas eram crianças, adolescentes ou jovens com menos de 17 anos. Portanto, quase 4 mil pessoas num conjunto de 11 mil que vieram ao nosso país. E o que desejo trazer aqui? Que tenhamos cada vez mais atenção com políticas e



atitudes em favor das crianças, adolescentes e jovens refugiados e refugiadas, o que é fundamental. Num conjunto de 11 mil, ter 4 mil nessa idade é um apelo muito grande para as políticas que nós devemos implementar para dar atenção a esta população.

Evidentemente também entra a questão das mulheres, outro item de grande importância, mas esse é um apelo. E também que façamos esse caminho com as próprias crianças refugiadas e adolescentes, porque eles sabem dizer do sofrimento, elas e eles sabem expressar o que é viver ou viajar ou sair de um país e recomeçar novamente. Então, é importante que os envolvamos e escutemos.

O quarto ponto que eu queria trazer é o seguinte: vários projetos de lei tramitam aqui no Congresso Nacional, vários sobre o tema dos refugiados e também de migrações. Eu deixaria aqui, a título de exemplo, dois que eu gostaria de recomendar, mas simplesmente como exemplo para que olhem a todos os demais.

(Soa a campainha.)

A SRA. ROSITA MILESI – Um é o 5.182, de 2020, que institui a política pública de obrigatoriedade de alocação de tradutores e intérpretes nas repartições públicas que recebem migrantes, refugiados, pessoas que não falam português, o que é fundamental; e o outro projeto é o 2.482, também de 2020, que trata de questões de educação e dispõe sobre a revalidação de diplomas, que é um tema fundamental. Ouvimos, há pouco, a refugiada dizendo da importância desse tema e nós, além de deixarmos as pessoas à margem da sociedade, também perdemos a oportunidade de ter grandes profissionais trabalhando no país se tivessem os seus diplomas revalidados com mais facilidade. Eu perguntava esses dias a um refugiado o que o Brasil deveria fazer para eles.

(Soa a campainha.)

A SRA. ROSITA MILESI – Ele respondeu: “Simplificar a revalidação de diplomas. Isso nos permitiria contribuir mais e melhor com este país que nos acolhe, pois dedicaríamos a ele nossa qualificação e competências”.

Eu não sei se terminou. Tenho um minuto ainda que eu vejo lá, se eu vejo bem.

Por último, reconhecendo o impulso que vem sendo dado no reconhecimento da condição de refugiado a milhares de pessoas no Brasil, eu quero, enfim, lembrar, trazer presente que é fundamental que implementemos políticas de integração, porque os refugiados, ao receberem o documento, têm a proteção no nosso país, mas, se não tiverem política de integração, eles e elas ficarão à margem da sociedade, sem condições, em situação de vulnerabilidade.

A integração é fundamental e é parte central desta etapa da verdadeira acolhida. Acredito muito que todos e todas nós, em parceria, somando forças com os representantes do povo...

(Soa a campainha.)

A SRA. ROSITA MILESI – ... desta Casa, podemos fazer um grande caminho.

É nesse sentido que agradeço a oportunidade e digo que todos os atores e “atoras” desta área, unidos, temos capacidade para, realmente, ser um país acolhedor e de verdadeira integração dos migrantes, sobretudo dos refugiados e refugiadas que aqui acorrem, que vêm com grande esperança e nos ensinam o que é ter esperança de dias melhores.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Agradeço as palavras da irmã Rosita.

Passo agora a Presidência ao General Pazuello para que eu possa usar a palavra.

(O Sr. Prof. Paulo Fernando deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. General



Pazuello.)

O SR. PRESIDENTE (General Pazuello. PL - RJ) – Honrado com a Presidência, passo agora a palavra, por cinco minutos, à Sra. Thais Braga, Gerente de Projetos da Associação Voluntários para o Serviço Internacional (Avsi).

A SRA. THAIS BRAGA (Para discursar. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todas e todos.

Gostaria de agradecer imensamente a oportunidade de estar aqui neste dia, neste momento, com tantas pessoas que atuam de diferentes formas nessa temática que é tão importante.

Acho que o Sr. Davide, da Acnur, mencionou que há cerca de 110 milhões de pessoas que estão em deslocamento hoje em dia no mundo. Se nós fizermos um paralelo em relação à quantidade de pessoas que temos no Brasil é quase metade da população brasileira, ou seja, é um número realmente muito expressivo.

Antes de começar a minha fala, vou me autodescrever. Eu sou branca, tenho cabelos castanhos cacheados, tenho um *piercing* no nariz, de argolinha, estou com uma camisa branca e um terno cinza.

Bem, ao cumprimentar aqui os Deputados, a Senadora Mara Gabrilli, todos os representantes aqui da mesa, a Sra. Prudence, a Sra. Damelis, queria comentar um pouco o trabalho da Avsi Brasil.

A Avsi é uma organização não governamental que atua no Brasil desde 2007 com populações que estejam em alguma situação de vulnerabilidade momentânea. A partir de 2018, nós ampliamos a nossa atuação para trabalhar com refugiados e imigrantes venezuelanos aqui no Brasil. Neste ano de 2018, nós começamos a atuar na assistência emergencial a essa população venezuelana que chegava ao Brasil no âmbito da Operação Acolhida e em parceria com a Acnur e, desde então, nós fomos ampliando as nossas iniciativas em relação a essa população.

Então, nós começamos também a trabalhar com crianças e adolescentes, inclusive aqueles desacompanhados, em parceria com algumas organizações, como a Fundação Bernard van Leer, Unicef, a própria Acnur, o antigo Ministério da Cidadania, e, em 2019, nós iniciamos um novo projeto, que se chama “Acolhidos por meio do trabalho”, que já foi mencionado aqui, que é financiado, apoiado pelo Governo americano, pelo Departamento de População, Refugiados e Migração.

Esse projeto surgiu muito de uma provocação que nós sentimos e que foi feita para Avsi, no sentido de que várias pessoas que passavam pelos abrigos saíam, iam para outras localidades, mas elas ficavam um pouco carentes de soluções, exatamente para poder fazer uma integração local, uma integração, no Brasil, adequada. Então, nós começamos a pensar que tipo de ação que nós poderíamos fazer para dar um passo além da assistência emergencial, tentar promover alguma ação de longo prazo que pudesse permitir essa integração e inclusão socioeconômica, e por isso esse projeto foi desenvolvido.

Entre várias atividades que ele implementa, acho que a mais icônica, vamos dizer assim, é a interiorização via trabalho.

A interiorização, para quem não conhece, é o deslocamento voluntário feito de venezuelanos para várias regiões do Brasil. É uma estratégia do Governo Federal, da Operação Acolhida, e nós decidimos atuar nessa frente, especificamente com a modalidade de trabalho, ou seja, pessoas para as quais nós conseguimos arranjar oportunidades de emprego, em quase todas as regiões do Brasil, e essas pessoas se deslocam para essas cidades...

(Soa a campainha.)

A SRA. THAIS BRAGA – ... com o nosso apoio, recebendo alguns auxílios específicos, como uma moradia por três meses, equipamentos e imóveis que são comprados e doados, alimentação e o apoio de uma assistência psicossocial pelos três primeiros meses.



E aqui eu queria aproveitar para fazer um relato um pouco mais pessoal: há cerca de um ano e meio, mais ou menos, eu tive a oportunidade de visitar algumas cidades de Santa Catarina que receberam alguns venezuelanos que foram interiorizados com o nosso apoio, e o objetivo dessa visita era realmente entender se nós estávamos no caminho certo, se nós estávamos conseguindo proporcionar, de alguma forma, caminhos para que essas pessoas pudessem realmente ter uma autonomia, ter poder de escolha, e nós conversamos com as empresas contratantes, com várias secretarias de assistência social que se empenham muito em conseguir prover todos os serviços possíveis localmente, e, claro, com os venezuelanos – visitei algumas casas de algumas famílias e etc.

E eu voltei muito feliz, com o coração cheio realmente, porque, apesar de todas as dificuldades, todas as dores, tudo que essas pessoas passaram nesse caminho, elas têm o *guardaço* – não sei se eu falei certo –, que é exatamente essa resiliência, essa força de vontade, essa vontade vencer.

Então, a cada cafezinho que eu tomei na casa das pessoas, a cada abraço, a cada criança que eu vi que estava numa escola, eu senti e percebi que essas pessoas estavam bem, conseguindo pagar seus aluguéis, podendo comer, ter alguma dignidade, de fato, e poder sonhar novamente, não é?

Então... Também voltei com a sensação e com a certeza de que nós temos muita responsabilidade, porque essas pessoas confiam muito na gente, e nós temos que responder com soluções concretas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THAIS BRAGA – ... às suas demandas, às suas necessidades, de uma forma, claro, afetiva, humana, carinhosa, sendo, de fato, companhia para essas pessoas.

Eu queria agradecer este momento e queria aproveitar a oportunidade para deixar um convite a todos e todas que estão presentes aqui. Nós gerenciamos, em parceria com o MDH, uma casa de acolhimento em Brasília chamada Casa Bom Samaritano, que fica no Lago Sul, que é um espaço para receber somente venezuelanos, um espaço que foi cedido pela CNBB para acolher pessoas que estejam saindo de Roraima. Então, quem tiver oportunidade, por favor, visite o espaço, vocês não vão se arrepender.

Muito obrigada a todas e todos.

Um excelente dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (General Pazuello. PL - RJ) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Deputado Prof. Paulo Fernando, Republicanos, DF.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, cumprimento inicialmente os autores do requerimento desta sessão, a Senadora Mara Gabrilli e o Deputado Túlio Gadêlha.

Nesta data, gostaria também de congratular todos aqueles que trabalham no acolhimento dos nossos irmãos.

Os últimos dados, conforme a Irmã Rosita falou, mostram que, em 2002, 67% dos acolhidos eram da Venezuela; 10,9%, cubanos; 6,8%, angolanos; além dos nossos irmãos afegãos, sírios, libaneses, haitianos e de tantas localidades.

A Igreja sempre se preocupou com essa temática. Há mais de cem anos, o Papa Pio X organizou, ou a cúria romana organizou um organismo próprio para tratar do assunto. Era o chamado Ofício Especial para a Imigração. Antes, era a Congregação para a Propagação da Fé que cuidava dos migrantes. Essa repartição ganhou grande impulso com o Papa Pio XII, que, em 1952, publicou a constituição apostólica *Exsul Família*, primeiro documento eclesiástico dedicado especialmente ao tema. *A posteriori*, em 1970, Sua Santidade o Papa Paulo VI deu ainda mais autonomia ao órgão, tornando-o Pontifícia Comissão para o Cuidado Espiritual dos Migrantes e Itinerantes, renomeado em 1988 como Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes.



E tem uma passagem curiosa, Sr. Presidente: Sua Santidade o Papa Francisco, quando Bispo, certa vez, dormiu no seu escritório de Bispo e cedeu seu quarto para os refugiados.

E essa sempre foi uma preocupação da Igreja.

Sua Santidade o Papa João Paulo II, em 2004, disse que o caminho não é nem “uma assimilação que leva a suprimir ou a esquecer a própria identidade cultural” nem “uma simples justaposição de grupos de migrantes e de autóctones”, mas “uma fecundação recíproca das culturas”.

O Papa Bento XVI disse que “acolher os refugiados e dar-lhes hospitalidade é para todos um gesto obrigatório de solidariedade humana”. Disse ainda o Papa alemão, sem rodeios, que “todos pertencem a uma só família, migrantes e populações locais que os recebem, e todos têm o mesmo direito de usufruir dos bens da terra, cujo destino é universal”. Na mesma mensagem, falando sobre os imigrantes ilegais, o Papa Bento XVI se disse preocupado sobretudo com o tráfico de pessoas e afirmou que a “gestão regulamentada dos fluxos migratórios” não pode se reduzir “ao encerramento hermético das fronteiras, ao agravamento das sanções contra os ilegais e à adoção de medidas que desencorajem novos ingressos”.

Há três passagens bíblicas que falam sobre o tema. A primeira está no próprio conceito de próximo, ou seja, a experiência de Israel no Egito. Ou seja, “o estrangeiro que reside convosco será tratado como vossos compatriotas e tu amarás como a ti mesmo, porque tu mesmo foste estrangeiro na terra do Egito”; e depois na passagem do juízo final, em Mateus 25:31, em que Jesus diz claramente: “Vinde, benditos do meu pai! Possuí por herança o reino que vos está preparado desde a fundação do mundo, porque eu era estrangeiro e me recebeste”. E o terceiro fato bíblico, na passagem em Mateus 2:16, quando o Rei Herodes manda matar os santos inocentes, as crianças até dois anos. E aí é curioso, Sr. Presidente, que é a África que recebe a Sagrada Família. É uma terra estranha, uma cultura estranha, sem parentes, e a África recebe a Sagrada Família como refugiados. Ficaram lá por seis anos antes de voltar à Galileia.

Portanto, que esse sentimento de abraço, de acolhida, de amor ao próximo, possa trilhar os caminhos de todos aqueles – instituições, ONGs, igrejas, Cáritas, institutos – que se dedicam a esse tema tão relevante, que é o acolhimento dos migrantes, dos refugiados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (General Pazuello. PL - RJ) – Obrigado pelas palavras.

O nosso Presidente da Mesa está retornando.

Concedo agora a palavra ao Sr. James Derson, Presidente da Associação de Haitianos do Rio Grande do Sul.

Por favor.

O SR. JAMES DERSON (Para discursar. Sem revisão do orador.) – Agradecemos a oportunidade de estar aqui presente para debater o assunto sobre imigração e refugiados. É muito importante para nós como Presidente da Ainteso. A gente está à frente dessa batalha desde 2016. A gente estava aqui com o Paulo Paim – em 2018 – defendendo os imigrantes que foram despejados na ocupação Progresso. A gente não teve muito sucesso, o resultado é muito lento, mas é uma coisa muito importante quando a gente tem oportunidades que estão abrindo agora para comunidade de imigrantes e refugiados.

Em 2021, a gente abriu um processo judiciário de reagrupamento familiar dos associados da Ainteso. A gente teve oportunidade que juízas de quatro regiões aceitaram que 183 haitianos que são associados da Ainteso entrassem de forma legal no Brasil, porque antes disso muitos haitianos atravessavam a fronteira de Boa Vista e sofrendo muito para pagar coiotes para poder entrar aqui no Brasil, para poder ter uma condição de vida melhor. A gente fez esse processo, mas, em 2022, a gente teve um bloqueio do STJ.

No momento, Sr. Presidente, pessoas que estão escutando, a gente teve um gasto muito grande quando a gente comprou passagens da República Dominicana para haitianos entrarem no Brasil. O processo judiciário precisa de visto, e o STJ trancou o processo. A gente vem a Brasília também para



conversar com o STJ. A gente não teve resposta. É uma situação muito crítica, porque haitianos gastam praticamente R\$10 mil para pagar passagem e processo judiciário. Então, a gente teve uma luta muito grande, saiu na mídia e tudo.

Hoje, de 2021 até o momento, conseguiam entrar no Brasil praticamente mil haitianos, na briga do reagrupamento familiar, com base judiciária sem necessidade de visto. Essa aqui é a ação da Ainteso. Com essa ação, tivemos várias organizações de sociedade civil que entraram nesse processo também. Então, indiretamente teve de 4 mil a 5 mil haitianos que entraram nesse processo. Isso é uma coisa boa, porque a Justiça agora abre outro processo para haitianos poderem entrar no Brasil, para poderem visitar, para poderem viver com suas famílias. A gente sabe que é muito importante a questão familiar: quando um migrante tem cinco anos, sete anos, oito anos e quando um migrante não consegue ver seus próprios parentes, seus filhos, suas mulheres, isso é uma coisa muito complicada.

Então, a gente da Ainteso luta, combate, briga bastante sobre essas questões, atualizando a questão de integração social, de direitos dos imigrantes e refugiados.

(Soa a campainha.)

O SR. JAMES DERSON – A gente acha que é muito importante a gente ter esse lugar, porque muitos imigrantes que estão aqui ou refugiados estão investindo seus conhecimentos e estão investindo na questão empresarial também. Então, a gente tem que ter uma voz, a gente tem que ter um direito de voto na sociedade, porque a gente está investindo, a gente vai estar crescendo dentro do país, a gente tem nossos filhos aqui que vão crescer e que precisam que esses direitos sejam abertos para eles também, para eles poderem participar diretamente na construção dessa sociedade.

Migrante, gente, não vem aqui – muitas pessoas já falam que a gente vem aqui – para roubar oportunidade dos brasileiros. Não. A gente está aqui para somar, a gente está aqui para multiplicar as oportunidades.

(Soa a campainha.)

O SR. JAMES DERSON – A gente veio com a nossa cultura diferenciada, a gente quer participar, quer mostrar a nossa capacidade de construir uma sociedade melhor, em que os outros imigrantes e refugiados tenham mais espaço para integrar, para falar, para discutir sobre esses temas de direitos, de lei e de migração.

Então, a gente está aqui a agradecer muito a vocês que abriram essas oportunidades de debater e de imigrante ter um pouco de voz, para mostrar nosso diferencial.

Obrigado. (*Palmas.*)

(Durante o discurso do Sr. James Derson, o Sr. General Pazuello deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Prof. Paulo Fernando.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Paulo Fernando. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Agradeço as palavras.

Cumprida a finalidade desta sessão solene do Congresso Nacional, agradeço a todas as autoridades e personalidades que nos honraram com as suas presenças.

Declaro encerrada a presente sessão. (*Palmas.*)

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 23 minutos.)



**Ata da 13^a Sessão, Solene,
em 5 de julho de 2023**

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência do Sr. Jaques Wagner.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 28 minutos e encerra-se às 12 horas e 20 minutos.)



ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia.

HOMENAGEM

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - A presente sessão foi convocada em atendimento ao Requerimento do Congresso Nacional nº 9, de 2023, de minha autoria, do Senador Randolfe Rodrigues e dos Deputados Bacelar, Lídice da Mata, Alice Portugal e Rogéria Santos. Todos nos acompanham aqui à Mesa.

Compõem também a Mesa a Sra. Margareth Menezes, Ministra de Estado da Cultura; o Sr. Jerônimo Rodrigues, querido Governador do Estado da Bahia; e o Senador Otto Alencar, além dos já citados proponentes desta sessão.

Convido todos para, em posição de respeito, entoarmos o Hino Nacional, que será executado pela Orquestra Sinfônica da Força Aérea Brasileira.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Solicito a todos que permaneçam em posição de respeito para ouvirmos, na voz da Ministra Margareth Menezes, o Hino do Estado da Bahia e o Hino ao Senhor do Bonfim, que serão executados também pela Orquestra Sinfônica da Força Aérea, com o acompanhamento vocal da nossa querida Ministra.

(É entoado o Hino do Estado da Bahia.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - As pessoas podem se sentar, porque o Hino ao Bonfim é um hino religioso, mas não é hino oficial. Então podemos ficar mais à vontade.

V.Exa. vai cantar?

A SRA. MARGARETH MENEZES - Eu amanheci hoje especialmente constipada, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - V.Exa. que sabe!

A SRA. MARGARETH MENEZES - Está saindo minha voz?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Ministra Margareth, quero apenas fazer um comentário, antes de V.Exa. entoar o Hino ao Senhor do Bonfim, que talvez seja o hino religioso mais conhecido não só no Estado da Bahia, mas também entre todos os brasileiros. Só quero citar que esse hino foi feito em 1923, exatamente em comemoração ao centenário do 2 de julho de 1823.

Se os senhores prestarem atenção, vão ver que um dos versos fala que, há 100 anos, destes a nossos pais a vitória. Então, além de ser um hino de agradecimento ao Senhor do Bonfim, ele é um hino em reverência à data maior da Bahia, que é o 2 de julho de 1823.

O Governador está me lembrando da cartilha que nós produzimos aqui com o *Cordel do 2 de julho*. No verso, na última contracapa, está a letra do Hino ao Senhor do Bonfim. Desculpe-me, Ministra!

(É entoado o Hino ao Senhor do Bonfim.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Muito obrigado, Ministra Margareth.

Eu quero anunciar a presença dos alunos do Colégio Santa Dorotéia de Brasília e dizer da nossa alegria de tê-los conosco.

Peço uma salva de palmas.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)



O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Diretor Sergio Renato e Prof. Diego Jacome, sejam muito bem-vindos. Esta Casa fica feliz de tê-los aqui.

Igualmente, quero saudar os pacientes em tratamento oncológico da ABRAPEC — Associação Brasileira de Assistência às Pessoas com Câncer, cuja coordenadora é a Debora Cristina Camargo e cuja orientadora social é a Regina Célia. Sejam muito bem-vindas também. (*Palmas.*)

Agora nós vamos assistir ao vídeo institucional dos 200 anos da Independência da Bahia, produzido pelo Governo do Estado.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Convido todos a prestigiarem a apresentação da música *Saudades da Bahia*, executada pela Orquestra Sinfônica da Força Aérea Brasileira e pela cantora Tais Nader.

(*Apresentação artística.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Agradecemos à Orquestra Sinfônica da Força Aérea Brasileira e à Tais Nader.

Onde está a Bahia, sempre há muita musicalidade! É sempre a marca da nossa terra e do nosso povo!

Eu agradeço a presença das seguintes autoridades: Senhoras e Senhores Embaixadores, Encarregados de Negócio e demais membros do Corpo Diplomático do Bahrein, da Bélgica, do Canadá, da Colômbia, da Coreia, da Costa do Marfim, de Gana, de Israel, da Jordânia, de Omã, da Palestina, da República Dominicana, da Síria e do Timor Leste.

Agradeço a presença das seguintes personalidades e autoridades: o Sr. Joaci Fonseca de Góes, Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, responsável pela organização do nosso 2 de Julho e da guarda dos símbolos maiores dessa data; o Sr. José Guerra, Chefe de Gabinete do Ministério do Esporte, representando a Ministra de Estado do Esporte; o Sr. João Paulo Santos Schoucair, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, representando o Procurador-Geral da República; o Sr. Almirante de Esquadra André Luiz Lima de Santana Mendes, representando o Comandante da Marinha; o Sr. General de Divisão Ricardo Piai Carmona, Comandante Militar do Planalto; o Arcebispo de Salvador, o Revmo. Sr. Dom Sergio da Rocha; o Sr. Bruno Monteiro, Secretário de Estado de Cultura do Estado da Bahia; os Srs. Prefeitos Municipais aqui presentes, que eu cito na pessoa da Prefeita de Lauro de Freitas, a Sra. Moema Gramacho; o Sr. Desembargador Lidivaldo Raimundo Britto, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; o Sr. André Heráclio do Rêgo, Assessor Especial da Presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Eu gostaria de, antes de passar a palavra aos oradores, os componentes da Mesa e os inscritos, fazer a leitura de uma correspondência do ex-Governador da Bahia e atual Ministro-Chefe da Casa Civil, o Sr. Rui Costa.

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Duzentos anos atrás, o Dois de Julho mudou a história do nosso povo e do nosso país!

Como filho da Bahia, nascido em Salvador, tenho imenso orgulho e toda reverência por essa data libertadora, democrática e, sabemos, determinante, também, para a independência do Brasil.

A independência da Bahia é uma conquista de todos os baianos e de todos os brasileiros. Na cidade de São Salvador, com coragem e bravura, os brasileiros viram o exército português deixar em definitivo o nosso território.

Os símbolos da resistência popular jamais serão esquecidos!



Maria Quitéria, presente!

Maria Felipa, presente!

Joana Angélica, presente!

“Nunca mais o despotismo regerá nossas ações. Com tiranos não combinam brasileiros corações”, diz o hino do nosso Estado ao celebrar o Dois de Julho como um dia brilhante, cheio de luz e brasiliade.

Hoje, reafirmamos, na Bahia e no Brasil, o nosso compromisso com a luta por melhores condições de vida, para superar a fome, superar o desemprego, superar as dificuldades que o Brasil enfrenta.

Que o nosso futuro esteja à luz de tudo o que lutamos até aqui para ser e construir. Independência e Liberdade sempre!

Essa é a mensagem do Ministro-Chefe da Casa Civil.

Concedo a palavra à Sra. Ministra de Estado da Cultura Margareth Menezes.

A SRA. MARGARETH MENEZES - Bom dia a todos e a todas.

Quero dizer primeiramente que para mim é uma honra estar aqui nesta sessão solene, neste lugar de tanta importância para o povo brasileiro. Esta é a primeira vez que eu estou falando neste plenário. Então, para mim, é uma honra dobrada estar nesta sessão do Congresso Nacional comemorando o 2 de Julho, nos 200 anos da nossa Independência.

Quero saudar o Presidente da Mesa e requerente desta sessão, o Sr. Senador Jaques Wagner, amigo e pessoa querida que conheço há tanto tempo.

Saúdo também o Sr. Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues — é um prazer e uma alegria estar aqui na presença dele —; a Sra. Deputada Federal Alice Portugal, uma amiga querida; a Sra. Deputada Lídice da Mata; a Sra. Deputada Rogéria Santos; o Sr. Senador Otto Alencar; os demais Deputados e Senadores, e todas as outras pessoas presentes.

Quero também abraçar o querido Bruno Monteiro, Secretário de Cultura do Estado da Bahia, e saudar todos os secretários presentes; as representações do Estado da Bahia; a querida Prefeita Moema Gramacho; e o Davidson. É um prazer estar aqui na presença de vocês.

Deixo um abraço à Orquestra Sinfônica da Força Aérea Brasileira. Que maravilha! Parabéns! Meus aplausos! (*Palmas.*)

Muito obrigada ao Maestro Luciano Calazans, que preparou esses arranjos maravilhosos. (*Palmas.*)

Obrigada, Lu.

Quero dizer que nós não ensaiamos. Foi à vera sem ensaio. Mas quem sabe faz ao vivo. Na próxima vez será melhor.

Muito obrigada também ao Maestro Paulo Rezende. (*Palmas.*)

Assim, abraço todos os músicos.

Agradeço também à cantora Tais Nader, que nos brindou com sua voz belíssima.

Agradeço a todos os Parlamentares presentes e à querida Embaixadora de Gana, na pessoa de quem eu saúdo os demais representantes das embaixadas.

Esta é uma data muito especial, realmente. O 2 de Julho, para nós baianos, que o comemoramos há tanto tempo e com tanto afinco, rememora e prestigia a memória de todos aqueles que foram cruciais para a independência do Brasil e da Bahia. Foi um episódio que trouxe uma definição para a nossa libertação, protagonizado por gente simples e trabalhadora, o mesmo tipo de gente que agora, em pleno século XXI, lutou e reconquistou um governo democrático, que reabre diálogos do Brasil consigo mesmo e com o mundo, que coloca as pessoas no orçamento e que valoriza o que é nosso, com a consciência de que esta é a



nossa verdadeira independência. Por isso, as comemorações do 2 de Julho são também a lembrança de que precisamos enfrentar a tirania com altivez, coragem e criatividade, qualidades que temos em abundância.

A história prova que as conquistas de direitos fundamentais à realização humana não são alcançadas em eventos isolados, são frutos de muitas e muitas ações. Prova também que essas conquistas não podem ser consideradas como perenes. Elas têm que ser defendidas e cultivadas diariamente.

A democracia é o melhor momento e o melhor estado de sentimento para a vida. E os eventos de 8 de janeiro mostraram de forma contundente a importância de termos vivas em nossa memória as dificuldades do passado para que não repitamos os mesmos erros. E memória é um tema para o qual a cultura é central.

Trazemos nossas memórias em nossos cantos, em nosso corpo, em nossos livros, em nossos museus, em nosso patrimônio material e imaterial, em nossos mestres. Portanto, tratar com dignidade a nossa cultura é uma dimensão fundamental para mantermos saudáveis as faculdades de uma vida cívica e em forma. E a Bahia é um Estado que tem destaque na representatividade da cultura nacional.

Um dos primeiros símbolos conhecidos da nossa cultura foi a baiana, divulgado por uma cantora chamada Carmen Miranda, na interpretação de uma obra de Dorival Caymmi. Assim ela lançou a cultura brasileira com a simbologia particular da imagem da baiana.

Não é possível uma vida cívica que preze pela liberdade e pelos direitos humanos fundamentais sem que mantenhamos a nossa imaginação ativa para corrigir os rumos onde necessário, cogitando um horizonte mais digno e criando os meios de materializá-lo em nossas vidas.

Neste momento, também quero agradecer ao Presidente Lula por estar me dando a oportunidade de estar como Ministra da Cultura do Brasil. Estamos fazendo o nosso melhor para que a nossa cultura cresça cada vez mais, para que o povo brasileiro se aproprie dela e entenda o valor da nossa cultura, porque é uma cultura que impacta o mundo. E a história que a cultura brasileira já escreveu perante o mundo sobre a sua importância e sobre a sua diversidade é reconhecida por todos os países do mundo. Então, nós precisamos também neste momento valorizar a nossa cultura. Por isso também eu agradeço ao Presidente Lula.

Quero parabenizar o Senador Jaques Wagner e a Deputada Lídice da Mata, conterrânea da Bahia e filha heroica da cidade de Cachoeira, pela iniciativa desta sessão solene, que traz para o Congresso Nacional, a Casa da política institucional, a nossa memória e a nossa gente como fiadores da democracia.

Vivam as heroínas da Independência da Bahia! Viva o povo da Bahia! Viva o povo brasileiro! Viva a Independência! Viva a democracia!

Desejo que pelo menos a pauta da democracia seja transversal e que nos une para fortalecer o nosso País, a nossa Nação, e a nossa identidade. Nós somos um país gigante, um país maravilhoso. E o que estamos construindo é para a nova geração que vem aí. É neles que temos que pensar.

Um beijo para vocês, meninos da escola. Tudo de bom para todos!

Viva o 2 de Julho! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Obrigado, Ministra.

Eu registro a presença do Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sr. João Jorge Santos Rodrigues, e dos Diretores da *TV Pelourinho*, o Sr. André Actis e o Sr. Diego Santana. (*Palmas.*)

Também cumprimento todas as Deputadas e todos os Deputados Estaduais e Federais. Estou aguardando a nominata para poder citar o nome de todos sem errar.

Concedo a palavra agora, com muita alegria, ao Governador do Estado da Bahia, o Sr. Jerônimo Rodrigues.

O SR. JERÔNIMO RODRIGUES - Bom dia a todos e a todas.

Permita-me, Presidente, primeiro deixar minha mensagem. Depois eu saúdo a Mesa e os presentes.



Pelo significado desse movimento de independência, nós brasileiros e baianos trazemos conosco, na nossa história, a marca de povo colonizado. Um povo colonizado não tem a capacidade de planejar o seu futuro. Um povo colonizado não tem forças suficientes para escolher os seus destinos. E nós passamos tempos vivendo e experimentando a condição de povo colonizado. Foi preciso haver derramamento de sangue, foi preciso pessoas fugirem e desaparecerem para que nós pudéssemos ter a nossa soberania, a nossa autonomia. E é mais forte para nós quando a nossa história é contada por nós mesmos, quando nós escrevemos a nossa história, quando um povo sabe o que quer e o diz de forma altaneira, de forma parceira, sem querer retribuir o papel de escravidão.

Infelizmente, Presidente, nós não temos, nos livros de História, a história do povo brasileiro. Nós não vemos na história do Brasil o povo negro, as mulheres, o povo do interior. Nós não vemos o papel dos trabalhadores. Os livros de História negam o tempo inteiro a nossa trajetória. Os livros de História não contam o sofrimento de fome, de desemprego. E nós temos a clareza de que eventos como este, nesta Sessão Solene do Congresso Nacional para celebrar o 2 de Julho, garantem que a nossa caminhada e a nossa história não sejam apagadas.

Para que possamos contar a história do povo brasileiro, nós precisamos recountar a história. A história de Maria Filipa e de Ana Angélica, por exemplo, não está nos nossos livros, não está nas páginas da imprensa, não está nos programas de televisão.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Joaci, tem um papel muito forte de garantir a permanência dos 200 anos celebrados com o povo nas ruas. O povo brasileiro conta uma história que não é a nossa história. Nós replicamos uma história que não é a história de fato que nós criamos. Ou nós tomamos a consciência de reescrever a nossa história, ou continuaremos a ler a que é contada nos livros de História, de Geografia, de Literatura, de Química, de Física.

Não são apenas os heróis que estão apagados, mas também os cientistas, como, por exemplo, os cientistas negros, como também os artistas, os cantores. O tempo inteiro colocaram nos rádios, nas antigas radiolas, nos discos de vinil, músicas que não eram as nossas músicas.

Agora nós nos vemos com a responsabilidade de, com atitudes como esta, reescrever e recountar a história, mas uma história na qual nós possamos nos ver; na qual nós possamos ver o índio, mas não como povo cujas terras foram invadidas; na qual nós possamos ver o povo negro, mas não como mercadoria trazida para cá; na qual nós possamos ver mais mulheres na política.

Por isso, Senador Jaques Wagner, Deputado Federal Bacelar, Deputada Federal Alice Portugal, Deputada Federal Lídice da Mata, Deputada Federal Rogéria Santos, todas e todos vocês que construíram este momento para celebrarmos com o Brasil, não se trata de fazer a defesa de um Estado que iniciou um processo. Poderia ter sido qualquer Estado, desde que protagonizasse as revoltas, os levantes, em cada canto, como fizemos. Que resgatemos essa história através deste Congresso, deste ambiente da política, deste Poder que faz a ressonância da sociedade, que tem atitudes, que escreve as leis, que discute o orçamento.

Nós estamos tratando não só de recountar a história, mas também de garantir o direito que cada homem e cada mulher tem de fazer parte do orçamento e das políticas públicas. Nós não queremos estar apenas nos livros. Nós queremos estar nas marcas estratégicas e importantes do nosso desenvolvimento, em cada canto, em cada Município, em cada comunidade, em cada quilombo e em cada tribo.

Por isso, em nome do povo da Bahia, eu quero agradecer ao Congresso a oportunidade de estarmos aqui. Tivemos a felicidade de caminhar com o povo da Bahia e de ter aqui a presença de Deputados Federais, de Senadores, de Prefeitos, de Vereadores, além da oportunidade de ver o povo baiano caminhar nas ruas até o Campo Grande, levando a nossa mensagem. E temos ainda a felicidade de contar com o Presidente Lula.



Para nós, Senador, o conceito de independência, o conceito de autonomia, é dinheiro no bolso, renda, emprego, universidade. Além disso, não se faz um povo autônomo, não se faz um povo soberano sem uma cultura forte. E nós resgatamos, trouxemos de volta, Ministra, um Ministério que para nós é muito caro, muito importante. E não se transforma um país sem educação.

Por isso, a nossa luta continuará sendo uma luta pela liberdade do povo brasileiro e do povo baiano, garantindo que todos os brasileiros e brasileiras possam ter uma habitação justa, comida na mesa, emprego, escola de qualidade, opção por escolha religiosa.

Findo estas palavras agradecendo a V.Exa., Senador Jaques Wagner, e às Deputadas e aos Deputados que demarcaram este espaço nesta sessão solene para que possamos continuar.

Nós temos na Bahia, há 16 anos, iniciada, Senador Jaques Wagner, pelo seu Governo, uma lei que transfere a sede do Governo da Bahia para Cachoeira, que é a nossa marca forte. O senhor criou uma lei que concede medalha a autoridades da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, de igrejas, bem como para pessoas ilustres que construíram a história da Bahia e do Brasil. E nós fizemos isso sem olhar a marca do partido político, independentemente do Governador que tenha sido, o senhor abrilihou conosco. Margareth foi homenageada, bem como o Senador Otto, garantindo-nos a continuidade da nossa marca.

Então, eu quero agradecer ao Senado, ao Congresso, a cada Deputado e Deputada da minha bancada da Bahia. Quando eu falo da minha bancada, Deputado Marinho, refiro-me à bancada dos Deputados, independentemente dos partidos.

Eu agradeço a cada Prefeito que veio da Bahia, aos movimentos sociais, aos estudantes do Colégio Santa Doroteia, à ABRAPEC, à Orquestra Sinfônica.

Que Deus nos abençoe! Que os orixás nos protejam para continuarmos sempre na nossa luta!

A independência só vai se dar quando cada brasileiro e baiano tiver seu direito respeitado!

Quero agradecer aqui a presença de todos vocês.

Viva o Brasil! Viva a Bahia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Muito agradecido ao Governador Jerônimo Rodrigues.

Concedo a palavra agora ao Deputado Federal Bacelar, que é um dos autores do requerimento desta sessão solene.

O SR. BACELAR (Bloco/PV - BA. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Cumprimento o Exmo. Sr. Senador Jaques Wagner, que preside esta sessão, o iniciador e construtor do projeto que traz desenvolvimento e progresso para o Estado da Bahia e que hoje tem ao seu lado, no Senado Federal, dois baianos ilustres: o Senador Otto Alencar e o Senador Angelo Coronel.

Exma. Sra. Margareth Menezes, Ministra de Estado da Cultura; Exmo. Sr. Jerônimo Rodrigues, Governador do Estado; minhas colegas e coordenadoras desta sessão, Deputadas Alice Portugal, Lídice da Mata e Rogéria Santos; V.Ema. Cardeal Dom Sergio da Rocha, Arcebispo de São Salvador da Bahia e Primaz do Brasil; Exmos. Srs. Comandantes Militares; Corpo Diplomático acreditado no Brasil; autoridades do Judiciário, do Judiciário Estadual, do Judiciário Federal; autoridades do Executivo; Sras. e Srs. Secretários de Estado; Sras. e Srs. Prefeitos; Sras. e Srs. Senadores; Sras. e Srs. Deputados Federais, é com imenso orgulho e honra que hoje ocupo esta tribuna para saudar o Bicentenário da Independência da Bahia, marco histórico que merece ser reverenciado e celebrado por todos nós.

Ao lembrarmos esta data tão significativa, somos envolvidos por um sentimento de gratidão e admiração pela coragem e bravura daqueles que lutaram para conquistar a nossa liberdade e nada mais justo do que buscar inspiração em uma das maiores expressões culturais do nosso Estado, o Hino ao Dois de Julho, verdadeiro hino da nossa independência:



*Nunca mais, nunca mais o despotismo
Regerá, regerá nossas ações!
Com tiranos não combinam
Brasileiros, brasileiros corações!*

Essa estrofe, presente no Hino ao Dois de Julho, resume perfeitamente o espírito de luta e a determinação da Bahia em alcançar a independência. Movidos pela chama da liberdade, nossos antepassados enfrentaram grandes adversidades unidos em um único propósito: tornar o Brasil livre e soberano.

Ao comemorarmos o bicentenário da nossa independência, somos desafiados a refletir sobre o significado desse marco histórico em nossas vidas e na construção do Brasil que queremos. Devemos honrar o legado dos nossos antepassados lutando incansavelmente por um país mais justo, igualitário e próspero.

Além disso, nessa celebração dos 200 anos da Independência da Bahia, temos o privilégio de contar com a liderança do Governador Jerônimo Rodrigues, um exemplo extraordinário daquilo que a letra do Hino ao Dois de Julho exalta. Jerônimo Rodrigues, de origem indígena, humilde, personifica a força e a diversidade do povo baiano. Sua trajetória de superação e compromisso com o desenvolvimento e igualdade social é um verdadeiro exemplo para todos nós, é uma coincidência histórica que nos enche de esperança e renova as nossas crenças na construção de um futuro mais inclusivo e justo.

Neste momento, concluo com o coração cheio de gratidão pela oportunidade de representar a Bahia no Congresso Nacional. Que cada um de nós possa, juntos, escrever uma nova página na história do nosso País, comprometidos em construir um futuro brilhante, ancorado nas lições do passado e nos ideais do Hino ao Dois de Julho.

Que a gloriosa Bahia continue a nos guiar! E que a nossa união, como brasileiros, leve-nos a conquistar um país de todos, para todos!

Salve a Bahia, terra da liberdade!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Obrigado, Deputado João Carlos Bacelar.

Concedo agora a palavra à Deputada Lídice da Mata, para que faça o seu pronunciamento.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos.

É com grande alegria que retorno a esta Casa para, desta tribuna, comemorar o dia 2 de Julho no seu bicentenário. E vou falar do 2 de Julho, que é um capítulo de destaque na trajetória do nosso Estado no cenário nacional. É também um grande exemplo da contribuição baiana para a formação social, histórica e política do nosso País. Temos na composição desta Mesa o Sr. Senador Jaques Wagner, que preside esta sessão, ex-Governador do nosso Estado, que, em seu Governo, recompôs, recuperou e valorizou essa histórica passagem da Bahia no cenário do Brasil.

Saúdo a nossa Margareth Menezes, Ministra da Cultura, em um tempo em que o Brasil tem uma mulher negra como Ministra da Cultura brasileira. (*Palmas.*)

Saúdo o Sr. Jerônimo Rodrigues, Governador do nosso Estado. Muita gente achava que S.Exa. não chegaria lá. S.Exa. chegou, brilhou e representa essa superação de um povo afro-indígena, que mostra a nossa cara para o Brasil. (*Palmas.*)

Saúdo o nosso Senador Otto Alencar, que aqui representa a nossa bancada juntamente com o Senador Angelo Coronel. Saúdo os Deputados Federais Bacelar, Alice Portugal e Rogéria Santos, que, junto comigo, instituíram esta iniciativa.

Saúdo o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que aqui está representado pelo seu Presidente, o Constituinte Joaci Góes; o Sr. Lidivaldo Britto, desembargador que está representando o nosso Tribunal



de Justiça; a nossa Deputada Estadual Fátima Nunes, aqui representando a Assembleia Legislativa da Bahia; a nossa Prefeita de Lauro de Freitas e ex-Deputada, Sra. Moema Gramacho, representando os Prefeitos da Bahia; e D. Sergio da Rocha, Arcebispo Primaz do Brasil, que está aqui presente; a Orquestra Sinfônica da FAB, que nos premiou com esses belíssimos números de arranjos novos; e todas as autoridades militares.

Quero saudar os embaixadores, que aqui representam os seus países, nessa afirmação da soberania do nosso País; e, especialmente, os embaixadores dos países africanos, tão presentes em nossa história política e nesta data do 2 de Julho, e os seus povos.

Quero dizer que vou começar a abandonar o meu discurso escrito e comentar o 2 de Julho de improviso.

O 2 de Julho ocorre num período de profundas mudanças no mundo. No fim do século XVIII, a vinda da Revolução Francesa parece ditar ao mundo que ele ia virar de ponta cabeça. Muitas revoluções e muitos processos de mudanças começam a acontecer, tanto na Europa quanto nas Colônias, nas Américas, na América do Norte. E, na América do Sul, aqui no Brasil, os ventos dos novos tempos chegam a Portugal no movimento liberal, levando D. João a voltar para lá e D. Pedro a ser pressionado a voltar e atender ao pleito do povo brasileiro, dizendo que era para ele ficar e fazer a Independência do Brasil.

Mas o Brasil não se tornou independente daquela fase. O Norte e o Nordeste permaneciam sob o domínio português. E mais: a Coroa Portuguesa mandou para cá o General Madeira de Melo, para dominar a colônia mais importante da economia no Nordeste brasileiro e, no País, a terceira mais importante, que era a Bahia. Ao fazer isso, fez com que as forças novas, modernas, os homens públicos brasileiros, a nova elite econômica do País, os negros escravizados e os negros livres, os indígenas, o povo baiano, enfim, e o povo nordestino se unissem para vencer, para resistir.

(Soa a campainha.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) - Vou finalizar.

Isso acontece, de maneira expressiva, no dia 25 de junho, quando a Câmara de Cachoeira, juntamente com as outras Câmaras do Recôncavo Baiano, declaram D. Pedro I o Regente Perpétuo do Brasil. Este símbolo não é aceito pelas tropas portuguesas, e elas atacam Cachoeira. Cachoeira reage: o povo nas ruas, as mulheres nas ruas, os homens, os indígenas, o povo simples nas ruas. De lá se forma o Exército do Periquitos, o exército resistente que depois ganha essa batalha, chegando a Pirajá, batalha que é rememorada nos nossos hinos.

No entanto, eu quero registrar que fica uma dívida grande com o povo brasileiro desta data, o 2 de Julho, muito bem lembrada pelo nosso Governador.

Governador, os negros e escravos eram a maioria do povo brasileiro, no País inteiro, na Bahia em especial: eram mais de 80% da população.

Os escravos que participaram dessa luta no Nordeste inteiro, em especial na Bahia, tinham deste novo País uma promessa, a promessa da abolição da escravatura, que não ocorre, que só vem a ocorrer 65 anos depois e que é a marca da chaga principal da miséria e da pobreza deste País até os dias atuais. Portanto, este legado negativo tem que ser totalmente refeito pelo Brasil. Nós precisamos incluir os negros na democracia brasileira, porque foi o caminho escolhido pelas forças democráticas do 2 de Julho e finalmente pelo povo brasileiro, na sua história seguinte.

Portanto, rememorar o 2 de Julho, o seu bicentenário, é reafirmar os nossos compromissos com a democracia, com o combate ao racismo, com a inclusão das mulheres e com novos tempos de igualdade social para o nosso povo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Agradeço à Deputada Federal Lídice da Mata, a primeira Prefeita mulher da nossa Capital, Salvador.

Convido agora para fazer uso da palavra a Deputada Federal Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos os presentes.

Quero saudar o Presidente desta sessão, o Senador Jaques Wagner, ex-Governador da Bahia que laureou o nosso povo com a transformação do Hino ao 2 de julho em hino oficial do nosso Estado.

Saúdo a Ministra de Estado da Cultura, cultura recriada e renascida no Brasil, Margareth Menezes, na pessoa de quem quero saudar a todos os Ministros que aqui estão ou que estão representados.

Saúdo a todos os Secretários de Cultura, na pessoa do Secretário Bruno Monteiro, da Cultura da Bahia, e os demais Secretários de Estado da Bahia aqui presentes.

Eu gostaria de saudar com especial carinho e efusividade o Governador do Estado da Bahia, o querido Jerônimo Rodrigues, que “chegou chegando”, como dizemos na Bahia, e neste momento traduz a historicidade de nosso povo na atualidade de um 2 de Julho que se renova, em especial na celebração dos seus 200 anos. É a primeira vez que conseguimos fazer uma solenidade — e todos os anos eu peço a realização desta solenidade — com a presença de um Governador do Estado. Agradeço a prontidão e a colaboração para realizá-la com tanto êxito, inclusive com a exposição sobre o dia 2 de Julho no corredor de exposições da Câmara dos Deputados, que eu convido a todos que depois visitem.

Eu gostaria de saudar os meus companheiros e colegas de luta e de manutenção da memória do dia 2 de Julho nesta Casa: o Deputado Federal Bacelar, a minha companheira de muitos anos de luta, a Deputada Federal Lídice da Mata, e a Deputada Federal Rogéria Santos aqui conosco.

Eu quero saudar os Senadores e agradecer a esta Casa pelo acolhimento, saudando, além do Senador Jaques Wagner, os Senadores baianos Otto Alencar e Angelo Coronel.

Senhores e senhoras, para mim, é motivo de grande emoção estar nesta tribuna para saudar os 200 anos do 2 de Julho. Se eu nada tivesse feito nesses meus 6 mandatos como Deputada Federal, estaria feliz e realizada por ter sido autora da Lei nº 12.819, de 5 de junho de 2013, que elevou a data de 2 de Julho, que passou a integrar as datas históricas do calendário de efemérides nacionais. O 2 de Julho é, portanto, uma data histórica nacional, mas falta, Governador, entrar para os livros de história.

Legisلamos também sobre a mudança do nome do aeroporto para “2 de Julho”. Encontra-se a proposta na Câmara dos Deputados para votação, após outros próceres terem iniciado essa tentativa, a saber: o Deputado Domingos Leonelli e o Deputado Luiz Alberto. No entanto, ainda não conseguimos esse feito, o da restauração do nome do nosso aeródromo internacional, o que para nós faz muito sentido e necessidade.

Como filha do Centro Histórico de Salvador e estudante de escola pública, onde aprendi na mais tenra idade o Hino ao 2 de Julho, quero dizer que comemorar essa data para os baianos não é algo banal, é comemorar a afirmação da independência e da soberania de um povo.

Por isso é tão importante a presença do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, na figura do ex-Deputado Joaci Góes, que mantém inclusive a nossa lei no portal de entrada do instituto, e é tão significativa a presença de D. Sérgio, que tem uma mártir da independência sob sua guarda, a Soror Madre Joana Angélica, que guardou soldados e populares do jugo português e das tropas portuguesas e morreu à frente do seu convento, assassinada pelos colonizadores.

O 2 de Julho de 1823, portanto, para nós, é uma guerra popular que consolida a independência e consolida uma luta que foi iniciada na Câmara Municipal de Santo Amaro, no dia 7 de janeiro de 1823, declarando-se independente, e depois passa por Cachoeira, nessa batalha aqui já referenciada pela cachoeirana Lídice da Mata, em que Tambor Soledade é atingido pela tropa portuguesa. O povo invade a



maré e afunda as naus portuguesas apenas com uma canhoneira. Essa guerra a paus e pedras e poucas armas segue por todo o Recôncavo Baiano, em guerra popular com muitos mortos.

Ao chegar à Ilha de Itaparica, Maria Felipa se destaca — e já há registros históricos da sua efetiva existência. Ali uma batalha épica se consuma, com marisqueiras, homens, mulheres, brancos insurretos, negros — com a sua libertação prometida e não cumprida em boa parte —, indígenas e portugueses rebelados. Nessa constituição faz-se a tropa brasileira, até que reforços chegam ao Brasil.

Para que se votasse esse projeto, Governador, ele ficou 8 anos no Senado. Um ex-Presidente — e não há por que citá-lo — dizia que não colocava em votação o projeto porque Lorde Cochrane havia saído de Salvador e pilhado São Luís. Eu não quero efetivamente dizer quem mais pilhou, mas, efetivamente, foi luta, até chegarmos à conclusão de que o 2 de Julho era uma data nacional.

Historiadores eurocêntricos impediram durante muitos anos e chamaram de “guerras nativistas” a luta de brasileiros do Norte e do Nordeste para conquistarem a independência. Só que o 2 de Julho não se tratou de um conflito encistado, foi um conflito enorme de resistência e que consolidou e confirmou a independência nacional.

Finalizo dizendo que nossos heróis e heroínas já passaram a figurar no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria: Maria Quitéria, que se travestiu para lutar; Joana Angélica, já citada, que abriu os braços à porta do convento; Maria Felipa, que assombrou os soldados portugueses com ardis femininos utilizados, para que os punhais estivessem guardados sob os babados das vestes baianas; e, por último, os heróis anônimos que reverencio nesta solenidade. Foram eles que constituíram e que os historiadores resgatam: além de Luís Henrique Dias Tavares. Lina Aras e historiadores de grande porte hoje fazem essa investigação acerca do nome de vários heróis ainda anônimos. Paulo César Oliveira de Jesus e outros historiadores têm trazido para nós detalhes acerca da Guerra do 2 de Julho.

Quero encerrar a minha homenagem às heroínas e aos heróis da luta pela independência da Bahia e da consolidação da independência do Brasil do jugo português com versos do poeta baiano Castro Alves, do seu poema *Ode ao Dois de Julho*, quando se refere às batalhas então travadas em solo brasileiro, como diz o nosso hino — “*com tiranos não combinam brasileiros, brasileiros corações*” —, verso que repeti para repudiar o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff numa noite tenebrosa, antidemocracia, em nosso País.

Disse Castro Alves:

*Não! Não eram dous povos os que abalavam
Naquele instante o solo ensanguentado...
Era o porvir — em frente do passado,
A liberdade — em frente à escravidão.
Era a luta das águias — e do abutre,
A revolta do pulso — contra os ferros,
O pugilato da razão — com os erros,
O duelo da treva — e do clarão!...*

Viva o 2 de Julho! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Agradeço à Deputada Federal Alice Portugal.

Convido, para que faça o seu pronunciamento, a Deputada Federal Rogéria Santos, também requerente desta sessão.

A SRA. ROGÉRIA SANTOS (Bloco/REPUBLICANOS - BA. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos.



Eu começo o meu pronunciamento cumprimentando o Exmo. Sr. Senador Jaques Wagner, Presidente e também um dos requerentes desta sessão.

Cumprimento a nossa — permita-me chamá-la assim, Ministra — querida Ministra de Estado da Cultura, a Sra. Margareth Menezes; o nosso Exmo. Governador do Estado da Bahia, o Sr. Jerônimo Rodrigues; os meus amigos, os meus irmãos e irmãs baianas, Deputados Federais e Deputadas Federais, o Deputado Bacelar, a Deputada Alice Portugal, a Deputada Lídice da Mata, todos requerentes dessa sessão. Cumprimento as demais autoridades aqui presentes, civis, militares, diplomáticas, eclesiásticas, e todos os demais presentes.

Vou reduzir um pouco as saudações para ganhar tempo neste discurso.

Falar da Bahia, falar do 2 de Julho é falar de um povo que é único no mundo. Dizer do 2 de Julho é, em uma sessão do Congresso Nacional, em que ambas as Casas se reúnem, rememorar para o Brasil toda a historicidade dessa data.

É com muita alegria que eu me coloco aqui, nesta manhã. Mas eu não quero tirar o brilhantismo de todos que já falaram até agora com todo um peso da história de tudo o que aconteceu no 2 de Julho.

Mas eu quero trazer, sim, ao Congresso Nacional o valor de todo o povo que está dentro e atrás de tudo o que aconteceu naquele 2 de julho, o valor do povo baiano, que, de um canto a outro, do extremo sul, do norte e do sul, de onde estiver, luta incessantemente, motivado pelos grandes exemplos do 2 de Julho.

Agora eu me quedo a falar das mulheres baianas, que têm como exemplos grandiosos Maria Felipa, Maria Quitéria e Joana Angélica, personagens únicas da história do 2 de Julho. Dentro do peito de cada mulher baiana, pulsa o sentimento de luta, o sentimento de motivação para que o seu Estado, para que o seu povo, a cada dia, siga um caminho de crescimento e desenvolvimento.

Sr. Governador, o senhor é muito feliz por governar o Estado da Bahia e por ter as mulheres baianas junto consigo.

Não entendam isso como um menosprezo aos homens. Os homens nos motivam a lutar mais, e nos instruem, e nos ensinam, porque toda a historicidade é construída pelos homens baianos. Trouxeram para nós uma responsabilidade grandiosa de lutar, de sobreviver e de vencer.

Minha Deputada, parabéns! Eu a acompanho há muito tempo.

Eu, Deputada Federal de primeiro mandato, digo sempre a essas senhoras que estão compondo essa Mesa, a Deputada Lídice da Mata, a Deputada Alice Portugal, que, assim como as heroínas do passado, elas têm nos inspirado e nos ensinado.

Meu Governador, olhe com muito carinho para as mulheres baianas, o que, sei, já lhe é peculiar, olhe para elas com muito, muito carinho, porque o senhor tem grandes heroínas naquele Estado. Todas as mulheres baianas hoje trazem esse peso da seriedade, do compromisso e do comprometimento.

Portanto, trazendo a memória de um evento histórico, eu não poderia deixar de estar aqui hoje para falar do meu povo, do povo que eu amo, do povo que bravamente lutou para que eu estivesse hoje na Câmara dos Deputados.

Muito obrigada, povo baiano!

Eu quero citar este pequenino verso de J.G. de Araújo Jorge:

*Qualquer coisa da Bahia
todo brasileiro tem,
se até o Brasil, certo dia,
nasceu baiano também!*

Viva o 2 de Julho!

Viva o povo da Bahia! Viva o nosso povo!



Que Deus abençoe a Bahia! Que Deus nos abençoe!

Bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Agradeço à Deputada Federal Rogéria Santos pelo seu pronunciamento.

Aproveito a oportunidade para citar a presença da Deputada Estadual Fátima Nunes; dos Deputados Federais do Estado da Bahia Alex Santana, Dal Barreto, Gabriel Nunes, Daniel Almeida, Ivoneide Caetano, Josias Gomes, Joseildo Ramos, Márcio Marinho, Otto Alencar Filho, Paulo Magalhães, Ricardo Maia, Waldenor Pereira, Valmir Assunção e Zé Neto; e do Deputado Federal do Distrito Federal Prof. Paulo Fernando.

Cumprimento o Secretário do Trabalho do Estado da Bahia, Davidson Magalhães, e do Secretário de Relações Institucionais do Estado da Bahia, Luiz Carlos Caetano. Agradeço-lhes a presença.

Eu peço vênia a quatro Deputados Federais inscritos. Vou chamá-los, mas pediria que fossem muito breves na saudação.

Informo aos demais Deputados que já encerrei a lista de inscrição não anunciada, pelo adiantado da hora.

Vou convidar a fazer uso da palavra o Deputado Daniel Almeida, o Deputado Joseildo Ramos, o Deputado Márcio Marinho e o Deputado Prof. Paulo Fernando, que é do Distrito Federal.

Eu peço realmente que façam uma saudação breve, porque ainda haverá três músicas e o encerramento. Sei que a agenda de todos é muito apertada. Não é preciso citar todos os presentes, basta citar os já citados. (*Risos.*)

Tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB - BA. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Cumprimento V.Exa., Senador Jaques Wagner, que preside esta sessão e que ressimbolizou o 2 de Julho, adotando o Hino ao 2 de Julho para ser o hino da Bahia.

É uma emoção muito grande estar aqui com esta Mesa, que é também composta pela Deputada Alice Portugal, pela Deputada Lídice da Mata, pelo Deputado Bacelar e pela Deputada Rogéria Santos, que foram proponentes desta sessão e estão ao lado de Margareth Menezes, que simboliza tão bem a retomada da cultura com a cara do nosso povo da Bahia e do Brasil.

Eu não posso deixar de citar o nosso Governador, Jerônimo Rodrigues. Eu estava acompanhando o seu pronunciamento, que expressa a identidade e a marca do povo da Bahia e dos temas que a Bahia continua a tratar e debater para produzirmos a independência e a afirmação da autonomia do nosso povo.

Quero dizer da alegria de estar aqui, com a assistência de Joaci Góes, ícone da nossa cultura, da política, pai do Código de Defesa do Consumidor no nosso País.

Cumprimento Davidson Magalhães e, em nome dele, todas as representações partidárias neste nobre evento.

O 2 de Julho, neste bicentenário, adquiriu um conceito que sempre teve para os baianos, mas que se expressa agora para o Brasil, o conceito de data nacional. Esta data tem uma contribuição insubstituível para a soberania do nosso País, para a independência do Brasil, para o resgate de toda essa trajetória que começou antes do 7 de Setembro.

Quando o General Madeira de Melo chegou, já encontrou a resistência da Bahia e dos baianos. O primeiro episódio marcante foi ainda no início de 1822, quando, tentando perseguir e prender soldados baianos, brasileiros, enfrentou Joana Angélica, a mártir da nossa independência, que foi assassinada no Convento da Lapa. Houve também a decisão da Câmara de Santo Amaro, em 14 de junho, e a decisão da Câmara de Cachoeira, em 25 de junho de 1822, que deflagrou todo esse processo.

A marca do 2 de Julho é a marca da participação popular e, de forma muito especial, das mulheres.



Houve o profissionalismo do General Labatut, mas houve também a participação do nosso povo, dos índios, dos negros, das mulheres, do povo da Bahia, que se levantou. Cito Maria Quitéria, cuja figura tenho a honra de ostentar em todas as minhas marcas na atividade política, como a heroína principal, que foi brava. Foi com sangue e com luta que nós conquistamos a independência da Bahia. Portanto, estamos aqui hoje, Governador Jerônimo, neste momento de elevada ressignificação desta batalha para consolidar a independência do Brasil, que foi feita com luta, com participação popular na Bahia. V.Exa., Governador, expressa, na marca, na identidade, na fisionomia esse simbolismo do caboclo e da cabocla, que desfila, mas está na sua fisionomia.

Viva a Bahia! Viva o 2 de Julho! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Obrigado, Deputado Daniel Almeida.

Convido agora o Deputado Joseildo Ramos.

Rogo a todos que se atenham ao cumprimento do tempo de 3 minutos.

Tem a palavra o Deputado Joseildo Ramos.

O SR. JOSEILDO RAMOS (Bloco/PT - BA. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos e a todas — bom dia, gente!

Estamos felizes pela Bahia, Sr. Governador.

Quero cumprimentar, o ex-Governador, Senador Jaques Wagner, pela iniciativa, juntamente com todos aqui: Deputadas Alice e Lídice, nosso Deputado João Bacelar e a Deputada Rogéria.

Acredito que neste bicentenário é importante a valorização desta data como a independência verdadeira deste País. A independência do Brasil aconteceu na Bahia, com luta, mesmo porque Portugal havia determinado que o Nordeste fosse um enclave aqui neste País.

Para concluir a minha presença aqui — Senador, usarei o mínimo possível de tempo pelo adiantado da hora — quero registrar que apresentei, neste bicentenário, a proposta de renomeação do Aeroporto Internacional de Salvador para Aeroporto Dois de Julho. Para isso, meu Governador, solicito o apoio de todos — Leonel, Luiz Alberto, Alice Portugal — e peço que todas essas iniciativas sejam apensadas à minha proposta. Nós não nos conformamos com a mudança de uma luta coletiva que simboliza a independência do Brasil.

Portanto, com muito orgulho, apresentei essa proposta para renomear o Aeroporto Internacional Dois de Julho como sempre deveria ficar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Obrigado, Deputado Joseildo.

Convido agora para fazer uso da palavra o Deputado Federal Márcio Marinho.

O SR. MÁRCIO MARINHO (Bloco/REPUBLICANOS - BA. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos.

Queria cumprimentar o nosso Senador Jaques Wagner, o nosso Governador Jerônimo, a Ministra da Cultura, Margareth Menezes, a nossa Deputada Rogéria Santos, a Deputada Lídice da Mata e a minha amiga Deputada Alice Portugal.

É uma honra participar desta sessão solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar o bicentenário da independência da Bahia, celebrada nesse último dia 2 de julho.

Essa data tão especial nos remete a um passado de lutas e conquistas, lutas feitas pelas mulheres, pelos negros e pelos índios, que fizeram da resistência a sua liberdade, que moldaram a história do nosso Estado e do nosso País, tão rico em cultura e tradição. Há 200 anos, a Bahia se tornava independente. Ao romper os laços coloniais, tornou-se uma província autônoma. Foi um momento de grande importância para o povo baiano, que lutou bravamente pela sua liberdade e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao longo desses dois séculos, a Bahia se transformou em um verdadeiro berço de cultura e resistência.



Foi aqui que nasceram grandes personalidades que marcaram a história do Brasil, como Castro Alves, Jorge Amado, Dorival Caymmi e tantos outros. Através de suas obras literárias e musicais, eles retrataram a essência do povo baiano e de suas lutas.

No entanto, não podemos esquecer que a história da Bahia também é marcada por desafios e desigualdades. Precisamos continuar lutando com força para combater toda e qualquer desigualdade social, violência e falta de oportunidades para muitos de nossos cidadãos. Por isso, é também fundamental que, ao celebrarmos o bicentenário, também reflitamos sobre os desafios que ainda temos pela frente. Devemos continuar lutando por uma Bahia mais justa e igualitária, onde todos tenham acesso à educação, à saúde e à segurança de qualidade. Precisamos valorizar e preservar a nossa cultura e nossas tradições, ao mesmo tempo em que buscamos o desenvolvimento econômico e social para o nosso Estado. Neste bicentenário, é importante que nos unamos em prol de um futuro melhor para a Bahia; que possamos celebrar não apenas as conquistas do passado, mas também renovar os nossos compromissos com o presente e com o futuro; que possamos construir uma Bahia mais próspera, mais inclusiva e mais justa para todos os seus habitantes.

Parabéns à Bahia por este bicentenário! Parabéns! E viva a Bahia! Viva o Dia 2 de Julho!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Obrigado, Deputado Márcio Marinho.

Convido agora o Deputado Federal Prof. Paulo Fernando, do Distrito Federal, para fazer seu pronunciamento.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na pessoa da Deputada Rogéria Santos, do Deputado Márcio Marinho e dos colegas de partido, cumprimento as demais autoridades. Em nome do Cardeal Dom Sérgio da Rocha, que foi nosso Arcebispo aqui em Brasília e hoje é Arcebispo Primaz do Brasil, cumprimento as demais autoridades.

Dentre tantos heróis da Bahia do dia 2 de julho, eu gostaria, Sr. Presidente, de salientar a figura da Madre Joana Angélica de Jesus, filha de José Tavares de Almeida e Catarina Maria da Silva. O historiador Bernardino José de Sousa escreveu na época que, dentre os acontecimentos tormentosos, nenhum impressionou mais fundo a alma da Bahia do que o selvagem ataque dos soldados contra o indefeso Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa.

Madre Joana, nascida em 1761, religiosa concepcionista, faleceu no dia 20 de fevereiro de 1822, ao ser atingida por golpe de baioneta, quando tentava proteger seu convento da invasão das tropas. O Cardeal D. Sérgio exaltou que Madre Joana foi uma das figuras mais marcantes do itinerário rumo à independência. Segundo ele, uma heroína, por integrar outro exército, formado por mulheres que traziam consigo a cruz e o rosário. O episódio protagonizado por Madre Joana merece figurar não somente na história da Igreja Católica, mas de todo o Brasil.

Quero cumprimentar a Deputada Lídice da Mata, porque ela foi uma das autoras que incluiu o nome da Madre Joana no *Livro de Heróis e Heroínas da Pátria*.

Sr. Presidente, para encerrar, segundo a narrativa da época, quando a Madre foi atacada, teria dito: “*Para trás, bandidos, respeitem a casa de Deus*”.

O meu amigo baiano, ex-Deputado Sebastião Nery, com quem tive a honra de trabalhar lá na Câmara, dizia que a Bahia era o útero do Brasil. Ele dizia que o nome Bahia se deu em virtude do descobrimento, quando chegou aqui o navegador florentino Américo Vespuícius e Gonçalo Coelho. Sebastião Nery, então, dizia que, sendo a Bahia útero do Brasil, deu muitos filhos ilustres ao Brasil, não só a Madre Joana, mas também Ruy Barbosa, que está aqui em local de honra, em pedestal, no plenário, abaixo de Cristo, também a Santa Dulce dos Pobres. Que ela continue intercedendo pela Bahia e pelo Brasil!

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Muito obrigado, Deputado Federal Prof. Paulo Fernando, pelo seu pronunciamento.

Eu também quero registrar a presença da Deputada Laura Carneiro, do Rio de Janeiro, e do Deputado Federal Neto Carletto, do PP da Bahia.

Antes de fazer meu pronunciamento de encerramento, quero convidar a Prefeita Moema Gramacho, que, como sempre, quer presentear o Governador do Estado.

Prefeita, V.Exa. só não vai poder falar, viu?

A Prefeita fez aniversário ontem e hoje presenteia, em homenagem a esta cerimônia.

A SRA. MOEMA GRAMACHO - Sr. Presidente, este é um presente feito pelos artesãos de Lauro de Freitas e simboliza a raça indígena. Porque o nome que deram a isso foi “filtro dos sonhos”. Os indígenas achavam que, durante a noite, podiam filtrar os sonhos: tirar os sonhos negativos e manter só os positivos. Eu quero começar dizendo que parabenizo esta Mesa aqui, porque ela é simbólica: tem maioria de mulheres — cinco mulheres e três homens —, tem indígena, tem negros e ainda tem um imigrante que imigrou do Rio de Janeiro para a Bahia e se tornou baiano. Eu tive a felicidade de dar a ele o título de Cidadão Baiano, que a Assembleia aprovou e ele recebeu. Mesmo se não recebesse o título oficial de Cidadão Baiano, ele já seria um baiano nato, por tudo que fez pela Bahia e continua fazendo. Não é à toa que ajudou a eleger três governadores: a si próprio e mais dois. Era só isso que eu queria falar. (*Palmas.*)

Que sirva para filtrar todos os sonhos negativos! Que tenhamos somente sonhos positivos!

Permita-me finalizar dizendo que a minha presença aqui hoje ocorre principalmente porque nós fizemos uma revisita à história. Lauro de Freitas, Camaçari, Dias d'Ávila e Mata de São João passaram a integrar a história do Brasil, não só pela passagem do fogo simbólico, mas também pelas batalhas que lá foram feitas pelo povo, acima de tudo — não só pelos que usam armas, mas também pelo povo.

Que esse fogo simbólico, essa chama, nunca se apague! É a chama da Independência da Bahia e do Brasil. É a chama da liberdade. É a chama da democracia.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Obrigado, Prefeita Moema Gramacho, pela lembrança, pelo presente, pelas palavras.

Cumprimento todos os convidados; todas as amigas; todos os amigos; todas as autoridades civis, militares, eclesiásticas; todo o corpo diplomático; todos os Deputados Federais, Deputados Estaduais e Senadores que por aqui passaram. Cumprimento o querido Governador Jerônimo, a nossa Ministra, as coautoras e os coautores do requerimento para a realização desta sessão.

O Brasil e, em particular, a Bahia, no último domingo, festejaram com muita emoção o Bicentenário da Independência do Brasil, consolidada no dia 2 de julho de 1823. Irmanados, o povo baiano e diversas instituições do Estado, vanguardadas pelo Governo da Bahia, em vasta programação cultural, social, acadêmica e musical, promoveram diversos encontros, mostras artísticas, seminários, publicações, *shows* musicais, cujo coroamento se verificou no tradicional desfile cívico do Largo da Lapinha até a Praça 2 de julho, no Campo Grande, onde se encontra a estátua do Caboclo, símbolo do heróis da memorável batalha de 1823.

O Recôncavo Baiano foi palco de organização militar, chegando a somar mais de 13 mil voluntários inscritos: homens, mulheres, negros, brancos, indígenas, escravizados, negros libertos, pagãos, religiosos, portugueses dissidentes, trabalhadores em geral, que marcharam para se somar aos soteropolitanos comandados pelo General Labatut, a fim de libertar Salvador.

Ao proclamar a Independência, em 7 de setembro de 1822, D. Pedro não conseguiu conter governos e tropas de várias províncias que foram obrigadas pela Coroa a expressarem fidelidade a Portugal. Nesse período, a Corte portuguesa enviou mais de 2.500 homens, buscando reforçar o contingente que atuava em



Salvador, com a ideia de continuar o domínio do norte e nordeste, contando para tanto com o apoio de grandes comerciantes, em sua maioria oriundos de Portugal, além de latifundiários nascidos no Brasil, produtores de açúcar e tabaco à custa do trabalho escravo.

O pano de fundo da resistência à Independência do Brasil eram as ideias progressistas da época, que já pregavam a autonomia política, a república e o fim da escravidão e dos privilégios sociais das castas econômicas e políticas.

Vale lembrar a conclusão a que chegou em suas pesquisas o escritor do nosso tempo Laurentino Gomes, em sua marcante obra *1822*, quando afirma que a manutenção da unidade nacional só foi possível por conta da resistência baiana. Se não fosse o 2 de Julho, fatalmente o território brasileiro seria dividido em duas partes.

A luta heroica de Cachoeira é um capítulo à parte nessa epopeia de libertação da Bahia. Centro de resistência do Recôncavo, a cidade atraiu retirantes de Salvador e Municípios vizinhos, a exemplo de Santo Amaro da Purificação. Ali em Cachoeira, ainda em junho de 1822, a Câmara Municipal proclama o resultado da consulta popular, declarando D. Pedro de Alcântara regente constitucional e defensor perpétuo do Brasil. Esse fato resultou em grande manifestação popular, em desfile pelas ruas da cidade, sendo alvo de tiros da casa de um português e de uma embarcação portuguesa fundeada no Rio Paraguaçu, finalmente derrotada após 3 dias de combates. Essa foi a origem genuína de todas as batalhas que se avolumaram até 2 de julho de 1823.

Para transferir a Capital da Bahia todos os anos para Cachoeira no dia 25 de junho, tive a honra, como Governador do Estado, de sancionar a Lei nº 10.695, de 2007, marcando definitivamente, em nosso Estado, a merecida homenagem à Cidade Heroica, palco memorável do início da guerra de libertação do Brasil em terras baianas.

A partir do exemplo de Cachoeira, diversos Municípios organizam tropas, erguem trincheiras, espalhando-se do Recôncavo ao Sertão, de onde saíram os Encourados de Pedrão, na Batalha de Pirajá. Aliás, o saudoso historiador baiano Prof. Cid Teixeira dizia que Pirajá foi a maior batalha militar das Américas, onde negros, caboclos e índios se infiltravam à noite para atacar com flechas os portugueses ao amanhecer.

Não podemos falar do 2 de Julho sem nos lembarmos dos nomes femininos e destacados de Joana Angélica, Maria Felipa e Maria Quitéria, heroínas baianas da Independência do Brasil.

Joana Angélica foi assassinada no Convento da Lapa ao tentar impedir a entrada de soldados portugueses sob o comando de Madeira de Melo.

Maria Felipa, negra, marisqueira, liderou a resistência das mulheres de Itaparica, conseguindo incendiar várias embarcações portuguesas. Armadas de galhos de cansanção e peixeiras, impediram o desembarque de portugueses, segundo relato do historiador baiano Prof. Luís Henrique Dias Tavares, no livro *Independência do Brasil na Bahia*.

Maria Quitéria, primeira mulher das Forças Armadas do Brasil, nasceu em Feira de Santana em 1792 e alistou-se com imensa bravura e destemor no Batalhão de Voluntários do Príncipe, ocupando a linha de frente do regimento de artilharia, alçada pelo General Labatut ao posto de 1º Cadete das tropas baianas.

Senhoras e senhores, amigas e amigos, a história do 2 de julho de 1823, cujo bicentenário comemoramos nesta oportunidade, pode suscitar elevado debate e incontáveis horas de relatos sobre os fatos e acontecimentos, antes e depois daquela histórica data, não apenas para o povo baiano, mas para todo o povo brasileiro. Falar do 2 de Julho é falar dos ideais liberais e das revoluções que sacudiram o mundo no final do século XVIII. Esse foi, seguramente, o coroamento de várias lutas ocorridas em solo baiano, a exemplo da Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates, eclodida em Salvador em 1798, que já desfraldava as bandeiras da separação do Brasil de Portugal, a abolição da escravatura e diversas reivindicações das



camadas mais pobres da população.

Ao abreviar este pronunciamento, dando oportunidade aos demais, que certamente discorrerão com maior eloquência sobre os dados e aspectos que já discorreram, sobre os aspectos singulares do 2 de Julho, eu gostaria de agradecer aos Deputados e aos servidores da Câmara e do Senado que se debruçaram sobre a organização desta solenidade.

Agradeço, em especial, à Orquestra Sinfônica da Força Aérea Brasileira, que atendeu o nosso convite e nos brindou com sua música, e ao maestro Luciano Calazans, que compôs os arranjos e trouxe baianidade para a nossa sessão.

Agradeço também à cantora Tais Nader, que executou as canções aos ilustres convidados e ao querido povo baiano, o que efetivamente consolidou a Independência do Brasil na Bahia.

Viva o 2 de Julho! (*Palmas.*)

Antes de encerrar esta sessão, quero convidá-los, mais uma vez, a prestigiar a apresentação das músicas *Lamento sertanejo* e *Toda menina baiana*, executadas pela Orquestra Sinfônica da Força Aérea Brasileira e entoadas pela cantora Tais Nader. (*Palmas.*)

A SRA. TAIS NADER - Sertão 2 de Julho! Sertão baiano! Sertão forte! Sertão intenso! Sertão livre! Viva o Sertão!

(*Apresentação artística.*) (*Palmas.*)

A SRA. TAIS NADER - Viva Maria Felipa! Viva Joana Angélica! Viva Margareth Menezes! Vivam todas as mulheres dessa banca!

Vamos fazer *Toda Menina Baiana*.

Vamos, amada? Só o refrãozinho, qualquer coisa? O meu tom é bem mais baixo. (*Pausa.*)

Mas, se não for Margareth, eu posso pedir a vocês “*Que Deus deu, que Deus dá*”, para cantarmos juntos e celebrarmos este momento?

Então, vamos lá!

(*Apresentação artística.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Quero agradecer a todos.

Antes do encerramento, a Orquestra Sinfônica da Força Aérea Brasileira vai nos brindar com a execução instrumental da música *Grito de Guerra*.

Agradeço a presença de todos e à Orquestra Sinfônica.

Que Deus abençoe a todos! Viva o 2 de Julho!

(*Apresentação artística.*)

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. PT - BA) - Declaro encerrada a presente sessão do Congresso Nacional.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 20 minutos.*)



Ata da 14^a Sessão, Solene,
em 5 de julho de 2023

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 31 minutos e encerra-se às 16 horas.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 129, de 2023, que acrescenta o art. 123 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar prazo de vigência adicional aos instrumentos de permissão lotérica. (**Vide Item 6 do Sumário**)

Na Câmara dos Deputados, a proposta foi autuada como Proposta de Emenda à Constituição nº 142, de 2015, e teve como primeiro signatário o Deputado Federal Fausto Pinato. Nessa Casa, foi relatada pelo Deputado Federal Darci de Matos, tanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto na Comissão Especial.

No Senado Federal, a proposta foi autuada com o nº 43, de 2022, e foi relatada pelo eminentíssimo Senador Ciro Nogueira.

Compõem a mesa com esta Presidência: o Sr. Senador da República Ciro Nogueira, Relator da Proposta de Emenda à Constituição no Senado Federal; o Sr. Deputado Federal Fausto Pinato, primeiro signatário da Proposta de Emenda à Constituição; o Sr. Senador Rogério Carvalho, Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal; o Sr. Senador Weverton, Segundo-Secretário da Mesa do Senado Federal; o Sr. Deputado Federal Weliton Prado, do Estado de Minas Gerais, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Lotéricos; e o Sr. Jodismar Amaro, Presidente da Federação Brasileira das Empresas Lotéricas (Febralot).

Convido a todos para, em posição de respeito, entoarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Encontram-se sobre a mesa os autógrafos da Emenda Constitucional nº 129, de 2023.

Exemplares da emenda serão destinados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

O Senador Rogério Carvalho, Primeiro-Secretário do Senado Federal, fará agora a leitura do autógrafo da emenda constitucional.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – Emenda Constitucional nº 129, de 2023.

Acrescenta o art. 123 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para assegurar prazo de vigência adicional aos instrumentos de permissão lotérica.

Brasília, 5 de julho de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Assino, neste momento, a Emenda Constitucional nº 129, de 2023. (*Pausa.*)

Convido os demais membros da mesa a aporem suas assinaturas à emenda. (*Pausa.*)

Solicito aos presentes que se coloquem em posição de respeito.

Nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, declaro promulgada a Emenda Constitucional nº 129, de 2023. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG. Para discursar - Presidente.) – Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos acompanham neste dia, saúdo, de maneira especial, os Srs. Parlamentares que compõem a mesa de trabalhos desta sessão solene do Congresso Nacional.

Hoje nos reunimos nesta sessão solene para promulgar a Emenda Constitucional nº 129, de 2023, que acrescenta o art. 123 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para assegurar prazo de vigência adicional aos instrumentos de permissão lotérica.

Essa Emenda Constitucional vem a resolver a controvérsia referente à validade das permissões e credenciamentos concedidos aos lotéricos em contratos firmados antes da Constituição Federal de 1988.



Isso porque a nossa atual Constituição, em seu art. 175, estabeleceu que a prestação de serviços públicos sob regime de concessão ou permissão deve ser feita sempre por meio de licitação.

Assim, estamos em um cenário em que muitos serviços lotéricos foram outorgados antes da Constituição de 1988, com prazo indeterminado e sem a obrigação de licitar *versus* uma regra constitucional de 1988 que tornou obrigatório o processo licitatório, sem, contudo, ter estabelecido uma regra de transição, o que instaurou um ambiente de insegurança jurídica no setor, sobretudo para aqueles que fizeram grandes investimentos no serviço público e tanto contribuíram para o desenvolvimento do Brasil ao longo dos anos.

Por ser um defensor da segurança jurídica como um elemento constitutivo do Estado de direito, é com muita alegria que presido esta sessão de promulgação, especialmente porque estamos falando de segurança jurídica para um setor que tem um papel social tão relevante para o país, contribuindo para o nosso desenvolvimento socioeconômico.

As redes lotéricas, por alcançarem municípios de pequeno porte, são fundamentais para a manutenção das políticas públicas, com forte atuação como agente pagador de programas sociais do Governo Federal, tais como o Bolsa Família.

Chegam também à população que não possui conta em banco, oferecendo serviços de pagamento de contas e crédito financeiro, e, claro, alimentam a esperança dos brasileiros, com a possibilidade de se tornarem milionários a partir de suas apostas. Mas, ainda nessa hipótese em que um ou poucos indivíduos ganham o prêmio, toda a sociedade se beneficia, porque parte da renda das loterias é destinada a programas sociais.

Em 2022, as Loterias Caixa repassaram R\$10,9 bilhões em benefícios sociais para diversas áreas prioritárias do país, como segurança, segurança pública, saúde, educação, esporte e cultura.

Por isso, nesta solenidade, preciso relembrar, brevemente, a história das casas lotéricas, que iniciaram, oficialmente, sua trajetória em minha terra, Minas Gerais. Em 1784, a Câmara Municipal de Vila Rica, atual Ouro Preto, autorizou a promoção da primeira loteria oficial, com o objetivo de arrecadar recursos para o término das obras do edifício-sede da Casa de Câmara e Cadeia, local que, hoje, abriga o Museu da Inconfidência.

Com a vinda da Corte portuguesa, em 1808, as loterias se proliferaram por todo o Brasil, destinando recursos em prol de santas casas, instituições assistenciais e culturais. Contudo, foi apenas no século XX, na década de 60, que o poder público passou a explorar esse serviço, transferindo a administração das loterias às Caixas Econômicas Federais e, assim, destinando parte da receita líquida ao financiamento de serviços públicos municipais de saneamento, assistência e educação.

Nessa nova forma de administração das loterias, toda a sociedade passava a ser beneficiada. Independentemente de haver ganhadores dos prêmios de sorteios, toda a sociedade ganhava na forma de benefícios sociais gerados pelas apostas.

Na década de 1990, a rede lotérica passou a oferecer serviços de recebimento de contas, atendendo diretamente a comunidade mais carente e desassistida de agências bancárias, que não tinha onde pagar suas contas. E, desde 2009, as unidades lotéricas fazem também abertura de conta simplificada da Caixa Econômica Federal, proporcionando acesso ao sistema financeiro, especialmente à população de baixa renda. Em razão de sua capilaridade em todos os estados e em pequenas cidades e da facilidade de sua instalação em locais não atrativos para os agentes bancários de maior porte, a rede lotérica cumpre funções que dificilmente são alcançadas por outros agentes financeiros. Assim, as casas lotéricas contribuíram, ao longo dos anos, para a melhora das condições de obtenção de crédito, de formação de poupança e de aquisição de produtos financeiros, além da comodidade para pagamento de contas, remessa de dinheiro e recebimento de benefícios sociais.



Em um país com as dimensões do Brasil é de fundamental importância a existência de mecanismos que facilitem, em todo o território nacional, o acesso tanto aos serviços financeiros básicos como às políticas públicas.

Destarte, gostaria de parabenizar o indispensável trabalho de todos os colegas Parlamentares envolvidos na deliberação desta emenda, que vem para corrigir esse quadro aflitivo, conferindo validade e segurança jurídica aos contratos de serviços lotéricos.

Presto, na qualidade de Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, meus agradecimentos e reconhecimento especiais: ao Deputado Federal Fausto Pinato, do Estado de São Paulo, primeiro signatário da proposta de emenda à Constituição; ao ex-Deputado Darci de Matos, Relator da matéria na Câmara dos Deputados, tanto na Comissão de Constituição e Justiça quanto na Comissão Especial; meu reconhecimento também ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Arthur Lira; bem como ao colega de Senado, Senador Ciro Nogueira, Relator da proposta no Senado Federal, cujos incansáveis esforços foram fundamentais para sua aprovação.

Agradeço a todos pela atenção e pelo apoio dispensados a essa importante matéria. Sigamos juntos apoiando os serviços públicos, que tantos benefícios trazem para a população brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Neste instante, concedo a palavra ao eminente Senador da República Ciro Nogueira, Relator da matéria no Senado Federal.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP - PI. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Srs. Senadores, Srs. Deputados, hoje é um dia, Sr. Presidente, de fazermos agradecimentos, reconhecimentos, e de dizer que nós saímos de um processo eleitoral, Senador Weverton, talvez o mais disputado da nossa história. O país dividido, famílias, amigos... E eu fico muito feliz que um ato como o de hoje sirva para unificar o nosso Parlamento, os nossos Deputados, os nossos Senadores, que trabalharam e votaram e tiveram seu papel, de forma unânime, até chegarmos ao dia de hoje. Quero dizer que esta união fica muito mais bonita, muito mais louvável quando vem para trazer justiça, justiça a essa categoria, Presidente Rodrigo, que é tão importante para o nosso país, que leva cidadania, que leva direito às pessoas de acessarem os serviços bancários nos mais diferentes e distantes rincões do nosso país, e que leva a esperança. Eu mesmo tenho esperança: eu estava comentando com o Senador Weverton que, há 35 anos, faço o mesmo jogo; há um mês, ganhei uma quadra. Um dia, nós vamos chegar lá, e é a esperança de todo brasileiro.

Faço aqui a minha homenagem a todos os 70 mil lotéricos do país, aos seus funcionários, às pessoas, às suas famílias, e quero dizer que hoje é um orgulho muito grande nós estarmos presenciando a promulgação dessa PEC.

Faço aqui um reconhecimento ao trabalho do nosso grande Deputado Fausto Pinato. Eu tenho orgulho de V. Exa. pertencer ao nosso partido, ao Progressistas, do Estado de São Paulo. Fausto, parabéns! Minha homenagem a todos os Deputados, na sua pessoa.

Um agradecimento todo especial aqui ao Presidente Rodrigo Pacheco, que priorizou essa PEC, não poupou esforço para que chegássemos ao dia de hoje, a escolha do nosso Presidente Davi Alcolumbre, lá na CCJ.

Agradeço, por final, a todos os Deputados.

Faço também um registro todo especial ao Ministro Edson Fachin, que suspendeu o julgamento no Supremo, para que a gente pudesse respeitar a decisão soberana do Congresso Nacional.

E a minha homenagem a todos vocês que estão aqui representando os lotéricos. (*Palmas.*)

Parabéns! Hoje é um dia muito feliz para vocês e, tenho certeza, para todo o Congresso Nacional.

Um grande abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Agradeço ao eminente Senador



Ciro Nogueira. Cumprimento-o, uma vez mais, pelo trabalho realizado nessa matéria.

Concedo a palavra, neste instante, ao Sr. Deputado Federal Fausto Pinato, primeiro signatário da proposta de emenda à Constituição.

O Deputado Fausto Pinato tem a palavra. (*Palmas.*)

O SR. FAUSTO PINATO (Bloco/PP - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Boa tarde a todos e a todas!

É um prazer imenso estar aqui usando esta tribuna do Senado.

Quero dizer, antes de fazer as saudações de praxe, que, para um Deputado do interior do estado, de uma cidade chamada Fernandópolis, região de Votuporanga, Jales e Santa Fé do Sul, a gente sabe da dificuldade que tem um Deputado de aprovar qualquer tipo de projeto de lei, quanto mais uma PEC. Para nós, além de ser importante pela matéria em si, que é a questão dos lotéricos, legislativamente também fica o marco na nossa carreira e na história.

Eu queria aqui fazer uma saudação muito especial ao meu amigo Senador Rodrigo Pacheco. Eu tive a grande honra de ser liderado por ele na nossa CCJ, um Deputado que, quando chegou aqui, já em 2015, se mostrou para que veio. Um grande advogado, uma pessoa equilibrada e, em momentos difíceis da nossa democracia, sempre manteve a serenidade. Pacheco, eu queria dizer que a gente tem vários políticos em que a gente se espelha: eu sou um daqueles que se espelha em sua sabedoria, em sua paciência. Aguentando tanta pressão num momento muito importante da nossa história, em que praticamente ficamos por um fio pela democracia, a sua serenidade, o seu caráter e a sua habilidade fizeram o Senado Federal nos honrar e defender nossa democracia. Muito obrigado pelas palavras. Muito obrigado do fundo do meu coração.

Queria também agradecer ao Primeiro-Secretário, o Senador Rogério Carvalho, grande Senador. Também quero aqui agradecer a V. Exa.

O Senador Weverton, que também foi Deputado comigo, um Deputado combativo na época... A Câmara perdeu, mas o Senado ganhou muito com a vinda desse maranhense aguerrido, um grande Parlamentar.

E também muito honrado... Fico até emocionado aqui ao agradecer também ao Senador Ciro Nogueira. Temos aqui nesta mesa dois ex-Deputados que estiveram comigo na Câmara Deputados. E essa importante proposta teve como Relator o Senador que é Presidente nacional do meu partido, que, em tempo recorde, com toda a habilidade de praxe, nos proporcionou essa grande vitória no Senado. Muito obrigado, Senador Ciro Nogueira, por tudo.

Agradeço também ao sempre Deputado Darci de Matos, que foi Relator dessa proposta na Câmara dos Deputados.

E não poderia deixar de saudar também o Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, e todos os valentes que aqui estão, que são os lotéricos. Muitas vezes as pessoas não entendem, mas os lotéricos prestam um grande serviço social. Por meio deles... No nosso país, muitas vezes em lugares onde não chegam bancos, em favelas, muitas vezes nos vilarejos, os lotéricos não têm horário para fechar, atendem o pobre, o rico, do normal ao aleijado, com muita maestria, com muito respeito, prestando um grande serviço social e econômico. É que muitas vezes, quando temos facilidade para buscar um balcão para pagar conta, nós procuramos pagar a conta em dia, e, graças aos lotéricos, que estão lá, eles fazem tudo isso por nós.

Essa proposta, de minha autoria, visa, sim, a segurança jurídica dos lotéricos, autorizando a prorrogação dos contratos de todas as casas lotéricas do país. Quero expressar minha gratidão a todos os Parlamentares envolvidos. A PEC dos lotéricos é resultado de esforço coletivo, um exemplo de união de forças, como disse o Senador Ciro Nogueira.

Na minha campanha...



(Soa a campainha.)

O SR. FAUSTO PINATO (Bloco/PP - SP) – ... eu disse, e volto a dizer, que a questão de esquerda e direita, em muitos temas sensíveis da democracia, quando está em jogo o interesse do país, é placa de trânsito. Nós temos que ter pragmatismo para fazer o que interessa ao país e aprovar propostas que possam melhorar a vida das pessoas.

Meu muito obrigado. Parabéns aos lotéricos! Viva a democracia! Vivam os lotéricos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Eu agradeço ao Deputado Fausto Pinato, inclusive pelas palavras generosas a mim dirigidas, e digo que são recíprocos a admiração e o companheirismo, inclusive no tempo em que convivemos como Deputados Federais. Eu o cumprimento como primeiro signatário dessa proposta de emenda à Constituição.

Estamos recebendo aqui hoje a visita do Beijamin e do Joaquim, que são netos do nosso estimado Senador Hamilton Mourão. (*Palmas.*)

Eles estão aqui acompanhados do Senador Hamilton Mourão: o futuro Senador e Governador do Rio Grande do Sul – ou de qualquer outro estado, não é? Sejam bem-vindos aqui!

Obrigado, Senador Hamilton Mourão. Parabéns pelos netos! Parabéns pela família e por seu trabalho no Senado Federal!

Eu concedo a palavra neste instante ao Sr. Deputado Federal Weliton Prado, do Estado de Minas Gerais, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Lotéricos.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas e, de forma muito especial, ao Presidente do Senado Rodrigo Pacheco!

É um momento realmente muito importante: nós acabamos de relançar a Frente Parlamentar em Defesa dos Lotéricos, e este momento aqui agora, com a promulgação dessa PEC tão importante, que é fruto de anos e anos de luta.

Parabenizo o Deputado Fausto Pinato. Em 2014, em 2015, eu recebi os lotéricos no nosso gabinete desorientados, preocupados, porque tinham sido até notificados, e nós ficamos o dia todo traçando uma estratégia e tivemos a ideia de pegar como signatário praticamente grande parte dos Líderes na Câmara dos Deputados, apresentamos o projeto. O projeto foi aprovado em 2015 e nós conseguimos reverter. E o que aconteceu? Teve um questionamento jurídico por parte da procuradoria e agora, com a PEC sendo promulgada neste momento, resolve-se essa questão jurídica, fazendo justiça aos lotéricos, que são tão sacrificados, são tão sofridos. Como foi muito bem colocado aqui, estão praticamente em todas as regiões do nosso país, são mais de 13,3 mil postos em que estão os lotéricos, mais de 70 mil empregos, mais de 100 milhões de pessoas passam todos os meses numa agência da Caixa Econômica Federal. Os bancos não querem mais atender, só de forma virtual, e os lotéricos atendem. Eu falo que os lotéricos são construtores de cidadania e de sonhos. Só de arrecadação, o Presidente Rodrigo Pacheco colocou muito bem, quase R\$11 bilhões foram arrecadados no ano passado – R\$11 bilhões! E os lotéricos passando por extremas dificuldades.

Nós temos inclusive que aprovar um projeto de lei mudando – está tramitando –, para passar, em vez de ser permissionário, ser concessionário. Isso muda a relação jurídica, garante a valorização.

Falando com o Presidente da Febralot, muitos problemas agora – só para finalizar, Presidente Rodrigo Pacheco. Hoje, inclusive em Minas Gerais, onde tem caixa avançado, são dois caixas, está tendo briga porque teve uma determinação de que agora, para fazer jogos, tem que ser num caixa só, e aí dá filas enormes. A pessoa que recebe algum benefício ou vai pagar uma conta, na hora em que chega lá e termina



de fazer o procedimento, tem que voltar para o final da fila do outro caixa, e a pessoa não quer saber e culpa o lotérico, que está sendo agredido. Então, é um absurdo. Às vezes só tem dois caixas, o cidadão tem que pegar fila num caixa, depois no outro caixa, isso não é razoável, não é possível. A gente tem que mudar, inclusive o Presidente da Febralot vai ter uma reunião amanhã na Caixa, isso é fundamental.

Mas, enfim, é para agradecer e parabenizar, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Lotéricos. Temos muito que avançar. Parabéns, Fausto Pinato! Parabéns ao Senador que foi Relator, à Câmara dos Deputados, ao Senado!

E muito obrigado por tudo, Senador Rodrigo Pacheco. De forma muito especial, queria te agradecer mais uma vez, em nome de toda a população de Uberlândia e do Triângulo Mineiro, um trabalho em parceria, que é a construção do novo pronto-socorro da UFU, que foi a obra mais importante, mais de 249 leitos, a obra está praticamente pronta para ser inaugurada. O atual pronto-socorro hoje não tem nem alvará sanitário, e, sem o Senador Rodrigo Pacheco, não seria possível. Então é uma obra muito importante, uma atuação fundamental do Senador Rodrigo Pacheco. Em nome de toda a população de Uberlândia, do Triângulo Mineiro e de Minas Gerais nós agradecemos.

(Soa a campainha.)

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG) – Parabéns! Parabéns a todos os lotéricos! Temos muito, muito que comemorar e avançar.

Valeu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Weliton Prado. Cumprimento-o pelo trabalho à frente dessa Frente Parlamentar em Defesa dos Lotéricos e também pelo seu trabalho parlamentar em defesa do nosso Estado de Minas Gerais.

Bom, agradeço a presença de todos que estão conosco no Plenário do Senado nesta sessão solene, todos que estão nos prestigiando com suas presenças nas galerias do Senado Federal nesta sessão do Congresso Nacional.

Cumprida a finalidade desta sessão solene, agradecendo uma vez mais a todos que nos honraram com suas presenças, informo que a sessão deliberativa do Senado Federal será retomada em instantes, diretamente na Ordem do Dia. Peço a presença de todos os Senadores imediatamente no Plenário do Senado.

Portanto, declaro encerrada a presente sessão solene.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 16 horas.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Adoção de Medida Provisória



[DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA]

DCN 06.07.2023

1

O Senhor Presidente da República adotou, em 30 de junho de 2023, e publicou, no Diário Oficial da União, Edição Extra B, do mesmo dia, a Medida Provisória nº 1178, de 2023, que *altera a Medida Provisória nº 1.175, de 5 de junho de 2023, para ampliar os recursos disponíveis para desconto patrocinado na aquisição de automóvel ou veículo comercial leve sustentável novo, e dá outras providências.*

Nos termos da Resolução nº 1 de 2002-CN e do Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 1 de 2023, fica constituída, em 5 de julho de 2023, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista está publicada na Ordem do Dia do Congresso Nacional e o calendário de tramitação da Medida Provisória, na página de tramitação da matéria.

Publicada em avulso eletrônico, a matéria vai à **Comissão Mista**, em cumprimento ao disposto no § 9º do art. 62 da Constituição Federal.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

mpv-1178-fala jmm/elsf



[DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA]

DCN 06.07.2023

2

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<u>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB)</u>	
(Eduardo Braga)	1. (Confúcio Moura)
(Marcelo Castro)	2. (Giordano)
(Efraim Filho)	3. (Professora Dorinha Seabra)
(Oriovisto Guimarães)	4. (Styvenson Valentim)
*	5. *

Bloco Parlamentar Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE)

(Otto Alencar)	1.
(Omar Aziz)	2.
(Fabiano Contarato)	3. (Teresa Leitão)
(Jorge Kajuru)	4. (Ana Paula Lobato)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO)

(Carlos Portinho)	1.
(Jorge Seif)	2.

Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) **

(Tereza Cristina)	1.
(Mecias de Jesus)	2. (Hamilton Mourão)

*Vaga compartilhada entre PDT, PSDB e União em virtude do empate entre as duas bancadas na proporcionalidade intrabloco.

** Não havendo bancada sem representação após a distribuição proporcional das 12 vagas instituídas pela §2º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN, a vaga destinada ao rodízio, prevista no §3º do referido artigo, foi distribuída à bancada com a maior fração remanescente do quociente partidário.

Grafaram-se entre parênteses os nomes dos parlamentares designados nos termos do §5º do art. 2º da RCN 1/2002.

mpv-1178-fala jmm/elsf



[DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA]

DCN 06.07.2023

3

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA

(Elmar Nascimento)	1.
(André Fufuca)	2.
	3.
(André Figueiredo)	4.

Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC

(Isnaldo Bulhões Jr.)	1.
(Antônio Brito)	2.
(Hugo Motta)	3.
(Fábio Macedo)	4.

PL

Zé Vitor	1.
	2.

FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA (PT, PCdoB, PV)

(Zeca Dirceu)	1. (Dandara)
(Camila Jara)	2. (Delegada Adriana Accorsi)

FEDERAÇÃO PSOL-REDE

(Guilherme Boulos)	1. (Erika Hilton)
--------------------	-------------------

* A vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 2º, § 3º, da RCN 1/2002, foi destinada à bancada com a maior fração remanescente após a distribuição das 12 vagas instituídas pela RCN. O desempate entre o PL e o Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC se deu pelo critério antiguidade, sendo o MDB a sigla mais antiga com registro no TSE.

Grafaram-se entre parênteses os nomes dos parlamentares designados nos termos do §5º do art. 2º da RCN 1/2002.

(É o seguinte o calendário da matéria:)

mpv-1178-fala jmm/elsf

[DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA]

DCN 06.07.2023

4

- Publicação no DOU: **30/06/2023**
- Designação da Comissão: **05/07/2023**
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: **até 06/07/2023***
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **28/08/2023 (46º dia)**
- Prazo final no Congresso: **11/09/2023 (a prorrogar)**

** As emendas deverão ser encaminhadas eletronicamente para Coordenação de Comissões Mistas (SF-COCM).*

No prazo regimental foi apresentado o seguinte ofício de indicação:

- Ofício nº 304/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados.

mpv-1178-fala jmm/elsf



Comunicações



Ofício 384/2023

CD/23434.26387-00

Brasília, 5 de julho de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para INDICAR o deputado Aiel Machado-PV/PR como membro SUPLENTE na CMMIR - Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Deputado ZECA DIRCEU-PT/PR

Líder da Federação Brasil da Esperança



* c d 2 3 4 3 4 2 6 3 8 7 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zeca Dirceu
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234342638700>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CD/23097.37363-00

Brasília, 05 de julho de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

RODRIGO PACHECO

Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o **Deputado Pedro Aiharar (PATRIOTA – MG)**, como suplente em vaga cedida pelo PDT, para a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

Atenciosamente,

Deputado **ANDRÉ FIGUEIREDO – CE**

Líder do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE,
SOLIDARIEDADE, PATRIOTA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo
 Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230973736300>



Término de Prazos



Em **29-06-2023** esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, e no § 2^a do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 1141, de 2022**, cuja vigência encerrou-se em **30-04-2023**, por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.



Em **03-07-2023** esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 1.145, de 2022**, cuja vigência encerrou-se em **04-05-2023**, com a sanção da **Lei nº 14.565, de 2023**, publicada em **05-05-2023** (§ 12 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.



Em **03-07-2023** esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 1.146, de 2022**, cuja vigência encerrou-se em **04-05-2023**, com a sanção da **Lei nº 14.566, de 2023**, publicada em **05-05-2023** (§ 12 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.



Término do prazo de vigência, **em 28 de junho de 2023**, da **Medida Provisória nº 1163, de 2023**, que “*Reduz alíquotas de contribuições incidentes sobre operações realizadas com gasolina, álcool, gás natural veicular e querosene de aviação*”.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal e do art. 11, § 2º, da Res. 1/2002-CN, **até 10 de setembro de 2023**.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 06/07/2023)



EMENDA CONSTITUCIONAL



EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 129

Acrescenta o art. 123 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar prazo de vigência adicional aos instrumentos de permissão lotérica.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 123:

“Art. 123. Todos os termos de credenciamentos, contratos, aditivos e outras formas de ajuste de permissão lotérica, em vigor, indistintamente, na data de publicação deste dispositivo, destinados a viabilizar a venda de serviços lotéricos, disciplinados em lei ou em outros instrumentos de alcance específico, terão assegurado prazo de vigência adicional, contado do término do prazo do instrumento vigente, independentemente da data de seu termo inicial.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 5 de julho de 2023.



Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado Arthur Lira
Presidente

Deputado Marcos Pereira
1º Vice-Presidente

Deputado Sóstenes Cavalcante
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar
1º Secretário

Deputada Maria do Rosário
2ª Secretária

Deputado Júlio César
3º Secretário

Deputado Lucio Mosquini
4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho
1º Secretário

Senador Weverton
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim
4º Secretário



ATA DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL





Aprovada na 3^a reunião
(ordinária) de 2023,
realizada em 3 de julho
de 2023. Publique-se.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 2^a REUNIÃO DE 2023

DIA 5 DE JUNHO, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9H, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Ata Circunstanciada da 2^a reunião de 2023 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 5 de junho de 2023, segunda-feira, às 9h no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Conselheiro Miguel Matos, destinada à seguinte pauta: Audiência Pública interativa objetivando discutir o o Marco Legal da Inteligência Artificial; I – LEITURA DO EXPEDIENTE; II – ORDEM DO DIA; ITEM 1 – Posse das Conselheiras Patrícia Blanco, Elisabeth Villela da Costa e Bia Barbosa; ITEM 2 – Voto de aplauso ao Conselheiro Nascimento Silva; ITEM 3 – Designação de comissão para acompanhamento do Projeto de Lei 2630/2020 (PL das Fake News); ITEM 4 – Definição de convidados e datas de audiência pública sobre Violência Contra Profissionais de Comunicação e Valorização da Comunicação Social; III – RELATÓRIO DE ANDAMENTO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS; IV – COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS; V – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: FLÁVIO LARA RESENDE, representante das empresas de rádio; JOÃO CAMILO JÚNIOR, representante das empresas de televisão; VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI, engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social; MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas; JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS DA SILVA, representante da categoria profissional dos radialistas; SONIA SANTANA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; MIGUEL MATOS, PATRÍCIA BLANCO, DAVI EMERICH E FÁBIO ANDRADE, representantes da sociedade civil. Estiverem também presentes os Srs. Conselheiros Suplentes: ELISABETH VILLELA DA COSTA, representante da categoria profissional dos jornalistas; FÁBIO ALMEIDA MATEUS, representante da categoria profissional dos artistas; ANGELA CIGNACHI, BIA BARBOSA e DANIEL JOSÉ QUEIROZ FERREIRA, representantes da sociedade civil.

A Audiência Pública foi realizada com a apresentação dos seguintes expositores: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Presidente da Comissão de Juristas Responsável por Subsidiar Elaboração de Substitutivo sobre Inteligência Artificial; Dra. Laura Schertel, Relatora da Comissão de Juristas Responsável por Subsidiar Elaboração de Substitutivo sobre Inteligência Artificial (por videoconferência); Dr. Walter Carnielli, matemático, filósofo e professor de lógica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Dra. Dora Kaufman, professora do Programa de Tecnologias da Inteligência e Design Digital da Faculdade de Ciências e Tecnologia da PUC-SP; e Dr. Juliano Carvalho, professor do Departamento de Comunicação Social da UNESP.

As Conselheiras Patrícia Blanco, Elisabeth Villela da Costa e Bia Barbosa tomaram posse perante o Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.



Foi lido voto de aplauso para o Conselheiro Nascimento Silva. O Item 3 foi adiado. A audiência pública sobre violência contra profissionais de comunicação e valorização da comunicação social foi agendada para a 3ª reunião de 2023. Como item extrapauta, foi designada comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Valderez Donzelli, Maria José Braga e Davi Emerich para elaborar recomendação acerca de alterações na Lei nº 8.389/1991 e no Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai acompanhada para publicação com a lista de presença e demais documentos.





**CONGRESSO NACIONAL - Conselho de Comunicação Social
LISTA DE PRESENÇA**

Reunião: 2ª Reunião do CCS

Data: 05 de junho de 2023 (segunda-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

TITULARES	SUPLENTES
	Representante das empresas de rádio (inciso I)
Flávio Lara Resende 	1. Guliver Augusto Leão
	Representante das empresas de televisão (inciso II)
João Camilo Júnior 	1. VAGO
	Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)
VAGO 	1. VAGO
	Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)
Valderez de Almeida Donzelli 	1. Olímpio José Franco
	Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)
Maria José Braga 	1. Elisabeth Villela da Costa
	Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)
José Antônio de Jesus da Silva 	1. Edwilson da Silva
	Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)
VAGO 	1. Fábio Almeida Mateus
	Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)
Sonia Santana 	1. Luiz Antônio Gerace
	Representante da sociedade civil (inciso IX)
Miguel Matos 	1. Angela Cignachi
Patrícia Blanco 	2. Renato Godoy de Toledo
Davi Emerich 	3. Bia Barbosa
VAGO	4. Daniel José Queiroz Ferreira
Fábio Andrade 	5. VAGO





CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

VOTO DE APLAUSO

A partir de proposta dos Conselheiros José Antônio de Jesus e Edwilson Silva, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional vem a público emitir um voto de aplauso ao Conselheiro Nascimento Silva por sua atuação como representante da categoria profissional dos radialistas na 3^a e na 4^a composição deste Colegiado, durante os anos de 2012 a 2017.

Nos dois mandatos em que atuou no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, o Conselheiro Nascimento Silva destacou-se pela maneira enérgica com que defendeu as pautas de interesse não apenas da categoria dos radialistas, mas também de todas aquelas que considerava de interesse da sociedade.

Mesmo morando no interior de Minas Gerais e precisando sair de sua cidade com dois dias de antecedência, esforçou-se para não faltar a nenhuma reunião do Conselho de Comunicação Social, especialmente quando ficou sem suplente durante a 3^a Composição.

Entre os trabalhos realizados pelo Conselheiro Nascimento Silva estão participações na relatoria do Estudo nº 1, de 2017, sobre projetos de lei que tratam de bloqueio de sites e aplicativos; do Parecer nº 6, de 2017, que analisa projetos de lei sobre restrições às transmissões radiofônicas e televisivas ao vivo ou gravadas de audiências e julgamentos; e do Parecer nº 5, de 2013, que analisa a federalização de crimes contra jornalistas e radialistas.

Este Conselho reconhece o trabalho de destaque realizado pelo Conselheiro Nascimento Silva e registra em seus anais este merecido voto de aplauso.

Brasília, 5 de junho de 2023.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO
 05/06/2023 - 2^a - Conselho de Comunicação Social

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Havendo número legal, nos termos do art. 6º da Lei 8.389, de 1991, declaro aberta a 2^a Reunião, Ordinária, de 2023, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que, conforme pauta enviada anteriormente, destina-se, na primeira parte, na parte da manhã, à audiência pública sobre o marco legal da inteligência. Na segunda parte, nós teremos a leitura do Expediente, a Ordem do Dia, o relatório de andamento das comissões temáticas, comunicações dos Conselheiros e a participação da sociedade civil.

Bom, dando início à audiência pública sobre o marco legal da inteligência artificial, na cerimônia de posse desta composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, o Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, destacou alguns temas a serem discutidos neste Colegiado, incluindo o estabelecimento de um marco legal sobre o uso da inteligência artificial no Brasil.

Registre-se que o Senado Federal instituiu, em 2022, uma Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial. O trabalho dessa Comissão resultou no Projeto de Lei 2.338/2023, apresentado pelo Presidente Rodrigo Pacheco no mesmo dia da posse do Conselho de Comunicação Social. Assim, nós deliberamos que o início dos trabalhos desta composição seria marcado pela realização de uma audiência pública sobre o tema, que certamente não esgotará as discussões do Conselho, mas servirá como base para futuros debates.

Nesse sentido, já compõe a mesa - e eu os agradeço - S. Exa. o Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Presidente da Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial; o Dr. Walter Carnielli, Matemático, Filósofo e Professor Titular de Lógica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); a Dra. Dora Kaufman, Professora do Programa Tecnologias da Inteligência e Design Digital da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; o Dr. Juliano Carvalho, Professor do Departamento de Comunicação Social da Unesp. Registro também a presença do Prof. Mamede Lima-Marques, titular da Universidade de Brasília. Além desses nomes, também teremos, como expositora, a Dra. Laura Schertel, Relatora da Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial, que se encontra na Alemanha e participará remotamente. Nós marcamos muito cedo para ela, agora eu estou pensando aqui...

Cada expositor terá 15 minutos para a sua fala inicial, nos termos do art. 4º, §5º, inciso II, do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. Após o encerramento das exposições, a palavra será concedida aos Conselheiros por ordem de inscrição.

Informo que esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Para isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, www.senado.leg/e-cidadania, e do Alô Senado, pelo telefone 0800 0612211.

Feitos os devidos esclarecimentos, vamos dar início às exposições.

Com a palavra, por 15 minutos, S. Exa. o Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Presidente da Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração do substitutivo sobre inteligência artificial.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Ministro, com a palavra o senhor. Eu li o projeto de lei e achei absolutamente interessante a forma como foram colocadas todas as descriminações, todas as denominações. É um verdadeiro guia para o tema, que, certamente, ainda vai ter uma discussão no Congresso Nacional, que vai enriquecer ainda mais o trabalho de V. Exa.

O SR. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (Para expor.) - Bom dia a todos.

Eu saúdo, inicialmente, o Presidente do Conselho, Dr. Miguel Matos, meu amigo; a Dra. Patrícia Blanco, Vice-Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. É uma alegria e uma honra poder participar da primeira audiência pública que o Conselho realiza, sobretudo em se tratando de um tema tão momentoso como esse da regulação da inteligência artificial.

De fato, em abril do ano passado, foi constituída a Comissão de Juristas do Senado Federal para cuidar de uma análise dos projetos de lei aprovados pela Câmara, no ano de 2020, que procuravam disciplinar, em caráter geral, a inteligência artificial no Brasil. A Comissão teve participação de 18 especialistas, 18 juristas, que se preocuparam em colher, em várias audiências públicas e seminários internacionais, todas as informações relevantes sobre o tema. Se no início havia um certo ceticismo quanto à possibilidade, à própria ideia de regular, em caráter geral, com a inteligência artificial, já que sempre se dizia que não se sabia sequer qual o contorno exato, qual o objeto, qual a profundidade, o impacto da inteligência artificial sobre as atividades sociais, econômicas, e sobre o mundo em geral, esse ceticismo desapareceu há poucos meses, quando, no final do ano passado, foi lançado, com grande estrondo, o ChatGPT e os sistemas de inteligência artificial generativa, baseados em modelos grandes de análise da linguagem. Isso tudo levou à criação de vários manifestos, pedindo a moratória da inteligência artificial, e até mesmo um clamor inédito pela regulação da inteligência artificial no mundo inteiro, daí porque é muito relevante, e eu agradeço a oportunidade de, mais uma vez, falar um pouco sobre o trabalho da Comissão de Juristas.

O trabalho da Comissão de Juristas, como todos sabem, está disponível no site do Senado Federal, um relatório de mais de 900 páginas. E o projeto que originalmente era destinado a ser um substitutivo aos projetos de lei da Câmara se tornou um projeto de lei do Senado Federal, de autoria do Presidente Rodrigo Pacheco, é o PL 2.338. Esse projeto de lei, como todos encontrarão, tem por objetivo ou vários objetivos criar algumas definições sobre o que seja e qual é o escopo da inteligência artificial; ele também define alguns princípios éticos e de responsabilidade na utilização da tecnologia, em linha com o que já se faz no mundo quanto a isso; também define a necessidade de que os algoritmos tenham transparência e sejam explicáveis; procura assegurar a proteção de dados e privacidade dos indivíduos; procura também assegurar direitos e garantias dos cidadãos afetados pela inteligência artificial; e procura combater vieses algorítmicos e implementar medidas para evitar discriminação e, obviamente, deixará aos setores diretamente afetados pela inteligência artificial a criação de uma regulação específica e setorial.

A ideia que presidiu o trabalho da Comissão de Juristas, na verdade, é a criação de um marco legal com duplo objetivo: de um lado, criar direitos para proteção do elo mais vulnerável de todas as pessoas afetadas pela inteligência artificial, que já existe, já tem um impacto e já é usado no nosso dia a dia, seja para o reconhecimento facial, seja para a análise do risco de crédito, seja para a concessão de um empréstimo, de um seguro, ou mesmo para a análise de currículos por grandes empresas. Isso tem sido usado cotidianamente e com impactos adversos. Então, um dos grandes eixos do trabalho foi procurar definir, em linha com a nossa tradição jurídica do Marco Civil da Internet, do Código de Defesa do Consumidor, alguns direitos, um rol básico de direitos de todas as pessoas naturais afetadas pelo uso da inteligência artificial.

O segundo eixo do substitutivo, agora projeto de lei, consiste em, com base no modelo europeu de regulação geral da inteligência artificial, definir alguns riscos, classificar esses riscos e, com base neles, impor deveres de conduta para os operadores da inteligência artificial. Alguns riscos são considerados inaceitáveis, como, por exemplo, o uso da inteligência artificial para criar um tipo de *social scoring* ou de créditos sociais ou de hierarquização social com base em crenças ou características pessoais que impeçam o acesso dos cidadãos a serviços públicos ou a direitos básicos.

Há atividades de alto risco que merecem uma regulação especial. Por exemplo, a atividade relacionada ao sistema de Justiça, o uso de inteligência artificial no sistema de Justiça é considerado de alto risco e merece, portanto, uma disciplina especial, assim como também o uso de inteligência artificial em câmeras de reconhecimento facial. Essa discussão na Europa tem sido uma discussão já bastante alongada no tempo, ainda não foi definitivamente implementada, mas está em vias de ser aprovada e implementada na Europa e foi considerada pela Comissão a maneira mais adequada de lidar com a regulação de uma ferramenta que ainda não se conhece completamente. Portanto, não se trata da regulação de um produto, de um serviço, de uma ferramenta que é, por definição, mutável e que evoluirá no tempo, mas sim, de definir alguns riscos que devem ser levados em consideração pelo legislador ou pelo regulador no momento em que for calibrar a aplicação dessas normas para cada um dos usos que a inteligência artificial já tem e terá. Isso, obviamente, é dinâmico e mudará no tempo de acordo com a evolução da própria tecnologia.

2/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O terceiro eixo, que também é muito importante, é procurar criar ferramentas de governança, um arranjo institucional para fiscalizar e supervisionar, com condições de previsibilidade, o que poderá ser feito em relação à inteligência artificial. O projeto alude à possibilidade de o Poder Executivo definir uma autoridade do Poder Executivo que seja encarregada da governança em caráter geral da inteligência artificial e que possa aplicar também sanções àqueles que descumprirem suas regras básicas.

De todo modo, o que se procurou, sobretudo, foi garantir segurança jurídica para a inovação tecnológica e para o desenvolvimento econômico e tecnológico, sem, em nenhum momento, procurar cortar ou impedir ou dificultar o livre desenvolvimento da inteligência artificial, mas, ao mesmo tempo, garantir que isso ocorra em condições minimamente aceitáveis, para que se protejam direitos fundamentais, para que se proteja privacidade, para que se garanta proteção de dados; que os algoritmos tenham transparência, sejam explicáveis e auditáveis na medida do possível; e que sejam seguidos princípios éticos.

Uma das discussões mais complexas com as quais se deparou a Comissão foi a questão da responsabilidade civil dos operadores da inteligência artificial. Os projetos de lei apresentados pela Câmara tinham uma disciplina que procurava fugir à nossa tradição e fugir às regras já existentes no ordenamento quanto à responsabilidade civil, que, como se sabe, tem normas esparsas contidas tanto no Código Civil propriamente, quanto no Código de Defesa do Consumidor, como em leis esparsas. Era preciso garantir um mínimo de coerência, racionalidade e previsibilidade na aplicação dessas ferramentas, e a solução encontrada, então, foi procurar graduar a responsabilidade civil de acordo com os riscos.

O projeto em suma é sucinto. Ele não pretende, obviamente, conter todas as respostas para uma discussão tão complexa quanto a regulação da inteligência artificial, mas ele propõe, sem dúvida, que o debate no Congresso Nacional possa ser enriquecido com algumas das sugestões que ele traz.

Uma das grandes virtudes do trabalho da Comissão pareceu exatamente a compilação das sugestões apresentadas por especialistas, pela sociedade civil, por todos aqueles que quiseram se manifestar, e sem dúvida todas essas contribuições refletem o que hoje se pensa e se diz sobre a inteligência artificial em caráter mais inovador.

Sempre se dizia, antes do advento, com tanta força, da inteligência artificial generativa, que era um risco muito grande regularmos uma atividade inexistente. A resposta para isso se encontra talvez no desenvolvimento da indústria aeronáutica. Os aviões começaram como aviões de madeira e tecido, acabaram mudando para madeira, depois para o alumínio, depois a jato. E, ao longo desse tempo todo, a regulação foi sendo feita, e foi evoluindo, e foi se amoldando às novas tecnologias e às necessidades para garantir segurança para os usuários daquela nova tecnologia. Do mesmo modo, com a inteligência artificial, nós temos que, já de antemão, prevenir alguns dos riscos mais sérios que ela implica já hoje no nosso cotidiano, evitar os impactos mais nocivos e procurar, na medida do possível, criar um arcabouço regulatório que responda aos desafios inéditos desses novos modelos de inteligência artificial.

O projeto em si, embora, obviamente, não contenha todas as respostas possíveis aos dilemas, aos conflitos, aos desafios que a inteligência artificial hoje traz, é flexível e permite, sim, se adequar também a essa nova tecnologia, que hoje causa tanta perplexidade em todos e tem levado, como até mesmo na semana passada, a um novo manifesto para uma moratória da inteligência artificial.

Essa, então, é a minha fala. Eu agradeço muito pela oportunidade de estar aqui representando a Comissão de Juristas do Senado Federal e procurando expor um pouco do trabalho que foi feito ali ao longo de oito meses. Ele se encontra disponível, como já dito, no site do Senado Federal. Espero que seja uma contribuição importante para o debate que se travará neste Conselho e no Congresso Nacional de modo geral.

Muito obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Muito obrigado, Ministro. De fato, o tema é extremamente palpitante.

Na década passada ou há uns 20 anos, nós resolvemos não estabelecer esses regramentos para a internet, e hoje a gente está vendo que talvez a gente tenha errado um pouco. O tempo tem mostrado que a gente precisava ter algum regramento.

Nós estamos, de alguma maneira, nos antecipando e estabelecendo certas balizas. O projeto acaba que estabelece várias balizas - cria denominações, categoriza riscos, estabelece penas, altas até, eu achei -, mas, enfim... Depois, houve um cotejo com outros países, em como os outros países estão andando, de forma que não é só uma coisa do Brasil. E ficou muito bom.

Agradeço ao senhor por ter aceitado o nosso convite para falar aqui.

Eu até vou pedir desculpas ao Ministro. Na nossa brevidade nossa aqui, não o apresentamos direito.

O Ministro Cueva é Ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça). Formado no Largo São Francisco, tem mestrado e doutorado em Harvard e na Alemanha e é um grande estudioso do tema.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Não menos importante, passo rapidamente, então, a palavra à Dra. Laura Schertel, que está nos ouvindo da Alemanha, e agradeço a disponibilidade no horário, completamente fora do horário aí.

Concedo-lhe a palavra por 15 minutos, Dra. Laura.

A SRA. LAURA SCHERTEL (Para expor. *Por videoconferência.*) - Dr. Miguel, eu queria em primeiro lugar agradecer o ilustre convite.

Queria cumprimentar aqui todos os presentes e dizer que é uma honra poder participar desta audiência pública do Conselho de Comunicação Social do Senado.

Eu vou tentar não me repetir.

Quero dizer também que foi uma honra poder ter participado dessa Comissão de Juristas presidida pelo ilustre Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, que teve uma liderança incrível. E, de fato, não foi um trabalho fácil; foram mais de nove meses trabalhando com 16 especialistas e conversando com tantos outros especialistas, com a sociedade. Vejo aqui a Profa. Dora Kaufman, que nos acompanhou ao longo de tantas discussões, e tantos outros colegas, professores, que estiveram conosco nesse processo.

Então, de fato, eu acho que, com a propositura agora do projeto de lei pelo Presidente do Senado, como o senhor mesmo disse, a gente vai ter um momento importante de discussão e de amadurecimento da proposta, mas, certamente, concordo aqui com o Ministro, o nosso objetivo era colocar de pé um projeto robusto, que pudesse, eu diria, fazer valer toda a tradição que o Brasil já tem tido de regulação de tecnologia, se a gente pensar no marco civil da internet e na própria Lei Geral de Proteção de Dados. E eu acho que esse projeto de lei, certamente, é um excelente pontapé para que isso possa ser discutido democraticamente no Senado, depois na Câmara, para que a gente possa discutir e regular esse tema, que é tão complexo, mas também tão urgente, não é?

Talvez como em nenhum outro tema, a gente percebe isso no uso do nosso dia a dia. Qualquer um que faça uma busca pelo ChatGPT ou usando outras ferramentas de inteligência artificial, muito rapidamente pode perceber os benefícios, por um lado: hoje a gente consegue traduzir textos que você talvez demoraria meses com um tradutor, e hoje você traduz em segundos; da mesma forma que tarefas que às vezes também demorariam bastante tempo para serem feitas, outras, você também consegue fazer de uma forma razoavelmente rápida.

Mas eu diria que, da mesma forma que a gente consegue perceber esses benefícios, talvez essa proximidade e a velocidade com a qual esses sistemas têm se desenvolvido, a gente também consegue perceber de uma forma muito rápida as suas falhas. E qualquer um talvez também que já tenha tentado fazer pesquisas, por exemplo, de referências bibliográficas no ChatGPT, vai perceber que há referências completamente inventadas, há fatos que não existiram. Basta perguntar quem é o Presidente do Brasil e todos verão que a resposta não é o atual Presidente do país. Então, é muito fácil a gente perceber que, às vezes, a gente usa essas tecnologias de uma forma diferente, ou a gente tem uma expectativa diferente do que elas de fato conseguem nos entregar. E essa é a razão pela qual é tão importante, como o Ministro Cueva aqui já colocou, a regulação desses sistemas.

A gente está falando nada mais, nada menos do que... E aqui eu acho que já queria começar também talvez com uma frase muito simples, dizendo que, às vezes, quando a gente pensa em sistema de inteligência artificial, a gente pensa em sistemas, em robôs, tem toda aquela discussão: será que os robôs vão dominar a humanidade? Quais são os riscos? E a verdade é que, a despeito dessas discussões, a gente está falando de riscos muito reais, como de erros. Há situações de sistemas de IA generativa, há casos em que se inventaram denúncias de abuso sexual, há denúncias de assédio sexual completamente inventadas e há pessoas que estão sendo perseguidas com base, digamos, nessas invenções. Ou seja, a gente está falando aqui, sem querer desprezar toda essa reflexão filosófica/um pouco de ficção científica, de riscos muito reais, de erros, de discriminações, simplesmente de os sistemas não funcionarem como a gente espera que eles funcionem. E é por isso que a regulação hoje se impõe.

Como o Ministro falou, no ano passado parecia que ainda estava em discussão se deveria ser regulado e hoje parece que, talvez por causa desses efeitos, pelos efeitos serem tão palpáveis, eu acho que ficou claro que daria quase para dizer que há um consenso, em diversos países, eu diria também mundo afora, de que é preciso uma regulação. Talvez a discussão seja qual é a regulação, como se deve regular.

E aqui eu também queria, então, passar rapidamente... Eu vou seguir o meu tempo e vou tentar passar alguns eslaides bem rapidamente para mostrar também como a gente estruturou, na linha do que o Ministro já apresentou, esse projeto.

Eu posso compartilhar minha tela? (*Pausa.*)

Perfeito. Eu vou...

Será que alguém poderia me autorizar a compartilhar? Se não der, não tem problema, eu posso fazer a apresentação...

4/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Acho que ele vai autorizar, só um minuto.

A SRA. LAURA SCHERTEL (*Por videoconferência.*) - Está bem. Muito obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Vamos consultar a inteligência artificial para ver se é possível. (*Risos.*)

A SRA. LAURA SCHERTEL (*Por videoconferência.*) - Agora já vai dar certo? Ah, já vai dar certo. Já vou...

Então, vou tentar fazer uma apresentação bem rápida.

Vocês conseguem enxergar?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Perfeitamente.

A SRA. LAURA SCHERTEL (*Por videoconferência.*) - Perfeito.

Bom. Então, aqui muito rapidamente eu trouxe uma provocação, porque me parece que... Eu queria elogiar aqui a iniciativa do Conselho de fazer essa discussão sobre IA, porque certamente, esse tema é relevante para muitas áreas, se a gente for pensar em todas as áreas em que se busca redução de risco, como áreas de seguro, em todas as áreas que tratam da relação com o consumidor, áreas de seguro, área financeira, onde a gente tem o *credit scoring*, se a gente for pensar na educação, são tantas áreas em que essas ferramentas podem trazer, sim, muitos benefícios e também riscos.

Certamente, quando a gente fala da comunicação social, o emprego dessas ferramentas, eu diria que os impactos do emprego da IA também já são visíveis e não são desprezíveis. A gente está falando nada mais nada menos do que da nossa esfera pública ou, como muitos autores também falam, das esferas públicas digitais. E quando a gente fala das esferas públicas digitais, que estão amparadas hoje em uma infraestrutura digital, ou seja, em plataformas, em redes sociais, essas infraestruturas funcionam basicamente por meio de algoritmos e por meio de sistemas de IA, e são esses sistemas que recomendam, os famosos sistemas de recomendação, aquilo que nós vamos ver, com base nos dados pessoais não apenas nossos, mas com base nos dados pessoais de toda aquela comunidade, de uma grande parte da população.

É por isso que hoje eu diria que se a IA está sendo... Hoje se tem estudado muito e há uma grande preocupação sobre os impactos da inteligência artificial em muitas áreas, certamente uma das áreas que mais merece uma atenção dos legisladores, merece uma atenção do Estado e da sociedade como um todo é a área da comunicação social, porque essa é uma das áreas talvez em que a transformação seja mais visível. Basta pensarmos: se a gente dependia, antes da nossa comunicação, de milhares e milhares de jornais ao redor do mundo, de milhares e dezenas e centenas talvez de editoras, hoje a nossa comunicação passa por algumas plataformas, no mundo inteiro. E são essas plataformas que vão decidir, que servem como *gatekeepers*, que vão decidir, por meio de seus algoritmos, por meio de sistemas de inteligência artificial, quem verá o quê, qual conteúdo merece ser viralizado, qual conteúdo merece uma maior distribuição e qual conteúdo sequer mereceria esse tipo de distribuição.

Isso significa que, quando a gente fala de esferas públicas digitalizadas, a gente está falando de um pressuposto muito claro para a nossa democracia, de um pressuposto muito fundamental para a nossa democracia. Então, é por isso que eu gostaria de saudar essa discussão, esta audiência pública e a reflexão que o Conselho poderá fazer, com todas essas discussões.

Sem mais delongas, eu vou passar bem rapidamente... Aqui talvez... Vou falar muito rapidamente dessa definição. Essa citação é em inglês, de uma estudiosa muito interessante, sobre IA, que ela diz o seguinte: a inteligência artificial, a gente precisa ter a consciência de que ela não é nem inteligente nem exatamente artificial, porque ela está hoje incrustada e depende de material, depende de fontes naturais, depende de trabalho humano, depende de uma infraestrutura, depende de histórias e depende de classificação.

Eu gosto muito dessa definição, inclusive aliada aqui a uma outra definição muito interessante do Prof. Solon Barocas com outros coautores, quando eles falam do que é o sistema que a gente mais utiliza hoje, que é o sistema de aprendizado por meio *machine learning*, o aprendizado de máquinas. E esse sistema nada mais é do que um aprendizado por meio de exemplos. E, quando a gente observa quais são os requisitos para que esse aprendizado, para que os resultados desses sistemas sejam corretos, sejam justos, sejam não discriminatórios, esses requisitos são muito, muito altos. A gente precisa ter uma base de dados representativa; essa base de dados não pode conter muitos erros; e ela precisa ser, digamos, representativa da população como um todo. E o que eles dizem é que é por isso que, quando a gente fala de um aprendizado por meio de exemplos ou de um aprendizado com base em evidências, isso não assegura ou isso não garante que o resultado será correto, confiável e que isso trará decisões justas; ao contrário, a gente precisa garantir que os exemplos com os quais a gente vai alimentar os sistemas sejam representativos, sejam corretos e sejam não discriminatórios.

E, talvez, com esse exemplo...

Eu posso passar um pouco mais rapidamente aqui - peço até desculpas aqui - para não passar do tempo.

5/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Esses exemplos e esses requisitos... Quando a gente pensa quais são os requisitos que esses dados têm que cumprir, quais são os requisitos desses *inputs* para que o nosso *output*, para que o nosso resultado seja correto, não discriminatório, é que a gente pode perceber que é preciso regular - é preciso regular como esses sistemas funcionarão; é preciso regular com que dados esses sistemas serão alimentados; é preciso regular sobre representatividade de dados, sobre a pluralidade, sobre a não discriminação, sobre a possibilidade de... Especialmente quando a gente pensa aqui nos impactos sobre os nossos direitos fundamentais que podem surgir a partir de IA, é preciso regular um mínimo devido processo legal para que haja uma intervenção humana quando os sistemas falharem, porque os sistemas falham. Todo sistema, por definição, pode falhar. E, se ele falha, nessas circunstâncias de falha, eu preciso garantir a intervenção humana, eu preciso garantir uma supervisão humana efetiva, eu preciso garantir a possibilidade de o ser humano, o indivíduo ou a pessoa afetada, recorrer desses resultados.

Então, com base nisso, eu diria que talvez essas sejam as linhas gerais e talvez a explicação geral pela qual nós precisamos de uma regulação geral.

Então, como o Ministro já comentou, nós fizemos 11 reuniões públicas; ouvimos mais de 60 especialistas; a Comissão recebeu mais de cem contribuições escritas; e todo esse material também está disponível no site do Senado. E nós recebemos contribuições muito interessantes, eu diria, muito com base na ideia de que - talvez destacando aqui o terceiro elemento aqui desse eslaide - uma sociedade tão estruturalmente desigual como a brasileira precisa dar uma atenção especial ao potencial discriminatório dos sistemas de IA. É por isso que nós, então, colocamos um direito à não discriminação, colocamos vários mecanismos de correção de vieses. E trouxemos, inclusive, alguns conceitos que não estavam ainda totalmente, eu diria, inseridos no nosso ordenamento, como a discriminação direta e a discriminação indireta.

Além disso, houve um pleito muito grande da sociedade civil e de muitos especialistas no sentido de que o projeto teria que ser um pouco mais específico para que ele pudesse, de fato, orientar fornecedores, provedores e usuários; ou seja, há uma necessidade de normas mais concretas e não apenas de princípios. Esses são importantes, eles estão no projeto, mas a gente também precisa de regras mais concretas.

Na estrutura do projeto de lei, a gente tem cinco grandes eixos: princípios, direitos, categorização de risco, medidas de governança, supervisão e responsabilização.

Eu queria encerrar dizendo que - vou chegar já no último eslaide - existe um valor muito importante em uma regulação horizontal, porque nós precisamos enxergar o ciclo todo da inteligência artificial e não apenas alguns estágios, não apenas, por exemplo, a coleta de dados, não apenas a decisão automatizada, como hoje é regulada pela LGPD, mas é importante regular o ciclo inteiro, desde o modelo de treinamento até mesmo a aplicação desse modelo. E é a isso que o projeto de lei visa e tem o objetivo de trazer.

É fundamental ter uma coordenação central junto com essa regulamentação geral, porque nós sabemos que, sem um enforcement, sem uma estrutura, uma arquitetura que possa aplicar essa lei, ela não será, digamos, efetiva.

Com isso, eu queria dizer, então, terminando, que, por mais complexo que o tema seja, hoje está muito claro que nós precisamos também, por um lado, acertar a mão, porque é um tema muito delicado. Então, a gente precisa atingir um equilíbrio muito delicado, que é o que a gente tentou fazer certamente na Comissão, como o Ministro Cueva já comentou, mas a gente também precisa ser rápido, porque, como os senhores podem perceber, já são sistemas que estão sendo utilizados não só na área da comunicação social, de que eu comecei tratando, mas também em todas as outras áreas.

Então, com isso, eu me coloco aqui depois à disposição para perguntas e agradeço imensamente o convite feito por este Conselho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Muito obrigado, Dra. Laura.

Eu estava fazendo aqui um comentário com o Ministro Cueva no sentido de que o projeto tem um dado curioso: em algum momento, o projeto de lei diz que você pode solicitar a participação de um humano para poder resolver um problema. É curioso isso, mas é absolutamente real.

Concedo a palavra, então, por 15 minutos, ao Dr. Walter Carnielli, matemático, filósofo e professor da Unicamp, titular de Lógica da Unicamp.

O SR. WALTER CARNIELLI (Para expor.) - Quero começar agradecendo a S. Exas. o Ministro Rodrigo Pacheco e o Ministro Miguel Matos, pelo convite para participar desta Comissão. É uma satisfação poder contribuir com o ponto de vista da academia, digamos assim, com esse debate sobre o marco legal da inteligência artificial.

Quero cumprimentar os demais colegas, juristas, professores e membros da Comissão.

6/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu queria começar deixando claros três pontos. Eu vou trazer aqui uma perspectiva que pode parecer um pouco cética, mas é um ceticismo crítico que eu acho que deve ser levado em conta.

Começo esclarecendo três pontos basilares: o primeiro é que a inteligência artificial, embora realmente não tenha tanto de inteligência, é um *tsunami*. O que está acontecendo é um *tsunami*, ainda que o conteúdo de inteligência não seja muito, e esse *tsunami* se explica pelo fato de ser uma grande ferramenta para tratar a linguagem. E a linguagem é um esteio da racionalidade. O outro é a lógica, a matemática, a probabilidade, etc., mas grande, grande parte do que nós humanos fazemos - indústria, área jurídica, área legal, contratos, jornalismo, mídia - é baseado na linguagem. Então, se eu tenho uma enorme ferramenta, um monstro que trata da linguagem, ele está provocando um *tsunami* e podemos esperar coisas mais interessantes, mais complexas aparecendo, ainda que o conteúdo da inteligência não seja muito grande.

O segundo ponto é deixar bem claro que a ideia de regulamentar a inteligência artificial é absolutamente óbvia, necessária, clara. Então, o que o Brasil está fazendo é louvável, o que a Comissão de Juristas fez. O relatório é de exatamente, Dr. Cueva, 909 páginas. Precisaria de mais ou menos 18 GPT-4 trabalhando simultaneamente, se nós conseguíssemos, para analisar aquilo. Então, já não cabe. Precisamos de humanos aí, não é? Então, o que está sendo feito é muito inteligente, o projeto é ótimo, a Comissão de Juristas produziu um documento extraordinário. Mesmo assim, cabe sempre uma perspectiva crítica, no melhor dos sentidos, não é?

E o terceiro ponto a levantar é que tem várias coisas acontecendo nos aspectos sociais e econômicos que eu gostaria de, ligeira e rapidamente, deixar claro.

O próximo, por gentileza. O próximo eslaide, Ricardo.

Bem, do que vamos falar? Rapidamente, o que é inteligência artificial; muito rapidamente, o que é o ChatGPT, o que são os modelos grandes de linguagem; já chegamos à verdadeira inteligência geral? - a inteligência artificial geral seria aquela superinteligência que trataria de tudo: da lógica, da linguagem, das probabilidades, da matemática, da literatura, do cinema, da arte e tal; não chegamos a isso, mas eu vou deixar claro -; riscos sociais e econômicos; um aspecto importante para ser levado em conta é o poder das *big techs*, o enorme poder que elas têm; as dificuldades em se conceituar a inteligência artificial; e as consequências para a sociedade, rapidamente.

O próximo.

Eu não vou falar disso em detalhe, mas existem três grandes correntes na inteligência artificial: a inteligência artificial simbólica, que é mais aplicação da lógica, baseada em conhecimento e lógica, que não é esta que nós estamos vendo agora; a conectivista, baseada em redes neurais, que é o que nós estamos vendo; e o terceiro ponto é a inteligência artificial evolutiva, baseada em algoritmos genéticos, que nós ainda não estamos vendo na prática - na prática -, mas que poderá aparecer. Então, tem várias fontes - eu só coloquei as três principais aqui - que tornam impossível prever, nos próximos cinco anos, o que vai acontecer, sem falar, por exemplo, numa ideia de ficção científica que está me ocorrendo. Que tal a inteligência artificial quântica? Os computadores quânticos estão aparecendo e logo não vai ser mais baseado em probabilidades e coisa desse tipo, mas talvez na Teoria Quântica de Campos. Por que não, não é?

Próximo.

Bom, o que faz esse Generative Pre-trained Transformer (GPT)? Ele transforma basicamente tudo. Para quem ainda não tem uma ideia clara, talvez, muitos de nós já temos, ele transforma tudo em linguagem, ele completa textos baseados em bilhões de dados e treinamento. Por exemplo, eu vou dar um exemplo aqui que é didático, que eu já dei em algum lugar e funcionou. Temos uma frase assim: "Numa manhã de 'x', crianças vão ao 'y' para andar de 'z'". Qualquer ser humano consegue completar essa frase de maneira coerente, mas o GPT poderia perfeitamente, digamos assim, gramaticalmente e conceitualmente completar assim: "Numa manhã de tempestade, crianças vão ao aeroporto para andar de tanque de guerra". E todo mundo ia rir disso, embora não seja nem impossível, nem errado. Mas o que está por trás? A ideia da probabilidade. Ele avalia as probabilidades condicionais e vê que esse tipo de resposta possível estaria em último lugar. O que estaria em primeiro lugar? Talvez alguma coisa como: "Numa manhã de primavera, crianças vão ao parque para andar de bicicleta", digamos. É isso que ele faz. Próximo.

Então, é um modelo de linguagem de grande escala; é capaz de compreender a linguagem natural em vários idiomas, gera respostas que parecem humanas. O GPT sequer sabe que você está atrás da tela ou que você existe, ou que ele existe. Ele não sabe nada, absolutamente. A ideia de saber, de conhecimento, como na filosofia se coloca, não se aplica a ele aqui. É um grande "copia e cola" com gramática correta. Bom, mas isso é mau? Isso não é mau.

Próximo.

Isso não é mau porque, na verdade, a linguagem, como eu estou dizendo, é uma enorme parte do nosso dia a dia, do nosso uso. Então, se temos uma enorme ferramenta que trabalha com a linguagem, ainda que ela não seja lógica... Ele



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

não é lógica. Olha, isso é interessante: se você der brincadeiras lógicas para ele fazer, ou ele copia de algum lugar, ou ele não resolve. É diferente de outras tecnologias de inteligência artificial simbólica, como o Prolog ou coisa desse tipo, que conseguem deduzir coisas altamente complexas, até demonstrar teoremas matemáticos altíssimamente complexos, mas tão complexos que uma equipe de humanos leva dez anos, como aconteceu - eu não vou dar detalhes, tenho até um artigo sobre isso -, leva dez anos e não consegue melhorar a máquina. Então, há nichos fabulosamente complexos em que tem inteligência de certa maneira. Aqui, não temos tanto.

Como é a matemática do GPT? Basicamente - eu nem vou ler o eslaide inteiro, porque eu quero me ater ao tempo - ela usa álgebra linear, cálculo e estatística. Usa uma matemática simples que, basicamente, um bom aluno de engenharia de uma boa escola, no 2º ano, já consegue dominar. Não há coisas muito complexas. Há uma inteligência muito boa dos programadores, que aproveitaram tudo isso para fazer uma ferramenta fantástica. Isso eles conseguiram. Mas o que está por trás é simples e não é sequer lógica. Veja bem, é bem interessante a gente ver isso. Álgebra linear, cálculo e estatística, probabilidades condicionais, o que, então, vai levar a um ponto que daqui a pouco eu vou anotar.

Bom, como pode ser usado o GPT?

O próximo, por gentileza. Isso.

Basicamente, eu vou resumir o meu eslaide aqui. Já temos o GPT-4, que é dez vezes mais poderoso. Eu já comecei a usar, aqui muitos de vocês já começaram a usar também. Melhora, mas ainda não consegue resolver tudo, ainda alucina, etc., e tem vários problemas ai - é, tem casos de alucinação, vou até contar um caso. E o que ele faz, basicamente? Por que é que ele programa bem, por exemplo? É um bom programador em linguagens de computação, como Python ou outra desse tipo, ou até em Prolog, coisa assim, e várias desse tipo, técnicas que eu não vou dizer. Por que é que ele consegue fazer isso? Pela grande inteligência? Não.

É porque ele transforma tudo em linguagem e a linguagem toda em probabilidade, então, é probabilidade e linguagem. Em tudo o que depender de probabilidade e linguagem - que é uma grande parte do que nós fazemos, uma enorme parte do que nós fazemos - ele consegue mexer. É por causa disso.

Próximo.

O que melhora no GPT-4? Muita propaganda, tem muita propaganda e tem vários outros modelos saindo, tem modelos menores, modelos que rodam em máquinas menores, modelos que não custam, de software aberto, etc. Há uma porção de coisas maravilhosas saindo por aí que eu nem sei colocar aqui para vocês, mas muitos dos meus colegas especialistas podem, talvez, ajudar.

O GPT-4 tem uma diferença interessante: ele não gera imagens, mas ele recebe imagens como entrada. E isso já modifica muito. Se ele recebe imagens como entrada, eu posso fotografar minha geladeira, botar para ele e perguntar o que eu posso cozinar na próxima semana com o que tenho na geladeira. Ele vai fazer um cardápio para mim. Aí eu pergunto assim: "É um cardápio saudável?". Ele diz: "Ah, você quer saudável? Tudo bem, faremos saudável". Então, ele consegue ter imagens como entrada. O ponto de vista de misturar a linguagem escrita ou falada, gramatical, com imagens, melhora muito a capacidade dele. Ainda continua não sendo inteligência, mas continua se aproximando, num limite, cada vez mais.

Próximo.

Um exemplo interessante é que a inteligência artificial alucina e não sabe tabuada. Vocês podem fazer essa experiência. Eu fiz várias vezes e ele continua errando. Qualquer calculadora sabe que 75.257×98.729 dá sete milhões, quatrocentos e trinta mil e tantos. O GPT errou oito vezes essa conta e continua errando. O resultado que ele dá é outra coisa, é de 743 milhões... Completely errado. Então, como é que eu vou usar uma coisa desse tipo para controlar o Orçamento da União, o meu Imposto de Renda, a contabilidade da minha empresa? Ele não sabe fazer contas. Tem IA de matemática? Muitas, maravilhosas, muitas e fabulosas. Não é este o caso. Então, não é o caso, acabou. Por isso aqui... Outra: eu perguntei a ele quantos livros o Pelé escreveu. Ele me deu uma lista de dez livros. (*Risos.*)

Nenhum deles existe. Alguns deles falam sobre o Pelé, nem sequer foram publicados. Alucina redondamente e em muitas mais coisas desse tipo.

Próximo, por favor.

Isso tudo é mesmo inteligência ou só é artificial? A Dra. Laura citou uma coisa: que não é nem inteligência nem artificial. Eu diria que ela poderia ser chamada de habilidade cognitiva digital. Eu vou ter a coragem, aqui, de lançar uma proposta, que pode ser rebatida, evidentemente: habilidades cognitivas artificiais. Vamos chamar isso de HCD, habilidades cognitivas artificiais, porque muitas vão surgir e todas elas se enquadram dentro da história do que poderiam chamar de inteligência ou de artificial.

O próximo.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Ela não é uma inteligência, eu diria que ela é apenas uma habilidade cognitiva digital. O que falta para ela hoje em dia? Falta a capacidade de generalização e de abstração. Ela não consegue abstrair, pegar poucos casos e fazer um passo indutivo, ela não tem dedução e consequência. Ela não sabe a consequência dos atos dela, ela não tem compreensão contextual. Ela não consegue entender piadas e coisas desse tipo. Ela não tem explicação. Basicamente, esse é um grandessíssimo problema. Ela não explica nada; ela fala sobre correlações, mas não sobre causa e efeito.

Falta a noção de causa e efeito, que é muito parecida com explicação. Não tem aprendizado autônomo, como já foi dito. Ela aprende por exemplos, por vários exemplos. E não tem interação física com o ambiente.

Isso seria uma grande...

Quando tivermos um robô ambulante, com um GPT-8 na cabeça, andando e sentindo as coisas, aí sim, começamos a melhorar as coisas.

O próximo, por favor.

Tem várias limitações. Não vou me deter aqui.

Riscos econômicos e políticos. Já foi falado muito disso. Acho que o relatório ressalta muito esse ponto.

Eu queria só...

Próximo, por favor

Mais um.

Tem o Midjourney. Não vou ter tempo para falar sobre isso.

Mais um.

Tem o DALL-E, em homenagem a Salvador Dalí...

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER CARNIELLI - ... que coloca as imagens.

Mais um, por favor, porque este é engraçado.

Mais um.

Eu pedi para o GPT-4 fazer uma imagem dos Senadores brasileiros discutindo a inteligência artificial, ele fez isto daí em 32 segundos. *(Risos.)*

Eu não coloquei "acirradamente discutindo". Ele fez uma imagem até engraçada.

Vejam: o que significa essa brincadeira?

O próximo, por favor.

Significa o seguinte...

Mais um.

Significa que o poder generativo de *fake news* é enorme, na hora em que ele pode misturar imagens, textos. Eu fiz uma brincadeira, logicamente, em trinta e poucos segundos. Mas ele pode fazer imagens realistas, pode fazer *deepfakes*, as chamadas *deepfakes*, em que o Papa está com casaco de pele, coisas desse tipo. Então, um grande gerador.

Chamo a atenção para uma coisa que eu acho que podia se chamar "unipólio". O que seria isso? É mais do que um monopólio, por exemplo, o metaverso seria, na minha opinião, uma tentativa de "unipólio", e outras iniciativas virão, que pretendem fidelizar o usuário. Por exemplo, corremos o risco de que o seu carro seja um *googlecar*, o seu banco seja um *googlebank*; o seu plano de saúde, um *googlehealth*, etc. E vai ter o *metabank*, o *metahealth*, etc. E tudo fica dominado, todos os setores da economia. Muito mais do que um monopólio, eu chamaría de "unipólio". E podemos ficar dominados por tudo isso.

Esse é um risco que se tem, real, usando a inteligência artificial, misturado com as redes sociais.

Próximo.

Eu queria falar sobre a carta aberta do Instituto Future of Life.

Só lembro que, sobre as *big techs*, eu fiz uma conta das grandes *big techs* e do que elas faturaram em 2022. Próximo, por favor. E não é uma conta de economista. É uma conta feita na minha calculadora. Próximo. Mais um. O total dá US\$1 trilhão, que é mais ou menos metade do PIB do Brasil.

Essas *big techs*, munidas dessa inteligência artificial, que não é nem inteligência, podem comprar uma ilha, fundar um país e entrar no Conselho de Segurança da ONU. Por que não?

9/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Quer dizer, isso é um risco que o nosso projeto vai ajudar a mitigar. Claro que nós não vamos chegar lá. Mas está aí no horizonte essa possibilidade.

Então, as grandes dificuldades... Por exemplo, eu vi no projeto que a definição, no projeto de lei, no art. 2º, I, considera sistema de inteligência artificial utilizando abordagem baseada em aprendizagem de máquina e/ou lógica e representação de conhecimento. A minha observação é: só? Não é só isso.

Se eu colocar a inteligência artificial como fundamentada em lógica, representação de conhecimento e aprendizagem de máquina, eu deixo de levar em conta outras possibilidades, como eu falei, a possibilidade de uma inteligência artificial quântica, biológica ou sei lá o quê, ou bacilar, ou baseada em micro-organismos, ou sei lá o que seja. Então, é muito difícil realmente definir. E o projeto deveria tomar cuidado, na minha opinião, em deixar aberto, não definir, não definir mesmo; definir, talvez, pelas consequências - não é, doutor? Talvez, vocês concordem comigo.

E o que ela pode fazer? Por meio de dados etc., etc., pode ler a sua mente. Se misturarmos a inteligência artificial com as ciências cognitivas, ela lê a sua mente, baseada na sua capacidade neuronal. Onde vai ser isso? Talvez sem fio, talvez leia a sua mente sem fio.

Bem, eu queria terminar com o último eslaide, lembrando... Como eu disse, eu trago aqui uma perspectiva cética, lembrando o nosso grande filósofo Sexto Empírico, do século II d.C., que diz o seguinte: "Pode ser e pode não ser". Vamos levantar o juízo e trabalhar com cautela.

Muito obrigado. Era essa a mensagem que eu queria deixar a vocês, e fico à disposição para perguntas, discussões e debates. Seria uma satisfação.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Agradeço ao Dr. Walter Carnielli e passo imediatamente a palavra à Dra. Dora Kaufman, Professora do Programa de Tecnologias da Inteligência e *Design* Digital, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da PUC de São Paulo.

A SRA. DORA KAUFMAN (Para expor.) - Bom dia a todos!

Muitíssimo obrigada pelo convite. É uma honra estar aqui. Como disse gentilmente a Laura Schertel, eu venho acompanhando o processo de regulamentação, aqui no Brasil, desde o início, com o PL 21/2020. Eu quero saudar especialmente a Comissão de Juristas, na pessoa do Ministro Cueva e da Relatora. Acho que eles fizeram um trabalho muito importante para a nossa sociedade.

Eu quero fazer algumas considerações. Bom, primeiro, quanto ao ChatGPT. Eu acho que ele trouxe uma importância, além de várias outras, mas há o fato de que ele colocou na pauta a inteligência artificial, na pauta da sociedade, de uma forma que não estava anteriormente. E o ChatGPT também gerou uma série de... Uma série não, mas algumas manifestações, cartas, manifestos que tiveram grande repercussão, alertando sobre o risco de extinção da humanidade. Na minha opinião - e eu li todos esses documentos, todas as análises que foram feitas sobre esses documentos -, nós estamos ainda no plano da ficção científica. Eu acho que não tem nenhum indício concreto de que isso possa acontecer. Eu acho que os signatários, alguns muito importantes na comunidade de inteligência artificial, têm misturado os interesses, as motivações dos signatários. Então, eu acho que pensar no risco de extinção da humanidade tira o foco dos problemas reais que estão acontecendo e que são inúmeros, já com o uso da inteligência artificial, que não é novo. Já temos, pelo menos, uma década que a inteligência artificial está se disseminando na sociedade.

Hoje, de fato, a inteligência artificial está mediando a comunicação e a sociabilidade dos cidadãos do século XXI, com impactos, inclusive, sobre a democracia e sobre o meio ambiente. Então, regular a inteligência artificial, para mim, é mandatório, mas não é trivial. Trata-se de uma tecnologia de propósito geral.

E o que é uma tecnologia de propósito geral? É uma tecnologia que muda a lógica e o funcionamento da sociedade, da economia. Então, não é trivial, não é à toa, não é por coincidência que, no mundo ocidental, até agora, nós não temos, apesar de essa década ter, como eu já disse no início, disseminado fortemente o uso, a adoção da inteligência artificial; até agora nós não temos um marco regulatório. Temos, agora, a perspectiva, no dia 11 de junho, de o projeto da Comissão Europeia ser votado. Mesmo assim, vai demorar. A expectativa de quem está liderando o processo é de dois, três anos para entrar efetivamente em vigor.

Em qualquer ambiente democrático, nós já temos um desafio de partida: o processo de regulamentação tem que ser discutido, debatido com a sociedade. Em paralelo, o avanço da inteligência artificial está muito acelerado. Então, para quem acompanhou a primeira versão da proposta de regulamentação da Comissão Europeia, por exemplo, que saiu em 21 de abril de 2021, sabe que ela não contava com a característica, a natureza, por exemplo, das IAs negativas



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

e, fundamentalmente, de uma solução como o ChatGPT. Nos primórdios, na primeira versão, a única coisa que ela mencionava sobre o chatbot é que o provedor deveria avisar para o usuário se ele estava interagindo com um chatbot ou com um ser humano. O ChatGPT modifica a relação com o que era o chatbot. Então, teve toda uma modificação e, em novembro do ano passado, já se tinha três mil emendas. Então, essa é a primeira coisa que eu queria pontuar.

Então, eu acho que o PL 2.338, de fato, é inspirado nessa proposta da Comissão Europeia, mas a inspiração é válida, inclusive porque é o projeto de regulamentação mais robusto que nós temos no mundo ocidental, e a tradição da Europa é regulatória, e o processo, que se iniciou desde 2018, teve inúmeras etapas. Agora, se, por um lado, foi inspirado na proposta da Comissão Europeia, o processo foi radicalmente distinto. E eu acho que é aí que tem o primeiro problema que eu gostaria de pontuar.

O PL 21/2020 entrou em tramitação em caráter de urgência, e eu acho que isso foi... Na época, eu já questionei várias vezes a Relatora, a Deputada Luisa, e, depois, o próprio Deputado Eduardo Bismarck, sobre a razão do caráter de urgência. Eu acho que isso precipitou sem necessidade. Para mim, isso dificultou e tornou frágil o processo de discussão da regulamentação no Brasil.

Quando a gente pensa... Eu não sou jurista, e me perdoem por entrar nessa seara, mas pensar sobre uma regulamentação, sobre uma norma, é pensar para que ela vem? Ela vem para resolver ou mitigar, ou regular mesmo, como o próprio nome diz, as questões que já estão acontecendo na sociedade. Então, distinto... Por exemplo, qual foi a primeira ação, só para a gente fazer um paralelo, da Comissão Europeia?

Ela criou, em 2018, um observatório. Então, ela fez um levantamento de como a inteligência artificial estava sendo usada na Europa, e nós não fizemos isso aqui no Brasil. Então, nós não temos, pelo que eu saiba, pelo que eu tenho acompanhado, o que se chama de um diagnóstico. Como que a inteligência artificial está sendo usada efetivamente no Brasil? Eu acho que esse levantamento, como qualquer trabalho que a gente faça em qualquer área de consultoria ou de desenvolvimento de um novo projeto, sempre todo mundo que tem experiência de coordenar, tocar projetos sabe que a primeira etapa é justamente o diagnóstico. Então, como que a inteligência artificial está sendo usada no Brasil? Quais são os danos reais que estão acontecendo? Eu acho que esse é o ponto de partida que faltou no processo aqui no Brasil e que eu acho fundamental. Eu gostaria muito que o Senado aproveitasse essa etapa para voltar um pouco atrás e fazer esse levantamento, estabelecer uma comissão que levante o que está acontecendo no Brasil.

Bom, deixem-me ver aqui as minhas anotações.

Então, eu acho que o Poder Público... A regulamentação é fundamental, é mandatária, como eu já disse, mas ela também não é trivial, como eu também já disse.

Então, o que eu sugeriria ao Senado? Que fizesse, primeiro, esse levantamento, criasse uma comissão que levantasse, porque, aí, nós vamos partir de alguma coisa real. Não é a abstração, não são as questões gerais do que está acontecendo em relação à inteligência artificial e também não é o que está sendo discutido no mundo, mas, de fato, o que está acontecendo no Brasil. Eu acho que isso vai dar um quadro muito importante.

Segundo, a minha sugestão é que o Senado traga para o debate as agências regulatórias setoriais. Do meu ponto de vista, é muito importante. Vamos pegar só um exemplo: o sistema bancário, no Brasil, tem usado intensamente a inteligência artificial há muitos anos. Então, cabe, por exemplo, ao Banco Central... Eu imagino que o Banco Central esteja acompanhando esse processo. Então, ao Banco Central, para mim, é obrigatório que participe dessa discussão de regulamentação. É só um exemplo de uma agência regulatória. Então, o Banco Central... Como que o mercado bancário, financeiro está usando a inteligência artificial? Quais são os riscos que são intrínsecos a esses sistemas que o sistema bancário está usando? E assim vão todas as agências: a Anvisa e todas as agências regulatórias. Eu acho que isso é um processo muito importante. Do meu ponto de vista, o protagonismo cabe às agências regulatórias setoriais.

Essa é uma conversa que eu tive já algumas vezes com membros da Comissão do Senado sobre ter uma agência regulatória geral ou ter as agências regulatórias setoriais como protagonistas. Eu admito até ter uma agência geral, assim como ter um marco geral sobre a inteligência artificial, mas, como diz o próprio nome, eu acho que tem que ser geral, principiológico. Eu acho que cabe efetivamente regular e, principalmente, fiscalizar as agências regulatórias setoriais. Por quê? Porque, quando a gente faz a implementação de uma inteligência artificial, de um sistema de inteligente social, a gente envolve, no mínimo, dois domínios: o domínio do campo da inteligência artificial, que é complexo, nada simples, e o domínio de aplicação. A vantagem do protagonismo de uma agência setorial é o fato de que, pelo menos, o domínio de implementação supõe-se que ela domine, que ela conheça. Então, ninguém melhor, por exemplo, voltando ao exemplo do mercado bancário, ninguém melhor do que o Banco Central para conhecer o que está acontecendo no mercado. Além disso, não adianta só regulamentar se você não tem condições e instrumentos de fiscalização. Isso é fundamental, porque você precisa fiscalizar e punir o desenvolvimento e uso que estiver em *compliance* com a lei que foi definida, com a regulamentação que foi definida.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O tempo é muito curto para um tema tão complexo. Eu queria falar algumas...

Uma outra observação geral, antes de entrar no PL 2.338, é: o que aconteceu em relação ao ChatGPT e outras IAs generativas? Nós temos uma técnica, que se chama redes neurais profundas, que é a técnica que predomina em praticamente todas as implementações dos últimos dez anos na sociedade. Ela tem uma categoria chamada IA preditiva e ela tem uma categoria chamada IA generativa. O conjunto de soluções de IA generativa, onde está inserido o ChatGPT, mudou o foco, mudou a abordagem regulatória, pelo menos no caso da Europa, de um sistema para uso do sistema, porque nos modelos de IAs preditivas, cada sistema tinha uma função. Então, se eu monto, por exemplo, um sistema para reconhecer se a imagem de uma tomografia é cancerígena ou não, e se eu quero que reconheça a imagem de um cachorro, eu tenho que montar outro sistema. A IA generativa é multitarefa. Eu imagino que todos aqui já experimentaram de alguma forma o ChatGPT, por exemplo. O ChatGPT serve para inúmeras tarefas. Então, tem um deslocamento do foco de regulamentar sobre o sistema em si para o uso do sistema. Essa é uma mudança importante que reflete na nova versão, por exemplo, da proposta de regulamentação da Comissão Europeia.

Sobre o PL 2.338, a primeira observação é que tem várias questões. Acho que de fato tem que ter um processo de discussão, mas ela é infinitamente superior ao PL 21, de 2020, cuja primeira audiência pública foi em julho de 2021, e foi votado no Plenário em 29 de setembro. Talvez tenha sido o período de consulta pública mais curto da história. Qual é a importância de um período longo de discussão? Primeiro, os legisladores precisam se familiarizar com o tema, o objeto sobre o qual eles vão regular. Então, precisa de tempo; precisa da sociedade participar. Então, como eu já disse: as agências reguladoras têm um papel estratégico, as universidades têm um papel estratégico, algumas instituições têm papel estratégico, ministérios, o Governo Federal. Então, o processo é quase tão importante, ou, eu diria, tão importante quanto o resultado final. Se o processo é negligenciado, nós corremos o risco de ter uma regulamentação inócuia ou uma regulamentação que freie o desenvolvimento da IA, que é fundamental para o desenvolvimento do país, e que também não proteja os cidadãos. Então, para mim, não precisa ter pressa. Eu sou contra - eu alerto desde o início - o caráter de urgência. Eu acho que a gente tem que se inspirar no processo da Comunidade Europeia, que levou anos, foi muito longo. Sobre o PL 2.338, especificamente, eu acho que...

(Soa a campainha.)

A SRA. DORA KAUFMAN - Bom, sobre a definição, eu tenho várias questões para dizer, mas o tempo já está se esgotando. Não é fácil também definir em todos os âmbitos. Nos Estados Unidos, na Europa, na China, a definição é uma questão. Mas eu queria falar que, primeiro, os custos e riscos que o país está indo comprar são muito altos, na minha opinião. Isso pode desestimular o desenvolvimento e principalmente o uso de sistemas de IA, e ajudar a concentração de mercado, porque se o custo é alto, do ponto de vista de processos, de resposta, de cuidados que o desenvolvedor e o usuário, enquanto empresa, precisam ter, isso favorece as grandes empresas, que têm mais condições de se equipar para tal.

O foco da proposta não são apenas implementações de alto risco, que eu acho que tem que ser o foco. Não faz sentido regulamentar quando não tem um risco alto para a sociedade. E o que define o risco alto? É fundamentalmente o potencial de dano e a extensão do dano. Então, quando eu sugiro que se faça um estudo, um diagnóstico, de como está sendo usada e implementada a inteligência artificial no Brasil, nesse estudo vai ficar mais evidente quais são os usos com potencial de alto risco e qual deveria ser o foco de uma regulamentação.

A abordagem tem algumas... São 45 artigos. São novecentas e poucas páginas, mas tem 45 artigos o PL 2.338. Tem um conjunto de artigos que é diferente da proposta da Comissão Europeia, que é o direito do usuário. Eu também tenho várias questões para serem debatidas nesse conjunto de artigos, e me chama a atenção a preocupação de que qualquer usuário afetado pode recorrer, pode entrar com um processo contra o fornecedor do sistema. Qualquer decisão automatizada pode ser contestada. Eu acho que está muito amplo e muito em aberto.

Quatro. A opção de comissão por uma autoridade reguladora e fiscalizadora, centralizada, em linha com a proposta europeia, julgo um complicador, dada a característica transversal, dinâmica e complexa da IA, que na implementação lida com no mínimo dois domínios. Isso é o que eu já falei.

O PL 2.338, o trabalho da comissão de juristas, define o desenvolvedor e o usuário. Eu acho que deveria também distinguir o fornecedor. Principalmente no Brasil, não necessariamente o fornecedor é quem desenvolveu o sistema. Então, eu acho que o fornecedor tem outro papel que deveria ser destacado. O direito à explicação é sempre limitado. Por isso também é importante que os reguladores conheçam a natureza da tecnologia. Ela tem um limite, do ponto de vista da explicabilidade. Então, isso precisa ser conhecido para ser relativizado.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Arbitragem. Vários artigos do PL. Parece não trivial como a autoridade regulatória vai arbitrar no nível de detalhe proposto, e consequentemente de complexidade. Conheço pouquíssimas pessoas hoje no Brasil capazes de dar conta da maior parte dessas interpretações ou auditorias.

Quem e como definir o que seja envolvimento humano significativo? Uma proposta de lei, quando fala "significativo", é um adjetivo. O que significa? Quem vai arbitrar o que é envolvimento significativo de um ser humano ou não?

Todas essas questões precisam ser, na minha visão, muito discutidas e melhor...

Autonomia é mínima. O órgão não acrescenta nenhum elemento novo. Esse envolvimento humano...

Bom, a sistemática de atualização da lista de riscos excessivos e altos me parece pouco prática. Não seria mais fácil determinar que a inclusão e a exclusão cabe à agência setorial, assim como a Comissão Europeia tem uma lista anexa dos casos?

Eu acho complexo você estabelecer a atualização desse anexo por parte de uma agência geral. Eu acho que essa lista caberia - nesse caso, parece-me, sem dúvida - às agências reguladoras e fiscalizadoras setoriais.

Então, à medida que o mercado - por exemplo, voltando ao exemplo do Banco Central, que é mais claro -, à medida que o mercado bancário fosse agregando, utilizando novos sistemas de IA, o Banco Central atualizaria essa lista do que entra na regulamentação.

O art. 20, por exemplo - adoção de medidas técnicas para viabilizar a explicabilidade do sistema de IA -, não é trivial e tem como barreira de definição a própria natureza.

Bom, isso eu já falei.

Estímulo e desenvolvimento de código de boas práticas. É extremamente positivo. Isso faz parte da proposta. Eu estou envolvida em algumas iniciativas para criar governança de IA, exatamente, diretrizes de IA para as organizações, independente da regulamentação pelo poder público. Parte dessa governança de IA, é evidente, à medida que tenha uma lei, vai ter que estar em *compliance* também com essa lei, mas independentemente disso o que a gente observa é que as empresas estão utilizando, adotando inteligência artificial e, em geral, sem avaliação, sem consciência, sem conhecimento sobre os riscos que estão infringindo. Infringindo não, que estão correndo, desculpe-me. Bom, é isso.

Para resumir, eu acho que a gente não precisa ter pressa. Eu acho que o processo é tão importante quanto o resultado final; acho que a sociedade precisa participar muito mais do que apenas em consultas públicas, que são sempre limitadas, por razões óbvias; e sugiro: a Comissão Europeia, por exemplo, na partida, constituiu uma comissão de especialistas, de 54 especialistas, que passaram um tempo, quase dois anos, debatendo e produziram um documento. Então, eu sugiro isso também, que o Senado monte uma comissão de especialistas que possam discutir, com tempo, e oferecer os seus comentários; que traga as agências setoriais e fiscalizadoras para o debate; que traga as universidades para o debate.

Hoje nós temos no Brasil alguns centros de pesquisa ligados à inteligência artificial e algumas universidades públicas fundamentais. Esses centros têm que estar discutindo, porque parte do desenvolvimento da inteligência artificial é originado, por exemplo, nas universidades.

Então é isso. Eu agradeço mais uma vez e estou absolutamente à disposição. Para mim, é uma honra e é mandatório. Eu me sinto, como cidadã, na obrigação de participar desse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Obrigado, Dra. Dora Kaufman.

Por fim, concedo a palavra, por 15 minutos, ao Dr. Juliano Carvalho, Professor do Departamento de Comunicação Social da Unesp.

O SR. JULIANO CARVALHO (Para expor.) - Bom dia a todas e a todos.

Eu agradeço e, na pessoa do Presidente Miguel Matos e do Ministro Ricardo Villas Bôas, saúdo meus colegas da Mesa. É uma alegria estar aqui com vocês e, em função da exiguidade do tempo, eu quero ter uma conversa rápida sobre os impactos disso na nossa área.

Eu sou jornalista, estou nisso há três décadas, e me parece essa uma agenda precípua para a sociedade brasileira, para a democracia, num estágio importante do que significam os conteúdos e a disseminação desses conteúdos a partir da introdução dessa agenda da inteligência artificial.

Vou pedir, se eles puderem projetar.

Eu começo dizendo, rapidamente, sobre o trabalho que a Comissão desenvolveu. Então, quero saudar o Ministro e a Comissão, a Profa. Laura e toda a equipe - pode passar -, especialmente pelo processo conduzido, a partir dessa brilhante

13/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

iniciativa do Senador Rodrigo Pacheco, de constituir um grupo que trouxesse não só um substitutivo, mas que criasse um processo - e que, nesse processo, houvesse uma discussão preliminar com a sociedade brasileira -, tivesse o cuidado de olhar as melhores práticas que estão sendo realizadas em âmbito internacional e que essas melhores práticas pudessem ser discutidas nesta Casa, como foram, em seminários nacionais e internacionais, redundando nesse documento de 900 páginas.

Passo ao próximo eslaide, chamando a atenção para os avanços...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JULIANO CARVALHO - Tudo bem?

... para os avanços que o projeto traz. Aqui já bastante delineados pela Profa. Laura Schertel; e eu quero chamar a atenção para a regulação da garantia de direitos; o combate - a preocupação com o combate - à desinformação; a regulação de riscos; a preocupação com governança das empresas; a responsabilização que consta no projeto; a ideia de criar *sandbox* regulatórios para que a inovação não fosse atrofiada; a preocupação de uma autoridade nacional; uma ideia preliminar sobre literacia, ou seja, aprendizagem e alfabetização para quem vai fazer uso da inteligência artificial; e as duas preocupações, de natureza mais eminentemente técnica, que são a explicabilidade e a preocupação da regulação dos vieses que a inteligência artificial traz no seu conteúdo.

Muito bem, aí vou para o terceiro... já para o quarto eslaide, agora sim, projetado. Pode passar. Primeiro, segundo, terceiro... é isso, pode ficar aí.

Agora, trazendo então o assunto para esta Casa, quero saudar este Conselho, que tem uma capacidade enorme de contribuir com esse projeto.

Eu começo com essa frase do Sam Altman, o CEO da OpenAI, em que ele diz: "Acho que esse é o legado. [...] Imagens, vídeo, áudio - eventualmente, tudo será gerado. Acho que isso vai se espalhar por toda parte."

Estamos num Conselho, estamos num momento da humanidade em que a mediação cultural, a produção de conteúdo, a responsabilidade e os impactos disso para o desenvolvimento econômico, para a cultura e, fundamentalmente, para a democracia, passam pela capacidade que nós temos de refletir sobre a importância que isso tem.

E essa frase não só conota, mas denota, de maneira muito objetiva, o que isso pode desencadear no médio e longo prazo. Pode passar para o próximo.

Em função disso, eu começo perguntando os impactos que isso vai ter, primeiro, para os setores criativos de um modo geral. Estamos num país de uma identidade, de uma vocação enorme para a indústria criativa, para a economia da criatividade, para a sua capacidade de bens simbólicos, que são altamente mobilizados por meio dessas tecnologias.

Então, deixo uma primeira pergunta: em que medida o comprometimento do poder público deve assumir para mitigar o impacto da IA nas cadeias produtivas dos setores criativos?

Eu estou começando a fazer... Vou fazer algumas perguntas e deixar algumas propostas no final.

E a pergunta aqui está sendo feita no seguinte sentido: ainda que a Comissão de Juristas - e esse trabalho extraordinário que fora feito - tenha se comprometido muito mais com uma natureza principiológica, muito mais com uma natureza de não engessar o seu regulamento - como fora sugerido por "n" participantes dos seminários aqui, em 2022 -, é evidente que setores específicos e cadeias relativas à produção do conhecimento devem ser incorporados e este Conselho pode dar essa contribuição importante na tramitação desse projeto, nessa incorporação.

A segunda pergunta: como a adoção da inteligência artificial está impactando a sustentabilidade do modelo jornalístico, em termos de qualidade, ética e diversidade de conteúdo? Eu estenderia o jornalismo para o radialismo, para a internet e para outros setores, para o cinema e para a produção audiovisual. É uma responsabilidade enorme o que isso significa.

Pode passar.

No próximo, eu chamo a atenção, então, para três dimensões mais específicas que o projeto: a primeira, quanto à natureza do trabalho jornalístico, que deve ser considerada nesta regulação, a exemplo do que está acontecendo em outras experiências internacionais, que é a preocupação se há condições suficientes para esse desenvolvimento não ser contemplado com uma especificidade deste projeto.

A segunda dimensão são os problemas de natureza ética. Ainda que o projeto trate disso e esteja fortemente comprometido com essa dimensão na relação com o usuário, a preocupação, aqui já mencionada pelo Prof. Walter, mencionada pela Profa. Laura, é indiscutível, hoje - não só em função do ChatGPT, em função das inteligências mais conhecidas e massificadas, nos últimos cinco meses, que tomaram a agenda da sociedade em âmbito global -, fundamentalmente, a apropriação, a



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

dimensão e os riscos que nós corremos de não colocarmos sobre a mesa uma agenda que discuta a dimensão ética com outras características que não só aquelas que estão contidas no projeto.

Uma terceira, para a qual eu quero chamar a atenção, é a sustentabilidade dos setores criativos, é a sustentabilidade das áreas de geração de conteúdo, especialmente, no que concerne ao direito autoral. O projeto traz, lá no seu artigo, as definições que entende que deveria abordar sobre direitos autorais, legando a outros marcos regulatórios, como a Conferência Ibero-Americana, a natureza de se pensar os direitos autorais.

Eu entendo que as condições mínimas deveriam estar contidas aí, para que nós pudéssemos refletir sobre os problemas que podem ser causados. Há um impacto do direito de autor e há um impacto sobre as condições dos produtores de conteúdo na apropriação que a inteligência artificial faz, parcial ou totalmente, de conteúdo, criando práticas recombinantes e outras experiências que são próprias das inteligências artificiais.

Próximo, por favor.

Obviamente, não poderia passar por aqui sem ter o cuidado de discutir os ecossistemas de desinformação. Não estamos falando, simplesmente, sobre inteligências artificiais que dão respostas equivocadas ou sobre o cálculo matemático desacertado. Estamos falando da apropriação de uma ferramenta que está alimentando, quer seja no mundo educacional, quer seja no mundo informacional, quer seja no cotidiano da produção e disseminação de informações, sem aquilo que é muito importante que nós tenhamos, que é a responsabilidade que a mediação humana tem que ter, porque, como muito bem disse o Prof. Walter, a inteligência artificial não tem decisão moral. Em tese, não toma decisão.

A responsabilidade com os ecossistemas de informação. Nós assistimos isso, recentemente, em vários países do mundo, inclusive neste, há uma responsabilidade enorme sobre produção de conteúdos que podem levar a opiniões, que podem levar a comportamentos, que podem levar a desastres, do ponto de vista da capacidade que a sociedade terá para responder a esses dilemas. Então, eu enumero alguns aqui, como, por exemplo, a capacidade de produzir *deepfake*, eu chamo a atenção para a capacidade de ampliar notícias falsas...

Então, ainda que o projeto trate disso, regulamente e responsabilize aqueles que estão envolvidos, eu estou entendendo que mecanismos que possam chamar a atenção para esses riscos, como está aparecendo na estratégia americana, que é chamar a atenção efetivamente na regulação da inteligência artificial para os cenários dos ecossistemas de desinformação - a regulação do Reino Unido está tratando disso. Ou seja, é preciso que estejamos vigilantes em relação ao desenho que esses cenários podem produzir.

É preciso que nós compreendamos que não estamos simplesmente regulando uma tecnologia ou um processo tecnológico com suas camadas com um grau apenas de mediação. Estamos regulando uma tecnologia e um processo que têm implicações do ponto de vista da cultura, que têm implicações do ponto de vista das artes, que têm implicação do ponto de vista da capacidade de preparamos as novas gerações para se apropriar da tecnologia com outro tipo de alfabetização, e esse diálogo tem que vir à mesa.

Pode passar. A próxima.

E aí eu chamo a atenção para essa Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial feita pela Unesco:

Tecnologias de IA desempenham um papel cada vez mais importante no processamento, estruturação e disponibilização de informação; as questões do jornalismo automatizado, do fornecimento de notícias por meio de algoritmos e da moderação e curadoria de conteúdo nas redes sociais e motores de buscas são apenas alguns exemplos que levantam questões relacionadas com o acesso à informação, desinformação, informações falsas, discurso de ódio, surgimento de novas formas de narrativas sociais, discriminação, liberdade de expressão, privacidade e alfabetização midiática e informacional (AMI), entre outros.

Essa recomendação da Unesco, desse documento, e o relatório que subsidiou esse conjunto de sugestões que a Unesco produziu nos dizem muito e me parecem, em larga medida, uma referência importante para este Conselho e para como esse debate vai se dar aqui, no Congresso Nacional. Por quê? Porque esse grau de especificidade, ainda que não tenha sido, originalmente, o objeto e a vocação da Comissão de Juristas, deveria vir à tona neste momento, porque nós não estamos distantes desse cenário.

Pode passar, por favor.

E aí faço alguns apontamentos de aspectos que poderemos considerar para o debate:

Um: elevar o setor da comunicação e informação para uma área de interesse prioritário no marco regulatório da IA como estão dispostos os dispositivos.

Dois: expandir as competências da autoridade nacional do marco legal priorizando a composição de diversidade e pluralidade. Setores fundamentais que devem compor o processo decisório, que devem participar das escolhas... O projeto



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

trata, por exemplo, da criação de listas e de outras regras que a autoridade possa criar. É muito importante que nós entendamos que, a exemplo do que fora desenvolvido pela Lei Geral de Proteção de Dados, a autoridade nacional, nós tenhamos uma capacidade de uma representação multisectorial, especialmente desses setores que estão aqui contidos, para desenhar e para se preocupar com esse norte.

Três: ressaltar as funções especificamente de jornalismo do art. 17 do projeto.

Quatro: avaliar a operacionalidade do incentivo às bases de dados de IA em língua portuguesa.

Pode parecer uma coisa muito casuística, muito específica, quando se está pensando em tecnologias que são construídas em âmbito global, mas a identidade nacional, a cultura, o idioma, os nossos símbolos e significados em termos de país devem ser uma preocupação e devem ser ressalvados no interior dessa regulação.

Cinco: avançar nas implicações sobre trabalho e mediações por meio de plataformas.

Gente, em qualquer aplicativo de pedido de alimentação que você faça, de mobilidade urbana, tudo tem inteligência artificial e, obviamente, um dos grandes debates que têm sido feitos nos últimos anos é sobre as condições laborais, como essa relação havida com a inteligência artificial impacta o mundo do trabalho, impacta as nossas relações profissionais, desumaniza as relações que nós produzimos no nosso cotidiano. Parece que nós, de repente, entendemos que, entre a tela e os produtos, há um pensamento mágico, não existem relações construídas de pessoas que estão sendo subsumidas em condições bastante degradantes.

Não é que um PL de inteligência artificial vá resolver essas agruras, mas ignorá-las e não trazer essa agenda e esse nível de especificidade pode nós causar uma perda histórica, especialmente em função de como a apropriação do trabalho por meio das inteligências artificiais está se dando nas plataformas neste momento da história.

Seis: direito à comunicação.

Esse é um debate antigo muito importante feito no campo comunicacional...

(Soa a campainha.)

O SR. JULIANO CARVALHO - ... que ressalva esse detalhe de que o direito à informação, à comunicação precisa, com apuração, com domínio ético, tem que ser um dos direitos consagrados no PL.

E o último: aliança global.

Essa não é uma conversa só de Estados nacionais, é uma conversa do mundo inteiro, por isso é preciso sinalizar a importância de alianças globais, de uma concertação em âmbito internacional para pensar, como os próprios *players* do mercado já estão defendendo. Neste momento, os Estados Unidos, o Reino Unido e a Europa estão discutindo pontos em comum sobre a regulação. Trata-se do espírito de que este Parlamento e o Governo brasileiro tenham de colocar isso em uma agenda internacional.

Próximo.

Deixo esta frase final, também da Unesco:

A coexistência das inteligências artificiais no trabalho comunicacional é um cenário promissor. [Ninguém aqui está negando a tecnologia.] Reconhecemos as potencialidades ao delegar tarefas repetitivas e rotineiras às máquinas. Porém, estamos cientes das incertezas diante dos rápidos avanços tecnológicos e da ausência de regulação adequada.

Agradeço muitíssimo a oportunidade e espero que a gente possa conversar mais sobre isso. É uma honra estar aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Muito obrigado, doutor.

Acabou que nós tivemos uma visão bem holística do projeto, ficou uma coisa muito interessante, várias frentes.

Agradeço a todos os expositores.

Vamos abrir agora as inscrições para o uso da palavra pelos Conselheiros. De acordo com nosso regimento, cada Conselheiro pode fazer uso da palavra uma vez só por até cinco minutos.

Quem eu vejo aqui que já se inscreveu? O Conselheiro João Camilo, a quem concedo a palavra.

O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR - Bom dia a todos e todas!

Muito obrigado por nos iluminar aqui. É muito bom ter a presença do Ministro, a presença da Profa. Laura Schertel e a presença de vários acadêmicos, porque eu acho que falta essa questão da qualificação do debate. É muito bom ver academia tão qualificada aqui no Conselho de Comunicação. Então também agradeço por isso.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu acompanhei o trabalho da Comissão de Juristas e testemunho que foi um trabalho muito árduo e muito bem-feito. O texto foi balizado em premissas ótimas, excelentes, que são a liberdade de pensamento, a liberdade de expressão, a defesa do cidadão, a proteção de dados, a responsabilização e o não sufocamento da inovação, que era uma grande preocupação na construção dessa norma, desse regramento.

Isso posto, e muito bem lembrado pela Profa. Dra. Dora, nós temos o PL 21, de 2020, aprovado na Câmara dos Deputados, inclusive sob a acusação de açodamento da discussão. Nesse contexto, eu gostaria de deixar uma pergunta para a mesa e para quem se sentir mais à vontade em responder, porque para nós seria esclarecedor, na visão de vocês, entender quais são as principais inovações em relação ao texto da Câmara que foi aprovado no ano passado. Então, eu queria saber, do que foi trazido pela Comissão de Juristas neste texto apresentado, não como substitutivo ao texto da Câmara, mas como um texto novo, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, assinado pelo Senador Rodrigo Pacheco, Presidente desta Casa, seria interessante a gente saber: na opinião de vocês, quais são as principais inovações em relação aos dois textos.

O segundo ponto que eu coloco é que uma das coisas mais importantes sobre a qual o Conselho de Comunicação Social se debruça é a harmonização das normas. Foi muito bem colocada aqui a existência do marco civil da internet, da LGPD, para trazer essa conformidade com o texto construído pela Comissão de Juristas. Como os senhores sabem, nós temos um PL, o PL 2.630, que está em discussão na Câmara dos Deputados. Ele já foi aprovado aqui no Senado Federal e ele traz uma série de conceitos, de regramentos e de responsabilizações sobre as *big techs*, outro tema colocado aqui em relação à questão dos poderes, muito bem colocado pelo Prof. Carnielli.

Então, eu gostaria de saber, na opinião de vocês, em relação a essa harmonização desse projeto, se aprovado, qual o impacto que ele teria nesse texto. Qual a importância dele também nessa discussão? Ou se seria mais importante hoje nós debatermos o marco da inteligência artificial e depois o tema tratado no PL 2.630, infelizmente nomenclaturado como PL das *fake news*.

Eu queria fazer mais duas perguntas, mas, em respeito aos colegas que também querem ter a oportunidade de se debruçar sobre o tema, deixo essas duas perguntas para a mesa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Obrigado, Conselheiro.

A Dra. Dora responde então a essa pergunta.

A SRA. DORA KAUFMAN (Para expor.) - Muito obrigada, Sr. Camilo, pelas perguntas, são excelentes.

Eu não tenho tempo suficiente para comparar o PL 2.338 em relação ao PL 21/2020, porque é radicalmente distinto. O PL 21/2020, na minha opinião, é principiológico e inócuo. São nove artigos que colocam princípios muito gerais, nem estimulam o desenvolvimento da inteligência artificial, muito menos protegem a sociedade e o cidadão brasileiro em relação aos potenciais danos. Então, para mim, são projetos incomparáveis. Como eu disse no início, o PL 2.338 é muito mais complexo, é um ponto de partida, apesar de eu ter várias críticas, mas é um ponto de partida muito mais robusto para a gente ter.

Sobre a questão da harmonização, eu acho também muito interessante, por exemplo, o art. 20 da Lei de Proteção de Dados já remeter à inteligência artificial, porque dá o direito ao usuário afetado de contestar uma decisão automatizada e com base em dados. Isso remete diretamente ao sistema de inteligência artificial.

Então, dentro do trabalho de rever o 2.338 e de fato criar um marco regulatório definitivo no Brasil, eu acho que também parte essa harmonização. E agora nós temos uma nova que é o PL 2.630... E não só, o direito do consumidor também tem questões importantes.

Além do diagnóstico que eu acho que tem que ser feito e que eu sugeri de como está sendo usado, eu acho que também tem que ter um diagnóstico de quais são as leis, quais são as diretrizes já vigentes no Brasil que remetem de alguma forma, direta ou indiretamente, à inteligência artificial.

Então, eu acho que esses dois diagnósticos são fundamentais para a gente ter um marco que de fato converse com o que já tem hoje vigente do ponto de vista de regulamentação no país.

Então, é isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Obrigado, doutora.

Passo a palavra ao Conselheiro Flávio Lara Resende para o uso da palavra.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. FLAVIO LARA RESENDE - Bom dia, Presidente; Patricia, Vice-Presidente! Cumprimento a todos da mesa na pessoa do Ministro Villas Bôas Cueva, dizendo que é muito importante a gente ter essas visões e visões totalmente diferentes.

E quero dizer o seguinte. Eu, na quinta-feira passada, como Presidente da Abert recebi uma homenagem em Belo Horizonte das forças de segurança do Estado de Minas Gerais pelo Dia da Imprensa. E muito interessante foi que um tenente coronel que é subchefe da Comunicação da Polícia Militar começou a fala dele dizendo exatamente do perigo da inteligência artificial. Dizendo o seguinte: os robôs estão todos aqui rindo da gente porque nós estamos aqui discutindo inteligência artificial, que foram os próprios humanos que criaram. Então, isso é uma coisa muito interessante, eu acho que é muito importante.

O Dr. Juliano colocou aí uma coisa muito importante sobre os jornalistas. E a minha empresa, que é o Grupo Bandeirantes de Comunicação, já tem usado inteligência artificial no jornalismo, e a gente brinca lá porque surgem coisas surpreendentes quando você... Usamos para consultas, para uma série de coisas, logicamente que amparado pela inteligência humana. Mas surgem coisas surpreendentes quando você corre atrás da pesquisa, como disse o Dr. Walter ali que não consegue fazer conta. Então, você pergunta quantos livros o Pelé escreveu, surgem dez livros. Então, você tem que tomar um cuidado enorme para poder utilizar isso.

Eu queria pedir, Presidente - e por causa disso nós temos tido algumas coisas engraçadas lá no nosso grupo -, eu queria pedir: eu tenho um filmezinho que eu recebi no WhatsApp de dois minutos sobre inteligência artificial. Já está com o Walmar, se pudermos passar rapidamente dentro do meu tempo.

É um negócio de humor, bastante...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Perfeito.

O SR. FLAVIO LARA RESENDE - Muito obrigado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Excelente!

Passo a palavra à Conselheira Sonia Santana para o uso da palavra.

A SRA. SONIA SANTANA - Muito bom dia.

Primeiro, quero agradecer pela oportunidade desta mesa. É um assunto que realmente nos traz bastante preocupação e muita curiosidade.

Eu sou representante do audiovisual, e o audiovisual é um setor que vai se utilizar muito da inteligência artificial.

Várias questões citadas, inclusive pelo Dr. Juliano, me trazem alegrias, porque falamos em direitos: em direitos de imagem, em direitos autorais, em direitos que a gente espera que esse marco venha trazer, esse estudo, porque temos certeza de que essa inteligência facilitará muitos trabalhos, eliminará diversas atividades e funções, criará outras e, ao mesmo tempo, deixará um vácuo de pessoas que não teriam o que fazer.

Então, também, junto a esse marco, teremos que buscar políticas públicas, políticas sociais de abrigamento, de acolhimento de atividades que serão extintas com o uso da inteligência artificial.

Temos certeza de que o amadurecimento vai trazer muitos benefícios.

Temos que tomar muito cuidado com o uso indevido, como criar e como descobrir meios de controle de uso dessa inteligência, na medida em que ela pode ser transformada no que se quiser, com a evolução - a gente tem visto uma evolução muito grande.

Basicamente, é isso.

A minha preocupação com relação aos direitos, funções que vão desaparecer, evoluções que são muito bem esperadas e, principalmente, ter acesso à informação e aos métodos que se possa utilizar da inteligência artificial para o bem. Temos visto diversos exemplos na medicina, na saúde, no sistema bancário, em diversas situações em que ela tem uma grande presença e pode ter uma atividade mais próxima do humano, sendo um auxiliar em diversas situações complexas e em atividades de risco.

Então, é isso. A minha preocupação está gerada aqui nas questões da segurança que nós temos, do acesso à informação de uma maneira clara, enfim, porque o mundo não é de acadêmicos e todo mundo precisa entender do que nós vamos falar, do que nós vamos trabalhar.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Basicamente é isso. Agradeço muito a oportunidade e esperamos que esta seja a primeira de uma série de reuniões, porque a evolução disso é tão grande que nós debateremos esse tema ao longo dos dois anos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Obrigado, Conselheira Sonia.

Eu vou passar a palavra para a Dra. Laura Schertel, que vai dar mais uma contribuição para nós.

A SRA. LAURA SCHERTEL (Para expor. *Por videoconferência.*) - Obrigada, Presidente, Dr. Miguel. Eu, muito rapidamente, queria apenas agradecer aqui todas as manifestações dos Conselheiros.

Em relação à primeira pergunta, sobre a comparação dos projetos, queria falar, talvez muito rapidamente, que o PL proposto pelo Presidente do Senado, o 2.338, deste ano, traz direitos que não estão hoje no PL 21/20, como um direito a explicação, relacionado à transparência. Sempre quando você estiver interagindo com um sistema de IA, esse sistema tem que deixar clara essa interação. Então, um direito a explicação, um direito a contestação. Então, você tem uma série de direitos que não estão presentes no outro projeto. Você também tem uma categorização de riscos, para ficar claro, e aqui - acho que também o Ministro comentou, já esclareceu esse ponto - há toda uma abordagem de riscos por trás desse projeto; ou seja, aqueles sistemas de maior risco merecem ou precisam estar sujeitos a critérios mais rígidos. E, para isso, então, temos uma categorização de riscos, uma lista daqueles sistemas de alto risco. Também não existe essa categorização no outro projeto aprovado na Câmara. Então, acho que essa categorização é muito importante, até para trazer segurança jurídica a todos os fornecedores, aos setores econômicos, para ficar clara qual a utilização, em que contexto e em qual setor é uma aplicação de alto risco. Para além disso, essas aplicações de alto risco estão submetidas a obrigações específicas. Por exemplo: a de fazer um relatório do impacto algorítmico, que também não está previsto no outro projeto. E uma série de outras obrigações, como gestão de dados para evitar discriminação. Então, toda uma obrigação também de transparência, de explicação. Tudo isso também não está no outro projeto.

E, por fim, lembro que esse projeto não cria, até porque não poderia criar, um órgão ou uma entidade de regulação ou de supervisão, mas ele diz que é preciso ser atribuído, que o Executivo precisa atribuir para algum órgão já existente, e, aí, traz uma série de competências, inclusive essa articulação, que a Profa. Dora também comentou. Há também isto no projeto: uma articulação entre essa regulação, essa governança setorial com uma governança centralizada. Então, a ideia é, de fato, trazer um marco geral, por isso que assim temos chamado, um marco geral da IA. Essa é a ideia que o PL 2.338 traz.

Isso seria muito rapidamente, Dr. Miguel, mas eu fico aqui à disposição também para as outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Obrigado, Dra. Laura.

Eu passo a palavra agora à Conselheira Maria José para fazer uso da palavra.

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - Bom dia a todos e todas. Obrigada, Presidente.

Agradeço imensamente a todos os nossos convidados. Certamente, esta audiência pública está contribuindo muitíssimo para o debate que o Conselho de Comunicação Social tem de fazer sobre a questão da inteligência artificial.

E eu começo dizendo que a gente está falando de linguagem, como o Prof. Walter enfatizou isso, e a gente insiste numa linguagem que me parece inadequada ao chamar todo esse processo de inteligência artificial. Faço coro com a Dra. Laura de que não é nem inteligência, nem artificial, e gostei muito da sugestão do Prof. Walter de a gente tratar por um outro nome e passar a designar isso de uma forma que seja menos atrativa, menos propagandística esse processo.

Eu tenho duas questões específicas, uma para o Prof. Walter: eu queria que ele falasse um pouquinho mais sobre como ele entende que o PL poderia conceituar a partir das consequências e não da tecnologia em si.

Eu tenho uma questão para a Profa. Dora, apesar de que ela já mencionou: gostaria de insistir que ela nos esclarecesse mais sobre essa posição de que nós tivéssemos regulações setoriais. Mesmo tendo uma regulação geral, qual é o risco das regulações setoriais? Uma autonomia setorial ou uma discrepância regulatória setorial? E como é que a gente poderia trabalhar para evitar isso, colocando numa regulação geral, vamos dizer assim, as atribuições e as limitações das regulações setoriais?

E para o Prof. Juliano: eu queria que ele falasse um pouquinho mais sobre os impactos da tecnologia sobre as atividades criativas e aí entre elas o jornalismo, colocando o jornalismo como essencial para a manutenção e a consolidação do direito à informação, principalmente colocando o jornalismo como uma atividade que, como princípio, exige a mediação humana justamente porque é a mediação humana que pode estabelecer critérios humanos para as prioridades humanas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Sim, o Dr. Walter começa.

19/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. WALTER CARNIELLI (Para expor.) - Bom, de fato existe um grande risco...

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER CARNIELLI - ... e por várias pessoas pedindo a moratória de inteligência artificial, que, olhando do ponto de vista cético, a gente não tem certeza se aquilo não é uma peça de propaganda para supervalorizar a inteligência artificial, primeiro lugar. E segundo lugar, uma moratória para parar o jogo porque os outros *players* estão jogando. Então paremos aqui como fazem no basquete: "Para um pouquinho aqui para a gente reorganizar o nosso jogo". Existe esse risco aí. Então é uma superpropaganda que claro, a hora que você instaura o medo, isso é uma estratégia de fácil... É uma estratégia muito conhecida do pensamento crítico na argumentação: na hora em que você instaura o medo você escraviza, você fideliza. Então, isso é verdade.

Quanto ao ponto de vista de se chamar de habilidades cognitivas artificiais, talvez fosse a ideia, porque muita coisa que é vendida como inteligência artificial são apenas algoritmos clássicos que todo mundo quer dizer que tem agora. Alguns algoritmos só, grandes e complexos, que não são inteligência por si só, são algoritmos que já existiam aí faz ... a ideia de algoritmo todo mundo sabe o que é, tem 50 anos ou mais.

Então, qual é a ideia do ponto de vista de regular pelas consequências? Eu acho que a Profa. Dora já falou e a Laura também já disse, mas basicamente, concordando com elas, é a questão de ver o seguinte: o enjaulamento da inteligência artificial não deve ser o caso, ninguém pretende enjaular nem mitigar, nem torcer o pescoco da inteligência artificial ou da habilidade cognitiva. O que a gente quer é medir o risco e se preocupar em regular aquela coisa onde tem risco.

E onde é que tem risco? Bem, risco econômico, risco à democracia, risco de desinformação, etc., etc., etc. Esses são os grandes riscos, os riscos da falta de liberdade, risco de sequestrarem os nossos dados, porque é isso que se faz. Nós somos praticamente gado informático na mão dessas grandes *big techs*.

Eu acho que essa é a ideia, a ideia seria ver onde estão os pontos críticos e tentar seguir por aí, mas não enforcar a tal inteligência ou esse grande mecanismo de linguagem, que é útil, que gera economia também, de um lado, que gera bem-estar, etc., progresso. É inevitável.

Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DORA KAUFMAN (Para expor.) - Obrigada pela pergunta.

Eu acho que o termo inteligência artificial foi cunhado quando se criou o campo em 1956. Há várias discussões sobre se é apropriado ou não. Eu mesma, na minha coluna da *Época Negócios*, em que eu só escrevo sobre inteligência artificial, já fiz um artigo sobre isso, baseada até no livro que a Profa. Laura mencionou, mas eu acho que o fato é que é um termo universal. Então, eu acho que nós não temos como fugir de estar discutindo que se trata do campo da inteligência artificial, de tecnologias de inteligência artificial, mesmo que a gente possa julgar que o termo não é apropriado.

Em relação à colaboração entre uma suposta agência reguladora geral e as agências regulatórias setoriais, o PL 21, que é uma diferença sobre o que o João Camilo tinha até perguntado, o PL 21, de 2020, ela propôs a criação de agências regulatórias setoriais. O PL 2.338 vai no sentido oposto. Como a Profa. Laura falou, não tem o poder de criar, mas eu acho que no texto do PL 2.338, o protagonismo das agências setoriais, reguladoras e fiscalizadoras setoriais está muito diluído.

Então, na minha opinião, eu acho que pode até ter uma agência reguladora geral que seja coordenadora, mas ela tem que estar trabalhando muito de perto com as agências reguladoras setoriais, porque, como eu disse, não adianta regular se você não fiscaliza. Dada a complexidade da tecnologia de inteligência artificial, dado o fato de que ela é transversal, é usada em praticamente, hoje, em todos os setores, para todas as atividades e as tarefas, eu não consigo imaginar quem seriam os membros de uma comissão geral para regular e fiscalizar todo o seu uso, ainda mais considerando que todo o tempo tem novas soluções e avanços acelerados?

Então eu acho que o protagonismo é, assim, eu criaria talvez uma comissão geral principiológica, que coordenasse o trabalho. Mas o trabalho efetivo de regulamentar no detalhe e principalmente o de fiscalizar e punir, eu atribuiria o protagonismo às agências setoriais - e elas já existem, não é? Não tem nenhuma novidade. Elas já existem e elas já desempenham um papel nas suas áreas, nos seus domínios específicos.

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA (Fora do microfone.) - Não na comunicação... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Bom...

A SRA. DORA KAUFMAN - É verdade.

20/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA (*Fora do microfone.*) - Não temos nada, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Temos o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. (*Risos.*)

O SR. JULIANO CARVALHO - Maria José, obrigado pela pergunta, conselheira.

O Goldman Sachs falou em março que a IA pode afetar 300 milhões de empregos no mundo. Talvez... Não dá para ninguém calcular isso do ponto de vista econômico, mas eu acho que, quando nós estamos pensando em impacto, a gente tem que olhar, pelo menos, em duas frentes importantes: uma são as condições amorais - as que já estão dadas pelas tecnologias, porque o mundo não começou depois do ChatGPT, em final de novembro de 2022. Tudo está aí faz bastante tempo. O Conselheiro Lara Resende já mencionou: "Nós usamos isso no Grupo Bandeirantes." E você pega a London School of Economics e tem cento e tantos projetos de inteligência artificial voltados ao jornalismo. Então, isso não é novo no universo do trabalho que nós desenvolvemos.

Ocorre que têm dois processos sobre a mesa. Acho que existe algo que é a forma como nós, enquanto país, queremos entender a substituição parcial ou total da mediação humana na produção de conteúdo. Essa é uma pergunta que nós temos que nos fazer, porque esses desenvolvimentos foram acontecendo e ninguém parou para perguntar em que medida nós concordamos com a apropriação.

Você olha para uma publicação do ChatGPT, ele vai lá e se apropria do trabalho jornalístico, do produtor de conteúdo, do radialista, do cineasta, do produtor audiovisual. Essas informações estão colocadas ali, e você às vezes não sabe a fonte, e você não... Então, eu acho que tem uma pergunta muito objetiva sobre um pacto, que é: uma, o desaparecimento e a transformação da percepção de mundo que nós temos quando tem uma mediação humana. Essa é a palavra-chave. O quanto isso nos importa.

O Presidente, quando chamou a atenção aqui, logo no início, para um projeto de lei que tem intervenção humana, é exatamente isso. Por quê? Porque nós, de novo, não estamos demonizando nenhum tipo de tecnologia. Essas coisas estão aí e ficarão. A pergunta que nós temos que nos fazer é: o arcabouço legal, a regulação, quem que irá assegurar as atividades da sociedade que são fundamentais para o seu desenvolvimento cultural, econômico, político, etc. Essa me parece assim uma pergunta central.

E aí eu não tenho dúvida de que o jornalismo...

E é só nós assistirmos ao papel que o jornalismo tem cumprido e cumpriu recentemente, como um elemento fundamental não só para as democracias, mas fundamental - acabamos de sair de uma grande hecatombe da humanidade que foi o período pandêmico -, como o papel que o jornalismo, que a apuração, que a informação checada, que a prestação de serviço para a sociedade faz.

A inteligência artificial vai nos ajudar nisso? Enormemente! Ela, por si só, vai criar isso. Eu não estou nem dizendo que ela vai contar uma boa história jornalística, mas a apuração, a ideia de que há uma sensibilidade produzida sobre a realidade social que o jornalismo produz, eu não visualizo e não vislumbro - isso eu disse para os meus estudantes de jornalismo há muito tempo - ainda sendo substituído por modelo de linguagem, neste momento da história.

A SRA. DORA KAUFMAN - Eu queria só acrescentar sobre a observação final que ela fez: onde não tem agência regulatória e fiscalizadora, tem um ministério, não é? Então, no caso da comunicação, temos o Ministério das Comunicações; no caso da educação, temos o MEC. Então, cabe também aos ministérios a função de regular, fiscalizar e criar comissões específicas para essa função.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Obrigado.

Passo a palavra agora à Conselheira Bia Barbosa para fazer uso da palavra.

A SRA. BIA BARBOSA - Bom dia.

Obrigada, Presidente.

Primeiro, eu quero saudar os colegas Conselheiros e Conselheiras. Eu não tive oportunidade de estar aqui na posse. Eu estava fora do país e hoje estou na minha primeira reunião. É muito bom rever vários e conhecer outros aqui.

Agradeço muitíssimo as contribuições para a audiência pública. Acho que, sem dúvida nenhuma, o Conselho de Comunicação Social, mais uma vez, acerta num tema e amplia a discussão para a sociedade.

Eu queria dialogar um pouco com algumas falas que foram feitas e deixar duas perguntas rapidamente.

Eu acho que a gente evoluiu bastante, a Casa evoluiu bastante ao sair, como muito bem a Profa. Dora definiu, de um projeto principiológico para um projeto que traz especificações importantes, que foi fruto do trabalho da Comissão presidida pelo Ministro Cueva. Parabenizo-o aqui também. Tive a oportunidade de acompanhar à distância os trabalhos. E acho que a



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

gente está num caminho correto para essa discussão, sem, obviamente, deixar de reforçar a importância de esse debate ainda ser ampliado aqui na Casa e de a gente conseguir ouvir mais setores envolvidos e afetados.

Acho que a gente precisa avançar numa discussão regulatória sobre a inteligência artificial baseada em riscos, mas, principalmente, numa regulação baseada em direitos, numa regulação que venha afirmar a garantia de direitos para os cidadãos e para as cidadãs que são não só os usuários dessas tecnologias, mas que são, muitas vezes, os que correm os maiores riscos quando elas não são reguladas efetivamente.

Concordando com a Profa. Dora de que a gente precisa ampliar o debate, eu queria só comentar que eu acho que a gente já tem, professora, muitos indícios, estudos e pesquisas que mostram os danos que essa área pode e tem causado no Brasil, na nossa realidade, principalmente em um país que é tão marcado por opressões históricas de gênero, de raça, de identidade sexual, de diversidade sexual e de identidade de gênero, e acho que a gente precisa avançar a partir desses fatos que a gente já tem mapeados e das pesquisas que a academia e as organizações da sociedade civil tão bem têm apontado sobre as preocupações em torno da inteligência artificial.

Acho que o Juliano - fiquei feliz de ter um colega jornalista na mesa; muito bom revê-lo, Juliano - trouxe muito bem as preocupações em torno da questão democrática da agenda de desinformação. Isso, somado ao que o Prof. Walter trouxe sobre a concentração dessas empresas e o poder monopolístico que o uso de dados para a utilização da inteligência artificial traz, eu acho que tem uma questão bastante significativa aí para a gente do ponto de vista do que a comunicação pode sofrer com essa concentração e com ferramentas de inteligência artificial não reguladas a partir da perspectiva do direito.

E, nesse sentido, eu queria deixar-lhe uma pergunta, Juliano, sobre como você entende que a gente possa colocar para dialogar com essas duas legislações. Essa e a regulação de plataformas de redes sociais, de ferramentas de buscas e serviços de mensageria, que estão colocados no Projeto 2.630, que têm, por exemplo, em um dos seus aspectos, em um dos seus artigos, a questão da transparência e da regulação algorítmica. Quer dizer, como é que essas coisas podem conversar e vir em um cenário que nos ajude a enfrentar os desafios que estão colocados, não só do ponto de vista mais macro da regulação de plataformas, mas do ponto de vista específico da regulação da inteligência artificial?

E queria fazer uma pergunta específica para a Laura, porque eu sei que ela também já refletiu bastante sobre esse tema, não é muito objeto do nosso Conselho, aqui, de Comunicação Social, mas tem muito a ver com a agenda de inteligência artificial, que são os potenciais discriminatórios decorrentes do uso da inteligência artificial para reconhecimento facial.

Esse é um debate que, em vários países do mundo, em várias democracias, tem sido feito a partir inclusive dos riscos que são colocados para o uso do reconhecimento facial na área da segurança pública e me parece que aqui no Brasil a gente tem uma banalização do uso da tecnologia...

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA BARBOSA - Para concluir, eu estou, neste momento, pessoalmente comprando uma briga com o condomínio de minha casa, onde eu moro, que não quer me deixar entrar se eu não fizer o reconhecimento facial, se eu não entregar os meus dados biométricos e os de reconhecimento facial para poder continuar morando no prédio.

Acho que a gente tem uma banalização da tecnologia e há riscos enormes. A gente tem o uso de reconhecimento facial na área da educação, o que coloca uma preocupação ainda maior para a questão da proteção de dados pessoais sensíveis de crianças e adolescentes.

Então, se a Profa. Laura puder abordar um pouco essa agenda do reconhecimento facial e da importância da regulação da inteligência artificial para essa agenda também, eu agradeceria muito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Obrigado, Bia Barbosa.

Nossa inteligência, que não é artificial, e que é a assessoria aqui do Senado, nos recomendou que fizéssemos da seguinte maneira, só uma pequena mudança do cronograma, os conselheiros fazem as perguntas e, depois, nós respondemos em bloco.

Então, já vou passar a palavra ao Conselheiro Daniel Queiroz para o uso da palavra.

O SR. DANIEL JOSÉ QUEIROZ FERREIRA - Bom dia a todos e todas.

Queria, primeiramente, parabenizar todos os envolvidos que fizeram a gente chegar aqui hoje nesse contexto de discussão já tão amadurecida, mesmo que ainda não seja o fim, então, foi um trabalho acho que muito importante e significativo.

Quero registrar também o privilégio de estar podendo fazer parte desta discussão e estar aqui com vocês para poder buscar o melhor caminho, tanto para o país como para as pessoas diretamente envolvidas.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu achei muito legal quando o Presidente Miguel falou que nós estamos nos antecipando. Isso não é uma prática muito comum quando a gente fala de regulamentação ou de lei, a gente está falando de um assunto extremamente complexo e crítico, que está em alta e nós estamos meio que em paralelo discutindo uma regulamentação que seja importante do ponto de vista de proteção. E é sobre proteção que eu quero falar, no sentido do que a Dra. Kaufman falou quando disse que a gente precisa regulamentar, fiscalizar e punir.

E aí eu pergunto: Como é que a gente vai conseguir fechar esse ciclo, ou seja, chegar até o punir, quando boa parte ou talvez a grande parte das empresas que vão pautar essa tecnologia são *big techs*, são empresas de atuação internacional e, talvez, muitas delas nem terão base legal, jurídica, formal no nosso país? Então, como é que a regulamentação e a lei vão falar, ou vão se conectar, do ponto de vista internacional, para punir quem não está aqui formalmente, mas que está diretamente atuando e influenciando na falta de proteção às pessoas e os riscos reais que elas trazem - como Dra. Laura colocou muito bem aqui?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Perfeito. Muito obrigado, Conselheiro.

Passo a palavra, claro, agora, para o Conselheiro Fabio Andrade.

O SR. FABIO ANDRADE - Presidente, obrigado. Queria cumprimentar a Mesa, queria cumprimentar todos os colegas, e queria fazer uma pergunta ao Dr. Walter, uma pergunta talvez um pouco mais técnica.

É o seguinte, Dr. Walter: caso o projeto tenha andamento e se torne uma lei, que venha algum tipo de proteção ou de diferenciação do uso da inteligência artificial no Brasil, como o senhor vê a coisa funcionando na prática, já que os *sites*, os centros são todos hospedados no exterior, os servidores são hospedados no exterior? Eu queria saber como o senhor vê isso funcionando na prática, dentro do campo do limite jurídico que a gente tem no Brasil e do limite da tecnologia, que não vê fronteiras.

O SR. WALTER CARNIELLI - Acho que eu... Respondo rapidamente ou espero?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Acho que pode ser depois.

O SR. WALTER CARNIELLI - Está bem.

3

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Só para a gente continuar na sequência aqui.

Passo a palavra ao Conselheiro José Antônio.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS DA SILVA - Bom dia! Quero cumprimentar a Mesa e os meus colegas Conselheiros, e dizer que é um momento de aprendizado para mim. É um tema de que, apesar de trabalhar em campos de alta tecnologia, a gente vê que não sabe absolutamente nada. É uma aula hoje para mim sobre inteligência artificial.

Trabalho na Bandeirantes, grupo do meu colega aqui, e lá a gente tem sentido as grandes transformações sob a ótica da inteligência artificial. A gente tem equipamentos fazendo as operações robóticas dentro das empresas de comunicação social, dentro da comunicação no Brasil hoje. E a gente não sabe qual é o nosso futuro.

Quando se iniciava o debate sobre transformação tecnológica no meio, a nossa preocupação era do posto de trabalho. A gente dizia... Eu lembro porque eu trabalho com transmissão. A gente dizia que o futuro era muito negro - não no sentido da palavra discriminatória, mas "negro" no sentido do buraco, que a gente não consegue enxergar onde vai parar - e que hoje essas novas tecnologias vêm transformando de fato o mundo do trabalho, onde uma pessoa simplesmente faz a função de dez e a gente não consegue enxergar no debate - seja ele feito pela Comissão ou seja feito pelos doutores e professores que estão pensando a IA - como proteger o campo de trabalho dos profissionais, não só de comunicação, mas todos os outros. A gente vê os bancários perdendo seus postos de trabalho porque os robôs estão assumindo. Nós estamos vendendo os mercados sendo transformados e os trabalhadores perdendo seus postos de trabalho, porque já se passa direto ali, pagando direto no caixa, sem nenhum.

Então, a nossa grande preocupação, e quero perguntar aos doutores, professores presentes: de fato, temos condições de começar a medir o impacto real no mundo do trabalho, especificamente, especialmente, no setor de comunicação?

A outra pergunta.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS DA SILVA - É possível, no debate do projeto, a gente se preocupar com a garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores, ou a gente vai viver, como há seis anos, a transformação do Michel Temer e do Presidente que acabou de passar - que é difícil a gente citar até o nome dele, que destruiu os direitos dos trabalhadores,

23/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

acabando com a aposentadoria e com os direitos básicos dos trabalhadores? E a gente precisa se preocupar com o Presidente Lula...

E esse projeto é fundamental para que a gente faça o debate dos direitos mínimos dos trabalhadores, porque nós vamos perder mais postos de trabalho com essa tecnologia de transformação mental da sociedade mundial. Na realidade, não é nem no Brasil, é no mundo. O impacto dessa transformação está vindo.

São essas perguntinhas, para ver se a gente consegue pelo menos chegar em casa com mais tranquilidade, porque é assustador, viu?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Conselheiro José Antônio, somam-se à pergunta do senhor as perguntas que chegaram também pelo *e-cidadania*, da Christiene Carvalho, do Rio de Janeiro, e da Nathaly da Silva de Pernambuco neste mesmo sentido do impacto nos empregos.

Passo a palavra agora ao Conselheiro Davi Emerich.

O SR. DAVI EMERICH - Sr. Presidente, Ministro, Profa. Dora Kaufman, Juliano, Walter Carnielli, nossa Relatora, que está nos acompanhando e dando informações importantes, Relatora do projeto, essa questão, o nosso Conselho de Comunicação Social, é uma determinação constitucional, portanto a gente se atém muito à comunicação social. O IA é algo muito amplo, que este Conselho certamente não abarcará, mas o tema vai entrar com muita força aqui no Congresso Nacional. Primeiro, porque foi um trabalho magistral, coordenado pelo Ministro, trabalho impressionante da Relatora, e que foi apresentado ao Senado Federal, como substitutivo, pelas mãos do Presidente do Senado, o Pacheco.

Então, não é um projeto em que se tem Senadores melhores ou piores. Não, os projetos tramitam de forma igual, mas, no momento em que o Presidente do Senado chancela um projeto desse, no sentido de acelerar, porque dá uma credibilidade grande ao projeto, que já vem de uma comissão... E, recentemente, o Senador Eduardo Gomes deu uma indicação no Senado, lá no Plenário, de que vai ser formada uma Comissão Especial, talvez, de Senadores, para acompanhar esse projeto. Então, parece-me que o foco nesse projeto vai ser muito importante.

E é importante que a sociedade brasileira, a academia, os professores e os estudiosos foquem nesse projeto, porque eu acho que nós temos tudo para já, a partir de um projeto excelente, termos um projeto ainda melhor.

Acho que é um projeto que vem, vai tramitar, vai ter força e vai realmente ter uma importância nos nossos marcos legais.

Não estou muito preocupado... Claro que me preocupo. Tem aquela frase: "É a economia, seu estúpido", e tal. Claro que a IA está condicionada pela economia, ou seja, vai fazer uma revolução nesse campo e tal, mas eu confesso que, vindo lá da comunicação social, preocupam-me duas dimensões: a dimensão da veracidade das informações, como o Juliano colocou muito bem, e também a questão da alma, da alma da cultura nacional. Eu nem estou falando em economia criativa, que realmente é uma coisa importantíssima. Eu estou falando é da cultura nacional, que tem 500 anos, que se desdobrou em linguagens, como o nosso Walter Carnielli, com o qual eu falei várias vezes pelo WhatsApp...

Então, eu quero saber o seguinte: nós precisamos preservar duas coisas, a veracidade da informação e a alma do povo brasileiro, que é dada em linguagem, dada em criatividade, longe até da economia. Eu estou falando realmente dessa capacidade criativa, e eu acho que o nosso projeto, se ele conseguir pegar esses dois campos, seria muito importante.

Eu queria fazer uma pergunta, primeiro talvez para o Juliano. Fala-se muito em *deep fake* - estou aqui com o nosso amigo Gonçalo, que é um estudioso do Instituto Modal e que provavelmente deve usar a palavra ainda hoje aqui também -; fala-se muito em *deep fake* e eu faço uma outra pergunta: a inteligência artificial, que, em tese, baseia-se em informações científicas, informações verdadeiras - em tese se basearia nisso, porque ele vai buscar bancos de dados estruturados, mas me parece que, no momento em que você tem narrativas, ele também acessa narrativas - é possível que a inteligência artificial seja um grande instrumento para combater *fake news*? A inteligência artificial pode vir como grande instrumento nosso, no sentido de trazer a informação verdadeira ao cidadão - informação verdadeira de forma larga -, ou ela inevitavelmente vai caminhar para *deep fake*?

Eu acho que essa é a questão que a gente coloca.

A segunda questão que eu gostaria de perguntar diretamente ao Ministro e que a gente vem conversando com o Gonçalo é sobre a velocidade da IA - e eu também não vejo nada como catástrofe, embora tenha sido um tsunami, como afirmou o professor Walter Carnieri -, que é uma coisa impressionante. Se há três, quatro meses, por exemplo, para você fazer um treinamento de máquina em IA custava perto de US\$1 bilhão; em três, quatro meses, isso despencou. Então você faz um treinamento hoje...

(Soa a campainha.)

O SR. DAVI EMERICH - ... de máquina a um custo muito menor.

24/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Então, Ministro, eu perguntaria o seguinte: Como é que a legislação que está sendo discutida e criada não fica ossificada ante a velocidade das transformações que a tecnologia IA coloca? O projeto cria algum mecanismo de gatilho, no sentido de, em havendo alguma modificação que não foi pensada, que pode vir em três, quatro, cinco meses, esse projeto ficaria dependendo da evolução dos debates ideológicos e de partidos políticos no Congresso Nacional ou a lei pode criar algum gatilho para fazer frente a essa velocidade?

Então, eu gostaria que o Ministro pudesse tecer algumas considerações sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Perfeito.

Obrigado, Conselheiro Davi.

Passo a palavra à Vice-Presidente do nosso Conselho, a Conselheira Patricia Blanco.

A SRA. PATRICIA BLANCO - Obrigada, Presidente.

Bom dia a todos, aos Conselheiros com que eu não pude conversar ainda.

Duas ponderações muito rápidas para a gente prosseguir o debate.

Primeiro, quero cumprimentar a todos aqui da mesa. Foi realmente muito importante ouvi-los e também ouvi-las, Profa. Laura, Profa. Dora, nessa loucura que a gente vive hoje da discussão sobre inteligência artificial, sobre como os robôs podem superar os humanos e como nós, profissionais da comunicação, podemos sobreviver - não é, José Antonio -, daqui para a frente.

Eu queria, primeiro, cumprimentar o Prof. Juliano, porque ele trouxe uma questão que eu acho extremamente relevante: o empoderamento do cidadão, a partir da educação, no caso específico que ele traz da Unesco, da alfabetização midiática informacional ou da educação midiática, que eu vejo como fundamental.

O projeto de lei traz, no seu art. 2º, item 10, a questão, justamente, da educação do cidadão, para que ele possa entender e interpretar os conteúdos ao qual ele é exposto e, principalmente, como os dados dele, como toda essa questão relacionada à inteligência artificial, de nós, cidadãos, para o cumprimento dos direitos, pode ser trabalhado e a necessidade de ampliar um pouco mais esse ponto.

Eu queria trazer uma pergunta específica ao Ministro, já o cumprimentando pelo excelente trabalho da Comissão, sobre a questão que eu acho que o Conselheiro Davi colocou muito bem, sobre, primeiro, se o marco legal da inteligência artificial não se tornará obsoleto imediatamente após a sua aprovação e, mais especificamente, sobre formatos e como fiscalizaremos o cumprimento desse marco legal.

A Prof. Dora trouxe a sugestão muito pertinente de se trazer as agências regulatórias setoriais para o debate, mas de que maneira esse projeto de lei trata a questão da fiscalização e também dessa entidade reguladora ou fiscalizadora? Como é que isso funcionaria, pensando que, mais do que aprovar um marco legal, como que a gente fiscaliza e como que a gente vê a sua implementação de fato?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Obrigado, Conselheira Patrícia.

Eu vou fugir aqui um pouco do regimento. Abro, por cinco minutos também, e pergunto se querem fazer uso da palavra o Prof. Mamede e o Prof. Gonçalo. (*Pausa*)

Está facultado ao senhor.

O SR. MAMEDE LIMA-MARQUES (Para expor.) - Gostaria de agradecer muito a possibilidade de dar uma opinião. Fico bastante entusiasmado com o trabalho desenvolvido sob a coordenação do Sr. Ministro Cueva e, na sua pessoa, cumprimento a todos.

É indubitável a necessidade de uma regulamentação, principalmente nesses pontos que foram levantados em relação ao tratamento de posições, digamos assim, geradas de ponto de vista falacioso, como o Prof. Juliano colocou de forma bastante precisa.

Como um contraponto a tudo isso, acho que devemos considerar, fundamentalmente, as contribuições positivas que isso pode também acarretar para toda a sociedade e, obviamente, buscar um tratamento adequado para isso.

É interessante, inclusive, a questão de "Bom, será que a inteligência artificial não pode combater as próprias fake news?". Mas por que não? Por que não transformar isso em elementos contraditórios, no sentido de contrapor, realmente, os pontos que ficariam mais sensíveis do ponto de vista de geração de problemática como um todo?



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Fazer com que esse tipo de ferramenta consiga desenvolver bons resultados também é uma responsabilidade importante. Obviamente, a regulamentação vem no sentido de fazer uma proteção geral em relação a tudo isso que está sendo observado, e, obviamente, isso é um ponto fundamental, mas, realmente, fazer com que não haja, digamos assim, obstáculos do ponto de vista científico, do ponto de vista tecnológico e que isso possa gerar benefícios para toda a sociedade é um ponto, na minha consideração, importante e que deve ser observado de forma bastante, digamos assim, refinada pela Comissão.

Muito obrigado aí pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Muito obrigado, Prof. Mamede.

Passo a palavra ao Prof. Gonçalo Teixeira Nunes.

O SR. GONÇALO TEIXEIRA NUNES (Para expor.) - Muito obrigado.

Saudações a todos!

Eu vou tentar estender um pouco as preocupações do Conselheiro Davi Emerich. Isso pode parecer um pouco fora de propósito, mas é bom lembrar que há cinco anos um produto como o ChatGPT era considerado fora de propósito. Então, a tecnologia evolui muito rápido.

Era minha crença, assim como a de muitos estudiosos, pesquisadores, desenvolvedores ou mesmo simples interessados, que a inteligência artificial evoluiria no sentido de dar atenção a problemas dos menos abstratos aos mais abstratos. Dessa forma, a ênfase inicial da IA estaria em aplicações para atividades físicas tipo de chão de fábrica, evoluíram para atividades de escritório e, em seguida, para atividades de especialistas e, apenas como etapa final, para as funções cognitivas humanas por excelência, como criatividade e arte.

Bom, como bem observou Sam Altman, recentemente - Sam Altman é o CEO da OpenAI, que nos trouxe o ChatGPT -, o que se tem constatado é uma evolução na direção inversa. Temos já sistemas que produzem arte na forma de poemas, textos literários, imagens, vídeos, etc. E é bom lembrar que os estudos seminais de Noam Chomsky, ainda em meados do século passado, nós sabemos que o cérebro é pré-configurado para o processamento da linguagem natural. E foi um imenso salto nessa direção, na direção do processamento de linguagem natural, propiciado pela arquitetura *transformer* de rede neural que tem viabilizado tudo isso.

Então, eu pergunto: seriam, então, as funções cognitivas elevadas do ser humano meras consequências emergentes de nossa capacidade rica e poderosa de processamento da linguagem natural? Se for assim, nós estaríamos a um passo da senciência não biológica ou teríamos, como uma espécie de última defesa, última instância de proteção, a ausência do qualia, que são as percepções sensoriais? Aí eu coloco: como o advento da IA senciente impactaria esse marco legal que a gente está discutindo agora?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Muito obrigado, Dr. Gonçalo.

Bom, deixo mais duas perguntas aqui que vieram pelo e-Cidadania que são no mesmo sentido, da Mayane Batista, do Amazonas, e do Taylor Pedro, do Distrito Federal, que questionam qual vai ser a ética que vai ser gerada em torno da responsabilidade ligada à inteligência artificial.

Bom, para a gente finalizar, passo a palavra, pela ordem inicial das falas, para algumas respostas às perguntas que foram feitas e para as considerações finais também.

Começo com V. Exa., Ministro Cueva.

O SR. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (Para expor.) - Muito obrigado.

Tivemos uma grande oportunidade para expor um pouco o trabalho da Comissão, que foi muito bem apresentado pela Relatora, Profa. Laura Schertel Mendes, e para aprender com as contribuições, perguntas, dúvidas, indagações e anseios que foram apresentados aqui hoje.

O trabalho da Comissão, como bem dito, não pretende ser exaustivo, obviamente, e também não teve a pretensão de regular a inteligência artificial em caráter tão abrangente e amplo como a Comissão Europeia, que tem recursos e tempo incomparáveis com os que têm uma comissão de juristas no Senado Federal do Brasil. Não podemos replicar aqui nos trópicos as mesmas condições que a Comissão Europeia vem tendo para desenvolver um trabalho ao longo de anos, com estudos, mas é claro que, valendo-se do trabalho que ela faz, é possível extrair algumas lições úteis, e foi isso que se procurou fazer no trabalho da Comissão, que se distingue daqueles projetos da Câmara basicamente pela maneira como



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

se define a inteligência artificial. Aliás, o Prof. Walter deixou claro aqui que talvez isso nem devesse ser feito, já que uma definição tenderá a engessar a noção do que seja inteligência artificial.

Inovou-se bastante ao criar alguns direitos básicos dos cidadãos, de todos aqueles que são afetados pela inteligência artificial, na linha da tradição brasileira que eu mencionei antes e que pode, sim, gerar uma litigiosidade excessiva, mas que talvez seja a maneira mais efetiva de fazer com que os problemas reais, que já têm ocorrido com a inteligência artificial, cheguem ao Judiciário ou cheguem às autoridades competentes.

A abordagem baseada em riscos tem a vantagem exatamente de procurar evitar uma ossificação, ou de impedir que o texto de lei se torne obsoleto, na medida em que esses riscos são reclassificáveis e eles vão sendo reavaliados no tempo de acordo com a evolução da tecnologia, que é, de fato, extremamente rápida.

A questão da responsabilidade civil também, como dito, é outro ponto que distingue o texto da Comissão dos projetos de lei anteriores.

E a questão da governança é uma questão muito delicada, de fato, porque não há uma resposta simples para isso. Alguma autoridade deverá haver para que faça essa supervisão, aplique sanções e faça um controle de *compliance* de caráter geral das operadoras de inteligência artificial, mas não se sabe exatamente como.

Para evitar o risco que se materializou na tramitação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que levou um veto por vício de iniciativa, optou-se por deixar ao Poder Executivo a definição de uma autoridade que possa desempenhar esse papel. Em alguns países, a autoridade de proteção de dados tem sido também utilizada para esse fim, o que não seria uma má ideia, desde que ela tivesse condições mínimas de trabalho, já que há uma afinidade muito grande em relação à proteção de dados pessoais com a proteção que é exigível aqui no caso da inteligência artificial, embora se trate de matérias diferentes.

Nos Estados Unidos, que tem uma certa aversão hoje à regulação, a própria presidência americana, há pouco tempo, divulgou um roteiro de diretrizes básicas que deverão ser seguidas para uma regulação setorial da inteligência artificial. A proteção de dados está ali entre elas, a questão da discriminação algorítmica, tem a questão da segurança propriamente dita da operação dos sistemas de inteligência artificial.

Existe um princípio muito lembrado hoje na área da informática que é o princípio da resiliência. É preciso que os sistemas, quando deixem de funcionar, voltem a funcionar com toda a sua capacidade, ou seja, é preciso não apenas prevenir o risco de mal funcionamento ou de crise ou de deficiência, que vai ocorrer necessariamente, mas é preciso garantir que o sistema volte a funcionar e que dê respostas. Então, são desafios muito grandes.

A questão da veracidade que hoje se coloca diante do desenvolvimento dos *chatbots* ou da inteligência artificial generativa realmente é assustadora, na medida em que se dissemina muito o uso da inteligência artificial nas escolas, na imprensa, em todas as profissões, e com resultados alarmantes.

Vimos agora, recentemente, na semana passada, o caso de um advogado americano que foi elaborar uma contestação inteiramente baseada no ChatGPT, que criou alguns precedentes e não se deu ao trabalho de verificar se os precedentes existiam ou não. O juiz e o advogado da outra parte, obviamente, ao depararem com aquilo, ficaram alarmados. Como assim? Precedentes que resolvem os casos, mas que foram inventados? Essas questões obviamente serão objeto de regulação específica de cada um dos setores envolvidos.

Eu imagino que as ordens de advogados do mundo terão que criar sanções específicas para esse tipo de comportamento, elas já existem, os tribunais também e por aí vamos. Nós teremos agências dedicadas a regular o uso da inteligência artificial em cada setor. Um diagnóstico médico, por exemplo, o uso da inteligência artificial na medicina, tudo isso será objeto de normas próprias.

O que se pretende, em caráter urgente, é regular a assim chamada inteligência artificial em caráter geral.

Muito obrigado a todos novamente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Perfeito, muito obrigado, Ministro.

Passo a palavra agora à Dra. Laura Schertel. *Guten tag!* (*Risos.*)

A SRA. LAURA SCHERTEL (Para expor. *Por videoconferência.*) - Maravilha. Dr. Miguel, Presidente deste Conselho, eu queria, então, primeiro agradecer, mais uma vez, pelos excelentes comentários e pelas interessantes perguntas, eu acho que de todos os conselheiros. Isso mostra, acima de tudo, como o tema não só é complexo, mas também como ele é amplo. E eu acho que isso mostra que esse projeto de lei é o primeiro passo, como muito bem disse o Ministro: é um passo para trazer parâmetros básicos de aplicação e de uso da IA.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Os senhores trouxeram problemas, por exemplo, da área do trabalho; há muitas questões relacionadas ao meio ambiente; há questões relacionadas, por exemplo, à esfera penal, à esfera cível. Então, isso mostra que esses sistemas vão trazer impactos muito amplos. Os senhores também comentaram sobre problemas relacionados à democracia, desinformação; ao jornalismo, o impacto ao jornalismo de uma forma geral.

Então, eu acho que isso tudo mostra que a gente precisa, sim, ficar atento à ideia de trazer os primeiros parâmetros básicos num projeto de lei. A gente considera que isso tem uma certa urgência, dado que esses sistemas já estão entre nós, já estão funcionando, já estão tomando decisões sobre as pessoas, mas que esse é apenas um primeiro passo.

Há toda uma reflexão mais profunda que é preciso ser feita, sim, em torno de grandes temas e que certamente precisarão também de regulações, como a gente chama de regulações verticais. Se essa é uma regulação horizontal, geral, como o Ministro muito bem colocou, nós precisaremos certamente também de regulações verticais, que em certa medida às vezes até existem setorialmente e que certamente terão que passar, terão que também tratar em alguma medida sobre a aplicação desses sistemas nesses contextos diversos também.

Então, eu acho que toda essa discussão mostra como nós precisamos, sim, de uma reflexão mais profunda e mais ampla. Mas, de novo, repito que é urgente que a gente pelo menos comece com parâmetros muito básicos sobre riscos muito básicos como discriminação, como erros, como ampliação de desinformação. Esses riscos muito básicos precisam ser combatidos, então, com parâmetros muito básicos como, por exemplo, de que esses sistemas precisam ser transparentes, de que as pessoas precisam saber que estão lidando com esses sistemas.

E tudo isso, esses parâmetros básicos, que a gente acha que são plenamente viáveis em termos de implementação, que eles possam então, digamos, ser aprovados e em complementação a essas discussões mais complexas.

Eu queria aqui rapidamente responder à pergunta da Conselheira Bia - Beatriz Barbosa -, sobre a questão do reconhecimento facial. Acho que esse é um tema muito sensível, especialmente no Brasil. De novo falando do nosso racismo estrutural, da discriminação estrutural na nossa sociedade. A gente sabe que esses sistemas têm índices altíssimos de erros em relação à população negra, em relação também a mulheres. E é fundamental que a gente não banalize essa utilização. A gente discutiu muito isso e o projeto traz um condicionamento para que esses sistemas possam ser utilizados somente quando você tiver um projeto de lei específico com algumas garantias. Então, essa é a ideia do projeto de lei.

Independentemente disso, eu queria destacar, Conselheira, que é fundamental que a gente aplique a LGPD. Então, para muitas situações, você já tem, sim, a Lei Geral de Proteção de Dados e ela pode ser utilizada. Ou seja, para a gente entender: quais são as bases legais desses sistemas? Há base legal? O princípio da finalidade, da necessidade, é respeitado?

Então, acho que isso também é importante de a gente lembrar - de novo, saindo da ficção científica e trazendo aqui para os problemas muito reais e concretos - que a gente já tem diversas leis que podem ser aplicadas, e isso eu acho fundamental, inclusive, para que a gente aplique a Lei Geral de Proteção de Dados, para que a gente aplique o marco civil da internet, enquanto esse novo marco regulatório não for aprovado, esse PL 2.338, que certamente ainda será discutido e cujas contribuições deste Conselho, deste Senado e também da Câmara dos Deputados serão muito valiosas. Então, acho tudo isso em relação a esse ponto.

Por fim, em relação, talvez, aos meus comentários finais, eu acho que a gente tem que ter - é muito importante - essa reflexão sobre esses impactos, porque, quando a gente fala de sistemas de inteligência artificial, ao fim e ao cabo, a gente está falando de poder: nós estamos falando de um poder econômico, nós estamos falando de um poder relacionado aos dados, nós estamos falando, inclusive, de um poder preditivo, e esse poder está muito ligado, como aqui já foi comentado, a essas tecnologias e à forma que nós estamos utilizando essas tecnologias... Elas permitem de uma forma, talvez nunca antes vista, uma concentração de poderes, e talvez um tema que é muito importante para este Conselho seja uma concentração também de poderes ligados ao discurso.

Quando estamos falando dessas tecnologias de IA generativas, qual é o discurso que vai prevalecer? Quais são os dados - como aqui também foi comentado por vários Conselheiros e por vários ilustres membros deste painel -, os textos de quem serão utilizados para alimentar? A arte de quem será utilizada?

Então, acho que isso também é muito relevante, e é por isso que é tão fundamental, não só a regulação, iniciarmos essa discussão da regulação, como também iniciarmos essa discussão mais ampla sobre esses reflexos mais amplos, porque, ao fim e ao cabo, estamos falando, então, da nossa democracia.

Parabéns ao Conselho. Parabéns, Presidente, por esta importante audiência pública, e me coloco à disposição para a gente continuar debatendo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - *Wunderbar!* Muito bom.

28/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Passo a palavra ao Dr. Walter para as considerações finais e para as perguntas.

O SR. WALTER CARNIELLI (Para expor.) - O.k., obrigado.

Eu quero agradecer pelas excelentes questões que têm aparecido. Vou tentar responder diretamente.

Primeiro, ao Conselheiro Fabio, que perguntou sobre como poderemos controlar uma força que não mora no Brasil, que não vem daqui. Como poderíamos fazer isso?

Eu não vejo como. É como controlar a *dark web*, é como controlar a *deep web*. Não há maneira de fazer isso. O que nós podemos fazer é controlar as empresas brasileiras que se utilizam dessa tecnologia. Elas têm que ser sinceras e francas, têm que ter transparência.

Se um banco, se um sistema bancário, se um sistema de seguros - ou de qualquer coisa -, utiliza uma tecnologia tal, ela vai ser responsável. É a única maneira, não vejo outra, a não ser que meus ilustres colegas juristas imaginem algum dispositivo - eu não consigo imaginar. Essa é a primeira questão.

A segunda pergunta, ao Conselheiro João Camilo, sobre a questão de como assegurar os empregos no Brasil que vão ser destruídos pela inteligência artificial. Vão ser destruídos, sim. Muitos empregos que têm a ver com linguagem, basicamente, como secretárias, até jornalistas, como a gente sabe e já viu, talvez não todos, mas alguns, como secretárias e contabilistas etc., muita gente que lida com linguagem, muita, muita gente. Bom, mas também vão ser criados trabalhos, oportunidades de trabalho.

Um ponto importante a lembrar é que, no Brasil, tem um apagão de TI. Há - e eu vi algumas estatísticas, não sei se alguém sabe dos números melhor que eu -, ao que parece, 700 mil vagas de TI que precisam ser criadas. Então, o que nós temos que fazer é educar melhor as pessoas, educar para que elas preencham essas vagas. É uma maneira. Não vejo uma maneira, talvez, sindical de resolver isso; eu não vejo.

A terceira pergunta que apareceu, do Conselheiro Davi Emerich, sobre se a inteligência artificial pode, ela própria, combater as *fake news*. Eu acho que claro que pode. Por exemplo, nós temos um sistema de inteligência artificial que verifica um plágio feito pelos próprios GPT-3 e GPT-4. Ele verifica se houve plágio e te diz. Acho que foi isso que aconteceu com esse advogado norte-americano. O advogado da outra parte pegou a contestação dele, colocou no sistema antiplágio, que disse assim: "Olha, aqui há 97% de chance de ter sido criado pelo GPT-4 ou pelo GPT-3". Há perfeitamente! Agora, a pergunta é: a quem interessa isso? Interessa às *big techs* isso? Não vejo como. Não vejo interesse delas em fazer isso. E elas é que dominam. Então, como nós vamos fazer? Que existe a possibilidade científica, tecnológica, sem dúvida nenhuma que existe. O problema é a quem interessa. Então, talvez, nós aqui, como utilizadores, tenhamos a tarefa de tentar desenvolver isso de alguma maneira, em pesquisas, em projetos e tal. Não é uma coisa simples, nem fácil, mas é possível.

E, para o Dr. Gonçalo, eu gostaria de dizer o seguinte: eu não concordo, Dr. Gonçalo, com a ideia de que a inteligência artificial está ficando senciente. O que eu acho é que a inteligência artificial, o ChatGPT foi a nossa *avant-première* de encontrar um extraterrestre. É como se nós tivéssemos um amiguinho ET ao nosso lado, que está aprendendo e está aprendendo de uma maneira que não é a nossa. Então, não é que eles vão ficar sencientes como nós somos. Eles vão ficar de uma outra maneira, assim como um avião jamais voa como um passarinho, como um besouro ou como uma libélula. É um outro voo, é uma outra inteligência, é uma outra tecnologia. Até eu prefiro não chamar de inteligência, prefiro chamar de habilidade cognitiva artificial, digital ou que quer que seja. Mas eu vejo que há uma dicotomia aí; é uma ramificação, uma outra coisa acontecendo.

Bem, eu agradeço a participação. É uma honra poder participar, é uma honra trazer aqui um pouco da visão dos acadêmicos, dos filósofos, dos lógicos, dos matemáticos, que acho que é importante e que conta bastante.

Muito agradecido a todos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Nós que agradecemos.

Passo a palavra à Dra. Dora.

A SRA. DORA KAUFMAN (Para expor.) - Bom, obrigada pelas questões que foram levantadas pelo Conselho.

Eu vou começar pela Conselheira Bia Barbosa.

De fato, existem vários estudos desenvolvidos por ONGs, instituições da sociedade civil, pela universidade, mas não existe um documento que sistematize esses estudos, muito menos que esteja sendo base do processo de regulamentação. Então, é muito distinto. Eu acho que isso é fundamental: o que, de fato, está acontecendo. Por exemplo, tem mais de 20 estados... Tem um estudo, que foi feito por uma organização da sociedade civil, que mostra que, em mais de 20 estados, a segurança pública está usando o reconhecimento facial, mas, pelo menos, do que eu tenho acompanhado, isso não tem feito parte do pressuposto do ponto de partida para uma regulamentação.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Quem desenvolveu esses sistemas? Quem oferta esses sistemas? Quais são os riscos reais que estão acontecendo com esses sistemas? E aí vai em várias áreas. Na área de educação, por exemplo, tem alguns sistemas educativos que estão sendo adotados por algumas escolas, mas também não tem nenhum posicionamento, nenhuma análise, nenhuma auditoria por parte do MEC. Inclusive, a minha impressão é que nenhum deles de fato usa inteligência artificial, mas algumas escolas pressupõem que usam, porque há uma confusão entre automação e inteligência artificial.

Em relação à pergunta do Conselheiro Daniel Queiroz, de fato eu acho que existam duas questões distintas. Semana passada, num fórum na Europa, na Suíça, começou uma discussão entre representantes da Europa e dos Estados Unidos até ter um marco regulatório - que para entrar em vigência deve demorar. Mesmo agora, em junho, dia 11, será votada na Comissão Europeia a criação de um código de conduta para inteligência artificial entre os dois países. Então, eu acho que o Brasil precisa, do ponto de vista do Governo brasileiro, entrar nessa discussão. A Europa, os Estados Unidos e o Brasil são os mais avançados hoje no âmbito ocidental nessa discussão. Então, eu acho que a gente precisa entrar.

Por outro lado, os sistemas que estão sendo utilizados no Brasil como na segurança pública, na educação, na Justiça, pelo que eu tenho acompanhado, foram desenvolvidos no Brasil. Nós temos mais de 700 startups com foco em inteligência artificial já oferecendo soluções no mercado e sendo utilizadas. Tem um conjunto de utilizações que foram desenvolvidas no Brasil e que estão sendo ofertadas por instituições brasileiras.

Então são duas questões diferentes, por isso é que eu insisto na importância de ter um diagnóstico do que está acontecendo, senão a gente não sabe... A gente fica perdido sobre o que nós vamos regulamentar, com base em quê? Quais são os danos de fato e quem está gerando esses danos? E de onde estão vindo? Qual o papel, por exemplo, das universidades, principalmente as públicas na pesquisa e no desenvolvimento da inteligência artificial? Estão sendo relevantes ou não? Temos que olhar para criar código de ética ou estimular a criação de código de ética na universidade? Todas essas discussões derivam de um diagnóstico inicial.

Bom, o Conselheiro José Antônio falou sobre a questão do emprego. Isso, para mim... A inteligência artificial... O maior impacto, do ponto de vista social, é sobre o trabalho em várias frentes - não é só o deslocamento do trabalhador. À medida que a automação inteligente que se chama automação com inteligência artificial, está expandindo, já em curso a automação programada... O processo de automação já começou fortemente em meados... Principalmente no final do século passado. Então, o que está expandindo é que está entrando com funções cognitivas, mas é um processo - parte do que alguns de vocês comentaram - que tem a ver com a automação programada, que já está... Isto, às vezes, se confunde: o que é automação e o que é o uso da inteligência artificial. Mas essa discussão sobre trabalho é fundamental, e eu acho que precisa de políticas públicas em relação a essa questão.

O Conselheiro Davi? Está ali. Um pouco ao contrário, Conselheiro. O custo para rodar esse sistema só tem aumentado, porque está aumentando a quantidade de dados. O ChatGPT usou 175 bilhões de parâmetros de dados. Então, quanto mais dados você traz ao sistema, mais robusto ele é, maior o custo de rodar e, consequentemente, maior dano ao meio ambiente, porque você usa mais energia e emite mais CO₂. Só para dar uma referência, custa à OpenAI para rodar por dia o ChatGPT US\$700 mil. Então, esse é um dos fatores da enorme concentração de mercado, porque os sistemas robustos requerem grandes infraestruturas maquinícias e isso são poucas... Só para dar uma ideia, o ChatGPT proposto pela Meta, que é a holding do Facebook, divulgou que usou duas mil e poucas GPTs para rodar. Na USP, por exemplo, um sistema com o máximo de GPUs que nós temos - na USP - é cem. Então, olha a diferença, olha o que implica do ponto de vista de concentração de mercado.

A Conselheira aqui ao meu lado, a Patricia, ressaltou de empoderar o cidadão. Isso é muito importante. Eu faço uma analogia, que não é perfeita - longe disso - sobre o carro. Nós, como motoristas de carro, não sabemos em geral fazer um carro nem consertar um carro, mas nós sabemos como um carro funciona. A gente sabe que tendo um obstáculo tem-se que desviar; que se se parou no sinal, tem que frear e não acelerar. Então, eu acho que, do ponto de vista da inteligência artificial, do cidadão do século XXI, ele precisa ter uma noção desse funcionamento, qual é a lógica. Isso requer todo um tempo de assimilação, de divulgação de trabalho nesse ponto de vista. Como se capacita o cidadão do século XXI para ele entender pelo menos a lógica desse sistema?

Bom, para finalizar eu queria, na minha consideração final, primeiro agradecer extremamente ao... Cadê o Dr. Miguel? Saiu. (*Risos.*)

E à Comissão de estar participando desta consulta pública hoje.

Eu acho que a gente também, nessa discussão, precisa um pouco... Esse marco regulatório da inteligência artificial não vai resolver todos os problemas do Brasil. Então, a gente tem que, um pouco, separar: o que diz respeito à inteligência



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

artificial; o que são outras questões a serem tratadas em outros fóruns, inclusive, com política pública. Senão a gente acaba confundindo e diluindo o foco que eu acho que a gente precisa ter.

Então é isso. Eu acho que nós temos um... A PL 2.338 é um excelente ponto de partida para discussão, mas eu faço um apelo a todos vocês, ao Congresso, ao Senado, que não precipitem a discussão, que levem em conta que o processo é tão importante quanto o resultado final e que nós precisamos ter alguma coisa de fato que reflete um estágio de maturidade dos legisladores, da sociedade em relação a essa questão. Nós precisamos de tempo para isso.

Então, muito obrigada mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Nós é que agradecemos.

Passo a palavra ao Dr. Juliano Carvalho.

O SR. JULIANO CARVALHO (Para expor.) - Vou tentar ser bastante breve com as perguntas que foram feitas.

Eu começo dizendo, respondendo à Bia - é uma alegria te reencontrar -, que eu acho que existem muitas questões lacunares entre esse projeto e o outro projeto, o substitutivo do Deputado Orlando, especialmente sobre a regulação algorítmica. E eu acho que a gente tem que conversar sobre isso.

Eu acho que o cenário recente, sobretudo o que foi dito nessa mesa, sobre esse *tsunami* que o ChatGPT e outras IAs generativas estão colocando, acho que, de fato, enseja o repensar sobre o que está previsto lá e o que está previsto aqui. Eu te diria assim inicialmente.

Agora, eu estou entendendo que tanto esse projeto quanto aquele - e Bia eu quero concordar muito contigo - é um projeto que garante direitos, mas é olhamos o tempo todo para a diversidade e a pluralidade que somos enquanto país. Há minorias e setores que são marginalizados e que precisam ter lugar de voz e de vez, porque, assim, é uma pergunta que todo mundo pode fazer, não é? Ou seja: onde é que estão os bancos de dados, a que muito bem se referiu a Profa. Dora, da OpenAI? Como é que eles são alimentados?

Tem até uma reportagem sobre banco de dados, neste final de semana, na imprensa, dizendo como é que elas estão sendo treinadas, inclusive o próprio acervo dessa empresa. E isso é algo que nos importa muitíssimo, para entender não tão-somente sobre os elementos idiossincráticos que eles estão produzindo, mas o significado que eles têm para nós.

Eu chamaria a atenção, respondendo ao José Antônio sobre o impacto, para o fato de que eu acho que têm vários estudos sendo produzidos nesse sentido. Não dá para afirmar assim peremptoriamente: "Olha, o impacto seria esse". A única coisa objetiva que a gente tem observado é que, no nosso campo comunicacional, setores criativos, etc., etc., isso já está em curso há muito tempo. E nós não estamos falando só de redução de postos de trabalho. Veja que essa não é uma audiência sobre direitos trabalhistas, mas, se nós desconsiderarmos que, junto com a apropriação do conteúdo, significa as transformações das cadeias produtivas, nós estaríamos ignorando algo que está passando junto. E por isso: fazer essa reflexão nesse lugar.

E me parece também a pergunta que foi feita pela internet, da Christiene Carvalho, sobre a maneira como esses direitos estão sendo pensados. Eu acho que ela deveria vir para a agenda desse PL. Eu acho que essa relação com os aplicativos deveria vir. Isso precisa ser colocado pelo Parlamento.

Conselheiro Davi, que alegria ouvi-lo falar aqui!

Eu vou divergir um pouco dos colegas e dizer que eu não acredito que a inteligência artificial, do jeito que ela está colocada hoje, vá combater *fake news*. Ao contrário. Ao contrário: ela vai ampliar exponencialmente. Estou muito preocupado com o que as crianças estão acessando, neste momento, na sala de aula. Estamos muito preocupados sobre o significado que tem sobre o Brasil e sobre a sociedade brasileira, sendo construído com vieses neste momento por essas inteligências. E essas coisas estão sendo dadas como verdade, muito embora todos aqui saibamos que a verdade é uma construção filosófica. Ainda que assim o seja, quem é que empresta a verificação dos fatos? Quem é que cria as condições de esclarecermos sobre isso?

E nós não podemos passar por isso, achando que tão-somente estamos fazendo uma regulação sobre direitos, princípios e elementos, com toda a qualidade que o projeto tem. Nós precisamos dar um passo um pouco mais adiante e enxergar que nós temos muitas assimetrias nesse país, inclusive assimetrias de apropriação tecnológicas, assimetria de alfabetização digital. E se nós não conversamos sobre isso, nós estamos legando à sociedade brasileira uma apropriação da tecnologia, como outrora fizemos com outras tecnologias, como se nós estivéssemos num baita nívelamento, do ponto de vista de uma apreensão coletiva sobre o conhecimento - e isso é mentira.

Nós temos que enxergar as assimetrias. Não podemos dizer que nós estamos o tempo todo regulando, quando muito bem foi dito pelos Conselheiros que todo mundo é acadêmico, que todo mundo tem uma certa literacia sobre tecnologia, que olha para elas e sabe fazer exatamente a pergunta correta para o ChatGPT ou outras IAs que estão na mesa. Não é verdade! As pessoas não só fazem algumas perguntas... Gente, um dado objetivo: nós somos um dos países que mais consome

31/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

áudio no WhatsApp, porque nós somos um povo de tradição oral. Como é que isso vai significar para nós e como é que isso perpassa mais adiante?

Indo para a conclusão, eu queria falar rapidamente sobre...

Cumprimento, mais uma vez, a Comissão que elaborou o PL. Ele é um avanço. Eu acho que ele é uma baita conquista que os juristas fizeram e que é uma iniciativa muito importante.

Quero saudar o Presidente Miguel Matos e o Conselho, por essa altivez, pela capacidade de trazer esse debate, pela honra de poder contribuir com vocês.

E quero entender, gente, que, do meu ponto de vista, essa conversa é um ponto de partida e não de chegada, tanto no âmbito deste Conselho, no âmbito do Parlamento com no da sociedade brasileira, até porque a forma como isso está ganhando a sociedade em âmbito planetário, seja de temas mais delicados e sensíveis, como segurança nacional, a temas educacionais, eu acho que isso tem que ganhar outros foros, como muito bem disse a Profa. Dora.

Quero chamar a atenção para coisas... Não estamos falando de coisas triviais - o ChatGPT, em três meses, alcançou 100 milhões de usuários -, não estamos falando de uma apropriação, de narrativas que estão sendo construídas: "Ah, tem quatro, cinco pessoas usando isso", isso é exponencial; daí a preocupação como conversamos rápido sobre isso e traçamos a importância.

Dois últimos aspectos: a questão da autoridade ou da agência, como defende a Dora. Eu acho que nós temos que pensar nessas competências e no aspecto multissetorial. Isso é muito importante. Aí eu acho que tem um lugar especial para a área da comunicação.

E quero terminar com uma metáfora de meio-dia.

Certa ocasião, o repórter cinematográfico, que cobriu, fez aquela reportagem do massacre de 1996, em Eldorado dos Carajás, disse: "Naquele momento, quando eu estava com aquela câmera de vídeo filmando aquele massacre, aqueles sem-terra que estavam sendo assassinados, eu não tinha a chance de movimentar a câmera, de sentir outras emoções, eu tinha que filmar [e aqui vêm as aspas], porque, naquele momento, os meus olhos eram os olhos do mundo".

Não acredito numa comunicação que não seja mediada humanamente, porque a nossa história, o nosso legado, a nossa língua, Conselheiro Davi, dependem, fundamentalmente, das escolhas que nós estamos fazendo.

A tecnologia é neutra, mas o interesse que se tem sobre os grandes acervos dessa tecnologia pode ser impactante para as gerações futuras. Eu não queria que o meu filho, os nossos filhos e as próximas gerações tivessem um legado que nós não soubemos prever, de quanto a nossa capacidade de produzir a cultura e de ressignificá-la deveria ser uma arte nossa.

Muito obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Obrigado.

O nosso Conselho de Comunicação Social, que é um órgão previsto na Constituição da República, tem a função de ser auxiliar do Congresso Nacional, e esta audiência pública nos trouxe valorosos ensinamentos que vão nos ajudar a, depois, elaborar um parecer sobre o projeto. Claro, como disse o Conselheiro Davi Emerich, esse projeto abarca uma grande gama de assuntos; nós só vamos tratar, especificamente, dos assuntos que são relativos à comunicação.

Eu queria registrar a presença de todos os Conselheiros, tanto dos que falaram como daqueles que não fizeram uso da palavra: Conselheiros Flávio Lara Resende, João Camilo, Valderez Donzelli, Maria José Braga, Elizabeth Costa, José Antônio, Fabio Mateus, Sonia Santana, Patricia Blanco, Davi Emerich, o nosso decano Fabio Andrade, Angela Cignachi, Daniel Queiroz e Bia Barbosa.

Agradeço, pela última vez, aos expositores, ao Exmo. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, à Ilma. Dra. Laura Schertel, ao Ilmo. Dr. Walter Carnielli, à Ilma. Dra. Dora Kaufman e ao Ilmo. Dr. Juliano Carvalho.

Lembro aos membros do Conselho que, a partir das 14h, retornaremos a esta sala para a segunda parte da nossa reunião, de modo que - com uma refeição frugal, para podermos voltar a tempo - declaro suspensa a reunião.

(Iniciada às 09 horas e 06 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 12 minutos.)

(Suspensa às 12 horas e 12 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 05 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Boa tarde a todos.

Declaro reaberta a 2ª Reunião, Ordinária, de 2023, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que, segundo o art. 39, §6º, do Regimento Interno, será dividida em cinco fases. Na verdade, nós vamos ter seis fases, mas enfim.

I - Leitura do Expediente.

32/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

II - Ordem do Dia:

- Item 1 - Posse das Conselheiras Patrícia Blanco, Elisabeth Villela da Costa e Bia Barbosa;
- Item 2 - Voto de aplauso ao Conselheiro Nascimento Silva;
- Item 3 - Esse item nós adiamos, eu explico daqui a pouco;
- Item 4 - Definição de convidados e datas de audiência pública sobre violência contra profissionais de comunicação e valorização da comunicação social;
- Item 5 (extrapauta) - nós vamos designar uma comissão para estudos, de modo a alterar a nossa legislação do Conselho de Comunicação Social e o nosso Regimento Interno.

III - Relatório de andamento dos trabalhos das comissões a serem proferidos pelos coordenadores.

O item IV nós ainda não temos.

IV - Comunicações dos Conselheiros.

V - Participação da Sociedade Civil.

Esta reunião será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Para isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo telefone 0800 0612211.

Comunico às Sras. Conselheiras e aos Srs. Conselheiros que temos, sobre a mesa da Presidência, para apreciação, a Ata da 1ª Reunião de 2023, enviada, com antecedência, por *e-mail*.

Não havendo objeção, proponho a dispensa de leitura e a discussão da ata.

As Sras. Conselheiras e os Srs. Conselheiros que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Comunico que foi expedido o Ofício do Conselho de Comunicação Social nº 2/2023, nos termos do art. 11 do nosso Regimento Interno, comunicando o Presidente do Conselho Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, a ocorrência de seis vagas na composição deste Conselho:

- I - titular de representação das empresas de imprensa escrita, diante da renúncia de Ricardo Bulhões Pedreira;
- II - titular de representação dos artistas, diante da renúncia da artista Zezé Mota;
- III - titular da sociedade civil, diante da renúncia de Luis Roberto Antonik;
- IV - suplente da representação das empresas de televisão, diante da renúncia de Juliana Noronha;
- V - suplente da representação das empresas de imprensa escrita, diante da renúncia da Conselheira Juliana Toscano Machado;
- VI - suplente da sociedade civil, diante da renúncia de Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães.

Informo ainda que esta Presidência recebeu, em 26 de maio, ofício do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro, sugerindo o nome do Sr. Hugo Gross para a vaga de titular da representação dos artistas.

Em 2 de junho, recebemos cópia do ofício conjunto da Abert, Abratel, ANJ e Aner indicando Samir Nobre Maia e João Camilo Júnior para a representação das empresas de televisão, e Rafael Menin Soriano e Julio Cesar Vinha para a representação das empresas de imprensa escrita.

De acordo com o art. 4º, §2º, da Lei 8.389, de 1991, as entidades representativas dos setores mencionados podem sugerir nomes à Mesa do Congresso Nacional. Os novos Conselheiros precisam ser eleitos em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Comunico que foram expedidos Ofícios nºs 3 e 4, de 2023, circular, informando aos Senadores e Deputados Federais a instalação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. O ofício informa a atual composição do conselho, descreve as atribuições e anexa a Lei 8.389, de 1991, e o Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Atendendo a pedido realizado pela Conselheira Maria José Braga, na primeira reunião de 2023, a secretaria do conselho realizou um levantamento dos projetos em tramitação, no Conselho Nacional, relacionados com a comunicação social. O levantamento foi enviado para todos os senhores e senhoras, por *e-mail*, separando os projetos que estarão em tramitação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Os documentos explicam os critérios de pesquisa utilizados para a listagem dos projetos.

33/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Caso algum conselheiro queira incluir projetos na lista, basta informar o número do projeto à secretaria do conselho. Acerca deste item da pauta, eu pergunto aos conselheiros se já conseguiram compulsar os projetos e se tem algum projeto o qual gostariam de fosse submetido ao Conselho, para deliberação de relatoria e eventual discussão depois? (*Pausa.*)

Ainda não?

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - Presidente, recebi o material e mais uma vez agradeço a competência da equipe que nos assessorava, mas é muita coisa, ainda não tive condições de fazer uma análise do que é o conteúdo daqueles projetos, para estabelecer o que, por exemplo, eu apontaria como prioridade de discussão aqui no CCS.

Então, a minha sugestão é para que a gente tome essa tarefa e na próxima reunião a gente venha, cada Conselheiro aí, apontando o que considera como prioridade de posicionamento do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Perfeito.

Eu faço só uma colocação que o nosso decano, Davi Emerich, já tinha feito, que é para verificar também, além do projeto, da temática, em qual estado está o projeto, porque às vezes o projeto não foi nem deliberado ainda por uma relatoria, esse projeto não teve sequência, então nós vamos debater um projeto que nem sequer nós sabemos se teve sequência. Então, é preferível priorizar o que já está na ordem do dia, o que já está na pauta, para a gente poder discutir.

Mais alguém quer falar?

O SR. RENATO GODOY DE TOLEDO (*Por videoconferência.*) - Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Sim.

O SR. RENATO GODOY DE TOLEDO (*Por videoconferência.*) - Renato aqui, *online*.

Então, a minha dúvida...

Primeiramente, boa tarde a todas e todos.

Uma dúvida: então, a gente faria essa deliberação e essa distribuição das relatorias na próxima reunião, em julho? Ou a gente faria isso ao longo do nosso mês de trabalho aqui?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Não, não. Nós faríamos... As deliberações são feitas sempre publicamente na sessão.

O SR. RENATO GODOY DE TOLEDO (*Por videoconferência.*) - Correto.

Então, a gente tem como tarefa aqui fazer esse pente-fino e identificar quais estão com tramitações mais avançadas. E voltamos na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Claro, claro. Perfeito.

O SR. DAVI EMERICH - Presidente, eu acho o seguinte: a pandemia nos colocou, inclusive para o Conselho, uma nova realidade. Antigamente, praticamente não havia concordância nenhuma aqui em se discutir projetos em rede, em meios virtuais e tal. O Senado e a Câmara passaram a adotar, nas Comissões e principalmente no Plenário, sessões plenárias virtuais.

Parece-me muito difícil para nós manter a mesma posição anterior do Conselho de só deliberar ou, então, só analisar matérias a partir de definição das reuniões ordinárias. Por quê? A política é algo muito dinâmico. Ela é muito dinâmica. É algo muito dinâmico. E, de repente, entra um projeto em pauta que não dá para esperar um mês para o Conselho se pronunciar.

Eu não sei se é o caso de decidir isso aqui agora, mas nós vamos ter de criar um procedimento para dar mais agilidade a acompanhar projetos ricos, vivos, que estão na Ordem do Dia ou que entrem na Ordem do Dia, porque muitas vezes alguém pega um projeto desse e coloca... Quando você vai acordar para aquilo, já passou, e o Conselho acaba não se pronunciando sobre ele.

Então, em função até de o Senado já fazer isso, de a Câmara fazer isso e de as Comissões fazerem isso, eu acho que nós temos de pensar seriamente em distribuir relatorias mesmo fora das reuniões ordinárias e até, talvez, deliberar fora das reuniões ordinárias.

Eu não sei se é com o Walmar, se isso pode ser feito dentro de algum aplicativo da Casa, mas eu acho que o Conselho tem de inovar nisso urgentemente, porque não dá para ficar esperando, de mês em mês, porque a gente fica fora do processo político real.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Sim, mas são reuniões extraordinárias. Nesse caso da Câmara...

34/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. DAVI EMERICH - Sim, seriam extraordinárias, mas a distribuição você pode ter tanto em reuniões extraordinárias como a distribuição de projetos fora de reunião ordinária. Então, você não precisa de uma reunião extraordinária para distribuir uma relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Sim.

O SR. DAVI EMERICH - Eu acho que aí o Presidente, ouvindo, sei lá, parte ou todo o grupo, fala: "Nós vamos indicar fulano, para que, na próxima reunião, daqui a 10 ou 15 dias, já possa trazer um parecer". Você não tem que esperar a reunião acontecer, para indicar o Relator e esperar para a próxima reunião do dia 30... Aí Inês já é morta.

Então, eu acho que a gente tem de criar mecanismos para modernizar um pouco essa dinâmica aí do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Está bem. Nós vamos avaliar isso e, eventualmente, a gente já toma essa decisão. Mais alguém? (Pausa.)

Bom, sobre a convocação de suplentes para reuniões do Conselho, informo que, nos termos do art. 16, parágrafo único, do nosso Regimento Interno, em casos de presença do membro titular à reunião, não serão custeadas as despesas do seu respectivo suplente para comparecer à reunião, salvo quando, a juízo do Presidente, for imprescindível para o Conselho a presença do suplente.

Lembro que, de acordo com o *caput* do citado no artigo, o membro suplente do Conselho de Comunicação Social poderá comparecer às reuniões, podendo participar dos debates e apresentar sugestões. O que não há é o custeamento das despesas do deslocamento.

E, agora, com a possibilidade de as reuniões serem híbridas, a participação ainda fica totalmente ampla.

Assim, gostaria de deliberar com o Conselho o estabelecimento de um critério para a convocação excepcional de suplentes que não estejam substituindo seus respectivos titulares, ressalvando que, quando se tratar de audiências públicas, os suplentes podem participar de forma remota, nos termos do art. 5º, inciso II, do Ato da Comissão Diretora 1/2023.

Em discussão.

Eu só queria, antes, fazer uma ponderação com os senhores, dizer que nós ficamos com o Conselho sem instalação durante um longo período e nós temos responsabilidades orçamentárias às quais nós devemos nos adequar também para não onerar o Legislativo com muitos gastos, além do que nós pretendemos fazer... Hoje, por exemplo, a reunião foi extremamente profícua. Se nós pudéssemos fazer isso outras vezes...

Os nossos Conselheiros suplentes, de fato, são muito relevantes, mas a participação seria, quando fosse, na minha opinião, de fato, essencial; ou seja, se formos tratar aqui de um projeto de lei que diga respeito aos artistas, é preciso ter os artistas aqui, tanto o suplente quanto o titular; se fôssemos tratar de um projeto de lei sobre os radialistas, teríamos que ter os dois, o titular e o...

Acho que, dessa forma, a gente consegue atender às regras de Tribunal de Contas, que obviamente vai querer escrutinar. E nós temos compromisso com a legalidade e com o bom andamento dos trabalhos aqui no Conselho. Enfim, eu estou me adiantando aqui.

Em discussão. (Pausa.)

Com a palavra, Conselheira.

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - Obrigada, Presidente.

É claro que o Conselho é um órgão do Congresso Nacional, segue as regras do Congresso Nacional, e nós, como Conselheiros, temos uma preocupação, sim, com o funcionamento do Conselho e com o financiamento do Conselho.

Mas eu queria ponderar a importância da incorporação dos suplentes nos trabalhos do Conselho de Comunicação. Nós temos um número de Conselheiros pequeno. Eu creio que, se a gente... Os conselhos, geralmente, são muito mais numerosos. Nós temos um número pequeno de Conselheiros, e a contribuição dos suplentes para o trabalho...

Eu acredito que, no nosso caso dos jornalistas, cuja categoria é representada aqui por mim e pela Beth, é fundamental que nós tenhamos condições de trabalho conjunto, porque nós somos representantes dos trabalhadores, nós somos de entidades que não têm recursos para contratação de assessoria por fora, para elaboração de pareceres, para o acompanhamento. E aí, até pela própria proposição que o Conselheiro Davi acaba de fazer no sentido, inclusive, de que a gente não espere reuniões mensais para, eventualmente, se pronunciar, para ter análise de propostas que estejam tramitando, acho que a gente tem que fazer um esforço, sim, de ter os Conselheiros suplentes incorporados ao trabalho.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu não creio que haja impedimento no Regimento - creio que não -, e a gente tinha uma resolução interna da participação dos Conselheiros suplentes nas Comissões. Então, acho que a gente pode resgatar essa... É uma resolução... O Walmar pode me ajudar: se era uma resolução do próprio Conselho, se é esse nome que tecnicamente se dá - agora não me ocorre aqui de memória. A gente poderia fazer esse esforço e resgatar essa deliberação do passado recente deste Conselho, já que o Conselho é recente, e tentar fazer essa incorporação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Perfeito.

Conselheiro João Camilo.

O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR - Não, é só porque eu acho, Presidente, que nem todo mundo escutou quando o senhor falou, aquela vez, até foi fora do Conselho, sobre aquela questão do TCU. Eu acho que seria bom colocar todo mundo na mesma página por conta disso.

Concordo plenamente com a participação dos suplentes, não tem como discordar disso. Mas eu acho que é muito bom o senhor pontuar em relação à questão de que o Conselho já foi questionado pelo órgão de controladoria.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Sim.

A ideia das comissões foi um ato do Conselho, na verdade, não está no nosso Regimento. Nós vamos criar comissões... Até eu estou sugerindo uma comissão aqui nesse item, incluindo até Conselheiros que são suplentes, ou seja, na hora de dividir tarefas, nós vamos também ver, olhar para os suplentes que tenham capacidade para isso, nós vamos fazer da mesma maneira. Então, não vai haver essa restrição.

O que acontece só é que, como há hoje a possibilidade de fazer reuniões híbridas, não há justificativa... Veja, a lei é muito clara, a lei diz, porque o nosso Regimento é lei: "... for imprescindível para o Conselho a presença do suplente". É uma questão apenas de seguir a lei estritamente aqui, nos termos dela. Quando nós deliberarmos algum relatório de um suplente, por exemplo, no dia em que for feita a apresentação, é óbvio que é imprescindível. E, da mesma maneira, é como eu disse: se nós fomos deliberar sobre um assunto que diga respeito àquele setor, nós entendemos, podemos entender, de uma maneira um pouco mais ampla, que é imprescindível a presença dele também para poder ajudar nos debates. Então, eu acho que dessa forma acaba ficando todo mundo atendido.

O SR. DAVI EMERICH - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Sim, Conselheiro Davi.

O SR. DAVI EMERICH - ... então, o senhor está afirmado o seguinte: qualquer perspectiva de autorizar a presença sempre de todos os suplentes está descartada, ou seja, há um modelo, o suplente será chamado em função de atividades concretas de relatórios, de comissão, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Exato, porque...

O SR. DAVI EMERICH - Então, essa discussão a gente não faz mais...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Essa discussão a gente não faz mais, e digo por que: é o que diz a lei. Senão, a lei diria o contrário. Ela diz justamente que é excepcional a vinda do Conselheiro suplente, é isso que está dizendo a lei. Então, nós vamos tratar como deve ser.

O SR. DAVI EMERICH - E nós estamos falando de passagem e de diária, porque quem mora em Brasília pode participar de todas as reuniões...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Sim.

O SR. DAVI EMERICH - ... e aquela entidade cujo suplente tiver condições, mesmo fora desses parâmetros que a Presidência está colocando...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Sim.

O SR. DAVI EMERICH - ... quem puder colocar o suplente aqui também tem toda...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Claro. Mas o suplente tem direito à fala aqui ou *online* o tempo inteiro. Estamos aqui. Se quiser se manifestar, inclusive, estamos...



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

A SRA. PATRICIA BLANCO - Eu acho que esse ponto é importante. É facultado o direito de participação do suplente. O que não é regimentalmente colocado dentro da lei é o subsídio para o pagamento de passagem do suplente, caso o titular esteja presente. Esse é o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Exatamente.

A SRA. PATRICIA BLANCO - Só para a gente definir do que a gente está falando. A gente está falando de uma questão orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - No caso, o Presidente responde, inclusive, pecuniariamente, porque eu vou alegar, vou ter que colocar a imprescindibilidade ou não. Então, precisa ter, de fato, o caráter imprescindível. Conselheiro José Antônio.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS DA SILVA - Só para ficar claro, para a gente entender o que seria imprescindível. Numa audiência pública, não seria imprescindível a participação de todos? Por ter interesse mais amplo, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Mas, da audiência pública, é possível participar via *online*, como é possível participar de todas as reuniões, inclusive.

O SR. FLAVIO LARA RESENDE - Presidente, eu acho que, como diz o João Camilo, realmente, podendo participar, é fundamental que participem os suplentes, mas eu acho que, como a gente cobra todos os dias do Congresso Nacional, a gente tem que dar exemplo também.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Conselheira Maria José.

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - Bom, para as coisas ficarem bem claras e não ter absolutamente nenhuma dúvida do que eu estava dizendo, eu queria reforçar que o que eu disse é para nós incorporarmos os suplentes no trabalho. Ninguém está pedindo que suplente venha passear aqui no Congresso, até porque não é nenhuma vantagem e nenhum prazer passear no Congresso Nacional.

O que eu disse e reforço é a importância de incorporarmos os suplentes no trabalho do Conselho. Aí significa relatoria, significa estudos, significa pareceres. Os suplentes, contribuindo para o funcionamento deste importante Colegiado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Conselheira, perfeito.

Inclusive, essa foi a minha ideia original. Sempre que tivermos, nós não vamos abdicar de utilizarmos da mão de obra, da capacidade dos Conselheiros para isso.

Depois, nós vamos deliberar juntos aqui e vamos passar para os suplentes, se for o caso.

Bom, algum outro Conselheiro gostaria de falar sobre estes temas?

Vamos passar para a Ordem do Dia, então.

Perdão. Conselheiro Fabio.

O SR. FABIO ANDRADE - Primeiramente, um salve aos colegas Conselheiros.

Parabenizo esta primeira parte da manhã, que acho que foi um momento até histórico. É uma pauta que vai se perdurar durante muito tempo. E entramos com o pé direito. Foi uma manhã muito proveitosa.

Quanto a essa questão de suplente e titular, a gente também, quanto à questão dos artistas, acha importante a participação. Então, a gente ressalva a fala da Maria José nesse sentido e entende totalmente essa questão financeira e do trâmite legal das coisas. É importante a participação não ficar isenta.

Como o Presidente comentou, caso, salvo uma pauta exclusiva do tema, que aborde a necessidade da presença dos dois, do titular e do suplente, se puder ser contemplado, ótimo. Fica resolvida a questão.

Agradeço também o recebimento do material do Sindicato dos Artistas, especialmente, à Secretaria, que, sempre, prontamente, atente bem todas as necessidades do Colegiado

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Perfeito.

Não havendo mais manifestações, passamos à Ordem do Dia.

Posse das Conselheiras Patricia Blanco, Elizabeth Villela da Costa e Bia Barbosa.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Convidado para assinar o termo de posse, inicialmente, a Conselheira Patricia Blanco, Conselheira titular, representante da sociedade civil, já aclamada como Vice-Presidente desta composição do Conselho.

Há um ato para tirar foto, um ato formal. (*Pausa.*)

Convidado para assinar o termo de posse a Conselheira Elizabeth Villela da Costa, Conselheira suplente, representante da categoria profissional dos jornalistas. (*Palmas.*)

Convidado para assinar o termo de posse a Conselheira Beatriz Costa - Bia Barbosa. (*Palmas.*)

Parabéns.

Declaro empossadas as Conselheiras Patricia Blanco, Elizabeth Villela da Costa e Bia Barbosa.

Consulto se gostariam de fazer uso da palavra.

A SRA. PATRICIA BLANCO - Quero só agradecer, já fiz isso na primeira reunião...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - A palavra está aberta. (*Risos.*)

A SRA. PATRICIA BLANCO - Obrigada. Muito obrigada, Presidente. Obrigada a todos.

Vamos lá, vamos trabalhar, que é o mais importante.

A SRA. ELIZABETH VILLELA DA COSTA - Eu também estou muito honrada de estar compondo o Conselho.

Lembrando um pouco, historicamente, foi na época em que eu era Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas que a proposta do Conselho de Comunicação Social foi aprovada pelo Congresso Nacional, lá naquele momento histórico, depois de muita luta da sociedade civil para ele ser instalado.

Então, é muita honra agora participar como membro suplente desta brilhante profissional que é a Maria José Braga.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Conselheira Bia.

A SRA. BIA BARBOSA - Obrigada, Presidente.

Eu queria... Fiquei muito feliz de entrar hoje aqui, porque faz dez anos que eu acompanho as sessões do CCS, sentadinha aqui na última fileira, pela sociedade civil.

Como a Beth muito bem lembrou, acho que houve uma luta muito intensa da sociedade civil para que este Conselho fosse instalado e para evitar as vacâncias, os longos períodos sem funcionar. Espero que a gente consiga, nesta gestão, garantir a continuidade do funcionamento sem nenhuma pandemia no meio do caminho.

Queria agradecer muito ao Davi Emerich pelas trocas e contribuições. Vai ser uma honra poder ser sua suplente aqui e contribuir com o Conselho em nome da sociedade civil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Decano tem sempre o direito a falar.

O SR. DAVI EMERICH - É porque a palavra final sempre é do Presidente.

Presidente, eu fico muito contente quando eu vejo as mulheres se empoderarem em todos os lugares, mas principalmente aqui, no Conselho de Comunicação, onde a gente está neste momento.

Quanto à Patricia, assim, não é preciso falar nada. A Patricia já é quase um patrimônio deste Conselho de Comunicação Social, de uma competência enorme para acompanhar as questões de comunicação, exarar relatórios, a Patricia participa de seminários aqui, no Congresso. Então, é uma pessoa que eleva muito o nome do Conselho, e agora, na condição de Vice-Presidente, muito mais.

Quanto à Beth Costa, desde quando eu fui Diretor do Sindicato dos Jornalistas, a gente já ouvia falar da Beth Costa. Ela era brava, danada, brigona que só. Então, a Beth é uma referência no movimento sindical dos jornalistas, sempre na linha de frente, sempre ponderada com opiniões firmes. Dedicou a vida dela também à página da democracia no Brasil, à liberdade de imprensa. Então, eu também fico muito contente de tê-la aqui, do lado, juntamente com essa guerreira aqui, que também não é fácil não, briga bastante.

E a Bia é uma amiga. Talvez a Bia seja uma das pessoas que mais conhece tramitação de propostas, projetos no Congresso. É um quadraço da comunicação social. Eu não tenho dúvida de que ela vem para dar uma força. Mesmo na condição de suplente, certamente vai relatar muito projetos; aqueles mais trabalhosos vão cair na sua mão.

Então, realmente, eu fico muito contente, até orgulhoso, de estar numa formação do Conselho que tem a presença dessas companheiras e de outras obviamente.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Falando em nome do Conselho o decano, como deve ser. Está certo.

Bom, item 2 da pauta.

Voto de aplauso ao Conselheiro Nascimento Silva.

A partir de proposta dos Conselheiros José Antonio de Jesus e Edwilson da Silva, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional vem a público emitir um voto de aplauso ao Conselheiro Nascimento Silva por sua atuação como representante da categoria profissional dos radialistas na terceira e na quarta composições deste Colegiado, durante os anos de 2012 a 2017.

Nos dois mandatos em que atuou no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, o Conselheiro Nascimento Silva destacou-se pela maneira energica com que defendeu as pautas de interesse não apenas da categoria dos radialistas, mas também de todas aquelas que considerava de interesse da sociedade.

Mesmo morando no interior de Minas Gerais e precisando sair de sua cidade com dois dias de antecedência, esforçou-se para não faltar a nenhuma reunião do Conselho de Comunicação Social, especialmente quando ficou sem suplente durante a terceira composição.

Entre os trabalhos realizados pelo Conselheiro Nascimento Silva estão participações na relatoria do Estudo nº 1, de 2017, sobre projetos de lei que tratam de bloqueio de sites e aplicativos; do Parecer nº 6, de 2017, que analisa projetos de lei sobre restrições às transmissões radiofônicas e televisivas ao vivo ou gravadas de audiências e julgamentos; e do Parecer nº 5, de 2013, que analisa a federalização de crimes contra jornalistas e radialistas.

Este Conselho reconhece o trabalho de destaque realizado pelo Conselheiro Nascimento Silva e registra, em seus *Anais*, este merecido voto de aplauso. (*Palmas.*)

Consulto se algum Conselheiro gostaria de se manifestar. (*Pausa.*)

A SRA. BIA BARBOSA - Acho que, no mesmo espírito do que acabamos de falar aqui, eu queria reconhecer o trabalho do Nascimento, porque este é um Conselho tripartite, que tem representação da sociedade civil, dos setores de trabalhadores e das empresas, e o Nascimento, mesmo sendo representante de uma categoria trabalhista, assim como a Maria José, sempre foram pessoas às quais eu pude, durante muito tempo, enquanto sociedade civil, recorrer, para trazer as nossas demandas e os nossos pleitos e as nossas preocupações sobre os temas que estavam sendo discutidos aqui no Conselho de Comunicação Social. E, da mesma forma, as suplências da Fenaj, da Fitert também, na figura do Zé Antonio...

Então, eu acho que tem um espírito dos Conselheiros aqui muito colaborativo e acho que, na sessão inicial, na primeira reunião - na qual eu não estava presente, mas à qual assisti pela internet -, o Davi Emerich lembrou os acalorados embates entre o Nascimento e o Ceneviva, e eu acho que um Conselho tripartite vai ter acalorados embates e que vou protagonizar alguns aqui talvez.

Eu acho que sempre foi um espaço de muito respeito e de escuta e um exemplo de como o Congresso Nacional pode acolher diferentes setores e diferentes representações da sociedade civil, num esforço justamente de contribuir para o trabalho dos Parlamentares aqui, não só do Senado, mas da Câmara também, lembrando sempre que este é um Conselho do Congresso.

Então, eu queria deixar... Eu sei que o Nascimento deve estar assistindo a gente agora. Eu queria deixar um abraço muito grande agradecimento pelo trabalho dele, desejar pronta recuperação para os desafios que ele está enfrentando nesse momento, e parabenizar o Conselho, por ser esse espaço que permite esse tipo de participação e de representação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Conselheira Maria José?

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - Obrigada, Presidente.

Eu também só queria dizer o quanto esse voto de reconhecimento do Conselho à participação do Nascimento aqui é importante para a história do Conselho, é importante para essa formação do Conselho, que tem esse caráter tripartite, e creio que seja bastante importante para o Conselheiro, que, neste momento, está com o desafio de se recuperar de um problema de saúde bastante grave.

O Nascimento, enquanto ele esteve aqui, teve o título de "briguento-mor", que agora o Davi quer atribuir a mim... (*Risos.*)

... mas eu quero dizer que o compromisso do Nascimento era com o debate franco, o debate aberto, o debate sem subterfúgios, para que nós tivéssemos aqui, neste Conselho, as melhores opiniões para serem levadas para o Congresso Nacional.

Esse foi o trabalho dele, e ele fez isso com muito afinco, fez isso, sim, com muita garra, com muita determinação, e eu fico muito satisfeita que isso seja reconhecido como uma virtude.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

39/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Eu ia propor um voto de censura ao Davi, que disse que a Conselheira é a mais briguenta, porque, não é verdade, ela é combativa, e é bom que as mulheres sejam assim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - O item 3 da pauta é a designação de Comissão para acompanhamento de projeto da lei de *fake news*...

Eu queria fazer uma sugestão para a gente adiar esse tema, porque nós vamos tratar dele; na próxima sessão nós faríamos uma audiência pública.

Nós faríamos uma audiência pública. Eu achei que foi bem profícua a audiência, como eu já disse, e a gente pode repetir esse modelo, que acho que vai funcionar bem, para a gente poder aprender sobre os temas e poder discutir.

Seguindo o nosso compromisso, nós teríamos na próxima sessão, que vai ser no dia 3 de julho, audiência pública sobre violência contra profissionais de comunicação, do que nós vamos tratar, daqui a pouco, no próximo item.

E, na outra sessão, em agosto, nós iríamos continuar com este tema da inteligência artificial da seguinte maneira. Nós tivemos hoje um espectro grande sobre o assunto e iríamos reduzir para o item que nos interessa aqui na comunicação social. Eu sugeriria à Conselheira Patrícia Blanco para nos orientar nisso e nos trazer na próxima sessão já qual é o nosso escopo para que nós pudéssemos deliberar sobre quem nós convidaríamos para participar, mas aí já focado na nossa área de interesse. É claro que, mesmo sendo na nossa área de interesse, ainda vai ter uma certa amplitude, mas nós poderíamos reduzir um pouco o assunto para a gente não poder tratar de assuntos comerciais e de outras questões que não são do nosso tema aqui, objeto de discussão aqui do Conselho.

Depois dessa sessão de agosto, nós deliberaríamos por uma sessão em setembro para tratar de *fake news*. E aí a gente faria em outro modelo, tentaria atender todos os interesses, pois esse projeto é um projeto meio grande, e tentaria fazer de outra maneira. Se puder ser assim, a gente adia esse tema para a próxima.

No item 4, definição de convidados e datas de audiências públicas, sugiro o seguinte: hoje, neste modelo, para nós aprendermos um pouco, a sessão de audiência pública ficou um pouco mais longa do que deveria, na minha opinião, sobretudo porque o tema também demandava. Se nós pudéssemos diminuir um pouco o número de convidados, para que, em vez de quatro ou cinco, pudesse ser três ou quatro, isso facilitaria um pouco o andamento dos trabalhos. Em vez de ser às 9h, nós começariam às 10h para terminar ao meio-dia. Não sei se vocês concordam com isso... Seria uma maneira de... Sobretudo porque as pessoas que vêm de fora, às vezes, acabam chegando em cima da hora... Se puder ser dessa forma... Começando às 10h e com três pessoas, para que nós pudéssemos debater... Hoje, por exemplo, nós fomos ficando um pouco agredidos no horário e não conseguimos às vezes...

Pois não, Conselheira. É para falar mesmo...

A SRA. BIA BARBOSA - É só para deixar uma sugestão.

Eu acho que com três pessoas fica bastante restrito do ponto de vista da diversidade dos temas que a gente tem pela frente. Eu sugeriria que a gente mantivesse com quatro e que reduzisse um pouquinho o tempo de exposição de cada um. Hoje, cada um falou 15 minutos, mas a gente poderia reduzir para 10 minutos, para garantir. E aí faríamos um esquema de interlocução com os Conselheiros que foi o que a gente adotou da metade para frente, o que eu acho que é mais produtivo, pois são blocos de perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Ótimo.

A SRA. BIA BARBOSA - Com a gente fazendo uma pergunta, uma resposta, uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Ótimo.

A SRA. BIA BARBOSA - ... a tendência é a gente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Repetir, não é?

A SRA. BIA BARBOSA - É. Então...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - E repete os mesmos...

A SRA. BIA BARBOSA - Eu acho que é mais dinâmico, mas aí garante uma mínima diversidade na composição da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Eu concordo.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

A SRA. PATRÍCIA BLANCO - Eu queria sugerir que a gente começasse às 9h30 e não às 10h, porque acho duas horas pouco tempo para esse tema. Acho que com duas horas e meia, seguindo essa recomendação de diminuir...

Podemos diminuir de cinco para quatro, ou até podem ser cinco, mas com dez minutos cada um, reduzindo o tempo dos Conselheiros, para ter uma rodada mais rápida de conversas, porque a conversa mais aprofundada sobre os temas a gente pode fazer na nossa reunião. Então, ficariam, durante as audiências públicas, mais perguntas do que colocações do Conselheiro. Deixaria assim para que a gente pudesse trabalhar o tema nas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Conselheiro Flavio? Não? (*Pausa.*)

Conselheira Maria José.

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - Eu acho que a gente não precisa de ter uma regra fixa para isso. A primeira questão. A gente vai ter audiências públicas com temas mais abrangentes, que vão exigir, portanto, uma diversidade maior de participação, e nós poderemos ter audiências públicas mais focadas, com temas mais específicos, em que a gente possa ter um bom debate com um número menor de expositores.

Então, como eu acho que a gente não precisa de definir: "Ah, vão ser quatro, vão ser cinco, vão ser três", e, em todas elas, nós vamos debater inclusive quem nós vamos convidar, a gente faz essa avaliação em cada caso.

É a minha ideia.

E, quanto ao tempo, acho que a gente pode começar 9h30, com previsão de encerrar ao meio-dia, mas obviamente podendo se estender 15 minutos, 20 minutos, para que o debate no Conselho não fique prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL JOSÉ QUEIROZ FERREIRA - Eu acho dez minutos muito pouco. Não me coloque para falar em dez minutos, que eu não vou conseguir. Independentemente de quem tem o perfil ou não para falar rápido, a gente trata de assuntos complexos. Então, não dá para chamar uma pessoa, entendendo que ela vai contribuir com o tema expondo em dez minutos. Eu acho muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Certo.

Conselheiro Flavio.

O SR. DANIEL JOSÉ QUEIROZ FERREIRA - Agora, só para, desculpa, reforçar, desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Claro.

O SR. DANIEL JOSÉ QUEIROZ FERREIRA - ... acho muito legal essa dinâmica de perguntas e depois a resposta, porque eu acho que isso resolve boa parte da otimização do tempo.

Desculpe a interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Sim.

Conselheiro Flavio.

O SR. FLAVIO LARA RESENDE - Eu acho que ele tem razão, dez minutos é pouco, mas eu acho que nós poderíamos pautar as pessoas que vierem, para que possam trazer uma apresentação mais rápida. Hoje, por exemplo, nós tivemos algumas apresentações que eu acho que demandariam uma discussão muito maior. Por exemplo, o Luciano fez uma apresentação superclara e super-rápida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLAVIO LARA RESENDE - Juliano, desculpa. Juliano. Ele fez uma apresentação superclara e bastante rápida, apesar de ter tomado... Mas ele cravou no tempo certinho. Agora, entre dez ou quinze minutos, é igual artigo, não muda muito. Quinze minutos também é pouco. Então, dez minutos eu acho que seria um prazo bastante satisfatório, e nós teremos que discutir depois e pensar se não faremos mais uma audiência, se necessário, sobre o tema - quando assim for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Perfeito.

Conselheiro Davi, nosso decano. (*Risos.*)

O SR. DAVI EMERICH - Esse negócio de decano... ele está me sacaneando.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Presidente, eu acho o seguinte. Eu também acho que dez ou quinze minutos... O Presidente vai perceber muitas vezes que vai a 20 minutos; se o assunto estiver rico, vai a 20 minutos. Eu acho que se pode até estabelecer dez, mas com uma certa tolerância da Presidência para esticar ou diminuir.

Mas eu acho que o mais importante é definir o que nós queremos fazer. A gente já definiu que é um seminário... Não é contra profissionais da imprensa, não; é um seminário sobre violência contra os profissionais de comunicação - os profissionais da comunicação. E me parece que, como tudo está mudando, não é mais "assassinaram em Alagoas", "assassinaram um jornalista não sei onde"; é que tipo de violência que a gente vai abordar. Isso também, claro. Assassinato é o ápice da violência contra jornalistas. Mas, por exemplo, eu acho que a Beth, a Maria José e a Bia talvez estejam até mais "a amazona" - para não falar a cavaleiro - para cercar esse tema. De que violência nós vamos tratar? Por exemplo, a violência das PJs... PJ é uma violência? Trabalhar 24 horas em tempo real é uma violência? Assédio moral... Tem algum novo tipo de assédio moral na profissão?

Então, eu acho que nós temos de definir o escopo do seminário e sermos modernos no escopo do seminário.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Eu acho que nós temos que tomar cuidado só com o seguinte. Perdão interromper, mas é para a gente não entrar numa discussão em que nós vamos entrar em discussões trabalhistas. Essas questões acabam resvalando em questões que são trabalhistas, que não são objeto do nosso...

O SR. DAVI EMERICH - Sim, mas se você...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Isso é comissão de trabalho.

O SR. DAVI EMERICH - Se você for discutir violência contra jornalistas e redundar em assassinatos, é melhor não ter o seminário, porque é uma coisa já tão batida e tal...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Mas existem...

O SR. DAVI EMERICH - Eu acho que existe um nível de violência hoje... E não estou falando só contra o profissional, não; contra as empresas, os veículos das empresas, por exemplo. Têm que estar no rol dessa questão, por exemplo, as empresas que não conseguem trabalhar... Tem uma série de coisas. Então, eu acho que nós temos de definir com precisão o que vai ser o escopo do nosso seminário, senão, a gente se perde, entendeu? Até para poder convidar as pessoas certas para isso.

Eu acho que tanto o companheiro aí que está mais do lado das empresas como a Beth, a Maria José e a Bia talvez tenham até mais condições do que eu ou do que qualquer um da gente para definir isso, mas é preciso definir esse escopo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - E qual é o escopo?

O SR. DAVI EMERICH (*Fora do microfone.*) - Não sei.

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA (*Fora do microfone.*) - Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Pode. Pode falar, Conselheira - desculpe, perdão.

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - Bom, a Federação Nacional dos Jornalistas tem um longo trabalho aí de acompanhamento, claro, das questões trabalhistas, eminentemente sindicais, e há décadas a gente faz um monitoramento da violência contra jornalistas. E qual é a nossa distinção no que nós chamamos de monitoramento da violência contra jornalistas? Nesse monitoramento entra a violência que objetiva restringir a livre circulação da informação jornalística. Então, no nosso relatório da violência, não que não seja grave, não que nós não nos preocupemos, não que nós não atuemos, mas, por exemplo, não entram as questões que nós consideramos que são do mundo do trabalho: os assédios, a jornada excessiva, a falta de condições de trabalho, de salários, ou todas as questões trabalhistas que, claro, nos preocupam, mas que não objetivam - nem mesmo os casos de assédio que chegam ao nosso conhecimento têm esse objetivo - impedir que uma informação chegue ao público.

Então é esse o critério que nós utilizamos. E nós achamos que este Conselho, quando vai debater a violência contra jornalistas ou contra profissionais da comunicação, incluindo os radialistas, tem que se preocupar é com essa violência que tem um objetivo muitíssimo claro de restringir a livre circulação da informação jornalística.

Então, isso para nós é fundamental. E nós sabemos, porque estamos aqui neste Conselho desde que ele foi instalado, que este Conselho já se debruçou sobre esse tema. Nós temos, inclusive, importantes resoluções do Conselho tratando da questão da violência contra jornalistas e dos projetos de lei que tramitam na Casa sobre a questão da segurança dos jornalistas. Mas é claro que nós entendemos também que esse tema não pode cair no esquecimento. Por quê? Porque este



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Conselho é o único órgão de Estado que trata da comunicação, e nós não podemos deixar que um tema tão relevante, não para a categoria dos jornalistas, mas para a sociedade, não seja tratado aqui.

Mas também por entender que nós já abordamos esse tema em outras ocasiões é que, na nossa reunião passada, que definiu que nós iríamos realizar essa audiência pública, nós propusemos que tratássemos de uma dupla condição: a violência contra jornalistas e a valorização dos profissionais de comunicação... Gente, eu sempre falo jornalista e aí o José Antônio me olha, mas é porque é o hábito. É a violência contra profissionais da comunicação e a valorização da comunicação social como imprescindível para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Está ótimo. Está ótimo.

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - É isso.

A SRA. PATRICIA BLANCO - Eu acho que, nesse ponto e até mesmo pelo fato de a gente já ter se debruçado tantas vezes sobre a questão da violência contra jornalista ou contra o exercício da profissão de comunicadores e afins, a gente tem que sempre atualizar esse dado. E hoje as formas de violência são diferentes. A gente tem visto uma mudança no ataque e no cercamento até do próprio profissional de comunicação. Então, acho que trazer isso e atualizar o que tem acontecido em relação a isso é superpertinente e acho que a gente deve seguir nessa linha mesmo, com a valorização até do próprio jornalismo e da profissão de comunicador.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Conselheiro José Antônio.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS DA SILVA - Presidente, esse tema é crucial para os trabalhadores de comunicação.

Apesar de representar os radialistas brasileiros, eu sempre me coloco como defensor dos trabalhadores de comunicação, porque acho que eu sou um deles. Trabalhei em cinema, trabalhei em teatro, trabalhei em rádio, trabalhei em televisão. Então, enfim, eu tenho que falar em nome dos trabalhadores de comunicação, que é quem sofre as consequências.

É ótimo e é plausível se a gente tiver condições, um dia, neste Conselho, de discutir as questões das relações do trabalho. É fundamental, porque a violência também perpassa pelas questões das relações do trabalho. Não é possível nem aceitável que a sociedade brasileira continue aceitando que um Presidente da República agrida um repórter, agrida um operador de câmera, agrida um operador de áudio. Não é aceitável. Essa violência é que nós queremos discutir. Nós queremos discutir isso. Não é possível um radialista ficar preso na sua casa, não poder ir ao estúdio da rádio porque, senão, ele pode ser morto. Não é possível isso. É necessário que o debate seja cada vez mais amplo, porque a gente está sofrendo na pele - na pele - por não poder sair para fazer uma reportagem na rua. Aí a equipe da televisão é agredida, a equipe - e os equipamentos das rádios, das televisões - é violentada, é violada. Então, não é possível a gente fazer um debate restrito para dizer que vamos discutir apenas esse assunto. Não! Nós precisamos discutir a questão da violência contra os trabalhadores de comunicação no sentido mais amplo que a gente puder. Inclusive, um dia, sentando com os lá da Abert, daqui, e das outras federações e confederações, para discutir a questão das relações de trabalho, porque é ali que a gente precisa atingir, para que o repórter tenha um sistema de segurança mais garantido. É preciso olhar para o Estado brasileiro e dizer que o Estado brasileiro precisa discutir políticas públicas de proteção aos trabalhadores de comunicação. É esse debate que a gente precisa fazer. É esse debate.

Quando eu chamo a atenção de todas as autoridades brasileiras, e fora do Brasil, para dizer trabalhadores de comunicação, é porque é necessário a gente colocar todos que trabalham e que fazem a comunicação, para efetivar a democracia em nosso país e defender uma justiça plural para todos os trabalhadores, garantindo seus direitos no mais amplo sentido. É isso que nós precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Perfeito, conselheiro.

Passo a palavra à Conselheiro Bia Barbosa e depois acho que poderemos ir para o encaminhamento.

A SRA. BIA BARBOSA - Vou ser bem rápida, é só para dizer que eu acho, Presidente e colegas, que essas fronteiras não são tão nítidas entre o que é trabalhista e o que é uma violência. Eu acho que a Maria José trouxe a perspectiva em que a Fenaj trabalha, sobre violências que têm o objetivo de silenciar o trabalho da imprensa, mas quando a gente olha, por exemplo, nos dados dos jornalistas assassinados no Brasil, e a gente teve 30, na última década, a gente vê que os jornalistas mais... Os comunicadores em geral, os jornalistas, radialistas, comunicadores independentes são aqueles que não têm nenhuma proteção dos seus locais de trabalho, ou são aqueles que trabalham para cinco, seis emissoras de rádio, no interior do país.

Então, essas questões, essa fronteira não é muito nítida nesse sentido. Hoje mesmo, a gente marca um ano do assassinato do Dom Phillips e do Bruno Pereira. Hoje, 5 de junho, faz um ano que eles desapareceram e foram encontrados assassinados depois. O Dom Phillips era um jornalista britânico, que, em teoria, tinha o apoio de um veículo internacional para trabalhar



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

na região da Amazônia, mas o local em que ele estava trazia todas as inseguranças e ele terminou assassinado junto com o Bruno Pereira. Então, eu só queria fazer esse comentário muito rápido, porque acho que a gente pode buscar uma abordagem que seja não estritamente trabalhista das questões, mas as questões trabalhistas vão aparecer necessariamente.

Sobre a questão do assédio, que a Maria José mencionou, tem outro tipo de assédio hoje que é fundamental a gente olhar, e o Conselho ainda não discutiu isso, que é o assédio judicial contra os jornalistas e profissionais da imprensa, que é usar a justiça para processar em massa comunicadores e comunicadoras, principalmente mulheres, visando ao silenciamento e ao impedimento da produção de informação de interesse público.

Então, para acrescentar um aspecto que eu acho que é bastante contemporâneo, infelizmente, das novas formas...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA BARBOSA - Não, mas no sentido de que isso aumenta exponencialmente. O número de casos de violação judicial, de assédio judicial é incomparável ao que a gente tinha dez anos atrás, e em todos os anos aumenta.

Então, tem um crescimento, do mesmo jeito que tem um crescimento da violência digital, que é constatada desde que a internet aí está, mas que ganha novas formas e novos contornos.

Então, é só para complementar as sugestões de escopo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Está ótimo.

O SR. DAVI EMERICH - Presidente, eu acho o seguinte: o seminário já tem um nome. É "violência contra profissionais e valorização da comunicação". Eu acho que esse seminário podia ficar nesse tema... Como a gente ainda não sabe precisar essa nova violência, cada um tem uma opinião...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DAVI EMERICH - Não, sabe, mas cada um tem um olhar diferente. Que sabe, sabe. Eu acho que qualquer entidade aqui ou empresário vai ter uma visão diferente e tal.

Eu acho que a gente poderia fazer um seminário de forma que ele resultasse numa espécie de um relatório, para a gente entender cada vez mais o que é isso, porque vão surgir coisas novas nesse seminário. Então, ao invés de estar preocupado... A gente não vai focar na questão do trabalho: "Não, porque não tem violência maior que o salário vil pago pelas empresas". Só que as empresas vão falar: "Vocês não sabem que as empresas estão quebrando, não sei o quê, não sei o quê". Embora esse tema vá ter de entrar. Claro que vai entrar.

Mas eu acho que o importante é saber escolher três ou quatro ou cinco expositores que possam trazer uma visão em forma de caleidoscópio, para que a gente possa ter um relatório e, a partir desse relatório, a gente comece a ter um entendimento melhor do que é a violência hoje contra os profissionais de comunicação e da questão da valorização, entendeu?

Eu acho que tem que ser realmente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Para encaminhamento, eu sugiro o seguinte: que nós enviassemos, como nós fizemos da outra vez, até o dia 13, ou dia 14 - dia 13 é melhor, porque vai ter que emitir depois passagens, convites -, até o dia 13, para depois a gente deliberar, os nomes de sugestões de pessoas.

Acho que nós acabamos aqui falando, de uma maneira ampla, de vários assuntos, então a gente já tem pessoas... Na hora em que a gente foi conversando aqui, a gente lembrou de nomes que podem falar sobre o tema. Eu, na minha parte, lembro desse aspecto jurídico que ela falou. E, de fato, a Bia tem absoluta razão. O assédio judicial hoje contra as empresas e contra os jornalistas é absurdo - é absurdo! -, e a censura judicial é a pior de todas. Nós precisamos tratar desse tema, discutir esse tema. E aqui talvez seja o foro adequado, porque, em muitos lugares, as pessoas estão ficando sem coragem de falar. Então, os comunicadores têm mais facilidade para falar sobre esse tema.

E aí nós iríamos deliberar... Então, já deixaríamos marcado: 9h30 da manhã, faríamos a audiência, ou o seminário - não vai ser audiência, vai ser um seminário... Ou é uma audiência pública? Não sei qual é a terminologia. (*Pausa.*)

Pode ser audiência pública, de acordo com o nosso Regimento.

Então, vamos fazer uma audiência pública para tratar desse tema.

E, José Antônio, o que você disse sobre os jornalistas estarem sendo agredidos na rua ou em outros locais... Na valorização do trabalho da comunicação social, esse é exatamente um dos temas que a gente vai tratar. Tanto da violência... Não adianta a gente querer punir a violência se a gente não pensar também em como valorizar o trabalho do jornalista. É isso.

Bom...

A SRA. PATRICIA BLANCO (*Fora do microfone.*) - Dos jornalistas e dos comunicadores.

44/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Dos jornalistas e... Não; dos comunicadores...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS DA SILVA - Trabalhadores de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Trabalhadores de comunicação.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS DA SILVA - Radialistas, jornalistas, cinema...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Exatamente.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS DA SILVA - ... teatro, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Bom, então, definido desta forma. (*Pausa.*)

Eu ia propor, no item 5, que é o item que foi acrescentado, uma designação de uma comissão para o estudo da nossa lei. Nós temos competência para fazer um esboço de um projeto para a nossa lei, a Lei do Conselho de Comunicação Social, e também, consequentemente, alterar o Regimento Interno.

A lei nossa é de 1991, e a comunicação é completamente diferente hoje. Nós temos outros profissionais que são comunicadores.

Acho que nós temos como fazer uma sugestão, nós temos competência para isso. Nós não temos competência para propor projeto de lei sobre outro assunto qualquer, mas do assunto do Conselho, especificamente, nós temos como fazer, nós temos competência para tratar desse tema. Seria designar uma comissão para tratar da reforma da nossa lei. É uma discussão que vai ser longa aqui, não vai ser simples.

A comissão que eu sugiro seja criada é uma comissão que vai definir, vai traçar, mas isso tudo fruto de discussão. Em todas as sessões, nós podemos trazer alguma coisa para discutir e deixar algum tempo do nosso dia, nas nossas sessões, para poder discutir isso.

Eu sugiro e ponho em votação que a comissão seja composta - sobretudo porque o nosso decano já disse dos atributos da Conselheira Bia Barbosa nesse aspecto de legislação - por ela, pela Conselheira Sonia e pela Conselheira Maria José. Faríamos uma comissão feminina para tratar desse tema, que vai ser amplamente discutido aqui, vai ser amplamente alterado, porque é como se fosse uma comissão de projeto. Na verdade, vocês iriam coordenar esse trabalho para que nós aqui deliberássemos. E a gente pode deliberar item por item, começar a discussão item por item, capítulo por capítulo, trecho por trecho, para a gente poder ir aprovando ou não. É complexo. A gente não sabe se vai chegar ao fim. A gente fez a alteração do Regimento aqui, e a alteração não foi aprovada na última legislatura, ou seja, a gente nem sabe se isso vai para frente. Mas eu acho que, se a gente fizer um trabalho sério, fizer um trabalho bem organizado e tiver consonância com a realidade, a gente vai conseguir produzir alguma coisa.

O fato é que o Conselho... Nós estamos assistindo a várias...

A Maria José está falando que o jornalismo não tem onde tratar, não tem um instrumento de regramento. Nós podemos trabalhar em cima disso. Nós estamos ouvindo que, para os projetos de *fake news*, estão querendo criar uma comissão, um órgão para regular. Nós ouvimos hoje sobre a inteligência artificial, e querem criar um órgão para regular. Todos querem criar o seu órgão para regular. E nós vamos ficando ultrapassados aqui, sendo que nós estamos na Constituição para tratar exatamente da comunicação social? Então, éramos nós que deveríamos tratar dos temas que fossem ligados à comunicação, e não ficarmos totalmente perdidos.

Conselheiro, João Camilo.

O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR - Concordo, acho legítimo. Era algo que a gente já tinha discutido em relação à questão de que precisa haver uma revisão, um reestudo.

Eu só quero deixar uma questão que precisa estar clara para nós, inclusive no sentido de a gente entender o nosso papel, que é o quê? Comunicação é comunicação na internet, ou no rádio, ou no papel, ou ali no corredor. Então, muito embora a gente tenha que ter uma revisão da legislação, muito embora a gente estava discutindo, por exemplo, pela manhã, a questão da IA - e o 2.630 está discutindo questões de comunicação e regulação de plataformas -, eu acho que a gente só não pode deslegitimar o Conselho nesse sentido. Não estou dizendo que isso está sendo feito aqui; só estou dizendo que, independentemente de uma futura reformulação da nossa lei, nós temos legitimidade para falar e dispor sobre comunicação no sentido mais amplo da palavra. É comunicação na internet, é comunicação no jornal, na TV e no rádio.

Então, é só para deixar isso bem claro, porque talvez outras pessoas também possam tentar deslegitimar uma ação do Conselho em cima, por exemplo, de uma comunicação nova, de uma comunicação disruptiva, não é?

É isso.

45/48



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Não, tem total... Perfeitamente.

Eu só fiz uma confusão aqui. Nós teríamos que deliberar aqui, porque a nossa inteligência natural está dizendo aqui que, na verdade, a relatoria tem que ter três membros titulares. Então...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Está bom. O Davi... E depois tem que ter um de cada segmento, que eu não estava observando aqui. Peço desculpas.

Então, Davi, da sociedade civil...

A SRA. PATRICIA BLANCO (*Fora do microfone.*) - Maria José, dos trabalhadores. Falta um de...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Patronal. Valderez, pode ser?

O SR. DAVI EMERICH - Valderez é patronal?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Está ótimo.

O SR. DAVI EMERICH - Então, quem ficou?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Ficou Davi, Bia, Maria José e Valderez.

E acho que, se nós fizermos um plano de trabalho em que nós pudéssemos trazer a cada item de discussão, isso vai facilitar muito, a gente vai picotar... Depois, claro, na hora de ficar uniforme, às vezes não fica perfeito, mas aí a gente faz adequação, mas, se a gente dividisse, ia ficar muito interessante.

A SRA. BIA BARBOSA - Só uma dúvida, Presidente: a ideia seria tanto um projeto de lei para modificar a Lei do CCS - se eu entendi bem...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Sim.

A SRA. BIA BARBOSA - ... e o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Exato.

Eu acho que o ideal é começar pela lei, porque o Regimento, dependendo do que vier...

A SRA. BIA BARBOSA - Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - ... vai ter que ter um tratamento diferente.

Acho que, se a gente fizesse uma discussão item por item aqui... Não estou deslegitimando o Conselho; muito pelo contrário, eu estou querendo até valorizar e atualizar, mas eu digo: há competências que talvez a gente possa ter, e que hoje em dia o meio está pedindo que tenha que ter, de regulação ou de cuidado, o Conselho poderia ter essas atribuições e não criar novos conselhos para tratar de um tema que está conosco.

Esse tema, por exemplo, de *fake news*, se nós tivéssemos as habilidades, dentro da composição do Conselho - às vezes; eu não quero dizer que nós não as tenhamos -, que eles estão querendo que tenham, se nós as tivéssemos aqui, poderíamos ser nós esse órgão.

O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR - Presidente, só um aparte à sua fala. Eu não sei se vocês viram, sem querer entrar no mérito, não existe apoio nenhum à questão da proposta, mas o Deputado Lafayette de Andrade propôs um substitutivo ao PL 2.630.

E, no substitutivo de autoria do Lafayette, tem o Conselho de Comunicação Social do Congresso como órgão consultivo em relação ao que está disposto no 2.630.

Não sei se vocês observaram, mas já foi apresentado e está no sistema já.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Então, nós temos que chamar o Deputado para fazer um voto de aplauso a ele, mas, talvez, para que fique mais preciso ainda, este Conselho deveria ter, às vezes, alguma modificação que possa ser incorporada, justamente para poder casar uma coisa com a outra.

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - O projeto, o PL do Deputado Lafayette cita o Conselho, mas, na verdade, ele cria uma Comissão, que seria uma Comissão dentro do Conselho, mas uma Comissão autônoma. Então, o projeto tem aí...



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Mas tudo bem. Pelo menos, já é um caminho.

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - Sim, é interessante porque ele se remete ao Conselho de Comunicação, mas criando, dentro do Conselho, uma...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Nós já podemos fazer o parecer sobre esse projeto agora. Já quer fazer? (*Risos.*)

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - Eu não sei como é... (*Risos.*)

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - Como tem o relatório da Comissão, eu não sei como é que ele vai ser tratado no trâmite. Ele é incorporado?

A SRA. PATRÍCIA BLANCO (*Fora do microfone.*) - Tem que estar apensado,

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - Tem que estar apensado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Apensado.

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - Mas o que vai a voto é o relatório.

Então, eu creio que não vai ser discutido em detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Ótimo.

O SR. DAVI EMERICH (*Fora do microfone.*) - Só para confirmar se eu continuo participando desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - A princípio, não, porque não houve essa modificação. Eu tinha colocado todo mundo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - ... na mesma...

Bom, nós teríamos agora um relatório do andamento dos trabalhos das Comissões. Como nós não o temos, os Conselheiros que gostariam de fazer alguma comunicação...

Conselheiro José Antônio.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS DA SILVA - Presidente, eu queria parabenizar aqui a Câmara Municipal de Sertãozinho, que, no dia 23 de maio, criou o Conselho Municipal de Comunicação Social daquele município. Através de um projeto de lei da mobilização de alguns jornalistas, radialistas lá da cidade, eles acabaram criando.

Então, eu acho que é uma iniciativa positiva que a gente tem que valorizar, porque aí se começa a discutir das bases os problemas com que a gente convive e vive na comunicação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Perfeito.

Mais algum Conselheiro?

A SRA. PATRÍCIA BLANCO - É só para lembrar, Presidente, que dia 7 de junho é o Dia Nacional da Imprensa. Do dia 1º de junho a 7 junho, todas as datas... Então, a gente tem aqui todos os...

É mais para lembrar da importância da imprensa para a democracia. Então, a gente tem... Tem o 7 também, Maria José. Infelizmente, temos muitas datas; a gente deveria juntar todas numa só, mas, se a gente puder, em cada uma delas, reforçar a importância da imprensa, a importância do jornalismo, a importância dos comunicadores para a defesa da democracia e para o acesso a informações pertinentes, é sempre bom lembrar e ressaltar, principalmente no âmbito deste Conselho, para fortalecer, cada vez mais, a pluralidade, a diversidade e a segurança de comunicadores no exercício da sua profissão. Então, fica aqui eu acho que para a gente reforçar a importância de comemorar cada uma dessas datas para o fortalecimento da imprensa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Conselheira Maria José.

A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA - Muito rapidamente, é só para falar um pouquinho das datas.

É claro que as efemérides são importantes para a gente valorizar determinados profissionais, valorizar determinadas áreas e também para alertar determinadas situações. E isso tem sido utilizado amplamente no Brasil e no mundo.



Reunião de: 05/06/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Em relação à imprensa, o 1º de junho foi uma tentativa dessa unificação, uma tentativa para que a gente tivesse uma data nacional, uma data simbólica. E o 1º de junho foi aprovado em lei. Nós temos uma lei federal que estabelece o 1º de junho como o Dia da Imprensa. E a referência foi a circulação do primeiro jornal brasileiro - nem é uma referência aos profissionais, mas ao primeiro jornal brasileiro que circulou como imprensa independente no Brasil.

Então, é claro que as comemorações são bem-vindas, mas a gente também precisa reforçar aí os esforços que já foram feitos. E a lei federal que aprovou o 1º de junho como o Dia da Imprensa é um desses esforços.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Conselheiro Davi, em consulta aqui às nossas bases, foi deliberado que, de fato, pode ser decidida a relatoria em outro período que não só nas sessões - até respondendo ao Conselheiro que tinha perguntado *online*.

Então, eventualmente, enviar para a Presidência projetos de lei que sejam de interesse para que, posteriormente, seja feita a designação da relatoria, e, aí, sim, possa trazer... E lembrando que cada Conselheiro ou os Conselheiros podem pedir vista do projeto. Então, nós não vamos deliberar efetivamente na data seguinte, sobretudo porque não houve discussão e eventualmente não vai ter discussão.

Bom...

O SR. DAVI EMERICH (*Fora do microfone*) - Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Sim?

O SR. DAVI EMERICH - É com isto que a gente vai se defrontar: a tal das notas oficiais. Eu me lembro de que havia um debate imenso aqui que tinha de ter reunião para aprovar uma nota oficial.

Então, sou daqueles do seguinte: a vida é muito dinâmica. Então, eu acho que nós podemos ter dois tipos de notas oficiais: uma assinada pelo Conselho de Comunicação, quando for uma coisa muito grande, podendo até não ser no interregno das reuniões, quando a maioria apoia a nota e tal, ou então, nota do Presidente do Conselho de Comunicação, porque tem hora que a gente tem de ter agilidade, entendeu?

E isso é... Você participou da última gestão, e nós tínhamos muitos problemas com isso.

Então, da minha parte, eu acho que o Presidente é liberado para soltar nota oficial, porque, se soltar nota oficial indevida, o Conselho vai reagir obviamente, não vai fazer nada disso.

Então, quando for uma nota forte, talvez seja uma nota do Conselho, que tem de ter pelo menos uma maioria, apoio da maioria dos membros do Conselho. Porque isto vai ocorrer: problemas atrás de problemas, principalmente na área de violência e tal, em que não dá para esperar 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Matos) - Bom, atendidas as finalidades da pauta, declaro encerrados os trabalhos da 2ª Reunião, Ordinária, de 2023, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, já convocando a próxima reunião para o dia 3 de julho, às 9h30.

Agradeço a participação de todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 19 minutos.)



COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 11 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB)

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP)

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 11/04/2023

Instalação: 11/04/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Marcelo Castro - MDB/PI (47)	1. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (53)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (48)	2. Efraim Filho - UNIÃO/PB (80)
Izalci Lucas - PSDB/DF (49)	3. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (51)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (52)	4. Cid Gomes - PDT/CE (50)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Daniella Ribeiro - PSD/PB (3)	1. Eliziane Gama - PSD/MA (6,54,57)
Irajá - PSD/TO (4)	2. Vanderlan Cardoso - PSD/GO (7)
Beto Faro - PT/PA (14)	3. Augusta Brito - PT/CE (15)
Ana Paula Lobato - PSB/MA (5)	4. Chico Rodrigues - PSB/RR (8)
Eduardo Gomes - PL/TO (9)	1. Magno Malta - PL/ES (13)
Wilder Morais - PL/GO (12)	2. Flávio Bolsonaro - PL/RJ (56)
Laércio Oliveira - PP/SE (10)	3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (11)

Câmara dos Deputados



TITULARES	SUPLENTES
PL, Fdr PT-PCdoB-PV, UNIÃO, PP, MDB, REP, PSD, Fdr PSDB-CID, PDT, PODE, PSB, AVANTE, SOLID, M BRASIL	
Luiz Carlos Motta - PL/SP (29)	1. Delegado Paulo Bilynskyj - PL/SP (35)
Matheus Noronha - PL/CE (30,77)	2. Daniela Reinehr - PL/SC (36)
Marcio Alvino - PL/SP (31)	3. Luciano Vieira - PL/RJ (37)
Marcelo Álvaro Antônio - PL/MG (32)	4. Capitão Alden - PL/BA (38)
Giacobo - PL/PR (33)	5. Júnior Mano - PL/CE (39,78)
João Carlos Bacelar - PL/BA (34)	6. Vermelho - PL/PR (40)
Odair Cunha - PT/MG (16)	7. Carlos Veras - PT/PE (21)
Alencar Santana - PT/SP (17)	8. Joseildo Ramos - PT/BA (22)
Bohn Gass - PT/RS (18)	9. Carlos Zarattini - PT/SP (23)
Luciano Amaral - PV/AL (19)	10. Daniel Almeida - PCdoB/BA (24)
Dilvanda Faro - PT/PA (20)	11. Ivoneide Caetano - PT/BA (25)
Carlos Henrique Gaguim - UNIÃO/TO (71)	12. Danilo Forte - UNIÃO/CE (74,82)
Dani Cunha - UNIÃO/RJ (72,83)	13. Benes Leocádio - UNIÃO/RN (75)
José Rocha - UNIÃO/BA (73)	14. Paulo Azi - UNIÃO/BA (76)
João Leão - PP/BA (26)	15. Átila Lira - PP/PI (67)
Vicentinho Júnior - PP/TO (27)	16. Aguinaldo Ribeiro - PP/PB (68)
Marx Beltrão - PP/AL (28)	17. Thiago de Joaldo - PP/SE (69)
Eunício Oliveira - MDB/CE (62)	18. Alberto Mourão - MDB/SP (65)
Otoni de Paula - MDB/RJ (63)	19. Duda Ramos - MDB/RR (87)
Sergio Souza - MDB/PR (64)	20. VAGO
Wilson Santiago - REPUBLICANOS/PB (66)	21. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS (59)
Alex Santana - REPUBLICANOS/BA (70)	22. Milton Vieira - REPUBLICANOS/SP (60)
Gilvan Maximo - REPUBLICANOS/DF (58)	23. Weliton Prado - SOLIDARIEDADE/MG (61)
Castro Neto - PSD/PI	24. Marco Bertaiolli - PSD/SP (42)
Paulo Litro - PSD/PR	25. Luiz Gastão - PSD/CE (43)
Geraldo Resende - PSDB/MS	26. Ruy Carneiro - PSC/PB (55,79)
Mauro Benevides Filho - PDT/CE (44)	27. Leônidas Cristino - PDT/CE (45,81)
Gilson Daniel - PODEMOS/ES	28. Igor Timo - PODEMOS/MG (41)
Luciano Ducci - PSB/PR (46)	29. VAGO
PSOL, REDE	
Guilherme Boulos - PSOL/SP (85)	1. Túlio Gadêlha - REDE/PE (86)
NOVO (1,2)	
Adriana Ventura - SP	1. Misael Varella - PSD/MG (84)

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
3. 11/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro. (Ofício nº 29/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
4. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Irajá. (Ofício nº 29/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
5. 11/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Ana Paula Lobato. (Ofício nº 29/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
6. 11/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama. (Ofício nº 29/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
7. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Vanderlan Cardoso. (Ofício nº 29/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
8. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Chico Rodrigues. (Ofício nº 29/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
9. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 74/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda).
10. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Laércio Oliveira. (Ofício nº 6/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos)
11. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Mecias de Jesus. (Ofício nº 6/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos)
12. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 74/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda).
13. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Magno Malta. (Ofício nº 74/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda)
14. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Beto Faro. (Ofício nº 31/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).



15. 11/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Augusta Brito. (Ofício nº 31/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
16. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
17. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Alencar Santana. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
18. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Bohn Gass. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
19. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luciano Amaral. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
20. 11/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Dilvanda Faro. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
21. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Carlos Veras. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
22. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Josealdo Ramos. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
23. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Carlos Zarattini. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
24. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Daniel Almeida. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
25. 11/04/2023: Designada, como suplente, a Deputada Ivoneide Caetano. (Ofício nº 157/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
26. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado João Leão. (Ofício nº 061/2023 da Liderança do PP).
27. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Vicentinho Júnior. (Ofício nº 061/2023 da Liderança do PP).
28. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Marx Beltrão. (Ofício nº 061/2023 da Liderança do PP).
29. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Carlos Motta. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
30. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Júnior Mano. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
31. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Marcio Alvino. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
32. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Álvaro Antônio. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
33. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Giacobo. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
34. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado João Carlos Bacelar. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
35. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
36. 11/04/2023: Designada, como suplente, a Deputada Daniela Reinehr. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
37. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Luciano Vieira. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
38. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Capitão Alden. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
39. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Matheus Noronha. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
40. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Vermelho. (Ofício nº 122/2023 da Liderança do PL).
41. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Igor Timo. (Ofício nº 41/2023 da Liderança do PODE na Câmara dos Deputados)
42. 11/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Marco Bertaioli. (Ofício nº 207/2023 da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados)
43. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Gastão (Ofício nº 207/2023 da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados).
44. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Mauro Benevides Filho (Ofício s/n da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
45. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado André Figueiredo (Ofício s/n da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
46. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luciano Ducci (Ofício nº 1/2023 da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados).
47. 11/04/2023: Designada, como membro titular, o Senador Marcelo Castro (Ofício 34/BLDEM/2023).
48. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Professora Dorinha Seabra (Ofício 33/BLDEM/2023).
49. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Izalci Lucas (Ofício 33/BLDEM/2023).
50. 11/04/2023: Designada, como membro suplente, o Senador Cid Gomes (Ofício 33/BLDEM/2023).
51. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Styvenson Valentim (Ofício 33/BLDEM/2023).
52. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Carlos Viana (Ofício 33/BLDEM/2023).
53. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo (Ofício 34/BLDEM/2023).
54. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Otto Alencar, em substituição à Senadora Eliziane Gama (Ofício nº 35/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
55. 11/04/2023: Desligado o Deputado Dagoberto Nogueira da vaga de suplente (Ofício nº 98/2023 da Federação PSDB/CIDADANIA).
56. 12/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (Ofício nº 78/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).
57. 12/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama, em substituição ao Senador Otto Alencar (Ofício nº 37/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
58. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Gilvan Máximo. (Ofício nº 004/2023 Líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
59. 12/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Gomes. (Ofício nº 004/2023 Líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
60. 12/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Milton Vieira. (Ofício nº 004/2023 Líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
61. 12/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Weliton Prado. (Ofício nº 004/2023 Líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
62. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Eunício Oliveira (Ofício nº 3/2003 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
63. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Otoni de Paula (Ofício nº 3/2003 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
64. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Sergio Souza (Ofício nº 3/2003 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
65. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Mourão (Ofício nº 3/2003 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
66. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Wilson Santiago. (Ofício nº 004/2023 da Liderança Líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
67. 13/04/2023: Designado, como membro Suplente, o Deputado Átila Lira. (Ofício nº 072/2023 da Liderança do PP na Câmara dos Deputados).
68. 13/04/2023: Designado, como membro Suplente, o Deputado Aguinaldo Ribeiro. (Ofício nº 072/2023 da Liderança do PP na Câmara dos Deputados).
69. 13/04/2023: Designado, como membro Suplente, o Deputado Thiago de Joaldo. (Ofício nº 072/2023 da Liderança do PP na Câmara dos Deputados).
70. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Alex Santana. (Ofício nº 004/2023 da Liderança Líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
71. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Henrique Gaguim. (Ofício nº 55/2023/L-União, da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados).
72. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Danilo Forte. (Ofício nº 55/2023/L-União, da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados).



73. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado José Rocha. (Ofício 55/2023/L-União da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados).
74. 17/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Dani Cunha. (Ofício nº 55/2023/L-União, do União Brasil na Câmara dos Deputados).
75. 17/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Benes Leocádio. (Ofício nº 55/2023/L-União, do União Brasil na Câmara dos Deputados).
76. 17/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Azi. (Ofício 55/2023/L-União da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados).
77. 18/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Matheus Noronha, em substituição, ao Deputado Júnior Mano (Ofício nº 153/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
78. 18/04/2023: Designado, como suplente, o Deputado Júnior Mano, em substituição ao Deputado Matheus Noronha (Ofício nº 153/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
79. 18/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Ruy Carneiro, em substituição, ao Deputado Dagoberto Nogueira (Ofício nº 103/2023/PSDB/CIDADANIA, da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA na Câmara dos Deputados).
80. 19/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Efraim Filho (Ofício nº 42 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia)
81. 19/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Leônidas Cristino, em substituição ao Deputado André Figueiredo (Ofício nº 70/2023 - Liderança PDT).
82. 19/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, em substituição à Deputada Dani Cunha. (Ofício nº 60/2023/L-União, do União Brasil na Câmara dos Deputados).
83. 19/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Dani Cunha, em substituição ao Deputado Danilo Forte. (Ofício nº 60/2023/L-União, da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados).
84. 01/06/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Misael Varella, conforme Ofício n. 35/2023 da Liderança do NOVO-CD, ratificado pelo Ofício n. 319/2023 da Liderança do PSD-CD.
85. 15/06/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Guilherme Boulos (Ofício n. 32/2023 da Liderança da Federação PSOL-REDE da Câmara dos Deputados).
86. 15/06/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Túlio Gadêlha (Ofício n. 32/2023 da Liderança da Federação PSOL-REDE da Câmara dos Deputados).
87. 16/06/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Duda Ramos. (Ofício nº 277/2023 do Bloco MDB, REPUBLICANOS, PSD, PODE, PSC).



CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Benes Leocádio (UNIÃO-RN)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
UNIÃO	Deputado Benes Leocádio (UNIÃO)

Notas:

1. Designado como membro e coordenador do Comitê o Deputado Benes Leocádio, conforme Of. Pres. 70/2023/CMO.

Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)

Notas:

1. Designada como membro e coordenadora do Comitê a Senadora Professora Dorinha Seabra, conforme Of. Pres. 67/2023/CMO.

Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA)

Notas:

1. Designado como membro e presidente do Comitê o Deputado Daniel Almeida, conforme Of. Pres. 69/2023/CMO.

Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Júnior Mano (PL-CE)

Notas:

1. Designado como membro e coordenador do Comitê o Deputado Júnior Mano, conforme Of. 68/2023/CMO.



Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL)

Instalação: 29/06/2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP) (4)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Renan Calheiros (MDB/AL) (3)
Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB) (2,10)
Líder da Minoria Deputado Eduardo Bolsonaro (PL/SP)	Líder da Minoria Senador Ciro Nogueira (PP/PI) (1)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Carlos Zarattini (PT/SP) (5)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Cid Gomes (PDT/CE) (9)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO	Senador indicado pela Liderança da Maioria Senador Eduardo Braga (MDB/AM) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Delegado Ramagem (PL/RJ) (8)	Senador indicado pela Liderança da Minoria Senador Esperidião Amin (PP/SC) (6)

Notas:

1. 03.02.2023: Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG)
2. 08.02.2023: Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
3. 08.03.2023: Senador Renan Calheiros eleito presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
4. 15/03/2023: Deputado Alexandre Barbosa eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados.
5. 13.04.2023: Deputado Carlos Zarattini foi eleito, nos termos da alínea 'F', inciso III, do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (Ofício 45/2023-CREDN).
6. 20/04/2023: Designação do Senador Esperidião Amin. (Ofício 1/2023 da Liderança da Minoria no Senado Federal)
7. 20/04/2023: Designado o Senador Eduardo Braga como indicado do Bloco da Maioria. (Ofício nº 4/2023 - GLDMAI, da Liderança da Maioria no Senado Federal).
8. 02/05/2023: Designação do Deputado Delegado Ramagem como indicado da Minoria na Câmara dos Deputados (Ofício nº 8/2023 da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados).
9. 22/05/2023: Eleito o Senador Cid Gomes, nos termos da alínea 'F', inciso III, do art. 7º da Resolução n. 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal (Ofício 21/2023-CRE).
10. 25/05/2023: Designado o Senador Efraim Filho, conforme Ofício nº 21/2023 da Liderança da Maioria no Senado Federal.

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Finalidade: A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL: Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Marcelo Castro - MDB/PI (1)	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (1)
Marcio Bittar - UNIÃO/AC (1,63)	2. Efraim Filho - UNIÃO/PB (64)
Humberto Costa - PT/PE (2)	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS (19)
Rodrigo Cunha - PODEMOS/AL (3)	1. Marcos do Val - PODEMOS/ES (51)
Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (4)	2. Lucas Barreto - PSD/AP (59)
Eliziane Gama - PSD/MA (5,50)	1. Weverton - MA (6,50)
Fabiano Contarato - PT/ES (5,50)	2. Leila Barros - DF (20)
Nelsinho Trad - MS (7,33)	1. Angelo Coronel - BA (7,33)
Telmário Mota (8)	1. Jaques Wagner - PT/BA (8)
Marcos Rogério - PL/RO (9,55)	1. Jayme Campos - UNIÃO/MT (9)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PT, PTB, REPUBLICANOS (10)	
VAGO (23,36,41,42)	1. VAGO (22,28,30,41,44)
VAGO (22,27,41,43)	2. Marcos Pereira - REPUBLICANOS/SP (21,56)
Afonso Hamm - PP/RS	3. Fausto Pinato - PP/SP
VAGO (31,37,38)	4. Ricardo Barros - PL/CE
Dr. Jziel - PL/CE	5. José Rocha - UNIÃO/BA (11)
VAGO (11,12)	6. Giovani Cherini - PL/RS
VAGO (52,53)	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP
Vermelho - PL/PR	8. Hugo Leal - PSD/RJ



TITULARES	SUPLENTES
Moses Rodrigues - UNIÃO/CE	9. VAGO (13)
Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG (54)	10. VAGO (14)
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP	11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS
Rodrigo de Castro - UNIÃO/MG (57)	12. Beto Pereira - PSDB/MS
Alexandre Leite - UNIÃO/SP	13. Pedro Lupion - PP/PR
Wilson Santiago - REPUBLICANOS/PB (35,40)	14. VAGO (45,46)
Danrlei de Deus Hinterholz (25,34,58)	15. VAGO (15)
AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE (10)	
Afonso Motta - PDT/RS (62)	1. Pompeo de Mattos - PDT/RS (62)
VAGO (47,49)	2. Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ (47)
Bacelar - PV/BA	3. VAGO (17)
VAGO (16)	4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Pastor Eurico - PL/PE	5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA
PSB, PSOL, PT, REDE (10)	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Maria do Rosário - PT/RS
Odair Cunha - PT/MG	2. Paulão - PT/AL
Heitor Schuch - PSB/RS (24)	3. Felipe Carreras - PSB/PE (24,61)
VAGO (39,48,60)	4. Glauber Braga - PSOL/RJ
Zeca Dirceu - PT/PR	5. VAGO
NOVO (10)	
Marcel Van Hattem - RS	1. Gilson Marques - SC (18,26,32)
PTC (10)	
Rosangela Gomes	1. Eros Biondini - PL/MG (29)

Notas:

*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

**. A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de suplente cedida pelo PTC.

1. Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 11/04/2019, p. 50](#); [DCN de 23/05/2019, p. 101](#))

2. Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP. ([DCN de 11/04/2019, p. 51](#); [DCN de 23/05/2019, p. 102](#))

3. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 11/04/2019, p. 52](#); [DCN de 23/05/2019, p. 103](#))

4. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/04/2019, p. 53](#); [DCN de 23/05/2019, p. 104](#))

5. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 11/04/2019, p. 54](#); [DCN de 23/05/2019, p. 105](#))

6. Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 11/04/2019, p. 55](#); [DCN de 23/05/2019, p. 106](#))

7. Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 11/04/2019, p. 56](#); [DCN de 23/05/2019, p. 107](#))

8. Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 11/04/2019, p. 57](#); [DCN de 23/05/2019, p. 108](#))

9. Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. ([DCN de 11/04/2019, p. 58](#); [DCN de 23/05/2019, p. 109](#))

10. Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P. ([DCN de 23/05/2019, p. 130](#))

11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 23/05/2019, p. 99](#))

12. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Edio Lopes, em virtude do término do seu mandato.

13. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Celso Maldaner, em virtude do término do seu mandato.

14. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Rogério Peninha Mendonça, em virtude do término do seu mandato.

15. 31/01/2023: Desligamento da Deputada Bruna Furlan, em virtude do término do seu mandato.

16. 31/01/2023: Desligamento da Deputada Perpétua Almeida, em virtude do término do seu mandato.

17. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Roberto de Lucena, em virtude do término do seu mandato.



18. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 23/05/2019, p. 100](#))
19. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP. ([DCN de 06/06/2019, p. 208](#))
20. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 13/06/2019, p. 238](#))
21. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/08/2021, p. 422](#))
22. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação. ([DCN de 15/08/2019, p. 155](#))
23. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/09/2019, p. 226](#))
24. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 26/09/2019, p. 395](#))
25. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 26/09/2019, p. 394](#))
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 03/10/2019, p. 232](#))
27. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 845](#))
28. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 377/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 846](#))
29. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019. ([DCN de 17/10/2019, p. 14](#))
30. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 67](#))
31. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP. ([DCN de 21/11/2019, p. 206](#))
32. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo. ([DCN de 28/11/2019, p. 353](#))
33. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD), que passa à condição de suplente, em 10.12.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/12/2019, p. 563](#))
34. Solicitado o desligamento do Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18.12.2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 19/12/2019, p. 262](#))
35. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim (PTB), em substituição ao Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em 10.03.2020, conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do PTB. ([DCN de 12/03/2020, p. 327](#))
36. Designado, como membro titular, o Deputado Heitor Freire (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Armando (PSL), em 12.03.2020, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/03/2020, p. 17](#))
37. Designado, como membro titular, o Deputado Átila Lira (PP), em 03.04.2020, conforme Ofício nº 60/2020 da Liderança do PP. ([DCN de 09/04/2020, p. 229](#))
38. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Átila Lira, em virtude do término do seu mandato.
39. 10/09/2020: Designada a Deputada Sâmia Bomfim como titular, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. ([DSF de 17/09/2020, p. 6](#))
40. 18/03/2021: Designado, como membro titular, o Deputado Wilson Santiago (PTB), em substituição ao Deputado Paes Landim (PTB), em 18.03.2021, conforme Ofício nº 26/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 25/03/2021, p. 6](#))
41. 19/03/2021: Designados, como membros titulares, os Deputados Coronel Armando (PSL) e Bibo Nunes (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Heitor Freire (PSL); e como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL) em substituição ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 19.03.2021, conforme Ofício nº 51/2021 da Liderança do PSL. ([DCN de 25/03/2021, p. 8](#))
42. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Coronel Armando, em virtude do término do seu mandato.
43. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Bibo Nunes em virtude do término do seu mandato.
44. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Heitor Freire, em virtude do término do seu mandato.
45. 31/03/2021: Designado, como suplente, o Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em substituição ao Deputado Santini (PTB), conforme Ofício nº 32/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 01/04/2021, p. 189](#))
46. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Maurício Dziedricki, em virtude do término do seu mandato.
47. 14/04/2021: Designado, como titular, o Deputado Lucas Vergílio (Solidariedade), em substituição ao Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade), e, como suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade) em substituição ao Deputado Tiago Dimas (Solidariedade), conforme Ofício nº 20/2021 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 15/04/2021, p. 6](#))
48. 14/04/2021: Designada a Deputada Fernanda Melchionna como titular, em substituição à Deputada Sâmia Bomfim. Ofício nº 34/2021 da Liderança do PSOL. ([DCN de 15/04/2021, p. 7](#))
49. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Lucas Vergílio, em virtude do término do seu mandato.
50. 15/04/2021: Designados, como membros titulares, os Senadores Eliziane Gama e Fabiano Contarato, em substituição aos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Marcos do Val, e, como suplente, o Senador Weverton, em substituição ao Senador Flávio Arns, conforme ofício nº 019/2021/GSEGAMA. ([DCN de 22/04/2021, p. 207](#))
51. 04/05/2021: Designado, como membros suplente, o Senador Marcos do Val, conforme ofício nº 041/2021/GLPODEMOS. ([DCN de 06/05/2021, p. 42](#))
52. 05/05/2021: Designado o Deputado Paulo Vicente Caleffi (PSD-RS), como titular, em substituição ao Deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS). Ofício nº 54/2021 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/05/2021, p. 43](#))
53. 31/01/2023: Desligamento do Deputado Paulo Vicente Caleffi, em virtude do término do seu mandato.
54. 08/07/2021: Designado o Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG), como titular, em substituição ao Deputado Vinicius Farah (MDB-RJ). Ofício nº 232/2021 da Liderança do MDB. ([DCN de 15/07/2021, p. 112](#))
55. 20/10/2021: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco. (Of. 28/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 21/10/2021, p. 28](#))
56. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP), em 18.11.2021, conforme Ofício nº 213/21-LID PSL. ([DCN de 18/11/2021, p. 74](#))



57. 27/01/2022: Designado como titular o Deputado Rodrigo de Castro, em substituição ao Deputado Lucas Redecker. (Of. 1/2022 da Liderança do PSDB-CD). ([DCN de 15/12/2022, p. 6](#))
58. Designado, como membro titular, o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz. (Ofício nº 57/2022 PDD) ([DCN de 26/05/2022, p. 14](#))
59. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (Of. 21/2022 - Lid. PSDB/SF) ([DCN de 26/05/2022, p. 13](#))
60. 20/07/2022: A Deputada Fernanda Melchionna é desligada do colegiado, conforme Ofício nº 48/2022 da Liderança do PSOL. ([DCN de 21/07/2022, p. 86](#))
61. 05/12/2022: Designado, como suplente, o Deputado Felipe Carreras (PSB/PE), conforme Ofício nº 41/2022 da Liderança do PSB). ([DCN de 08/12/2022, p. 6](#))
62. 07/12/2022: Designado o Deputados Afonso Motta, como titular, em substituição ao Deputado Paulo Ramos, e o Deputado Pompeu de Mattos, como suplente, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Ofício 73/2022, Liderança do PDT) ([DCN de 08/12/2022, p. 7](#))
63. 07/06/2023: Designado, como membro titular, o Senador Márcio Bittar, conforme Ofício n. 68/2023 do Bloco Democracia.
64. 07/06/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Efraim Filho, conforme Ofício n. 68/2023 do Bloco Democracia.

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefone(s): 3216-6871
E-mail: cpcms.decom@camara.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br



Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Carol Dartora (PT-PR)

RELATOR: Deputado Túlio Gadêlha (REDE-PE)

Designação: 02/06/2023

Instalação: 28/06/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
VAGO	1. VAGO
Sergio Moro - UNIÃO/PR (11)	2. Alan Rick - UNIÃO/AC (13)
VAGO	3. VAGO
Alessandro Vieira - MDB/SE (12)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Mara Gabrilli - PSD/SP (9)	1. VAGO
Nelsinho Trad - PSD/MS (10)	2. VAGO
Paulo Paim - PT/RS (22)	3. VAGO
Flávio Arns - PSB/PR (21)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO (25)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Dr. Hiran - PP/RR (14)	1. Laércio Oliveira - PP/SE (15)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (4)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (5)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA	



TITULARES	SUPLENTES
VAGO	1. VAGO
Socorro Neri - PP/AC (16)	2. VAGO
Dorinaldo Malafaia - PDT/AP (20)	3. VAGO
Dagoberto Nogueira - PSDB/MS (3)	4. VAGO
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Baleia Rossi - MDB/SP (6)	1. VAGO
Zé Haraldo Cathedral - PSD/RR (18)	2. Sidney Leite - PSD/AM (19)
Marcelo Crivella - REPUBLICANOS/RJ (23)	3. Gabriel Mota - REPUBLICANOS/RR (24)
PL	
Rosana Valle - SP (17)	1. VAGO
General Pazuello - RJ (26)	2. VAGO
PCdoB, PT, PV	
Carol Dartora - PT/PR (1)	1. VAGO
Reginete Bispo - PT/RS (2)	2. VAGO
PSOL, REDE	
Túlio Gadêlha - REDE/PE (7)	1. Guilherme Boulos - PSOL/SP (8)

Notas:

1. Designada como titular a Deputada Carol Dartora, conforme ofício nº 230/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
2. Designada como titular a Deputada Reginete Bispo, conforme ofício nº 230/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
3. Designado como titular o Deputado Dagoberto Nogueira, conforme Ofício nº 128/2023 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA.
4. Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 20/2023 da Liderança do Republicanos.
5. Designado como suplente o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 20/2023 da Liderança do Republicanos.
6. Designado como titular o Deputado Baleia Rossi, conforme o Ofício nº 106/2023 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC.
7. Designado como titular o Deputado Túlio Gadêlha, conforme o Ofício nº 26/2023 da Liderança da Federação PSOL-Rede.
8. Designado como suplente o Deputado Guilherme Boulos, conforme o Ofício nº 26/2023 da Liderança da Federação PSOL-Rede.
9. Designada como titular a Senadora Mara Gabrilli, conforme Ofício nº 52/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática.
10. Designado como titular o Senador Nelson Trad, conforme Ofício nº 55/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática.
11. Designado como titular o Senador Sérgio Moro, conforme Ofício n. 49/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
12. Designado como titular o Senador Alessandro Vieira, conforme Ofício n. 49/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
13. Designado como suplente o Senador Alan Rick, conforme Ofício n. 49/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
14. Designado como titular o Senador Dr. Hiran Gonçalves, conforme Ofício n. 22/2023 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
15. Designado como suplente o Senador Laércio Oliveira, conforme Ofício n. 22/2023 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
16. Designada como titular a Deputada Socorro Neri, conforme Ofício nº 114/2023 da Liderança do Progressistas - CD.
17. Designada como titular a Deputada Rosana Valle, conforme Ofício nº 244/2023 da Liderança do PL - CD.
18. Designado como titular o Deputado Zé Haraldo Cathedral, conforme Of. nº 317/2023 da Liderança do PSD.
19. Designado como suplente o Deputado Sidney Leite, conforme Of. nº 317/2023 da Liderança do PSD.
20. Designado como titular o Deputado Dorinaldo Malafaia, conforme Ofício S/N, de 31/05/2023, da Liderança do PDT - CD.
21. Designado como titular o Senador Flávio Arns, conforme Ofício nº 59/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática.
22. 02/06/2023: Designado como titular o Senador Paulo Paim, conforme Of. 60/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática.
23. 05/06/2023: Designado como titular o Deputado Marcelo Crivella, conforme Ofício nº 248/2023 da Liderança do Bloco MDB, REPUBLICANOS, PSD, PODEMOS, PSC.
24. 05/06/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Gabriel Mota, conforme Ofício nº 248/2023 da Liderança do Bloco MDB, REPUBLICANOS, PSD, PODEMOS, PSC.
25. 13/06/2023: Designado como titular o Senador Eduardo Gomes, conforme Ofício n. 109/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda.
26. Designado como titular o Deputado General Pazuello, conforme Oficio nº 281/2023 da Liderança do PL - CD.

Secretário: Ricardo Moreira Maia**Telefone(s):** 33034256**E-mail:** cocom@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

CMMMPV 1154/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1154, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1154, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

VICE-PRESIDENTE: Marco Bertaiolli (PSD-SP)

RELATOR: Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (30)	1. Fernando Farias - MDB/AL (32)
Renan Calheiros - MDB/AL (31)	2. Jader Barbalho - MDB/PA (3)
Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (14)	3. Rodrigo Cunha - PODEMOS/AL (17,65)
Marcos do Val - PODEMOS/ES (15)	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG (18)
Cid Gomes - PDT/CE (13,16)	5. Plínio Valério - PSDB/AM (13,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Daniella Ribeiro - PSD/PB (4)	1. Vanderlan Cardoso - PSD/GO (25)
Otto Alencar - PSD/BA (5)	2. Angelo Coronel - PSD/BA (26)
Augusta Brito - PT/CE (6,62)	3. Humberto Costa - PT/PE (8)
Jorge Kajuru - PSB/GO (7)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Rogerio Marinho - PL/RN (9,22,82)	1. Magno Malta - PL/ES (33,83)
Eduardo Girão - NOVO/CE (10,21)	2. Jorge Seif - PL/SC (34)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Esperidião Amin - PP/SC (11,53)	1. Dr. Hiran - PP/RR (55)
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (12,54)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (56)

Câmara dos Deputados



TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (35)	1. Ricardo Maia - MDB/BA (84)
Marco Bertaiolli - PSD/SP (24,64)	2. Sidney Leite - PSD/AM (23,85)
Gustinho Ribeiro - REPUBLICANOS/SE (36,70)	3. Aluisio Mendes - REPUBLICANOS/MA (71)
PL	
Giacobo - PR (37,60,79)	1. Zé Trovão - SC (39,58,78,80)
Caroline de Toni - SC (38,57)	2. José Medeiros - MT (40,59)
PCdoB, PT, PV	
Merlong Solano - PT/PI (27)	1. Carlos Zarattini - PT/SP (28)
Alencar Santana - PT/SP (20,61)	2. Pedro Uczai - PT/SC (29)
UNIÃO	
Danilo Forte - CE (41,74)	1. VAGO (43,75)
Celso Sabino - PA (42,72)	2. Kim Kataguiri - SP (44,73)
PP	
Ana Paula Leão - MG (45,77)	1. Julio Lopes - RJ (46)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (47)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (48)
PDT	
Josenildo - AP (49,63)	1. Dorinaldo Malafaia - AP (50,66,68,69,81)
PSOL, REDE (1,2)	
Raimundo Santos - PSD/PA (51,76)	1. Túlio Gadêlha - REDE/PE (52,67)

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
3. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Jader Barbalho. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. 27/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
5. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
6. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
7. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Jorge Kajuru. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
8. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
10. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
11. 31/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
12. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Mebias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
13. Vaga compartilhada entre PDT e PSDB em virtude do empate entre as duas bancadas na proporcionalidade intrabloco.
14. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do MDB).
15. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Marcos do Val. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do MDB).
16. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Cid Gomes. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do MDB).
17. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Efraim Filho. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do MDB).
18. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do MDB).
19. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Plínio Valério. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do MDB).
20. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha. (Ofício nº 159/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
21. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Wilder Morais. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
22. 17/04/2023: O Senador Eduardo Gomes deixa de ocupar a comissão como membro titular (Ofício nº 73 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).
23. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
24. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito. (Ofício nº 188/2023/PSD, do PSD).
25. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Vanderlan Cardoso. (Ofício nº 28/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
26. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Angelo Coronel. (Ofício nº 28/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
27. 30/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Merlong Solano. (Ofício nº 159/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).



28. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Zarattini. (Ofício nº 159/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
29. 31/03/2023: Designado, como membro Suplente, o Deputado Pedro Uczai. (Ofício nº 159/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
30. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofícios nºs 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia e 31/2023 da Liderança do MDB).
31. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Renan Calheiros. (Ofícios nºs 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia e 31/2023 da Liderança do MDB).
32. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Fernando Farias. (Ofícios nºs 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia e 31/2023 da Liderança do MDB).
33. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda).
34. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda).
35. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bullhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
36. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
37. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
38. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
39. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
40. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
41. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
42. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
43. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Crístiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
44. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
45. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
46. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
47. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
48. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
49. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
50. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
51. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Guilherme Boulos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
52. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Tarcísio Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
53. 03/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Esperidião Amin, em substituição à Senadora Tereza Cristina. (Ofício nº 07/2023 da Liderança do Bloco PP/Republicanos)
54. 03/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Hamilton Mourão, em substituição ao Senador Mecias de Jesus. (Ofício nº 07/2023 da Liderança do Bloco PP/Republicanos)
55. 03/04/2023: Designado, como suplente, o Senador Dr. Hiran. (Ofício nº 07/2023 da Liderança do Bloco PP/Republicanos)
56. 03/04/2023: Designada, como suplente, a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Hamilton Mourão. (Ofício nº 07/2023 da Liderança do Bloco PP/Republicanos)
57. 05/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Caroline de Toni, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício nº 123/2023 da Liderança do PL).
58. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Alberto Neto, em substituição à Deputada Soraya Santos. (Ofício nº 123/2023 da Liderança do PL).
59. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Alberto Fraga. (Ofício nº 123/2023 da Liderança do PL).
60. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Altineu Cortés. (Ofício nº 134/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados)
61. Designado, como membro titular, o Deputado Alencar Santana, em substituição ao Deputado Odair Cunha (Ofício nº 165/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
62. 11/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Fabiano Contarato (Ofício nº 34/2023/BLRESDEM da Liderança/Bloco Resistência Democrática).
63. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Josenildo, em substituição ao Deputado André Figueiredo.
64. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Marco Bertaiolli, em substituição ao Deputado Antônio Brito. (Ofício nº 202/2023/PSD, do PSD).
65. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Rodrigo Cunha, em substituição ao Senador Efraim Filho (Ofício nº 23/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia).
66. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (Ofício sn/2023 da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
67. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Túlio Gadêlha, em substituição ao Deputado Tarcísio Motta (Ofício nº 22/2023 da Liderança da Federação PSOL/REDE).
68. 12/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Professora Goreth, em substituição ao Deputado Afonso Motta (Ofício nº 137/2023 da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
69. 09/05/2023: A Deputada Professora Goreth deixa de ocupar a vaga de suplente (Ofício S/N da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
70. 13/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Gustinho Ribeiro, em substituição ao Deputado Hugo Motta (Ofício nº 7/2023 - Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS, PSC).
71. 13/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Aluísio Mendes (Ofício nº 7/2023 - Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS, PSC).
72. 19/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Celso Sabino, em substituição ao Deputado Alfredo Gaspar (Ofício nº 060/2023 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados).
73. 20/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Kim Kataguiri, em substituição ao Deputado Danilo Forte (Ofício nº 60/2023 - Liderança UNIÃO BRASIL).
74. 20/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Danilo Forte, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (Ofício nº 60/2023 - Liderança UNIÃO BRASIL).
75. 24/04/2023: A Deputada Cristiane Lopes deixa de ocupar a vaga de suplente (Ofício nº 66 de 2023 da Liderança do União na Câmara dos Deputados).
76. 25/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Raimundo Santos. (Ofício nº 23/2023, da Liderança da Federação PSOL-Rede na Câmara dos Deputados).
77. 26/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Ana Paula Leão, em substituição ao Deputado André Fufuca. (Ofício 83/2023-LidPP, da Liderança do Progressistas na Câmara dos Deputados).



78. 02/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Giacobo, em substituição ao Deputado Capitão Alberto Neto (Ofício nº 189/2023 - Liderança do PL).
79. 04/05/2023; Designado, como membro titular, o Deputado Giocobo, em substituição ao Deputado Zé Trovão (Ofício nº 192/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
80. 04/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Zé Trovão. (Ofício nº 192/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
81. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Dorinaldo Malafaia, conforme Ofício S/N da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados.
82. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Rogério Marinho, conforme Ofício n. 105/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
83. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Magno Malta, conforme Ofício n. 105/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
84. 24/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Ricardo Maia (Ofício n. 112/2023 - Liderança Bloco do MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
85. 25/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Sidney Leite (Ofício n. 235/2023-PSD, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados).

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1155/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1155, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1155, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (3)	1. Ivete da Silveira - MDB/SC (8)
Confúcio Moura - MDB/RO (4)	2. Giordano - MDB/SP (9)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (5)	3. Sergio Moro - UNIÃO/PR (10)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (6)	4. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (11)
Leila Barros - PDT/DF (7,37)	5. Izalci Lucas - PSDB/DF (51)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Irajá - PSD/TO (12)	1. Nelsinho Trad - PSD/MS (15)
Lucas Barreto - PSD/AP (13)	2. Margareth Buzetti - PSD/MT (16)
Rogério Carvalho - PT/SE (14,49)	3. Augusta Brito - PT/CE (17,50)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO (18)	1. VAGO (20,53)
Wilder Morais - PL/GO (19)	2. Jorge Seif - PL/SC (21)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Luis Carlos Heinze - PP/RS (22,54)	1. Laércio Oliveira - PP/SE (56)
Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (23,55)	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (38,57)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (24)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
Capitão Alberto Neto - AM (27,48)	1. Soraya Santos - RJ (40)
Giovani Cherini - RS (28)	2. Alberto Fraga - DF (39)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (29)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (41)
Odair Cunha - PT/MG (30)	2. Ana Pimentel - PT/MG (42)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (31)	1. Cristiane Lopes - RO (43)
Alfredo Gaspar - AL (32)	2. Danilo Forte - CE (44)
PP	
André Fufuca - MA (33)	1. Julio Lopes - RJ (45)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (34)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (46)
PDT	
André Figueiredo - CE (35)	1. Afonso Motta - RS (47)
PSB (1,2)	
Felipe Carreras - PE (36)	1. Gervásio Maia - PB (52)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Confúcio Moura. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
5. 31/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Professora Dorinha Seabra. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia)
6. 31/03/2023: Designado, como membro titular, O Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia)
7. 31/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Leila Barros. (Ofício nº 21/2023 da Liderança do Bloco Democracia)
8. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, o Senadora Ivete da Silveira. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
9. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Giordano. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
10. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Sérgio Moro. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia)
11. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senadora Styvenson Valentim. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia)
12. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Irajá. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
13. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
14. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
15. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Nelsinho Trad. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
16. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Margareth Buzetti. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
17. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
18. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
19. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
20. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
21. 27/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
22. 31/03/2023: Designado, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
23. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
24. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
25. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
26. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
27. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
28. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
29. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
30. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
31. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
32. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
33. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
34. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
35. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.



36. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Felipe Carreras, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
37. 30/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Leila Barros. (Ofício nº 21/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
38. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
39. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
40. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
41. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
42. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
43. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Crístiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
44. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
45. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
46. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
47. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
48. 04/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Capitão Alberto Neto, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício nº 119/2023 da Liderança do PL)
49. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM)
50. 05/04/2023: Designada, como suplente, a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM)
51. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Professor Izalci Lucas. (Ofício nº 21/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
52. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Gervásio Maia, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
53. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
54. 22/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
55. 22/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
56. 22/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Laércio Oliveira (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
57. 22/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Mecias de Jesus, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).

Secretário: Paula de Araújo Pinto Teixeira
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1156/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1156, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1156, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Marcelo Castro - MDB/PI (3)	1. Renan Calheiros - MDB/AL (8)
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (4)	2. Fernando Farias - MDB/AL (9)
Rodrigo Cunha - PODEMOS/AL (5)	3. Alan Rick - UNIÃO/AC (25)
Marcos do Val - PODEMOS/ES (6)	4. Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (26)
Plínio Valério - PSDB/AM (7)	5. Leila Barros - PDT/DF (27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Daniella Ribeiro - PSD/PB (10)	1. Zenaide Maia - PSD/RN (13)
Sérgio Petecão - PSD/AC (11)	2. VAGO
Fabiano Contarato - PT/ES (12)	3. Paulo Paim - PT/RS (14,49)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO (15)	1. VAGO (17)
Wilder Morais - PL/GO (16)	2. Jorge Seif - PL/SC (18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Dr. Hiran - PP/RR (19,52)	1. Tereza Cristina - PP/MS (53)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (28)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (21)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (22)	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (23)	3. VAGO
PL	
Vermelho - PR (24,48)	1. Soraya Santos - RJ (30)
José Medeiros - MT (29,50)	2. Júnior Mano - CE (31,51)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (32)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (34)
Odair Cunha - PT/MG (33)	2. Ana Pimentel - PT/MG (35)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (36)	1. Cristiane Lopes - RO (38)
Alfredo Gaspar - AL (37)	2. Danilo Forte - CE (39)
PP	
André Fufuca - MA (40)	1. Julio Lopes - RJ (41)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (42)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (43)
PDT	
André Figueiredo - CE (44)	1. Afonso Motta - RS (45)
SOLIDARIEDADE (1,2)	
Aureo Ribeiro - RJ (46)	1. Weliton Prado - MG (47)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Marcelo Castro, conforme Ofício nº 31/2023 da Liderança do MDB.
4. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 31/2023 da Liderança do MDB.
5. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Rodrigo Cunha, conforme Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
6. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Marcos do Val, conforme Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
7. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Plínio Valério, conforme Ofício nº 21/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
8. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Renan Calheiros, conforme Ofício nº 31/2023 da Liderança do MDB.
9. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Fernando Farias, conforme Ofício nº 31/2023 da Liderança do MDB.
10. 31/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro, conforme Ofício nº 25/2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática.
11. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Sérgio Petecão, conforme Ofício nº 25/2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática.
12. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato, conforme Ofício nº 25/2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática.
13. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senadora Zenaide Maia, conforme Ofício nº 25/2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática.
14. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, conforme Ofício nº 25/2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática.
15. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes, conforme Ofício nº 62/2023 do Bloco Parlamentar Vanguarda.
16. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais, conforme Ofício nº 62/2023 do Bloco Parlamentar Vanguarda.
17. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão, conforme Ofício nº 62/2023 do Bloco Parlamentar Vanguarda.
18. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif, conforme Ofício nº 62/2023 do Bloco Parlamentar Vanguarda.
19. 31/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
20. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
21. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
22. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
23. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
24. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
25. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Alan Rick, conforme Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
26. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Oriovisto Guimarães, conforme Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
27. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros, conforme Ofício nº 21/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
28. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
29. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
30. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
31. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
32. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
33. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
34. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
35. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
36. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.



37. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
38. 31/03/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
39. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
40. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
41. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
42. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
43. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
44. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Anfré Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
45. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
46. 31/03/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Aureo Ribeiro, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
47. 31/03/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Weliton Prado, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
48. 04/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Vermelho, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício nº 120/2023 da Liderança do PL)
49. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
50. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício 124/2023 da Liderança do PL).
51. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Mano, em substituição ao Deputado Alberto Fraga. (Ofício 124/2023 da Liderança do PL).
52. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Dr. Hiran, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
53. 23/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1157/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1157, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1157, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (3)	1. Marcelo Castro - MDB/PI (5)
Fernando Farias - MDB/AL (4)	2. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (6)
Jayme Campos - UNIÃO/MT (39)	3. Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (18)
Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (40)	4. Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (17)
Alessandro Vieira - MDB/SE (37)	5. Weverton - PDT/MA (38)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Angelo Coronel - PSD/BA (7)	1. VAGO (10,36)
Margareth Buzetti - PSD/MT (8)	2. Sérgio Petecão - PSD/AC (11)
Rogério Carvalho - PT/SE (9,53)	3. Beto Faro - PT/PA (12,54)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Jaime Bagattoli - PL/RO (13,61)	1. VAGO (15,35)
VAGO (14,34)	2. Jorge Seif - PL/SC (16)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Esperidião Amin - PP/SC (19,62)	1. Ciro Nogueira - PP/PI (64)
Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (20,63)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (41)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (21)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (22)	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (23)	3. VAGO
PL	
Zé Trovão - SC (24,57)	1. Soraya Santos - RJ (42)
Luciano Vieira - RJ (25,55,59)	2. João Carlos Bacelar - BA (43,56,60)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (26)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (44)
Odair Cunha - PT/MG (27)	2. Ana Pimentel - PT/MG (45)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (28)	1. Cristiane Lopes - RO (46)
Alfredo Gaspar - AL (29)	2. Danilo Forte - CE (47)
PP	
André Fufuca - MA (30)	1. Julio Lopes - RJ (48)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (31)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (49)
PDT	
André Figueiredo - CE (32)	1. Afonso Motta - RS (50)
AVANTE (1,2)	
Waldemar Oliveira - PE (33,58)	1. VAGO (51,52)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDBM, do MDB).
4. Designado, como membro titular, o Senador Fernando Farias. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
5. Designado, como membro suplente, o Senador Marcelo Castro. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
6. Designado, como membro suplente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
7. Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
8. Designada, como membro titular, a Senadora Margareth Buzetti. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
10. Designado, como membro suplente, o Senador Dr. Samuel Araújo. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
11. Designado, como membro suplente, o Senador Sérgio Petecão. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
12. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
13. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
14. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
15. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
16. Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
17. Designado, como membro suplente, o Senador Oriovisto Guimarães. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
18. Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
19. Designada, como membro titular, a Senadora Mécias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
20. Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bullhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
23. Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
24. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
25. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
29. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Luis Tibé, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
32. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Luis Tibé, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
34. 17/04/2023: O Senador Wilder Morais deixa de compor a comissão como membro titular. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
35. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
36. 12/06/2023: Desligado da Comissão o Senador Dr. Samuel Araújo, em decorrência do retorno do titular ao mandato, Senador Marcos Rogério.
37. Designado, como membro titular, o Senador Alessandro Vieira. (Ofício nº 21/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
38. Designado, como membro suplente, o Senador Weverton. (Ofício nº 21/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).



39. Designado, como membro titular, o Senador Jayme Campos. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
40. Designado, como membro titular, o Senador Styvenson Valentim. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
41. Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
50. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
51. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Sargento Isidório, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
52. 12/04/2023: O Deputado Pastor Sargento Isidório deixa de ocupar a vaga de suplente (Ofício nº 29/2023 - Liderança AVANTE).
53. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
54. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Beto Faro, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
55. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado João Carlos Bacelar, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício nº 125/2023 da Liderança do PL).
56. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Luciano Vieira, em substituição ao Deputado Alberto Fraga. (Ofício nº 125/2023 da Liderança do PL).
57. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes (Ofício nº 135/2023-Lid-PL da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
58. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Waldemar Oliveira, em substituição ao Deputado Luis Tibé (Ofício nº 29/2023 - Liderança Avante).
59. 13/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luciano Vieira, em substituição ao Deputado João Carlos Bacelar (Ofício nº 151/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
60. 13/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado João Carlos Bacelar, em substituição ao Deputado Luciano Vieira (Ofício nº 151/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
61. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Jaime Bagattoli em substituição ao Senador Eduardo Gomes (Ofício nº 79 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).
62. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Esperidião Amin, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
63. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Cleitinho, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
64. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Ciro Nogueira (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1158/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1158, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1158, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (3)	1. Jader Barbalho - MDB/PA (5)
Renan Calheiros - MDB/AL (4)	2. Fernando Dueire - MDB/PE (6)
Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (18)	3. Sergio Moro - UNIÃO/PR (21)
Marcos do Val - PODEMOS/ES (19)	4. Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (22)
Plínio Valério - PSDB/AM (20)	5. Cid Gomes - PDT/CE (23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (7)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (10)
Omar Aziz - PSD/AM (8)	2. Angelo Coronel - PSD/BA (11)
Rogério Carvalho - PT/SE (9,50)	3. Fabiano Contarato - PT/ES (12,51)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO (13)	1. VAGO (15,17)
Wilder Morais - PL/GO (14)	2. Jorge Seif - PL/SC (16)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Ciro Nogueira - PP/PI (24,56)	1. Esperidião Amin - PP/SC (58)
Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (25,57)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (26)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (27)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (28)	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (29)	3. VAGO
PL	
Julia Zanatta - SC (30,52)	1. Júnior Mano - CE (32,54)
Joaquim Passarinho - PA (31,53)	2. José Medeiros - MT (33,55)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (34)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (36)
Odair Cunha - PT/MG (35)	2. Ana Pimentel - PT/MG (37)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (38)	1. Cristiane Lopes - RO (40)
Alfredo Gaspar - AL (39)	2. Danilo Forte - CE (41)
PP	
André Fufuca - MA (42)	1. Julio Lopes - RJ (43)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (44)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (45)
PDT	
André Figueiredo - CE (46)	1. Afonso Motta - RS (47)
PATRIOTA (1,2)	
Fred Costa - MG (48)	1. Dr. Frederico - MG (49)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. Designado, como membro titular, o Senador Renan Calheiros. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
5. Designado, como membro suplente, o Senador Jader Barbalho. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
6. Designado, como membro suplente, o Senador Fernando Dueire. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
7. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
8. Designado, como membro titular, o Senador Omar Aziz. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
10. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
11. Designado, como membro suplente, o Senador Angelo Coronel. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
12. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
13. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
14. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
15. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
16. Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
17. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
18. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
19. Designado, como membro titular, o Senador Marcos do Val. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
20. Designado, como membro titular, o Senador Plínio Valério. (Ofício nº 21/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
21. Designado, como membro suplente, o Senador Sergio Moro. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
22. Designado, como membro suplente, o Senador Oriovisto Guimarães. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
23. Designado, como membro suplente, o Senador Cid Gomes. (Ofício nº 21/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
24. Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
25. Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
26. Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
32. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
33. Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
34. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
35. Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
36. Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
37. Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
38. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
39. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.



40. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
41. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designado, como membro titular, o Deputado Fred Costa, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. Designado, como membro suplente, o Deputado Dr. Frederico, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
50. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
51. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Fabiano Contarato, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
52. 05/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Julia Zanatta, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício nº 126/2023 da Liderança do PL).
53. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Joaquim Passarinho, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício nº 126/2023 da Liderança do PL).
54. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Mano, em substituição à Deputada Soraya Santos. (Ofício nº 126/2023 da Liderança do PL).
55. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Alberto Fraga. (Ofício nº 126/2023 da Liderança do PL).
56. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
57. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Cleitinho, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
58. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1159/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1159, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1159, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Giordano - MDB/SP (3)	1. Fernando Dueire - MDB/PE (6)
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB	2. Eduardo Braga - MDB/AM (7)
Randolfe Rodrigues - REDE/AP (4)	3. Rodrigo Cunha - PODEMOS/AL (8,10)
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (5)	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG (9,11)
Weverton - PDT/MA (47)	5. Izalci Lucas - PSDB/DF
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Vanderlan Cardoso - PSD/GO (12)	1. Daniella Ribeiro - PSD/PB (15)
Angelo Coronel - PSD/BA (13)	2. Irajá - PSD/TO (16)
Beto Faro - PT/PA (14,51)	3. Augusta Brito - PT/CE (17,52)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Jaime Bagattoli - PL/RO (18,44)	1. VAGO (20,46)
VAGO (19,45)	2. Jorge Seif - PL/SC (21)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Ciro Nogueira - PP/PI (22,57)	1. Tereza Cristina - PP/MS (59)
Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (23,58)	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (38,60)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (24)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
Domingos Sávio - MG (27,33,53)	1. Emidinho Madeira - MG (55)
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - SP (28,54)	2. Silvia Cristina - RO (39,56)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (29)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (40)
Odair Cunha - PT/MG (30)	2. Ana Pimentel - PT/MG (41)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (31)	1. Cristiane Lopes - RO (42)
Alfredo Gaspar - AL (32)	2. Danilo Forte - CE (43)
PP	
André Fufuca - MA (34)	1. Julio Lopes - RJ (48)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (35)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (49)
PDT	
André Figueiredo - CE (36)	1. Afonso Motta - RS (50)
NOVO (1,2)	
Adriana Ventura - SP (37)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. Designado, como membro titular, o Senador Giordano. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
5. Designado, como membro titular, o Senador Oriovisto Guimarães. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
6. Designado, como membro suplente, o Senador Fernando Dueire. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
7. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
8. Designado, como membro titular, o Senador Vanderlan Cardoso. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
10. Designado, como membro suplente, o Senador Rodrigo Cunha. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
11. Designado, como membro suplente, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
12. Designado, como membro titular, o Senador Vanderlan Cardoso. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
13. Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
14. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
15. Designada, como membro suplente, a Senadora Daniella Ribeiro. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
16. Designado, como membro suplente, o Senador Irajá. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
17. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
18. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
19. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
20. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
21. Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
22. Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
23. Designado, como membro titular, o Senador Meicias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
24. Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
25. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
32. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
33. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
34. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
35. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
36. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
37. Designada, como membro titular, a Deputada Adriana Ventura, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
38. Designado, como suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
39. Designado, como suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
40. Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.



41. Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
42. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
43. Designadao como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
44. Designado, como membro titular, o Senador Jaime Bagatolli em substituição ao Senador Eduardo Gomes (Ofício nº 79 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).
45. 17/04/2023: O Senador Wilder Morais deixa de compor a comissão como membro titular. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
46. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
47. Designado, como membro titular, o Senador Weverton. (Ofício nº 21/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
48. Designado como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
49. Designado como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
50. Designado como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
51. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Beto Faro, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
52. 05/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
53. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Domingos Sávio, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício nº 127/2023 da Liderança do PL).
54. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício nº 127/2023 da Liderança do PL).
55. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Emidinho Madeira, em substituição à Deputada Soraya Santos. (Ofício nº 127/2023 da Liderança do PL).
56. 05/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Silvia Cristina, em substituição ao Deputado Alberto Fraga. (Ofício nº 127/2023 da Liderança do PL).
57. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
58. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Cleitinho, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
59. 23/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
60. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Mecias de Jesus, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).

Secretário: Gigliola Ansilero
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1160/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1160, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1160, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1)	1. Marcelo Castro - MDB/PI (3)
Renan Calheiros - MDB/AL (2)	2. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (4)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (15,62)	3. Marcio Bittar - UNIÃO/AC (18,61)
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (16)	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG (19)
Izalci Lucas - PSDB/DF (17)	5. Leila Barros - PDT/DF (20)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (5)	1. Irajá - PSD/TO (8)
Vanderlan Cardoso - PSD/GO (6)	2. Angelo Coronel - PSD/BA (9)
Humberto Costa - PT/PE (7,49)	3. Fabiano Contarato - PT/ES (10,50)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO (11)	1. VAGO (13,23)
Wilder Morais - PL/GO (12)	2. Jorge Seif - PL/SC (14)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS (21,31)	1. Esperidião Amin - PP/SC
Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (22,55)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (24,57)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (32)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (33)	3. VAGO
PL	
Sanderson - RS (34,51)	1. Luiz Philippe de Orleans e Bragança - SP (41,53,59)
Júnior Mano - CE (35,52,58)	2. Silvia Cristina - RO (43,54,60)
PCdoB, PT, PV	
Alencar Santana - PT/SP (26)	1. Bohn Gass - PT/RS (29)
Lindbergh Farias - PT/RJ (28)	2. Helder Salomão - PT/ES (30)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (36)	1. Cristiane Lopes - RO (42)
Alfredo Gaspar - AL (37)	2. Danilo Forte - CE (44)
PP	
André Fufuca - MA (38)	1. Julio Lopes - RJ (45)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (39)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (46)
PDT	
André Figueiredo - CE (40)	1. Afonso Motta - RS (47)
PSOL, REDE (27)	
Guilherme Boulos - PSOL/SP (56)	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ (48)

Notas:

- Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designado, como membro titular, o Senador Renan Calheiros. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designado, como membro suplente, o Senador Marcelo Castro. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designado, como membro suplente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Vanderlan Cardoso. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro suplente, o Senador Irajá. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro suplente, o Senador Angelo Coronel. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
- Designado, como membro titular, o Senador Oriovisto Guimarães. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designado, como membro titular, o Senador Izalci Lucas. (Ofício nº 32/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
- Designada, como membro suplente, a Senadora Professora Dorinha Seabra. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
- Designado, como membro suplente, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
- Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros. (Ofício nº 21/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
- 10/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina. (Ofício nº 8/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos).
- 10/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Mecias de Jesus. (Ofício nº 8/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos).
- 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Senador Antonio Brito. (Ofício nº 188/2023/PSD, do PSD).
- Designado, como membro titular, o Deputado Alencar Santana. (Ofício nº 160/2023, da Federação Brasil da Esperança).
- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Lindbergh Farias. (Ofício nº 160/2023, da Federação Brasil da Esperança).
- Designado, como membro suplente, o Deputado Bohn Gass. (Ofício nº 160/2023, da Federação Brasil da Esperança).
- Designado, como membro suplente, o Deputado Helder Salomão. (Ofício nº 160/2023, da Federação Brasil da Esperança).
- Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.



39. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
40. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
41. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designado, como membro suplente, o Deputado Tarcísio Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
50. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Fabiano Contarato, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
51. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes (OF. nº 128/2023 - Liderança/PL).
52. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Júnior Mano, em substituição ao Deputado Giovani Cherini (OF. nº 128/2023 - Liderança/PL).
53. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Luiz Philipe de Orleans e Bragança, em substituição à Deputada Soraya Santos (OF. nº 128/2023 - Liderança/PL).
54. 05/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Silvia Cristina, em substituição ao Deputado Alberto Fraga (OF. nº 128/2023 - Liderança/PL).
55. Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
56. Designado, como membro titular, o Deputado Guilherme Boulos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
57. Designado, como membro suplente, o Senador Clelitinho, em substituição ao Senador Hamilton Mourão. (Ofício nº 8/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos).
58. Designado, como membro titular, o Deputado Júnior Mano, em substituição ao Deputado Giovani Cherini (Ofício nº 136/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
59. Designado, como membro suplente, o Deputado Luiz Philipe de Orleans e Bragança, em substituição à Deputada Soraya Santos (Ofício nº 136/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
60. Designada, como membro suplente, a Deputada Silvia Cristina, em substituição ao Deputado Alberto Fraga (Ofício nº 136/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
61. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Marcio Bittar, em substituição à Senadora Professora Dorinha (Ofício nº 23/BLDEM/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia).
62. 11/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Professora Dorinha, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre (Ofício nº 23/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia).

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1161/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1161, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1161, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (3)	1. Giordano - MDB/SP (5)
Renan Calheiros - MDB/AL (4)	2. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (6)
Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (17)	3. Jayme Campos - UNIÃO/MT (19)
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (22)	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG (20)
Cid Gomes - PDT/CE (24)	5. Plínio Valério - PSDB/AM (21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Vanderlan Cardoso - PSD/GO (7)	1. Otto Alencar - PSD/BA (10)
Nelsinho Trad - PSD/MS (8)	2. Irajá - PSD/TO (11)
Paulo Paim - PT/RS (9,49)	3. Beto Faro - PT/PA (12,50)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO (13)	1. VAGO (15,23)
Wilder Morais - PL/GO (14)	2. Jorge Seif - PL/SC (16)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Luis Carlos Heinze - PP/RS (25,54)	1. Dr. Hiran - PP/RR (56)
Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (26,55)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (18,57)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (27)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (28)	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (29)	3. VAGO
PL	
Coronel Chrisóstomo - RO (30,51)	1. José Medeiros - MT (40,53)
Samuel Viana - MG (31,52)	2. Alberto Fraga - DF
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (32)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (41)
Odair Cunha - PT/MG (33)	2. Ana Pimentel - PT/MG (42)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (34)	1. Cristiane Lopes - RO (43)
Alfredo Gaspar - AL (35)	2. Danilo Forte - CE (44)
PP	
André Fufuca - MA (36)	1. Julio Lopes - RJ (45)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (37)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (46)
PDT	
André Figueiredo - CE (38)	1. Afonso Motta - RS (47)
PSB (1,2)	
Felipe Carreras - PE (39)	1. Gervásio Maia - PB (48)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. Designado, como membro titular, o Senador Renan Calheiros. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
5. Designado, como membro suplente, o Senador Giordano. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
6. Designado, como membro suplente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
7. Designado, como membro titular, o Senador Vanderlan Cardoso. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
8. Designado, como membro titular, o Senador Nelson Trad. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
10. Designado, como membro suplente, o Senador Otto Alencar. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
11. Designado, como membro suplente, o Senador Irajá. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
12. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
13. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
14. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
15. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
16. Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
17. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
18. Designado, como suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
19. Designado, como Suplente, o Senador Jayme Campos. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
20. Designado, como Suplente, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
21. Designado, como Suplente, o Senador Plínio Valério. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
22. Designado, como membro titular, o Senador Oriovisto Guimarães. (Ofício nº 18/2023 da Liderança do Bloco Democracia).
23. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
24. Designado, como membro titular, o Senador Cid Gomes. (Ofício nº 21/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
25. Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
26. Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
32. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
34. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
35. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
36. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
37. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
38. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
39. Designado, como membro titular, o Deputado Felipe Carreras, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.



40. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
41. Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designado, como membro suplente, o Deputado Gervásio Maia, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
50. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Beto Faro, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
51. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Chrisóstomo, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício nº 129/2023 da Liderança do PL).
52. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Samuel Viana, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício nº 129/2023 da Liderança do PL).
53. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado José Medeiros, em substituição à Deputada Soraya Santos. (Ofício nº 129/2023 da Liderança do PL).
54. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
55. 23/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
56. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Dr. Hiran (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
57. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Cleitinho, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).

Secretário: Bruno Brey Vieira
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1162/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1162, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1162, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Eduardo Braga (MDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Guilherme Boulos (PSOL-SP)**RELATOR:** Marangoni (UNIÃO-SP)**RELATOR REVISOR:** Efraim Filho (UNIÃO-PB)**Designação:** 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1,21)	1. Marcelo Castro - MDB/PI (29,73)
Giordano - MDB/SP (23,24,74)	2. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (3)
Efraim Filho - UNIÃO/PB	3. Jayme Campos - UNIÃO/MT (16,67)
Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (14)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (17)
Weverton - PDT/MA (15)	5. Alessandro Vieira - MDB/SE (18)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Angelo Coronel - PSD/BA (19,75,77)	1. Jussara Lima - PSD/PI (7)
Daniella Ribeiro - PSD/PB (4)	2. Margareth Buzetti - PSD/MT (8)
Teresa Leitão - PT/PE (5,54)	3. Beto Faro - PT/PA (9,55)
Jorge Kajuru - PSB/GO (6)	4. Chico Rodrigues - PSB/RR (10)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO (11)	1. Carlos Portinho - PL/RJ (13,22,88)
Wilder Morais - PL/GO (12)	2. Jorge Seif - PL/SC (33)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Laércio Oliveira - PP/SE (34,60)	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS (62)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (35,61)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (2,63)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Carlos Chiodini - MDB/SC (36,81)	1. Henderson Pinto - MDB/PA (82)
Guilherme Boulos - PSOL/SP (25,65)	2. Delegada Katarina - PSD/SE (32,66)



TITULARES		SUPLENTES	
Antonio Andrade - REPUBLICANOS/TO (37,79)		3. Silvio Costa Filho - REPUBLICANOS/PE (80)	
PL			
Silvia Waiãpi - AP (38,56,64,86)		1. Yury do Paredão - SC (46,58,87)	
Zé Trovão - SC (39,57)		2. José Medeiros - MT (48,59)	
PCdoB, PT, PV			
Juliana Cardoso - PT/SP (27)		1. Reimont - PT/RJ (26)	
Fernando Mineiro - PT/RN (31)		2. Jack Rocha - PT/ES (30)	
UNIÃO			
Marangoni - SP (40,76)		1. Marcos Soares - RJ (47,84)	
Pastor Diniz - RR (41,83)		2. Padovani - PR (49,85)	
PP			
André Fufuca - MA (42)		1. Julio Lopes - RJ (50)	
CIDADANIA, PSDB			
Dagoberto Nogueira - PSDB/MS (20,43,71)		1. Beto Pereira - PSDB/MS (51,70,72)	
PDT			
Léo Prates - BA (44,68)		1. Mauro Benevides Filho - CE (52,69,78)	
SOLIDARIEDADE (28)			
Aureo Ribeiro - RJ (45)		1. Weliton Prado - MG (53)	

Notas:

- Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro suplente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designada, como membro titular, a Senadora Eliziane Gama. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Jorge Kajuru. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designada, como membro suplente, a Senadora Jussara Lima. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designada, como membro suplente, a Senadora Margareth Buzetti. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro suplente, o Senador Chico Rodrigues. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como titular, o Senador Styvenson Valentim. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designado, como suplente, o Senador Alessandro Vieira. (Ofício nº 21/BLDEM/2023).
- Designado, como suplente, o Senador Márcio Bittar. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designado, como suplente, o Senador Marcos do Val. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designado, como titular, o Senador Weverton. (Ofício nº 21/BLDEM/2023).
- Designado, como titular, o Senador Angelo Coronel. (Ofício nº 26/BLRESDEM/2023).
- 11/04/223: Designado, como membro titular, o Deputado Beto Pereira, em substituição ao Deputado Adolfo Viana (Ofício nº 81/2023/PSDB/CIDADANIA, da Federação PSDB CIDADANIA).
- 11/04/2023: Confirmada a indicação do Senador Eduardo Braga, como membro titular (Ofício nº 49/2023 da Liderança do MDB no Senado Federal).
- 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro titular, o Senador Marcelo Castro. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
- Designado, como membro titular, o Senador Efraim Filho. (Ofício nº 18/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
- Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito. (Ofício nº 188/2023/PSD, do PSD).
- Designado, como membro suplente, o Deputado Reimont. (Ofício nº 161/2023, da Federação Brasil da Esperança).
- Designada, como membro titular, a Deputada Juliana Cardoso. (Ofício nº 161/2023, da Federação Brasil da Esperança).
- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro suplente, o Senador Giordano. (Ofício nº 44/2023/GLMDB, do MDB).
- Designada, como membro suplente, a Deputada Jack Rocha. (Ofício nº 161/2023, da Federação Brasil da Esperança).
- Designado, como membro titular, o Deputado Fernando Mineiro. (Ofício nº 161/2023, da Federação Brasil da Esperança).
- Designado, como membro suplente, o Deputado Guilherme Boulos. (Ofício nº 189/2023/PSD, do PSD).
- Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.



39. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
40. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
41. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designado, como membro titular, o Deputado Aureo Ribeiro, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
50. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
51. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
52. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
53. Designado, como membro suplente, o Deputado Weliton Prado, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
54. 05/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Teresa Leitão, em substituição ao Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
55. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Beto Faro, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
56. 05/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Silvia Waiápi, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício 130/2023 da Liderança do PL).
57. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Zé Trovão, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício 130/2023 da Liderança do PL).
58. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Alberto Neto, em substituição à Deputada Soraya Santos. (Ofício 130/2023 da Liderança do PL).
59. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Alberto Fraga. (Ofício 130/2023 da Liderança do PL).
60. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Laércio Oliveira, em substituição à Senadora Teresa Cristina (Ofício nº 9/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos).
61. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus (Ofício nº 9/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos).
62. 10/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Luiz Carlos Heinze (Ofício nº 9/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos).
63. 10/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício nº 9/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos).
64. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Yury do Paredão, em substituição ao Deputado Silvia Waiápi (Ofício nº 139/2023/PL, do Partido Liberal).
65. 11/04/2022: Designado, como membro titular, o Deputado Guilherme Boulos, em substituição ao Deputado Antonio Brito (Ofício nº 208/2023/PSD da liderança do PSD na Câmara dos deputados).
66. 11/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Delegada Katarina, em substituição ao Deputado Guilherme Boulos (Ofício nº 208/2023/PSD da liderança do PSD na Câmara dos Deputados).
67. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em substituição ao Senador Marcio Bittar (Ofício nº 23/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia).
68. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Léo Prates, em substituição ao Deputado André Figueiredo (Ofício sn/2023 da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
69. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Josenildo, em substituição ao Deputado Afonso Motta (Ofício sn/2023 da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
70. 11/04/223: Designado, como membro suplente, o Deputado Dagoberto Nogueira, em substituição ao Deputado Alex Manente (Ofício nº 82/2023/PSDB/CIDADANIA, da Federação PSDB CIDADANIA).
71. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Dagoberto Nogueira, em substituição ao Deputado Beto Pereira (Ofício nº 89/2023 da Liderança PSDB/CIDADANIA).
72. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Beto Pereira, em substituição ao Deputado Dagoberto Nogueira (Ofício nº 90/2023 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA na Câmara dos Deputados).
73. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Marcelo Castro, em substituição ao Senador Giordano. (Ofício nº 049/2023)
74. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Giordano, em substituição ao Senador Marcelo Castro. (Ofício nº 049/2023 GLMDB, da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro).
75. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Angelo Coronel (Ofício. nº 36/2023 - Liderança Bloco Resistência Democrática).
76. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Marangoni, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (Ofício nº 48/2023 da Liderança do União na Câmara dos Deputados).
77. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel, em substituição ao Senador Otto Alencar (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
78. 12/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado Josealdo (Ofício sn/2023 da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
79. 13/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Antônio Andrade, em substituição ao Deputado Hugo Motta (Ofício nº 8/2023 - Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
80. 13/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Silvio Costa Filho (Ofício nº 8/2023 - Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS, PSC).
81. 18/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Chiodini, em substituição ao Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (Ofício nº 11/2023-LID, da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
82. 18/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Henderson Pinto. (Ofício 11/2023-LID, da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
83. 19/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Pastor Diniz, em substituição ao Deputado Alfredo Gaspar (Ofício nº 061/2023 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados).



84. 19/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Soares, em substituição a Deputada Cristiane Lopes (Ofício nº 061/2023 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados).
85. 19/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Padovani, em substituição ao Deputado Danilo Forte (Ofício nº 061/2023 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados).
86. 16/05/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Silvia Waiápi, em substituição ao Deputado Yury do Paredão (Ofício nº 209/2023 Liderança PL-CD).
87. 16/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Yury do Paredão, em substituição ao Deputado Capitão Alberto Neto (Ofício nº 209/2023 Liderança PL-CD).
88. 31/05/2023: Designado como suplente o Senador Carlos Portinho, conforme Of. nº 106/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda.

Secretário: Tiago Torres De Lima Brum
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1163/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1163, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1163, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1)	1. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (6)
Fernando Farias - MDB/AL (2,34)	2. Marcelo Castro - MDB/PI
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (35)	3. Jayme Campos - UNIÃO/MT (39)
Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (36)	4. Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (40)
Plínio Valério - PSDB/AM (37)	5. Cid Gomes - PDT/CE (41)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
VAGO (8,46)	1. Sérgio Petecão - PSD/AC (11)
Vanderlan Cardoso - PSD/GO (9)	2. Margareth Buzetti - PSD/MT (12)
Rogério Carvalho - PT/SE (10,52)	3. Teresa Leitão - PT/PE (13,53)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Jaime Bagattoli - PL/RO (14,58)	1. VAGO (16,45)
VAGO (15,44)	2. Jorge Seif - PL/SC (17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Esperidião Amin - PP/SC (18,59)	1. Ciro Nogueira - PP/PI (61)
Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (19,60)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (20)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (21)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (22)	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (23)	3. VAGO
PL	
Coronel Meira - PE (24,54)	1. Delegado Paulo Bilynskyj - SP (42,56)
Bibo Nunes - RS (25,55)	2. Carlos Jordy - RJ (38,57)
PCdoB, PT, PV	
Zeca Dirceu - PT/PR (26)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (43)
Odair Cunha - PT/MG (27)	2. Ana Pimentel - PT/MG (3)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (28)	1. Cristiane Lopes - RO (4)
Alfredo Gaspar - AL (29)	2. Danilo Forte - CE (5)
PP	
André Fufuca - MA (30)	1. Julio Lopes - RJ (7)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (31)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (48)
PDT	
André Figueiredo - CE (32)	1. Afonso Motta - RS (49)
AVANTE (47)	
VAGO (33)	1. VAGO (50,51)

Notas:

- Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designado, como membro titular, o Senador Marcelo Castro. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro suplente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
- Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Senador Dr. Samuel Araújo. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Vanderlan Cardoso. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro suplente, o Senador Sérgio Petecão. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designada, como membro suplente, a Senadora Margareth Buzetti. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
- Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bullhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Luis Tibé, conforme o §5º da art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como titular, o Senador Fernando Farias. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designada, como titular, a Senadora Professora Dorinha Seabra. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designado, como titular, o Senador Styvenson Valentim. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designado, como titular, o Senador Plínio Valério. (Ofício nº 21/BLDEM/2023).
- Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
- Designado, como suplente, o Senador Jayme Campos. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
- Designado, como suplente, o Senador Oriovisto Guimarães. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).



41. Designado, como suplente, o Senador Cid Gomes. (Ofício nº 21/BLDEM/2023).
42. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. 17/04/2023: O Senador Wilder Morais deixa de compor a comissão como membro titular. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
45. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
46. 12/06/2023: Desligado da Comissão o Senador Dr. Samuel Araújo, em decorrência do retorno do titular ao mandato, Senador Marcos Rogério.
47. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
50. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Sargento Isidório, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
51. 13/04/2023: Deixa de compor o Colegiado, como membro suplente, o Deputado Pastor Sargento Isidório (Ofício nº 30/2023 da Liderança do Avante na Câmara dos Deputados).
52. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
53. 05/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Teresa Leitão, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
54. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Meira, sem substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício 131/2023 da Liderança do PL).
55. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Bibo Nunes, em substituição ao Deputado Giovani Cherini. (Ofício 131/2023 da Liderança do PL).
56. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, em substituição à Deputada Soraya Santos. (Ofício 131/2023 da Liderança do PL).
57. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Alberto Fraga. (Ofício 131/2023 da Liderança do PL).
58. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Jaime Bagattoli em substituição ao Senador Eduardo Gomes (Ofício nº 79 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).
59. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Esperidião Amin, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
60. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Cleitinho, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
61. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Ciro Nogueira (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).

Secretário: Paula De Araújo Pinto Teixeira

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1164/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1164, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1164, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Fabiano Contarato (PT-ES)**VICE-PRESIDENTE:** Dorinaldo Malafaia (PDT-AP)**RELATOR:** Dr. Francisco (PT-PI)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (3)	1. Renan Calheiros - MDB/AL (5)
Marcelo Castro - MDB/PI (4)	2. Confúcio Moura - MDB/RO (6)
Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (16,66)	3. Sergio Moro - UNIÃO/PR (19,65)
Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (17)	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG (20)
Alessandro Vieira - MDB/SE (18)	5. Weverton - PDT/MA (21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Angelo Coronel - PSD/BA (24,56,62,67,72)	1. Zenaide Maia - PSD/RN (10)
Omar Aziz - PSD/AM (7)	2. Nelsinho Trad - PSD/MS (22)
Fabiano Contarato - PT/ES (8,50,63)	3. Teresa Leitão - PT/PE (11,51)
Jorge Kajuru - PSB/GO (9)	4. Augusta Brito - PT/CE (64)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO (12)	1. VAGO (14,23)
Wilder Morais - PL/GO (13)	2. Jorge Seif - PL/SC (15)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Laércio Oliveira - PP/SE (30,57)	1. Dr. Hiran - PP/RR (58)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (31,60)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (32,59)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Andreia Siqueira - MDB/PA (73)	1. Charles Fernandes - PSD/BA (80)
Laura Carneiro - PSD/RJ (25,79)	2. VAGO



TITULARES		SUPLENTES
Ricardo Ayres - REPUBLICANOS/TO (33,70)		3. Rogéria Santos - REPUBLICANOS/BA (71)
PL		
Fernando Rodolfo - PE (35,52)		1. Delegado Ramagem - RJ (48,54)
Capitão Alberto Neto - AM (34,53,61)		2. Julia Zanatta - SC (42,55)
PCdoB, PT, PV		
Dr. Francisco - PT/PI (26)		1. Ana Pimentel - PT/MG (28)
Odair Cunha - PT/MG (27)		2. Patrus Ananias - PT/MG (29)
UNIÃO		
Fernanda Pessoa - CE (36,77)		1. Rodrigo Valadares - SE (49,75)
Cristiane Lopes - RO (37,78)		2. Rosângela Moro - SP (43,74,76)
PP		
André Fufuca - MA (38)		1. Julio Lopes - RJ (44)
CIDADANIA, PSDB		
Geovania de Sá - PSDB/SC (39,69)		1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (45)
PDT		
Dorinaldo Malafaia - AP (40)		1. Márcio Honaiser - MA (46,68)
PATRIOTA (1,2)		
Fred Costa - MG (41)		1. Dr. Frederico - MG (47)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. Designado, como membro titular, o Senador Marcelo Castro. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
5. Designado, como membro suplente, o Senador Renan Calheiros. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
6. Designado, como membro suplente, o Senador Confúcio Moura. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
7. Designado, como membro titular, o Senador Omar Aziz. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
8. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. Designado, como membro titular, o Senador Jorge Kajuru. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
10. Designada, como membro suplente, a Senadora Zenaido Maia. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
11. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
12. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
13. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
15. Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
16. Designado, como titular, o Senador Marco Bittar. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
17. Designado, como titular, o Senador Styvenson Valentim. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
18. Designado, como titular, o Senador Alessandro Vieira. (Ofício nº 21/BLDEM/2023).
19. Designada, como suplente, a Senadora Soraya Thronicke. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
20. Designado, como suplente, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
21. Designado, como suplente, o Senador Weverton. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
22. Designado, como Suplente, o Senador Nelsinho Trad. (Ofício nº 26/BLRESDEM/2023).
23. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão como membro suplente. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
24. Designada, como titular, a Senadora Eliziane Gama. (Ofício nº 26/BLRESDEM/2023).
25. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito. (Ofício nº 188/2023/PSD, do PSD).
26. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Francisco. (Ofício nº 162/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
27. Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha. (Ofício nº 162/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
28. Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel. (Ofício nº 162/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
29. Designado, como membro suplente, o Deputado Patrus Ananias. (Ofício nº 162/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
30. Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
31. Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
32. Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
34. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
35. Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
36. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
37. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
38. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
39. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.



40. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
41. Designado, como membro titular, o Deputado Fred Costa, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Dr. Frederico, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
50. 05/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Augusta Brito, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
51. 05/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Teresa Leitão, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
52. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Fernando Rodolfo, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes (OF. nº 131/2023 - Liderança/PL).
53. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Agrobom, em substituição ao Deputado Giovani Cherini (OF. nº 131/2023 - Liderança/PL).
54. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Delegado Ramagem, em substituição à Deputada Soraya Santos (OF. nº 131/2023 - Liderança/PL).
55. 05/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Julia Zanatta, em substituição ao Deputado Alberto Fraga (OF. nº 131/2023 - Liderança/PL).
56. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Irajá em substituição à Senadora Eliziane Gama. (Ofício nº 33/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática)
57. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Laércio Oliveira, em substituição à Senadora Teresa Cristina. (Ofício nº 10/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos)
58. 10/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Dr. Hiram. (Ofício nº 10/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos)
59. 10/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Hamilton Mourão. (Ofício nº 10/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos)
60. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus. (Ofício nº 10/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar PP/Republicanos)
61. 10/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Capitão Alberto Neto, em substituição ao Deputado Daniel Agrobom. (Ofício nº 137/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
62. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel, em substituição ao Senador Irajá (OF. nº 34/2023 - Liderança/Bloco Resistência Democrática).
63. 11/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato, em substituição à Senadora Augusta Brito (OF. nº 34/2023 - Liderança/Bloco Resistência Democrática).
64. 11/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Augusta Brito. (Ofício nº 34/2023 - Liderança/Bloco Resistência Democrática).
65. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Sérgio Moro, em substituição à Senadora Soraya Thronicke (OF. nº 23/2023 - Liderança do Bloco Parlamentar Democracia).
66. 11/04/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Marcio Bittar (OF. nº 23/2023 - Liderança do Bloco Parlamentar Democracia).
67. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Angelo Coronel (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
68. 12/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Honaiser, em substituição ao Deputado Joseildo (Ofício nº 23/2023 da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
69. 12/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Geovania de Sá, em substituição ao Deputado Adolfo Viana (Ofício nº 99/2023 - Liderança PSDB/CIDADANIA).
70. 13/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Ayres, em substituição ao Deputado Hugo Motta (Ofício nº 9/2023 - Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS, PSC).
71. 13/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Rogéria Santos (Ofício nº 9/2023 - Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS, PSC).
72. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel, em substituição ao Senador Otto Alencar (Ofício nº 44/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
73. 18/04/2023: Designada, como membro titular, em substituição ao Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (Ofício nº 12/2023/lid-bloco, da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
74. 18/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Fernanda Pessoa, em substituição ao Deputado Danilo Forte (Ofício nº 60/2023 da Liderança do União na Câmara dos Deputados).
75. 19/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Valadares, em substituição à Deputada Fernanda Pessoa (Ofício nº 062/2023 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados).
76. 19/04/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Moro, em substituição à Deputada Cristiane Lopes (Ofício nº 062/2023 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados).
77. 20/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Fernanda Pessoa, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Ofício nº 62/2023/L/UniãoBrasil, da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados).
78. 20/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Cristiane Lopes, em substituição ao Deputado Alfredo Gaspar. (Ofício nº 62/2023/L/UniãoBrasil, da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados).
79. 20/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em substituição ao Deputado Antonio Brito. (Ofício nº 204/2023/PSD, da Liderança do Partido Social Democrata na Câmara dos Deputados).
80. 25/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Charles Fernandes. (Ofício nº 236/2023 da Liderança PSD na Câmara dos Deputados).

Secretário: Bruno Brey Vieira
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1165/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1165, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Dorinaldo Malafaia (PDT-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Marcelo Castro (MDB-PI)**RELATOR:** Zenaide Maia (PSD-RN)**RELATOR REVISOR:** Jorge Solla (PT-BA)**Designação:** 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Marcelo Castro - MDB/PI (3)	1. Fernando Dueire - MDB/PE (22)
Confúcio Moura - MDB/RO (4)	2. Ivete da Silveira - MDB/SC (5)
Alan Rick - UNIÃO/AC (17)	3. Rodrigo Cunha - PODEMOS/AL (19)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (18)	4. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (20)
Izalci Lucas - PSDB/DF (21)	5. Cid Gomes - PDT/CE (28)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Nelsinho Trad - PSD/MS (6,81,83)	1. Otto Alencar - PSD/BA (10)
Zenaide Maia - PSD/RN (7)	2. Mara Gabrilli - PSD/SP (11)
Humberto Costa - PT/PE (8,52)	3. Rogério Carvalho - PT/SE (12,53)
Chico Rodrigues - PSB/RR (9)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Girão - NOVO/CE (13,26)	1. VAGO (15,25)
VAGO (14,27)	2. Jorge Seif - PL/SC (16)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Dr. Hiran - PP/RR (23,71)	1. Laércio Oliveira - PP/SE (73)
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (29,72)	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (58,74)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Emanuel Pinheiro Neto - MDB/MT (30,77,82)	1. Alberto Mourão - MDB/SP (80)
Sidney Leite - PSD/AM (31,70)	2. Ismael Alexandrino - PSD/GO (78)



TITULARES	SUPLENTES
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (32)	3. VAGO
PL	
Samuel Viana - MG (33,54,86)	1. Carlos Jordy - RJ (48,56,85)
Gustavo Gayer - GO (34,55)	2. José Medeiros - MT (43,57)
PCdoB, PT, PV	
Jorge Solla - PT/BA (35,75)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (49)
Josias Gomes - PT/BA (36,76)	2. Ana Pimentel - PT/MG (50)
UNIÃO	
Dr. Zacharias Calil - GO (37,62)	1. Cristiane Lopes - RO (51)
Dr. Fernando Máximo - RO (38,63)	2. Eduardo Velloso - AC (44,64,69,84)
PP	
André Fufuca - MA (39)	1. Julio Lopes - RJ (45)
CIDADANIA, PSDB	
Geraldo Resende - PSDB/MS (40,67)	1. Dr. Frederico - PATRIOTA/MG (46,68,79)
PDT	
Dorinaldo Malafaia - AP (41,65)	1. Flávia Morais - GO (47,66)
NOVO (1,2)	
Adriana Ventura - SP (24,42,60,61)	1. Marcel Van Hattem - RS (59)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. Designado, como membro titular, o Senador Marcelo Castro. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. Designado, como membro titular, o Senador Confúcio Moura. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Ivete da Silveira. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
6. Designado, como membro titular, o Senador Nelson Trad. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
7. Designada, como membro titular, a Senadora Zenaide Maia. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
8. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
10. Designado, como membro suplente, o Senador Otto Alencar. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
11. Designada, como membro suplente, a Senadora Mara Gabrilli. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
12. Designado, como membro suplente, o Senador HUmberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
13. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
14. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
15. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
16. Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
17. Designado, como membro titular, o Senador Alan Rick. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
18. Designado, como membro titular, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
19. Designado, como membro suplente, o Senador Rodrigo Cunha. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
20. Designado, como membro suplente, o Senador Styvenson Valentim. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
21. Designado, como membro titular, o Senador Izalci Lucas. (Ofício nº 21/BLDEM/2023).
22. Designado, como membro suplente, o Senador Fernando Dueire. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
23. Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
24. 10/04/2023: Encaminhado ofício da Liderança do Novo confirmando a indicação da Deputada Adriana Ventura como membro titular (Ofício nº 26/2023 da Liderança do Novo na Câmara dos Deputados).
25. 17/04/2023: O Senador Eduardo Girão passa a compor a comissão como membro titular. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
26. 17/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Girão em substituição ao Senador Eduardo Gomes (Ofício nº 79 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).
27. 17/04/2023: O Senador Wilder Morais deixa de compor a comissão como membro titular. (Ofício nº 79/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
28. Designado, como membro suplente, o Senador Cid Gomes. (Ofício nº 21/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
29. Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
32. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
34. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
35. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
36. Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.



37. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
38. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
39. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
40. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
41. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designada, como membro titular, a Deputada Adriana Ventura, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
50. Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
51. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
52. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
53. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
54. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes (OF. nº 132/2023 - Liderança/PL).
55. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Gustavo Gayer, em substituição ao Deputado Giovani Cherini (OF. nº 132/2023 - Liderança/PL).
56. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Samuel Viana, em substituição à Deputada Soraya Santos (OF. nº 132/2023 - Liderança/PL).
57. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Alberto Fraga (OF. nº 132/2023 - Liderança/PL).
58. Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
59. 11/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Marcel van Hattem (Ofício nº 26/2023/LN/CD da Liderança do Partido Novo).
60. 10/04/2023: Encaminhado ofício da Liderança do Novo confirmando a indicação da Deputada Adriana Ventura como membro titular (Ofício nº 26/2023 da Liderança do Novo na Câmara dos Deputados).
61. 10/04/2023: Encaminhado ofício da Liderança do Novo confirmando a indicação da Deputada Adriana Ventura como membro titular (Ofício nº 26/2023 da Liderança do Novo na Câmara dos Deputados).
62. 04/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Zacharias Calil, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (Ofício nº 71/2023 - Liderança União Brasil - CD).
63. 04/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Fernando Máximo, em substituição ao Deputado Alfredo Gaspar (Ofício nº 71/2023 - Liderança União Brasil - CD).
64. 04/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Rafael Simoes, em substituição ao Deputado Danilo Forte (Ofício nº 71/2023 - Liderança União Brasil - CD).
65. 04/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Dorinaldo Malafaia, em substituição ao Deputado André Figueiredo (Ofício s/n da Liderança do PDT CD).
66. 04/05/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Flávia Moraes, em substituição ao Deputado Afonso Motta (Ofício s/n da Liderança do PDT CD).
67. 04/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Resende, em substituição ao Deputado Adolfo Viana (Ofício nº 115/2023 - Liderança da Federação PSDB/Cidadania).
68. 04/05/2023: O Deputado Alex Manente foi desligado da vaga de suplente, em atendimento ao Ofício nº 116/2023 da Liderança da Federação PSDB/Cidadania.
69. 10/05/2023: Deputado Rafael Simões deixa de integrar, como suplente, a Comissão Mista, conforme Ofício n. 6/2023 da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados.
70. 08/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Sidney Leite, em substituição ao Deputado Antonio Brito (Ofício 262/2023 da Liderança do PSD-CD).
71. 08/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Dr. Hiran, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício nº 18/2023 - Gabinete Liderança Bloco Aliança).
72. 08/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Hamilton Mourão, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício nº 18/2023 - Gabinete Liderança Bloco Aliança).
73. 08/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Laércio Oliveira, conforme Ofício nº 18/2023 - Gabinete Liderança Bloco Aliança.
74. 08/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Mecias de Jesus, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício nº 18/2023 - Gabinete Liderança Bloco Aliança).
75. 08/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Jorge Solla, em substituição ao Deputado Zeca Dirceu. (Ofício nº 211/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).
76. 08/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Josias Gomes, em substituição ao Deputado Odair Cunha. (Ofício nº 211/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).
77. 16/05/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Roseana Sarney, em substituição ao Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (Ofício 95/2023 - Liderança Bloco MDB, PSD, REPU, PODE, PSC - CD).
78. 17/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Ismael Alexandrino, conforme Ofício n. 273/2023 da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
79. 18/05/2023: Designado, como suplente, o Deputado Dr. Frederico, conforme Ofício nº 130/2023 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA.
80. 24/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Mourão. (Ofício 111/2023 Líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC na Câmara dos Deputados).
81. 29/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto, em substituição ao Senador Nelsinho Trad (Ofício 57/2023 do Bloco Resistência Democrática - SF).
82. 30/05/2023: Designado o Deputado Emanuel Pinheiro Neto, como membro titular, em substituição à Deputada Roseane Sarney (Ofício nº 225 de 2023 da Liderança do Bloco MDB, REPUBLICANOS, PSD, PODEMOS, PSC)



83. 31/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad, em substituição ao Senador Lucas Barreto (Ofício nº 58 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
84. 31/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Velloso (Ofício n. 89/2023 - Liderança União Brasil - CD).
85. 31/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Samuel Viana (Ofício n. 243/2023 da Liderança do PL - CD).
86. 31/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Samuel Viana, em substituição ao Deputado Carlos Jordy (Ofício n. 243/2023 da Liderança do PL - CD).

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1166/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1166, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1166, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 31/03/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (3)	1. Jader Barbalho - MDB/PA (5)
Ivete da Silveira - MDB/SC (4)	2. Giordano - MDB/SP (6)
Sergio Moro - UNIÃO/PR (33)	3. Marcio Bittar - UNIÃO/AC (37)
Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (38)	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG (36)
Leila Barros - PDT/DF (34)	5. Alessandro Vieira - MDB/SE (39)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Margareth Buzetti - PSD/MT (7)	1. VAGO (11,35)
Sérgio Petecão - PSD/AC (8)	2. Zenaide Maia - PSD/RN (12)
Paulo Paim - PT/RS (9,52)	3. Teresa Leitão - PT/PE (13,53)
Chico Rodrigues - PSB/RR (10)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO (14)	1. VAGO (16)
Wilder Morais - PL/GO (15)	2. Jorge Seif - PL/SC (17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS (18)	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS (62)
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (19,63)	2. Cleitonho - REPUBLICANOS/MG (40,61)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (20)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (21)	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (22)	3. VAGO
PL	
Samuel Viana - MG (23,51)	1. Giovani Cherini - RS (47,55)
Caroline de Toni - SC (24,54)	2. José Medeiros - MT (41,56)
PCdoB, PT, PV	
Airton Faleiro - PT/PA (25,57)	1. Leonardo Monteiro - PT/MG (48,59)
João Daniel - PT/SE (26,58)	2. Delegada Adriana Accorsi - PT/GO (49,60)
UNIÃO	
Elmar Nascimento - BA (27)	1. Cristiane Lopes - RO (50)
Alfredo Gaspar - AL (28)	2. Danilo Forte - CE (42)
PP	
André Fufuca - MA (29)	1. Julio Lopes - RJ (43)
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA (30)	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP (44)
PDT	
André Figueiredo - CE (31)	1. Afonso Motta - RS (45)
PSOL, REDE (1,2)	
Guilherme Boulos - PSOL/SP (32)	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ (46)

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
3. Designado, como membro titular, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
4. Designada, como membro titular, a Senadora Ivete da Silveira. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
5. Designado, como membro suplente, o Senador Jader Barbalho. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
6. Designado, como membro suplente, o Senador Jordano. (Ofício nº 31/2023/GLMDB, do MDB).
7. Designada, como membro titular, a Senadora Margareth Buzetti. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
8. Designado, como membro titular, o Senador Sérgio Petecão. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
9. Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
10. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
11. Designado, como membro suplente, o Senador Dr. Samuel Araújo. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
12. Designada, como membro suplente, a Senadora Zenaide Maia. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
13. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa. (Ofício nº 25/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
14. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
15. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
16. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Girão. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
17. Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif. (Ofício nº 62/2023/BLVANG, do Bloco Parlamentar Vanguarda).
18. Designada, como membro titular, a Senadora Tereza Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
19. Designado, como membro titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
20. Designado, como membro titular, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
23. Designado, como membro titular, o Deputado Altineu Côrtes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
24. Designado, como membro titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
25. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Odair Cunha, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Gaspar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
29. Designado, como membro titular, o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Adolfo Viana, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
31. Designado, como membro titular, o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
32. Designado, como membro titular, o Deputado Guilherme Boulos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
33. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Sergio Moro. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
34. 27/03/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Leila Barros. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
35. 12/06/2023: Desligado da Comissão o Senador Dr. Samuel Araújo, em decorrência do retorno do titular ao mandato, Senador Marcos Rogério.
36. Designado, como membro suplente, o Senador Carlos Viana. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
37. Designado, como membro suplente, o Senador Marcio Bittar. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
38. 27/03/2023: Designado, como membro titular, o Senador Styvenson Valentim. (Ofício nº 18/BLDEM/2023).
39. 30/03/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Alessandro Vieira. (Ofício nº 21/2023/BLDEM, do Bloco Parlamentar Democracia).
40. Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.



41. Designado, como membro suplente, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
42. Designado, como membro suplente, o Deputado Danilo Forte, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
45. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
46. Designado, como membro suplente, o Deputado Tarcisio Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
47. Designada, como membro suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
48. Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
49. Designada, como membro suplente, a Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
50. Designada, como membro suplente, a Deputada Cristiane Lopes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN.
51. 05/04/2023. Designado, como membro titular, o Deputado Samuel Viana, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes. (Ofício nº 121/2023 da Liderança do PL).
52. 05/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Fabiano Contarato. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
53. 05/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Teresa Leitão, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Ofício nº 32/2023/BLRESDEM, do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
54. 05/04/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Caroline de Toni, em substituição ao Deputado Giovani Cherini (OF. nº 133/2023 - Liderança/PL).
55. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Giovani Cherini, em substituição à Deputada Soraya Santos (OF. nº 133/2023 - Liderança/PL).
56. 05/04/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado Alberto Fraga (OF. nº 133/2023 - Liderança/PL).
57. 10/05/2023: Designado, como titular, o Deputado Airton Faleiro, em substituição ao Deputado Zeca Dirceu (Ofício nº 212 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
58. 10/05/2023: Designado, como titular, o Deputado João Daniel, em substituição ao Deputado Odair Cunha (Ofício nº 212 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
59. 10/05/2023: Designado, como suplente, o Deputado Leonardo Monteiro, em substituição à Deputada Alice Portugal (Oficio nº 212 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
60. 10/05/2023: Designado, como suplente, a Deputada Adriana Accorsi, em substituição à Deputada Ana Pimentel (Ofício nº 212 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
61. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Cleitinho, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
62. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Luis Carlos Heinze (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
63. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Hamilton Mourão, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1167/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1167, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1167, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Tereza Cristina (PP-MS)

RELATOR REVISOR: Otto Alencar Filho (PSD-BA)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Fernando Dueire - MDB/PE (20)	1. Fernando Farias - MDB/AL (3,4,24)
Confúcio Moura - MDB/RO (21)	2. Jader Barbalho - MDB/PA (25)
Jayme Campos - UNIÃO/MT (22)	3. Sergio Moro - UNIÃO/PR (26)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (23)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (27)
Cid Gomes - PDT/CE (3,4)	5. Izalci Lucas - PSDB/DF
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (5)	1. Zenaide Maia - PSD/RN (11)
Sérgio Petecão - PSD/AC (6)	2. Margareth Buzetti - PSD/MT (12)
Beto Faro - PT/PA (9)	3. Paulo Paim - PT/RS (13)
Jorge Kajuru - PSB/GO (10,28)	4. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Wellington Fagundes - PL/MT	1. VAGO
Carlos Portinho - PL/RJ	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (2) (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS	1. Esperidião Amin - PP/SC (30)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (31)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL	1. VAGO
Otto Alencar Filho - PSD/BA (29)	2. Alexandre Lindenmeyer - PT/RS (36)
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
PL	
Coronel Meira - PE (38)	1. Soraya Santos - RJ
Giovani Cherini - RS	2. Alberto Fraga - DF
PCdoB, PT, PV	
Paulão - PT/AL (14)	1. Pedro Uczai - PT/SC (17)
Helder Salomão - PT/ES (15)	2. VAGO (16,18)
UNIÃO	
Paulinho Freire - RN (32)	1. Fausto Santos Jr. - AM (34)
Chiquinho Brazão - RJ (33)	2. Yandra Moura - SE (35)
PP	
André Fufuca - MA	1. Julio Lopes - RJ
CIDADANIA, PSDB	
Adolfo Viana - PSDB/BA	1. Alex Manente - CIDADANIA/SP
PDT	
Marcos Tavares - RJ (19)	1. Professora Goreth - AP (8)
PSB (1)	
Lídice da Mata - BA (37)	1. Gervásio Maia - PB

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. A vaga destinada ao rodízio foi distribuída à bancada com a maior fração remanescente após a distribuição das 12 vagas instituídas pela RCN 1/2002.
3. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
4. Designação conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
5. 12/04/2023: Confirmada a indicação do Senador Otto Alencar (Ofício nº Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática)
6. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
7. 12/04/2023: A Senadora Ana Paula Lobato deixa de ocupar a vaga de titular (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática)
8. 17/05/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Professora Goreth, em substituição ao Deputado Afonso Motta (Of. S/N, de 16/05/2023, da Liderança do PDT/CD).
9. 12/04/2023: Designado, como membro titular, o Senador Beto Faro, em substituição ao Senador Fabiano Contarato (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
10. 12/04/2023: O Senador Jorge Kajuru deixa de ocupar a vaga de titular (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
11. 12/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Zenaide Maia (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
12. 12/04/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Margareth Buzetti (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
13. 12/04/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Paim (Ofício nº 38/2023 - Liderança do Bloco Resistência Democrática).
14. 10/05/2023: Designado, como titular, o Deputado Paulão, em substituição ao Deputado Zeca Dirceu (Ofício nº 213 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
15. 10/05/2023: Designado, como titular, o Deputado Helder Salomão, em substituição ao Deputado Odair Cunha (Ofício nº 213 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
16. 10/05/2023: Designado, como suplente, o Deputado Alexandre Lindenmeyer, em substituição à Deputada Ana Pimentel (Ofício nº 220 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
17. 10/05/2023: Designado, como suplente, o Deputado Pedro Uczai, em substituição à Deputada Alice Portugal (Ofício nº 213 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
18. 18/05/2023: Desligado, da condição de suplente, o Deputado Alexandre Lindenmeyer, conforme Ofício n. 233/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança da Câmara dos Deputados.
19. 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Tavares, em substituição ao Deputado André Figueiredo (Of. S/N, de 16/05/2023, da Liderança do PDT/CD).
20. 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Fernando Dueire, em substituição ao Senador Eduardo Braga (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
21. 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Confúcio Moura (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
22. 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Jayme Campos, em substituição ao Senador Efraim Filho (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
23. 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Carlos Viana, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
24. 17/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Fernando Farias (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
25. 17/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Jader Barbalho (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
26. 17/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Sérgio Moro, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra (Oficio n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
27. 17/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Marcos do Val, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Oficio n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).



28. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Jorge Kajuru (Ofício nº 49 de 2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
29. 19/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Otto Alencar Filho, em substituição ao Deputado Antonio Brito (Ofício n. 299/2023 - Liderança PSD - CD).
30. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
31. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Cleitinho, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício n. 21/2023 - Liderança Bloco Aliança).
32. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Paulinho Freire, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (Ofício n. 88/2023 - Liderança União Brasil - CD).
33. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Chiquinho Brazão, em substituição ao Deputado Alfredo Gaspar (Ofício n. 88/2023 - Liderança União Brasil - CD).
34. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Fausto Santos Jr., em substituição à Deputada Cristiane Lopes (Ofício n. 88/2023 - Liderança União Brasil - CD).
35. 23/05/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Yandra Moura, em substituição ao Deputado Danilo Forte (Ofício n. 88/2023 - Liderança União Brasil - CD).
36. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Lindenmeyer, conforme Ofício n. 296/2023 da Liderança do PSD-CD, ratificado pelo Ofício n. 234/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança-CD).
37. 24/05/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Lídice da Mata, em substituição ao Deputado Felipe Carreras (Ofício n. 65/2023 da Liderança do PSB/CD).
38. 24/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Meira, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes (Ofício n. 228/2023 - Liderança PL-CD).

Secretário: Bruno Brey Vieira
Telefone(s): 33034256
E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1170/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1170, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1170, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Marcelo Castro (MDB-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Josenildo (PDT-AP)**RELATOR:** Alice Portugal (PCdoB-BA)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 09/05/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Marcelo Castro - MDB/PI (10)	1. Giordano - MDB/SP (15)
Fernando Dueire - MDB/PE (9)	2. Jader Barbalho - MDB/PA (14)
Professora Dorinha Sebra - UNIÃO/TO (12)	3. Marcio Bittar - UNIÃO/AC (11)
Marcos do Val - PODEMOS/ES (13)	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG (16)
Izalci Lucas - PSDB/DF (26)	5. Weverton - PDT/MA (27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Zenaide Maia - PSD/RN (21)	1. Sérgio Petecão - PSD/AC (24)
Lucas Barreto - PSD/AP (22)	2. Angelo Coronel - PSD/BA (25)
Beto Faro - PT/PA (1,28)	3. Teresa Leitão - PT/PE (29)
Chico Rodrigues - PSB/RR (23)	4. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO (37)	1. Zequinha Marinho - PODEMOS/PA
Carlos Portinho - PL/RJ	2. Jorge Seif - PL/SC
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Laércio Oliveira - PP/SE (17)	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS (19)
Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (18)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (20)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA	1. VAGO
André Fufuca - PP/MA	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
VAGO	3. VAGO
Josenildo - PDT/AP	4. VAGO (8)
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL	1. VAGO
Reginete Bispo - PT/RS (30,38)	2. Erika Kokay - PT/DF (31)
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB	3. VAGO
Fábio Macedo - PODEMOS/MA	4. VAGO
PL	
Coronel Fernanda - MT (32)	1. Samuel Viana - MG (4,39)
Fernando Rodolfo - PE (34)	2. Alberto Fraga - DF
PCdoB, PT, PV	
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	1. Rogério Correia - PT/MG (36)
Carlos Veras - PT/PE (5,7,35)	2. VAGO
PSOL, REDE	
Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP (33)	1. VAGO (3)

Notas:

1. 18/05/2023: O Senador Fabiano Contarato deixa de compor a comissão como membro titular (Ofício nº 49 de 2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
2. 18/05/2023: A Senadora Ana Paula Lobato deixa de compor a comissão como membro suplente (Ofício nº 49 de 2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
3. 05/06/2023: Retirado o Deputado Tarcísio Motta da vaga de suplente (Ofício 30/2023 da Federação PSOL-REDE).
4. 14/06/2023: Desligada da suplência da Comissão a Deputada Soraya Santos, conforme Ofício n. 265/2023 da Liderança do PL-CD.
5. 10/05/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Juliana Cardoso em substituição à Deputada Alice Portugal (Ofício 214/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).
6. 10/05/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal em substituição ao Deputado Zeca Dirceu (Ofício 214/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).
7. 31/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Correia, em substituição à Deputada Juliana Cardoso (Ofício n. 245/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
8. 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Josenildo, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Ofício s/n da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
9. 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Fernando Dueire, em substituição ao Senador Marcelo Castro (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
10. 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Marcelo Castro, em substituição ao Senador Eduardo Braga (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
11. 17/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Márcio Bittar, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
12. 17/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Professora Dorinha Seabra, em substituição ao Senador Efraim Filho (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
13. 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Marcos do Val, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
14. 17/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Jader Barbalho, em substituição ao Senador Giordano (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
15. 17/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Giordano, em substituição ao Senador Confúcio Moura (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
16. 17/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Carlos Viana, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
17. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Laércio Oliveira, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 20/2023 - Liderança Bloco Aliança/SF).
18. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Cleitinho Azevedo, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício n. 20/2023 - Liderança Bloco Aliança/SF).
19. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Luis Carlos Heinze, conforme Ofício n. 20/2023 da Liderança do Bloco Aliança/SF.
20. 18/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício n. 20/2023 - Liderança Bloco Aliança/SF).
21. 18/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Zenaide Maia, em substituição ao Senador Otto Alencar (Ofício nº 49 de 2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
22. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 49 de 2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
23. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Jorge Kajuru (Ofício nº 49 de 2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
24. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Sérgio Petecão (Ofício nº 49 de 2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
25. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Angelo Coronel (Ofício nº 49 de 2023 do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).



26. 22/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Izalci Lucas, nos termos do Ofício n. 48/2023 - Liderança Bloco Democracia - SF.
27. 22/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Weverton, nos termos do Ofício n. 48/2023 - Liderança Bloco Democracia - SF.
28. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Beto Faro (Ofício n. 51/2023 - Bloco Resistência Democrática).
29. 23/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Teresa Leitão (Ofício n. 51/2023 - Bloco Resistência Democrática).
30. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Vicentinho, em substituição ao Deputado Antonio Brito, conforme Ofício n. 297/2023 da Liderança do PSD-CD, ratificado pelo Ofício n. 234/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança-CD.
31. 23/05/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Erika Kokay, conforme Ofício n. 297/2023 da Liderança do PSD-CD, ratificado pelo Ofício n. 234/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança-CD).
32. 30/05/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Coronel Fernanda, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes (Ofício 235/2023 da Liderança do PL - CD).
33. 05/06/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Professora Luciene Cavalcante, em substituição ao Deputado Guilherme Boulos (Ofício 30/2023 da Federação PSOL-REDE).
34. 05/06/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Fernando Rodolfo, em substituição ao Deputado Giovani Cherini (Ofício 247/2023 da Liderança do PL-CD).
35. 06/06/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Veras, em substituição ao Deputado Rogério Correia (Ofício n. 249/2023 da Federação Brasil da Esperança - CD).
36. 06/06/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Rogério Correia (Ofício n. 249/2023 da Federação Brasil da Esperança - CD).
37. 12/06/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Gomes, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Ofício n. 109/2023 - Liderança Bloco Vanguarda).
38. 20/06/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Reginete Bispo, em substituição ao Deputado Vicentinho, conforme Ofício n. 339/2023 da Liderança do PSD-CD, ratificado pelo Ofício n. 375/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança-CD.
39. 21/06/2023: Designado, como suplente, o Deputado Samuel Viana (Ofício 286/2023 da Liderança do PL-CD).

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256



CMMMPV 1171/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1171, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1171, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 09/05/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (18)	1. Marcelo Castro - MDB/PI (23)
Giordano - MDB/SP (22)	2. Eduardo Braga - MDB/AM (21)
Alan Rick - UNIÃO/AC (24)	3. Rodrigo Cunha - PODEMOS/AL (20)
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (3)	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG (19)
Cid Gomes - PDT/CE (32)	5. Plínio Valério - PSDB/AM (33)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Angelo Coronel - PSD/BA (27)	1. Otto Alencar - PSD/BA (29)
Irajá - PSD/TO (28)	2. Omar Aziz - PSD/AM (30)
Rogério Carvalho - PT/SE (7,34)	3. Beto Faro - PT/PA (35)
VAGO (8)	4. VAGO (9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Wellington Fagundes - PL/MT	1. Zequinha Marinho - PODEMOS/PA
Carlos Portinho - PL/RJ	2. Jorge Seif - PL/SC
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Ciro Nogueira - PP/PI (25)	1. Tereza Cristina - PP/MS (26)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (4)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (5)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA	1. Léo Prates - PDT/BA (14)
André Fufuca - PP/MA	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
VAGO	3. VAGO
Mauro Benevides Filho - PDT/CE (6,13)	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL	1. VAGO
Pedro Paulo - PSD/RJ (15)	2. Cezinha de Madureira - PSD/SP (31)
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB	3. VAGO
Dr. Victor Linhalis - PODEMOS/ES (16)	4. Sargento Portugal - PODEMOS/RJ (17)
PL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - SP (1)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PCdoB, PT, PV	
Florentino Neto - PT/PI (10)	1. Kiko Celeguim - PT/SP (12)
Denise Pessôa - PT/RS (11)	2. Márcio Jerry - PCdoB/MA (2)
PSOL, REDE	
Guilherme Boulos - PSOL/SP	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ

Notas:

1. 09/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (Ofício 195/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
2. 10/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Jerry, em substituição à Deputada Camila Jara (Ofício 217/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).
3. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Oriovisto Guimarães (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
4. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Meciasde Jesus, conforme Ofício n. 20/2023 da Liderança do Bloco Aliança/SF.
5. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício n. 20/2023 da Liderança do Bloco Aliança/SF.
6. 18/05/2023: Desligado, da vaga de titular, o Deputado André Figueiredo, conforme Ofício S/N, de 18 de maio de 2023, da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados.
7. 18/05/2023: O Senador Fabiano Contarato deixa de compor a comissão como membro titular (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
8. 18/05/2023: O Senador Jorge Kajuru deixa de compor a comissão como membro titular (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
9. 18/05/2023: A Senadora Ana Paula Lobato deixa de compor a comissão como membro suplente (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
10. 10/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Florentino Neto, em substituição ao Deputado Zeca Dirceu (Ofício 215/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).
11. 10/05/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Denise Pessôa, em substituição à Deputada Alice Portugal (Ofício 215/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).
12. 10/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Kiko Celeguim, em substituição à Deputada Ana Pimentel (Ofício 215/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).
13. 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Mauro Benevides Filho. (Ofício s/n da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
14. 17/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Léo Prates. (Ofício s/n da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
15. 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Pedro Paulo, em substituição ao Deputado Antonio Brito (Ofício nº 276/2023 da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados).
16. 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Victor Linhalis, em substituição ao Deputado Fábio Macedo (Ofício n. 56/2023 - Liderança do Podemos/CD).
17. 17/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Sargento Portugal (Ofício n. 56/2023 - Liderança do Podemos/CD).
18. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Eduardo Braga (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
19. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Carlos Viana, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
20. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Rodrigo Cunha, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
21. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Braga, em substituição ao Senador Giordano (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
22. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Giordano, em substituição ao Senador Marcelo Castro (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
23. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Marcelo Castro, em substituição ao Senador Confúcio Moura (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
24. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Alan Rick, em substituição ao Senador Efraim Filho (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
25. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 20/2023 - Liderança Bloco Aliança/SF).
26. 18/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício n. 20/2023 da Liderança do Bloco Aliança/SF.



27. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel, em substituição ao Senador Otto Alencar (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
28. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Irajá, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
29. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Otto Alencar (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
30. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Omar Aziz (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
31. 19/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Cezinha de Madureira, conforme Ofício n. 295/2023 - Liderança do PSD - CD.
32. 22/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Cid Gomes, nos termos do Ofício n. 48/2023 - Liderança Bloco Democracia - SF.
33. 22/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Plínio Valério, nos termos do Ofício n. 48/2023 - Liderança Bloco Democracia - SF.
34. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Rogério Carvalho (Ofício n. 51/2023 - Bloco Resistência Democrática).
35. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Beto Faro (Ofício n. 51/2023 - Bloco Resistência Democrática).

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): 3303-4256
E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1172/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1172, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1172, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Eduardo Gomes (PL-TO)

VICE-PRESIDENTE: Samuel Viana (PL-MG)

RELATOR: Merlong Solano (PT-PI)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 09/05/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1)	1. Fernando Farias - MDB/AL (15)
Renan Calheiros - MDB/AL (16)	2. Confúcio Moura - MDB/RO (17)
Sergio Moro - UNIÃO/PR (19)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (2)
Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (20)	4. Carlos Viana - PODEMOS/MG (18)
Alessandro Vieira - MDB/SE (28)	5. Weverton - PDT/MA (29)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Nelsinho Trad - PSD/MS	1. Daniella Ribeiro - PSD/PB (26)
Lucas Barreto - PSD/AP (25)	2. Zenaide Maia - PSD/RN (27)
Paulo Paim - PT/RS (4,30)	3. Humberto Costa - PT/PE (31)
Jorge Kajuru - PSB/GO	4. VAGO (5)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Gomes - PL/TO (36)	1. Zequinha Marinho - PODEMOS/PA
Carlos Portinho - PL/RJ	2. Jorge Seif - PL/SC
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Dr. Hiran - PP/RR (21)	1. Tereza Cristina - PP/MS (23)
Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (22)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (24)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA	1. VAGO
André Fufuca - PP/MA	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
VAGO ⁽¹³⁾	3. VAGO
Max Lemos - SOLIDARIEDADE/RJ ⁽³⁾	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL	1. VAGO
Leonardo Monteiro - PT/MG ⁽³²⁾	2. Alexandre Lindenmeyer - PT/RS ⁽³³⁾
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB	3. VAGO
Dr. Victor Linhalis - PODEMOS/ES ⁽¹⁴⁾	4. VAGO
PL	
Zé Vitor - MG ⁽³⁴⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Samuel Viana - MG ⁽³⁷⁾	2. Alberto Fraga - DF
PCdoB, PT, PV	
Merlong Solano - PT/PI ⁽⁹⁾	1. Dandara - PT/MG ⁽¹⁰⁾
Delegada Adriana Accorsi - PT/GO ⁽⁸⁾	2. Daniel Almeida - PCdoB/BA ^(11,12)
PSOL, REDE	
Pastor Henrique Vieira - PSOL/RJ ⁽³⁵⁾	1. VAGO ⁽⁶⁾

Notas:

- 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Professora Dorinha Seabra (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Desligado, da vaga de titular, o Deputado André Figueiredo, conforme Ofício S/N, de 18 de maio de 2023, da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados.
- 18/05/2023: O Senador Fabiano Contarato deixa de compor a comissão como membro titular (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistencia Democrática).
- 18/05/2023: A Senadora Ana Paula Lobato deixa de compor a comissão como membro suplente (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistencia Democrática).
- 05/06/2023: Retirado o Deputado Tarcísio Motta da vaga de suplente (Ofício 30/2023 da Federação PSOL-REDE).
- 14/06/2023: Desligada da suplência da Comissão a Deputada Soraya Santos, conforme Ofício n. 266/2023 da Liderança do PL-CD.
- 10/05/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Delegada Adriana Accorsi em substituição à Deputada Alice Portugal (Ofício 219/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).
- 10/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Merlong Solano em substituição ao Deputado Zeca Dirceu (Ofício 219/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).
- 10/05/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Dandara em substituição à Deputada Ana Pimentel (Ofício 219/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).
- 10/05/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Alice Portugal em substituição à Deputada Camila Jara (Ofício 219/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).
- 10/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Almeida em substituição à Deputada Alice Portugal (Ofício 221/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados).
- 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Max Lemos. (Ofício S/N da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
- 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Victor Linhalis, em substituição ao Deputado Fábio Macedo (Ofício n. 57/2023 - Liderança do Podemos/CD).
- 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Fernando Farias, em substituição ao Senador Confúcio Moura (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Renan Calheiros, em substituição ao Senador Marcelo Castro (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Confúcio Moura, em substituição ao Senador Giordano (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Carlos Viana, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Sérgio Moro, em substituição ao Senador Efraim Filho (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Styvenson Valentim, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Dr. Hiran, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 20/2023 - Liderança Bloco Aliança/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Cleitinho Azevedo, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício n. 20/2023 - Liderança Bloco Aliança/SF).
- 18/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício n. 20/2023 da Liderança do Bloco Aliança/SF.
- 18/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício n. 20/2023 - Liderança Bloco Aliança/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistencia Democrática).
- 18/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistencia Democrática).



27. 18/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Zenaide Maia (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistencia Democrática).
28. 22/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Alessandro Vieira, nos termos do Ofício n. 48/2023 - Liderança Bloco Democracia - SF.
29. 22/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Weverton, nos termos do Ofício n. 48/2023 - Liderança Bloco Democracia - SF.
30. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Paulo Paim (Ofício n. 51/2023 - Bloco Resistência Democrática).
31. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa (Ofício n. 51/2023 - Bloco Resistência Democrática).
32. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro, em substituição ao Deputado Antonio Brito, conforme Ofício n. 298/2023 da Liderança do PSD-CD, ratificado pelo Ofício n. 234/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança-CD.
33. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Lindenmeyer, conforme Ofício n. 298/2023 da Liderança do PSD-CD, ratificado pelo Ofício n. 234/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança-CD).
34. 29/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Zé Vitor, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes (Ofício nº 230/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
35. 05/06/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Pastor Henrique Vieira, em substituição ao Deputado Guilherme Boulos (Ofício 30/2023 da Federação PSOL-REDE).
36. 12/06/2023: Designado, como titular, o Senador Eduardo Gomes, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Ofício n. 109/2023 do Bloco Vanguarda).
37. 20/06/2023: Designado, como titular, o Deputado Samuel Viana, em substituição ao Deputado Giovani Cherini (Ofício nº 285/2023 da Liderança do PL/CD).

Secretário: Marina Ladeira Cotta Marçal

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1173/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1173, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1173, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Alfredinho (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

RELATOR REVISOR: Luiz Gastão (PSD-CE)

Designação: 09/05/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (12)	1. Ivete da Silveira - MDB/SC (13)
Confúcio Moura - MDB/RO (14)	2. Eduardo Braga - MDB/AM (15)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (1)	3. Rodrigo Cunha - PODEMOS/AL (17,33)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (16)	4. Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (18)
Leila Barros - PDT/DF (28)	5. Plínio Valério - PSDB/AM (29)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Vanderlan Cardoso - PSD/GO (23)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (26)
Jussara Lima - PSD/PI (24)	2. Nelsinho Trad - PSD/MS (27)
Fabiano Contarato - PT/ES (2,30)	3. Paulo Paim - PT/RS (31)
Chico Rodrigues - PSB/RR (25)	4. VAGO (3)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Rogério Marinho - PL/RN (38)	1. Zequinha Marinho - PODEMOS/PA
Carlos Portinho - PL/RJ	2. Jorge Seif - PL/SC
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Esperidião Amin - PP/SC (19)	1. Ciro Nogueira - PP/PI (21)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20,34)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (22)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA	1. VAGO
André Fufuca - PP/MA	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
Arnaldo Jardim - CIDADANIA/SP (36)	3. VAGO
Max Lemos - SOLIDARIEDADE/RJ (9)	4. Professora Goreth - PDT/AP (32)
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL	1. VAGO
Luiz Gastão - PSD/CE (10)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB	3. VAGO
Sargento Portugal - PODEMOS/RJ (11)	4. VAGO
PL	
Capitão Alberto Neto - AM (35)	1. VAGO (4)
Giovani Cherini - RS	2. Alberto Fraga - DF
PCdoB, PT, PV	
Alfredinho - PT/SP (5,37)	1. Dilvanda Faro - PT/PA (7)
Reginete Bispo - PT/RS (6)	2. Dimas Gadelha - PT/RJ (8)
PSOL, REDE	
Guilherme Boulos - PSOL/SP	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ

Notas:

- 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Efraim Filho (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: O Senador Fabiano Contarato deixa de compor a comissão como membro titular.
- 18/05/2023: A Senadora Ana Paula Lobato deixa de compor a comissão como membro suplente (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
- 14/06/2023: Desligada da suplência da Comissão a Deputada Soraya Santos, conforme Ofício n. 267/2023 da Liderança do PL-CD.
- 10/05/2023: Designado, como titular, o Deputado Carlos Zarattini em substituição ao Deputado Zeca Dirceu (Ofício nº 216 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
- 10/05/2023: Designada, como titular, a Deputada Reginete Bispo em substituição à Deputada Alice Portugal (Ofício nº 216 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
- 10/05/2023: Designada, como suplente, a Deputada Dilvanda Faro, em substituição à Deputada Ana Pimentel (Ofício nº 216 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
- 10/05/2023: Designado, como suplente, o Deputado Dimas Gadelha em substituição à Deputada Camila Jara (Ofício nº 218 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
- 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Max Lemos, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Ofício s/n da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados).
- 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Gastão, em substituição ao Deputado Antonio Brito (Ofício n. 279/2023 - Liderança PSD/CD).
- 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Sargento Portugal, em substituição ao Deputado Fábio Macedo (Ofício n. 58/2023 - Liderança do Podemos/CD).
- 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Eduardo Braga (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Ivete da Silveira, em substituição ao Senador Confúcio Moura (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Confúcio Moura, em substituição ao Senador Marcelo Castro (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Braga, em substituição ao Senador Giordano (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Carlos Viana, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Davi Alcolumbre, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Oriovisto Guimarães, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Ofício n. 43/2023 - Liderança Bloco Democracia/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Esperidião Amin, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 20/2023 - Liderança Bloco Aliança/SF).
- 18/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício n. 20/2023 - Liderança Bloco Aliança/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Ciro Nogueira, conforme Ofício n. 20/2023 da Liderança do Bloco Aliança/SF.
- 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Cleiton, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício n. 20/2023 - Liderança Bloco Aliança/SF).
- 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Otto Alencar (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
- 18/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Jussara Lima, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).



25. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Jorge Kajuru (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
26. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
27. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Nelsinho Trad (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
28. 22/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Leila Barros, nos termos do Ofício n. 48/2023 - Liderança Bloco Democracia - SF.
29. 22/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Plínio Valério, nos termos do Ofício n. 48/2023 - Liderança Bloco Democracia - SF.
30. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato (Ofício n. 51/2023 - Bloco Resistência Democrática).
31. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Paim (Ofício n. 51/2023 - Bloco Resistência Democrática).
32. 24/05/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Professora Goreth, conforme Ofício S/N, de 23/05/2023, da Liderança do PDT da Câmara dos Deputados.
33. 24/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Rodrigo Cunha, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre (Ofício n. 52/2023 - Bloco Democracia - SF).
34. 25/05/2023: Designado, como membro titular, Senador Mecias de Jesus, em substituição à Senadora Damares Alves (Ofício n. 23/2023 - Liderança Bloco Aliança/SF).
35. 06/06/2023: Designado, como titular, o Deputado Capitão Alberto Neto, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes (Ofício 250/2023 do PL - CD).
36. 12/06/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jardim (Ofício nº 138/2023 da Liderança da Federação PSDB-Cidadania).
37. 16/06/2023: Designado, como titular, o Deputado Alfredinho em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (Ofício nº 367/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
38. 22/06/2023: Designado como titular o Senador Rogerio Marinho, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Ofício n. 121/2023 do Bloco Vanguarda).

Secretário: Paula de Araújo Pinto Teixeira

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



CMMMPV 1174/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1174, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1174, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 16/05/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Confúcio Moura - MDB/RO (1,55)	1. Ivete da Silveira - MDB/SC (5,53)
Marcelo Castro - MDB/PI (2)	2. Giordano - MDB/SP (6,54,57)
Professora Dorinha Sebra - UNIÃO/TO (3,42)	3. Marcio Bittar - UNIÃO/AC (7,43,47)
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (4)	4. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (8)
Alessandro Vieira - MDB/SE (40)	5. Leila Barros - PDT/DF (41)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Jussara Lima - PSD/PI (9,36)	1. Margareth Buzetti - PSD/MT (38)
Eliziane Gama - PSD/MA (10,37)	2. Nelsinho Trad - PSD/MS (39)
Augusta Brito - PT/CE (11,25,44)	3. Teresa Leitão - PT/PE (45)
VAGO (12,26)	4. VAGO (13,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Wellington Fagundes - PL/MT (14)	1. Zequinha Marinho - PODEMOS/PA (16)
Carlos Portinho - PL/RJ (15)	2. Jorge Seif - PL/SC (17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Dr. Hiran - PP/RR (18,32)	1. Esperidião Amin - PP/SC (34)
Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (19,33)	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20,35)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA	1. VAGO
André Fufuca - PP/MA	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTES
VAGO	3. VAGO
Flávia Morais - PDT/GO (30)	4. Pompeo de Mattos - PDT/RS (31)
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB	3. VAGO
Gilson Daniel - PODEMOS/ES (46)	4. VAGO
PL	
Samuel Viana - MG (21,28)	1. Domingos Sávio - MG (23,56)
Vermelho - PR (22,29)	2. Soraya Santos - RJ (24,58)
PCdoB, PT, PV	
Fernando Mineiro - PT/RN (52)	1. Márcio Jerry - PCdoB/MA (50)
Miguel Ângelo - PT/MG (49)	2. Prof. Reginaldo Veras - PV/DF (51)
PSOL, REDE	
Tarcísio Motta - PSOL/RJ (48)	1. VAGO

Notas:

1. 16/05/2023: Designado o Senador Eduardo Braga conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
2. 16/05/2023: Designado o Senador Marcelo Castro conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
3. 16/05/2023: Designado o Senador Efraim Filho conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
4. 16/05/2023: Designado o Senador Oriovisto Guimarães conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
5. 16/05/2023: Designado, como suplente, o Senador Confúcio Moura conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
6. 16/05/2023: Designado, como suplente, o Senador Giordano conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
7. 16/05/2023: Designada, como suplente, a Senadora Professora Dorinha Seabra, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
8. 16/05/2023: Designado, como suplente, o Senador Styvenson Valentim, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
9. 16/05/2023: Designado, como titular, o Senador Otto Alencar, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
10. 16/05/2023: Designado, como titular, o Senador Omar Aziz, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
11. 16/05/2023: Designado, como titular, o Senador Fabiano Contarato, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
12. 16/05/2023: Designado, como titular, o Senador Jorge Kajuru, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
13. 16/05/2023: Designada, como suplente, a Senadora Ana Paula Lobato, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
14. 16/05/2023: Designado, como titular, o Senador Wellington Fagundes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
15. 16/05/2023: Designado, como titular, o Senador Carlos Portinho, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
16. 16/05/2023: Designado, como suplente, o Senador Zequinha Marinho, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
17. 16/05/2023: Designado, como titular, o Senador Jorge Seif, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
18. 16/05/2023: Designada, como suplente, a Senadora Teresa Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
19. 16/05/2023: Designado, como titular, o Senador Mecias de Jesus, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
20. 16/05/2023: Designado, como suplente, o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
21. 16/05/2023: Designado, como titular, o Deputado Altineu Cortês, conforme o § 5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
22. 16/05/2023: Designado, como titular, o Deputado Giovani Cherini, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
23. 16/05/2023: Designada, como suplente, a Deputada Soraya Santos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
24. 16/05/2023: Designado, como titular, o Deputado Alberto Fraga, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
25. 18/05/2023: O Senador Fabiano Contarato deixa de compor a comissão como membro titular (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
26. 18/05/2023: O Senador Jorge Kajuru deixa de compor a comissão como membro titular (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
27. 18/05/2023: A Senadora Ana Paula Lobato deixa de compor a comissão como membro suplente (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
28. 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Samuel Viana, em substituição ao Deputado Altineu Cortês (Ofício n. 215/2023 - PL/CD).
29. 17/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Vermelho, em substituição ao Deputado Giovani Cherini (Ofício n. 215/2023 - Liderança PL/CD).
30. 18/05/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em substituição ao Deputado André Figueiredo (Ofício S/N, de 17/05/2023, da Liderança do PDT/CD).
31. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Pompeo de Mattos, conforme Ofício S/N, de 17/05/2023, da Liderança do PDT/CD.
32. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Dr. Hiran, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 20/2023 - Liderança Bloco Aliança/SF).
33. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Cleitinho Azevedo, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício n. 20/2023 - Liderança Bloco Aliança/SF).
34. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin, conforme Ofício n. 20/2023 da Liderança do Bloco Aliança/SF.
35. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Mecias de Jesus, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício n. 20/2023 - Liderança Bloco Aliança/SF).
36. 18/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Jussara Lima, em substituição ao Senador Otto Alencar (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).



37. 18/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
38. 18/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Margareth Buzetti (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
39. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Nelsinho Trad (Ofício nº 49 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática).
40. 22/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Alessandro Vieira, nos termos do Ofício n. 48/2023 - Liderança Bloco Democracia - SF.
41. 22/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros, nos termos do Ofício n. 48/2023 - Liderança Bloco Democracia - SF.
42. 23/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Professora Dorinha Seabra, em substituição ao Senador Efraim Filho (Ofício n. 51/2023 - Liderança Bloco Democracia).
43. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Efraim Filho, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra (Ofício n. 51/2023 - Liderança Bloco Democracia).
44. 23/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Augusta Brito (Ofício n. 51/2023 - Bloco Resistência Democrática).
45. 23/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Teresa Leitão (Ofício n. 51/2023 - Bloco Resistência Democrática).
46. 23/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Gilson Daniel, em substituição ao Deputado Fábio Macedo (Ofício n. 63/2023 - Liderança PODEMOS-CD).
47. 24/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Efraim Filho (Ofício n. 52/2023 - Bloco Democracia - SF).
48. 05/06/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Tarcísio Motta, em substituição ao Deputado Guilherme Boulos (Ofício 30/2023 da Federação PSOL-REDE).
49. 12/06/2023: Designado, como titular, o Deputado Miguel Ângelo, em substituição à Deputada Alice Portugal (Ofício n. 250/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
50. 12/06/2023: Designado, como titular, o Deputado Márcio Jerry, em substituição à Deputada Ana Pimentel (Ofício n. 250/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
51. 12/06/2023: Designado, como titular, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, em substituição à Deputada Camila Jara (Ofício n. 250/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
52. 12/06/2023: Designado, como titular, o Deputado Fernando Mineiro, em substituição ao Deputado Zeca Dirceu (Ofício n. 250/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
53. 13/06/2023: Designada, como suplente, a Senadora Ivete da Silveira, em substituição ao Senador Confúcio Moura (Ofício n. 73/2023 do Bloco Democracia).
54. 13/06/2023: Designado, como suplente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Giordano (Ofício n. 73/2023 do Bloco Democracia).
55. 13/06/2023: Designado, como titular, o Senador Confúcio Moura, em substituição ao Senador Eduardo Braga (Ofício n. 73/2023 do Bloco Democracia).
56. 13/06/2022: Designado como suplente o Deputado Domingos Sávio, em substituição à Deputada Soraya Santos. (Of. nº 258/2023 da Liderança do Partido Liberal na Câmara dos Deputados).
57. 14/06/2023: Designado, como suplente, o Senador Giordano, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo (Ofício n. 76/2023 do Bloco Democracia).
58. 20/06/2023: Designada, como titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Alberto Fraga (Ofício n. 283/2023 da Liderança do PL/CD).

Secretário: Vivian Zoehler
Telefone(s): 33034797



CMMMPV 1175/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1175, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1175, de 2023.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Eduardo Braga - MDB/AM (1)	1. Giordano - MDB/SP (5,49)
Renan Calheiros - MDB/AL (2,48)	2. Fernando Farias - MDB/AL (6,50,51,52)
Alan Rick - UNIÃO/AC (3)	3. Marcio Bittar - UNIÃO/AC (7)
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (4)	4. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (34)
VAGO	5. Weverton - PDT/MA (42,47)
Irajá - PSD/TO (8,54)	1. Margareth Buzetti - PSD/MT (56)
Lucas Barreto - PSD/AP (9,55)	2. Jussara Lima - PSD/PI (57)
Humberto Costa - PT/PE (10,35,58)	3. Augusta Brito - PT/CE (59)
VAGO (11,36)	4. VAGO (12,37)
Wellington Fagundes - MT (13)	1. Zequinha Marinho - PODEMOS/PA (15)
Carlos Portinho - RJ (14)	2. Jorge Seif - SC (16)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Laércio Oliveira - PP/SE (17,39)	1. Esperidião Amin - PP/SC (41)
Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (18,40)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (19)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (20)	1. VAGO
André Fufuca - PP/MA (21)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
André Figueiredo - PDT/CE (22)	4. VAGO
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	



TITULARES	SUPLENTES
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (23)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (24)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (25)	3. VAGO
Fábio Macedo - PODEMOS/MA (26)	4. VAGO
PL	
Zé Vitor - MG (27)	1. Carlos Jordy - RJ (43)
Zé Trovão - SC (38)	2. VAGO
PCdoB, PT, PV	
Arlindo Chinaglia - PT/SP (28,44)	1. Daniel Almeida - PCdoB/BA (30,46)
Carlos Zarattini - PT/SP (29,45)	2. Camila Jara - PT/MS (31)
PSOL, REDE	
Túlio Gadêlha - REDE/PE (32,53)	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ (33)

Notas:

1. 12/06/2023: Designado o Senador Eduardo Braga conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
2. 12/06/2023: Designado o Senador Marcelo Castro conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
3. 12/06/2023: Designado, como membro titular, o Senador Alan Rick (Ofício n. 71/2023 do Bloco Democracia).
4. 12/06/2023: Designado o Senador Oriovisto Guimarães conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
5. 12/06/2023: Designado o Senador Confúcio Moura conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
6. 12/06/2023: Designado o Senador Giordano conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
7. 12/06/2023: Designado, como suplente, o Senador Márcio Bittar (Ofício n. 71/2023 do Bloco Democracia).
8. 12/06/2023: Designado o Senador Otto Alencar conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
9. 12/06/2023: Designado o Senador Omar Aziz conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
10. 12/06/2023: Designado o Senador Fabiano Contarato conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
11. 12/06/2023: Designado o Senador Jorge Kajuru conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
12. 12/06/2023: Designada, como suplente, a Senadora Ana Paula Lobato, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
13. 12/06/2023: Designado o Senador Wellington Fagundes, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
14. 12/06/2023: Designado o Senador Carlos Portinho, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
15. 12/06/2023: Designado o Senador Zequinha Marinho, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
16. 12/06/2023: Designado o Senador Jorge Seif, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
17. 12/06/2023: Designada a Senadora Teresa Cristina, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
18. 12/06/2023: Designado o Senador Mecias de Jesus conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
19. 12/06/2023: Designado o Senador Hamilton Mourão, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
20. 12/06/2023: Designado o Deputado Elmar Nascimento, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
21. 12/06/2023: Designado o Deputado André Fufuca, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
22. 12/06/2023: Designado o Deputado André Figueiredo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
23. 12/06/2023: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
24. 12/06/2023: Designado o Deputado Antônio Brito, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
25. 12/06/2023: Designado o Deputado Hugo Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
26. 12/06/2023: Designado o Deputado Fábio Macedo, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
27. 12/06/2023: Designado o Deputado Zé Vitor (Ofício nº 215/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
28. 12/06/2023: Designado o Deputado Zeca Dirceu, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
29. 12/06/2023: Designado o Deputada Alice Portugal, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
30. 12/06/2023: Designado o Deputada Ana Pimentel, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
31. 12/06/2023: Designado o Deputada Camila Jara, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
32. 12/06/2023: Designado o Deputado Guilherme Boulos, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
33. 12/06/2023: Designado o Deputado Tarcísio Motta, conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
34. 12/06/2023: Designado o Senador Styvenson Valentim conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
35. 22/06/2023: Desligado da vaga de titular o Senador Fabiano Contarato (Ofício n. 73/2023 do Bloco Resistência Democrática).
36. 22/06/2023: Desligado da vaga de titular o Senador Jorge Kajuru (Ofício n. 73/2023 do Bloco Resistência Democrática).
37. 22/06/2023: Desligada da vaga de suplente a Senadora Ana Paula Lobato (Ofício n. 73/2023 do Bloco Resistência Democrática).
38. 12/06/2023: Designado, como titular, o Deputado Zé Trovão (Ofício 254/2023 do PL-CD).
39. 13/06/2023: Designado, como titular, o Senador Laércio Oliveira, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício n. 27/2023 do Bloco Aliança).
40. 13/06/2023: Designado, como titular, o Senador Cleitinho, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício n. 27/2023 do Bloco Aliança).
41. 13/06/2023: Designado, como suplente, o Senador Esperidião Amin (Ofício n. 27/2023 do Bloco Aliança).
42. 14/06/2023: Designado, como suplente, o Senador Plínio Valério, conforme Ofício n. 81/2023 do Bloco Democracia.
43. 14/06/2023: Designado, como suplente, o Deputado Carlos Jordy (Ofício n. 261/2023 do PL-CD).
44. 14/06/2023: Designado como titular o Deputado Arlindo Chinaglia, em substituição ao Deputado Zeca Dirceu (Ofício n. 251/2023 da Federação Brasil da Esperança).
45. 14/06/2023: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, em substituição à Deputada Alice Portugal (Ofício n. 251/2023 da Federação Brasil da Esperança).
46. 14/06/2023: Designado como suplente o Deputado Daniel Almeida, em substituição à Deputada Ana Pimentel (Ofício n. 251/2023 da Federação Brasil da Esperança).



47. 14/06/2023: Designado como suplente o Senador Weverton Rocha, em substituição ao Senador Plínio Valério, conforme Ofício n. 89/2023 do Bloco Democracia.
48. 20/06/2023: Designado como titular o Senador Renan Calheiros, em substituição ao Senador Marcelo Castro, conforme Of. 95/2023 do Bloco Democracia.
49. 20/06/2023: Designado como suplente o Senador Giordano, em substituição ao Senador Confúcio Moura, conforme Of. 95/2023 do Bloco Democracia.
50. 20/06/2023: Designado como suplente o Senador Fernando Farias, conforme Of. 95/2023 do Bloco Democracia.
51. 20/06/2023: Designado como suplente o Senador Fernando Farias, conforme Of. 95/2023 do Bloco Democracia.
52. 20/06/2023: Designado como suplente o Senador Fernando Farias, conforme Of. 95/2023 do Bloco Democracia.
53. 22/06/2022: Designado, como titular, o Deputado Túlio Gadêlha, em substituição ao Deputado Guilherme Boulos (Ofício n. 37/2023 da Liderança da Federação PSOL-Rede).
54. 22/06/2023: Designado como titular o Senador Irajá, em substituição ao Senador Otto Alencar (Ofício n. 73/2023 do Bloco Resistência Democrática).
55. 22/06/2023: Designado como titular o Senador Lucas Barreto, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício n. 73/2023 do Bloco Resistência Democrática).
56. 22/06/2023: Designada como suplente a Senadora Margareth Buzetti (Ofício n. 73/2023 do Bloco Resistência Democrática).
57. 22/06/2023: Designada como suplente a Senadora Jussara Lima (Ofício n. 73/2023 do Bloco Resistência Democrática).
58. 26/06/2023: Designado como titular o Senador Humberto Costa (Ofício n. 76/2023 do Bloco Resistência Democrática).
59. 26/06/2023: Designada como suplente a Senadora Augusta Brito (Ofício n. 76/2023 do Bloco Resistência Democrática).



CMMMPV 1176/2023 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1176, de 2023

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1176, de 2023.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Renan Calheiros - MDB/AL (3,49)	1. Eduardo Braga - MDB/AM (6,51)
Giordano - MDB/SP (4,50)	2. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (7,52)
Rodrigo Cunha - PODEMOS/AL (1)	3. Efraim Filho - UNIÃO/PB (2)
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR (5)	4. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (8)
Alessandro Vieira - MDB/SE (43)	5. Cid Gomes - PDT/CE (48)
Irajá - PSD/TO (9,53)	1. Vanderlan Cardoso - PSD/GO (55,60)
Otto Alencar - PSD/BA (10,54,59)	2. Margareth Buzetti - PSD/MT (56)
Teresa Leitão - PT/PE (11,38,57)	3. Fabiano Contarato - PT/ES (58)
VAGO (12,39)	4. VAGO (13,37)
Wellington Fagundes - MT (14)	1. Zequinha Marinho - PODEMOS/PA (16)
Carlos Portinho - RJ (15)	2. Jorge Seif - SC (17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Tereza Cristina - PP/MS (18)	1. Ciro Nogueira - PP/PI (41)
Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (19,40)	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20,42)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (21)	1. VAGO
André Fufuca - PP/MA (22)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
André Figueiredo - PDT/CE (23)	4. VAGO
MDB, PODEMOS, PSC, PSD, REPUBLICANOS	



TITULARES	SUPLENTES
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (24)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
Fábio Macedo - PODEMOS/MA (27)	4. VAGO
PL	
Silvia Waiäpi - AP (34)	1. VAGO (36)
Jorge Goetten - SC (28,35)	2. Alberto Fraga - DF
PCdoB, PT, PV	
Ana Paula Lima - PT/SC (29,44)	1. Dimas Gadelha - PT/RJ (30,46)
Josias Gomes - PT/BA (45)	2. Jorge Solla - PT/BA (31,47)
PSOL, REDE	
Guilherme Boulos - PSOL/SP (32)	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ (33)

Notas:

1. 12/06/2023: Designado, como membro titular, o Senador Rodrigo Cunha (Ofício n. 72/2023 do Bloco Democracia).
2. 12/06/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Efraim Filho (Ofício n. 72/2023 do Bloco Democracia).
3. 12/06/2023: Designado o Senador Eduardo Braga conforme o §5º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN.
4. 12/06/2023: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 12/06/2023: Designado o Senador Oriovisto Guimarães, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 12/06/2023: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 12/06/2023: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 12/06/2023: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 12/06/2023: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 12/06/2023: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 12/06/2023: Designado o Senador Fabiano Contarato, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 12/06/2023: Designado o Senador Jorge Cajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 12/06/2023: Designado a Senadora Ana Paula Lobato, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 12/06/2023: Designado o Senador Wellington Fagundes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 12/06/2023: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 12/06/2023: Designado o Senador Zequinha Marinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 12/06/2023: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 12/06/2023: Designado o Senador Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 12/06/2023: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 12/06/2023: Designado o Senador Hamilton Mourão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 12/06/2023: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 12/06/2023: Designado o Deputado André Fufuca, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 12/06/2023: Designado o Deputado André Figueiredo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 12/06/2023: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 12/06/2023: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 12/06/2023: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 12/06/2023: Designado o Deputado Fábio Macedo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 12/06/2023: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 12/06/2023: Designado o Deputado Zeca Dirceu, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 12/06/2023: Designado a Deputada Ana Pimentel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 12/06/2023: Designado o Deputado Camila Jara, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 12/06/2023: Designado o Deputado Guilherme Boulos, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 12/06/2023: Designado o Deputado Tarcísio Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 12/06/2023: Designada, como titular, a Deputada Sílvia Waiäpi, em substituição ao Deputado Altineu Côrtes (Ofício n. 256/2023 do PL-CD).
35. 12/06/2023: Designado, como titular, o Deputado Jorge Goetten, em substituição ao Deputado Giovani Cherini (Ofício n. 256/2023 do PL-CD).
36. 14/06/2023: Desligada da suplência da Comissão a Deputada Soraya Santos, conforme Ofício n. 268/2023 da Liderança do PL-CD.
37. 22/06/2023: Desligada da vaga de suplente a Senadora Ana Paula Lobato (Ofício n. 73/2023 do Bloco Resistência Democrática).
38. 22/06/2023: Desligado da vaga de suplente o Senador Fabiano Contarato (Ofício n. 73/2023 do Bloco Resistência Democrática).
39. 22/06/2023: Desligada da vaga de suplente o Senador Jorge Kajuru (Ofício n. 73/2023 do Bloco Resistência Democrática).
40. 13/06/2023: Designada, como titular, a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício n. 27/2023 do Bloco Aliança).
41. 13/06/2023: Designado, como suplente, o Senador Ciro Nogueira (Ofício n. 27/2023 do Bloco Aliança).
42. 13/06/2023: Designado, como suplente, o Senador Mecias de Jesus, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício n. 27/2023 do Bloco Aliança).
43. 14/06/2023: Designado, como titular, o Senador Alessandro Vieira, conforme Ofício n. 82/2023 do Bloco Democracia.
44. 14/06/2023: Designada, como titular, a Deputada Ana Paula Lima, em substituição ao Deputado Zeca Dirceu (Ofício n. 252/2023 da Federação Brasil da Esperança).
45. 14/06/2023: Designado, como titular, o Deputado Josias Gomes, em substituição à Deputada Alice Portugal (Ofício n. 252/2023 da Federação Brasil da Esperança).
46. 14/06/2023: Designado, como suplente, o Deputado Dimas Gadelha, em substituição à Deputada Ana Pimentel (Ofício n. 252/2023 da Federação Brasil da Esperança).



47. 14/06/2023: Designado, como suplente, o Deputado Jorge Solla, em substituição à Deputada Camila Jara (Ofício n. 252/2023 da Federação Brasil da Esperança).
48. 15/06/2023: Designado como titular o Senador Cid Gomes, conforme Ofício n. 90/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
49. 20/06/2023: Designado, como titular, o Senador Renan Calheiros, em substituição ao Senador Eduardo Braga (Ofício n. 96/2023 da Liderança Bloco Democracia).
50. 20/06/2023: Designado, como titular, o Senador Giordano, em substituição ao Senador Marcelo Castro (Ofício n. 96/2023 da Liderança Bloco Democracia).
51. 20/06/2023: Designado, como titular, o Senador Eduardo Braga, em substituição ao Senador Confúcio Moura (Ofício n. 96/2023 da Liderança Bloco Democracia).
52. 20/06/2023: Designado, como titular, o Senador Veneziano Vital do Rêgo (Ofício n. 96/2023 da Liderança Bloco Democracia).
53. 22/06/2023: Designado como titular o Senador Irajá, em substituição ao Senador Otto Alencar (Ofício n. 73/2023 do Bloco Resistência Democrática).
54. 22/06/2023: Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Omar Aziz (Ofício n. 73/2023 do Bloco Resistência Democrática).
55. 22/06/2023: Designado como suplente o Senador Nelsinho Trad (Ofício n. 73/2023 do Bloco Resistência Democrática).
56. 22/06/2023: Designada como suplente a Senadora Margareth Buzetti (Ofício n. 73/2023 do Bloco Resistência Democrática).
57. 26/06/2023: Designada como titular a Senadora Teresa Leitão (Ofício n. 76/2023 do Bloco Resistência Democrática).
58. 26/06/2023: Designado como suplente o Senador Fabiano Contarato (Ofício n. 76/2023 do Bloco Resistência Democrática).
59. 26/06/2023: Designado como titular o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Ofício n. 76/2023 do Bloco Resistência Democrática).
60. 26/06/2023: Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Nelsinho Trad (Ofício n. 76/2023 do Bloco Resistência Democrática).



COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023

Finalidade: Destinada a investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de Janeiro de 2023, nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Arthur Oliveira Maia (UNIÃO-BA)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PL-ES)

RELATORA: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA)

Designação: 18/05/2023

Instalação: 25/05/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (68)	1. Izalci Lucas - PSDB/DF (53)
Marcelo Castro - MDB/PI (69)	2. Fernando Dueire - MDB/PE (70)
Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (57)	3. Sergio Moro - UNIÃO/PR (54)
Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (58)	4. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN (55)
Marcos Rogério - PL/RO (59,72)	5. Giordano - MDB/SP (71)
Cid Gomes - PDT/CE (60)	6. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (56)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)	
Eliziane Gama - PSD/MA (38)	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP (44,51)
Omar Aziz - PSD/AM (39)	2. Angelo Coronel - PSD/BA (45,61)
Otto Alencar - PSD/BA (40)	3. Irajá - PSD/TO (46,62)
Fabiano Contarato - PT/ES (41)	4. Zenaide Maia - PSD/RN (47,63)
Rogério Carvalho - PT/SE (42)	5. Augusta Brito - PT/CE (48,64)
Ana Paula Lobato - PSB/MA (43)	6. Jorge Kajuru - PSB/GO (67)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Eduardo Girão - NOVO/CE (34)	1. Flávio Bolsonaro - PL/RJ (36)
Magno Malta - PL/ES (35)	2. Jorge Seif - PL/SC (37)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Esperidião Amin - PP/SC (30)	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS (32)
Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (31)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (33)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA	
Arthur Oliveira Maia - UNIÃO/BA (3)	1. Felipe Francischini - UNIÃO/PR (7)
Duarte Jr. - PSB/MA (4)	2. Gervásio Maia - PSB/PB (8)
Amanda Gentil - PP/MA (65)	3. Evair Vieira de Melo - PP/ES (9,66)
Carlos Sampaio - PSDB/SP (5)	4. Any Ortiz - CIDADANIA/RS (9,10)
Duda Salabert - PDT/MG (6)	5. Josenildo - PDT/AP (10)
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC	
Paulo Magalhães - PSD/BA (11)	1. Laura Carneiro - PSD/RJ (14,52)
Rafael Brito - MDB/AL (12)	2. Emanuel Pinheiro Neto - MDB/MT (15,52)
Aluisio Mendes - REPUBLICANOS/MA (13)	3. Roberto Duarte - REPUBLICANOS/AC (16,52)
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP (49)	4. Mauricio Marcon - PODEMOS/RS (50,52)
PL	
André Fernandes - CE (17)	1. Pr. Marco Feliciano - SP (20,74,76)
Delegado Ramagem - RJ (18)	2. Nikolas Ferreira - MG (21)
Filipe Barros - PR (19,73,75)	3. Eduardo Bolsonaro - SP (22)
PCdoB, PT, PV	
Rubens Pereira Júnior - PT/MA (23)	1. Aiel Machado - PV/PR (26,27)
Rogério Correia - PT/MG (24)	2. Carlos Veras - PT/PE (28)
Jandira Feghali - PCdoB/RJ (25)	3. Delegada Adriana Accorsi - PT/GO (29)
PSOL, REDE	
Pastor Henrique Vieira - PSOL/RJ (1,77)	1. Erika Hilton - PSOL/SP (2,78)

Notas:

1. 18/05/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Erika Hilton (Ofício nº 24/2023 da Liderança da Federação PSOL-REDE).
2. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Henrique Vieira (Ofício nº 24/2023 da Liderança da Federação PSOL-REDE).
3. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia (Ofício nº 53/2023 da Liderança do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA).
4. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Duarte Jr. (Ofício nº 53/2023 da Liderança do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA).
5. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio (Ofício nº 53/2023 da Liderança do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA).
6. 18/05/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Duda Salabert (Ofício nº 53/2023 da Liderança do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA).
7. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Felipe Francischini (Ofício nº 53/2023).
8. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Gervásio Maia (Ofício nº 53/2023 da Liderança do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA).
9. 18/05/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Any Ortiz (Ofício nº 53/2023 da Liderança do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA).
10. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Josenildo (Ofício nº 53/2023 da Liderança do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA).
11. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Magalhães (Ofício nº 92/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
12. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Rafael Brito (Ofício nº 108/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
13. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Aluísio Mendes (Ofício nº 102/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
14. 18/05/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Laura Carneiro (Ofício nº 92/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
15. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Emanuel Pinheiro Neto (Ofício nº 108/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).



16. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Roberto Duarte (Ofício nº 102/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
17. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado André Fernandes (Ofício nº 193/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
18. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Ramagem (Ofício nº 193/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
19. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Filipe Barros (Ofício nº 205/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
20. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Pr. Marco Feliciano (Ofício nº 193/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
21. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Nikolas Ferreira (Ofício nº 193/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
22. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro (Ofício nº 205/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
23. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Rubens Pereira Júnior (Ofício nº 320/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
24. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Correia (Ofício nº 320/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
25. 18/05/2023: Designada, como membro titular, a Deputada Jandira Feghali (Ofício nº 320/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
26. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Arlindo Chinaglia (Ofício nº 320/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
27. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Aiel Machado (Ofício nº 321/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
28. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Veras (Ofício nº 320/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
29. 18/05/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Adriana Accorsi (Ofício nº 320/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
30. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Esperidião Amin (Ofício nº 16 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança).
31. 18/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Damares Alves (Ofício nº 16 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança).
32. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Luís Carlos Heinze (Ofício nº 16 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança).
33. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Cleitinho Azevedo (Ofício nº 16 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança).
34. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Girão (Ofício nº 96 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).
35. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Magno Malta (Ofício nº 96 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).
36. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (Ofício nº 96 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).
37. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Seif (Ofício nº 96 de 2023 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda).
38. 18/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Eliziane Gama (Ofício nº 50 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
39. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Omar Aziz (Ofício nº 50 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
40. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar (Ofício nº 50 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
41. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato (Ofício nº 50 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
42. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Rogério Carvalho (Ofício nº 50 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
43. 18/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Ana Paula Lobato (Ofício nº 50 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
44. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Angelo Coronel (Ofício nº 50 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
45. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Irajá (Ofício nº 50 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
46. 18/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Zenaide Maia (Ofício nº 50 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
47. 18/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Augusta Brito (Ofício nº 50 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
48. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Randolfe Rodrigues (Ofício nº 50 de 2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
49. 18/05/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Gambale (Ofício nº 92/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
50. 18/05/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Mauricio Marcon (Ofício nº 92/2023 da Liderança do Bloco Parlamentar MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC).
51. 23/05/2023: Designado para a primeira vaga de suplente o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição ao Senador Angelo Coronel, conforme Ofício nº 54/2023 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
52. 18/05/2023: Alterada a ordem dos suplentes do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC: 1) PSD ? Dep. Laura Carneiro; 2) MDB- Dep. Emanuel Pinheiro Neto; 3)REPUBLICANOS ? Dep. Roberto Duarte; 4) PODE ? Dep. Mauricio Marcon. (Ofício nº 108/2023 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC)
53. 19/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Izalci Lucas (Ofício nº 47 de 2023 da Liderança do Bloco Democracia).
54. 19/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Sérgio Moro (Ofício nº 47 de 2023 da Liderança do Bloco Democracia).
55. 19/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Styvenson Valentim (Ofício nº 47 de 2023 da Liderança do Bloco Democracia).
56. 19/05/2023: Designada, como membro suplente, a Senadora Professora Dorinha (Ofício nº 47 de 2023 da Liderança do Bloco Democracia).
57. 19/05/2023: Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (Ofício nº 47 de 2023 da Liderança do Bloco Democracia).
58. 19/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre (Ofício nº 47 de 2023 da Liderança do Bloco Democracia).
59. 19/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Marcos do Val (Ofício nº 47 de 2023 da Liderança do Bloco Democracia).
60. 19/05/2023: Designado, como membro titular, o Senador Cid Gomnes (Ofício nº 47 de 2023 da Liderança do Bloco Democracia).
61. 23/05/2023: Designado para a segunda vaga de suplente o Senador Angelo Coronel, em substituição ao Senador Irajá, conforme Ofício nº 54/2023 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
62. 23/05/2023: Designado para a terceira vaga de suplente o Senador Irajá, em substituição à Senadora Zenaide Maia, conforme Ofício nº 54/2023 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
63. 23/05/2023: Designada para a quarta vaga de suplente a Senadora Zenaide Maia, em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 54/2023 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
64. 23/05/2023: Designada para a quinta vaga de suplente a Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 54/2023 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
65. 23/05/2023: Designada como titular a Deputada Amanda Gentil, conforme Ofício nº 61/2023, da Liderança do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA - Bloco Parlamentar UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA.
66. 23/05/2023: Designado como suplente o Deputado Evair Vieira de Melo, conforme Ofício nº 61/2023 do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA - Bloco Parlamentar UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA.
67. 23/05/2023: Designado, como membro suplente, o Senador Jorge Kajuru (Ofício n. 56/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática).
68. 25/05/2023: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 54/2023 do Bloco Democracia e Ofício nº 95/2023 do MDB.
69. 25/05/2023: Designado como titular o Senador Marcelo Castro, conforme Ofício nº 54/2023 do Bloco Democracia e Ofício nº 95/2023 do MDB.
70. 25/05/2023: Designado como suplente o Senador Fernando Dueire, conforme Ofício nº 54/2023 do Bloco Democracia e Ofício nº 95/2023 do MDB.



71. 25/05/2023: Designado como suplente o Senador Giordano, conforme Ofício nº 54/2023 do Bloco Democracia e Ofício nº 95/2023 do MDB.
72. 21/06/2023: Designado, como membro titular, o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Marcos do Val (Ofício nº 100/2023 da Liderança do Bloco Democracia), ratificado pelo Ofício nº 120/2023 da Liderança do Bloco Vanguarda.
73. 22/06/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Filipe Barros (Ofício nº 324/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
74. 22/06/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Filipe Barros, em substituição ao Deputado Marco Feliciano (Ofício nº 324/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
75. 26/06/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Filipe Barros, em substituição ao Deputado Marco Feliciano (Ofício nº 293/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
76. 26/06/2023: Designado, como membro suplente, o Deputado Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Filipe Barros (Ofício nº 293/2023 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados).
77. 26/06/2023: Designado, como membro titular, o Deputado Pastor Henrique Vieira, em substituição à Deputada Erika Hilton (Ofício n. 38/2023 da Liderança da Federação PSOL-REDE).
78. 26/06/2023: Designada, como membro suplente, a Deputada Erika Hilton, em substituição ao Deputado Pastor Henrique Vieira (Ofício n. 38/2023 da Liderança da Federação PSOL-REDE).

Secretário: Leandro Bueno | **Adjuntos:** Lenita Cunha e Anderson Antunes

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cpmi8@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
 PRESIDENTE
Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
 1^a VICE-PRESIDENTE
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
 2^a VICE-PRESIDENTE
Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
 1^º SECRETÁRIO
Senador Weverton (PDT-MA)
 2^º SECRETÁRIO
Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
 3^º SECRETÁRIO
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
 4^º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) PRESIDENTE Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) 1 ^º VICE-PRESIDENTE Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) 2 ^º VICE-PRESIDENTE Senador Rogério Carvalho (PT-SE) 1 ^º SECRETÁRIO Senador Weverton (PDT-MA) 2 ^º SECRETÁRIO Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) 3 ^º SECRETÁRIO Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) 4 ^º SECRETÁRIO	Deputado(a) Arthur Lira (PP -AL) PRESIDENTE Deputado(a) Marcos Pereira (REPUBLIC -SP) 1 ^º VICE-PRESIDENTE Deputado(a) Sóstenes Cavalcante (PL -RJ) 2 ^º VICE-PRESIDENTE Deputado(a) Luciano Bivar (UNIÃO -PE) 1 ^º SECRETÁRIO Deputado(a) Maria do Rosário (PT -RS) 2 ^º SECRETÁRIO Deputado(a) Júlio Cesar (PSD -PI) 3 ^º SECRETÁRIO Deputado(a) Lucio Mosquini (MDB -RO) 4 ^º SECRETÁRIO
SUPLENTES DE SECRETÁRIO	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1 ^º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) 2 ^º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) 3 ^º - Senador Dr. Hiran (PP-RR) 4 ^º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	1 ^º - Deputado(a) Gilberto Nascimento (PSD -SP) 2 ^º - Deputado(a) Pompeo de Mattos (PDT -RS) 3 ^º - Deputado(a) Beto Pereira (PSDB -MS) 4 ^º - Deputado(a) André Ferreira (PL -PE)



CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

**Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto
dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa
NPGF
Telefone(s): 33035713
npgf@senado.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS****MESA DO SENADO FEDERAL****Atualização:** 19/02/2019

Secretaria-Geral da Mesa
NPGF
Telefone(s): 33035713
npfg@senado.leg.br



Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Matos

VICE-PRESIDENTE: Patricia Blanco

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

Eleição Geral: 03/03/2020

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Flavio Lara Resende	Guliver Augusto Leão
Representante das empresas de televisão (inciso II)	João Camilo Júnior	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Valderez de Almeida Donzelli	Olimpio José Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Maria José Braga	Elisabeth Villela da Costa
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Antônio de Jesus da Silva	Edwilson da Silva
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	Fabio Almeida Mateus
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Sonia Santana	Luiz Antonio Gerace
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Matos	Angela Cignachi
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Patricia Blanco	Renato Godoy de Toledo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Davi Emerich	Bia Barbosa
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	Daniel José Queiroz Ferreira



LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fabio Andrade	VAGO

Atualização: 09/03/2020

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
 Telefone(s): 3303-5258
 ccscn@senado.leg.br



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo	Líder da Maioria	Líder da Minoria
Líder do Governo Senador Randolfe Rodrigues - REDE / AP Vice-Líderes Deputado Bohn Gass - PT / RS Deputado Carlos Zarattini - PT / SP Deputado Daniel Almeida - PCdoB / BA Deputado Dorinaldo Malafaia - PDT / AP Deputada Lídice da Mata - PSB / BA Deputado Lindbergh Farias - PT / RJ Deputado Reginaldo Lopes - PT / MG Deputada Roseana Sarney - MDB / MA Deputado Otto Alencar Filho - PSD / BA Deputada Laura Carneiro - PSD / RJ Deputado Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO / MA Senador Jaques Wagner - PT / BA Senadora Leila Barros - PDT / DF Senadora Zenaide Maia - PSD / RN Senador Omar Aziz - PSD / AM Deputada Professora Luciene Cavalcante - PSOL / SP	Líder da Maioria Senadora Daniella Ribeiro - PSD / PB	Líder da Minoria Senador Flávio Bolsonaro - PL / RJ Vice-Líderes Senador Rogerio Marinho - PL / RN Senador Eduardo Gomes - PL / TO Senadora Tereza Cristina - PP / MS Senador Zequinha Marinho - PODEMOS / PA Senador Magno Malta - PL / ES Senador Eduardo Girão - NOVO / CE Senadora Damares Alves - REPUBLICANOS / DF Deputada Bia Kicis - PL / DF Deputado Luiz Lima - PL / RJ Deputado Gilson Marques - NOVO / SC Deputado Marcel Van Hattem - NOVO / RS Deputado José Medeiros - PL / MT Deputado Alberto Fraga - PL / DF Deputado Delegado Ramagem - PL / RJ Deputado Ricardo Salles - PL / SP Deputado Filipe Barros - PL / PR Deputada Roberta Roma - PL / BA Deputada Silvia Cristina - PL / RO



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

